Para mais informações:
vinhosdeportugal.oglobo.com.br
/vinhosdeportugal
@vinhosdeportugalbr_

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
Sessões de 2h de duração e quase 800 rótulos de 95 produtores de diversas regiões vinícolas portuguesas

13 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS
- **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
  COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
  COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**
- GRANDES VINHOS DO DOURO
  COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H**
- **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
  COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**

PROVAS GUIADAS
Grandes nomes, como Cecília Aldaz, Manuel Carvalho, Dirceu Vianna Junior e Jorge Lucki, com duração de 1h

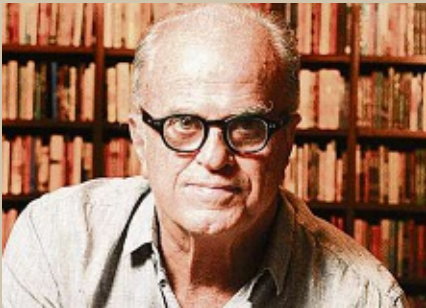
14 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS
- ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
  COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**
- O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
  COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**
- VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
  COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**
- **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**
- ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
  COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**

ÁREA DE CONVIVÊNCIA
Entrada gratuita, estandes com atividades interativas, wine bar, gastronomia e loja de vinhos

15 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS
- LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
  COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**
- **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
  COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**
- BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
  COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**
- PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
  COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
  COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**

À Mesa com o Valor ‘Um bom livreiro é alguém que sabe ouvir os clientes’, diz Rui Campos, da Travessa EU&

Mobilidade Ainda há muitos mitos que cercam o segmento de carros elétricos no Brasil EU&

Bebidas Começa hoje no Rio de Janeiro o evento ‘Vinhos de Portugal’, que contará com 86 produtores B5

Sexta-feira, 7 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6017 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Saldo comercial bate recorde no ano, com forte alta das vendas de petróleo

Comércio exterior De janeiro a maio, superávit atinge US$ 35,9 bilhões; exportações do produto sobem 31,2%

Marta Watanabe e Gabriel Shinohara
De São Paulo e Brasília

Com forte desempenho do setor extrativo, puxado por petróleo, a balança comercial teve superávit recorde de janeiro a maio, atingindo US$ 35,9 bilhões, 3,9% acima do saldo do mesmo período de 2023. As vendas externas dos óleos brutos de petróleo alcançaram US$ 20,7 bilhões nos cinco primeiros meses de 2024, o equivalente a 14,9% dos embarques do país ao exterior. De janeiro a maio do ano passado, a fatia da commodity no total exportado foi de 11,6%. No acumulado de 2024, os embarques de petróleo cresceram 31,2% em valor, com aumento de 32,5% do volume e queda de 1% nos preços.

As vendas de petróleo mantêm a tese de que o produto será um dos grandes condutores de recursos para o país via exportações em 2024, diz Lucas Barbosa, economista da AZ Quest. Com o salto das vendas do produto, a indústria extrativa alcançou fatia de 25,8% da exportação brasileira de janeiro a maio — no mesmo período de 2023, a parcela do setor foi de 21,5%.

As vendas de minério de ferro ao exterior, outro produto da indústria extrativa, também ganharam terreno no acumulado de 2024. Elas subiram 13,8% na comparação com o mesmo período de 2023, para US$ 12,9 bilhões, passando a responder por 9,3% das exportações, acima dos 8,3% de janeiro a maio do ano passado.

As vendas de soja, por sua vez, caíram 17,9%, para US$ 21,8 bilhões. Mesmo com o recuo, num ano de uma safra não tão extraordinária quanto a de 2023, a commodity continuou a ser o produto mais vendido ao exterior, embora tenha havido perda de participação na pauta exportadora. O grão respondeu por 15,7% dos embarques no acumulado até maio, abaixo dos 19,6% de igual período de 2023.

Ao se analisar as exportações por destino, chama atenção o recuo das vendas para Argentina, de 33,1% em relação a janeiro a maio de 2023, para US$ 5 bilhões. Elas representaram 3,61% do embarque total brasileiro de janeiro a maio, a menor fatia para o período da série histórica, iniciada em 1997, inferior aos 3,7% registrados em 2020. **Página A6**

Juro menor na zona do euro

ALEX KRAUS/BLOOMBERG

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu cortar sua taxa de juros em 0,25 ponto percentual, para 3,75% anuais. Foi a primeira redução em quase cinco anos. A presidente da autoridade monetária, Christine Lagarde, afirmou que o BCE não está se comprometendo com um caminho específico para os juros da zona do euro após o início do ciclo de redução. Segundo ela, as decisões futuras serão baseadas na avaliação dos dados econômicos a cada reunião. Página C1

Plano Safra 2024/25 pode alcançar R$ 452 bi

Rafael Walendorff
De São Paulo

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e o secretário de Política Agrícola, Neri Geller, propuseram ao Ministério da Fazenda R$ 452,3 bilhões em recursos para custeio, comercialização e investimentos de médios e grandes produtores no Plano Safra 2024/25. A intenção é direcionar R$ 332,2 bilhões para as linhas de custeio e comercialização e R$ 120,1 bilhões para os investimentos. O número total é 24% maior que os R$ 364,2 bilhões disponibilizados no ciclo que se encerrará no próximo dia 30.

Os números foram detalhados na primeira proposta apresentada pela Pasta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, há poucos dias. A reportagem teve acesso ao documento. O pedido foca o aumento da disponibilidade de recursos com juros equalizados — com subvenção federal — aos produtores. **Página B10**

Zamp compra operações da Starbucks no país

Adriana Mattos e Felipe Laurence
De São Paulo

Após sete meses do começo das negociações com a matriz americana da Starbucks, a Zamp fez a sua maior movimentação internacional desde que começou a operar no Brasil com a marca Burger King e fechou acordo com a rede de cafeterias. As tratativas envolvem a compra dos ativos da Starbucks Brasil por R$ 120 milhões, incluindo bens e direitos que integram as operações das lojas. A operação dos pontos da empresa deve formar uma nova sociedade, a ser constituída pela SouthRock.

O anúncio do negócio levou as ações da Zamp, que controla as redes Burger King e Popeyes, a fechar em alta de 10,19%. A Starbucks enfrenta uma crise no país, mas teria bom potencial de expansão, segundo analistas. **Página B1**

BID, Cepal e Banco Mundial com foco no RS

Paula Martini
Do Rio

O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para América Latina (Cepal) vão se juntar aos governos federal e do Rio Grande do Sul no esforço de reconstrução do Estado. Além de financiarem obras e projetos, realizam estudos e assistência técnica sobre desastres climáticos em países parceiros. No Sul, o trabalho que envolve pesquisa de campo, análise de relatórios e compilação de dados está previsto para começar em 17 de junho, apurou o **Valor**. **Página A2**

Judiciário concede divórcio após morte

Adriana Aguiar
De São Paulo

O Judiciário tem concedido divórcio mesmo após a morte de um dos cônjuges, desde que o pedido de dissolução do casamento tenha sido solicitado ainda em vida. Geralmente, são os filhos do cônjuge morto que dão sequência ao processo. Essas decisões geram efeito sobre a herança, a que o ex-cônjuge deixa de ter direito. Ele só participa da divisão dos bens comuns determinados pelo regime de casamento escolhido — 50% dos bens na comunhão universal, 50% dos bens comuns na comunhão parcial ou nenhum bem se o regime era de separação total e não há nada em testamento. Há ainda o efeito previdenciário. Perde-se o direito à pensão por morte do INSS.

Já há decisões de segunda instância e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a favor do “divórcio pós-morte”. Os julgamentos estão em linha com o que pretende definir o anteprojeto do Código Civil, em discussão no Senado. “Não faz sentido pretender ser herdeiro do cônjuge do qual estava se divorciando só porque antes do decreto de divórcio ele morreu”, diz o professor Rolf Madaleno, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). **Página E1**

Indicadores

Ibovespa	6/jun/24	1,23 % R$ 18,9 bi
Selic (meta)	6/jun/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	6/jun/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	6/jun/24	5,2675/5,2681
Dólar comercial (mercado)	6/jun/24	5,2492/5,2498
Dólar turismo (mercado)	6/jun/24	5,2698/5,4498
Euro comercial (BC)	6/jun/24	5,7310/5,7338
Euro comercial (mercado)	6/jun/24	5,7160/5,7166
Euro turismo (mercado)	6/jun/24	5,7678/5,9478

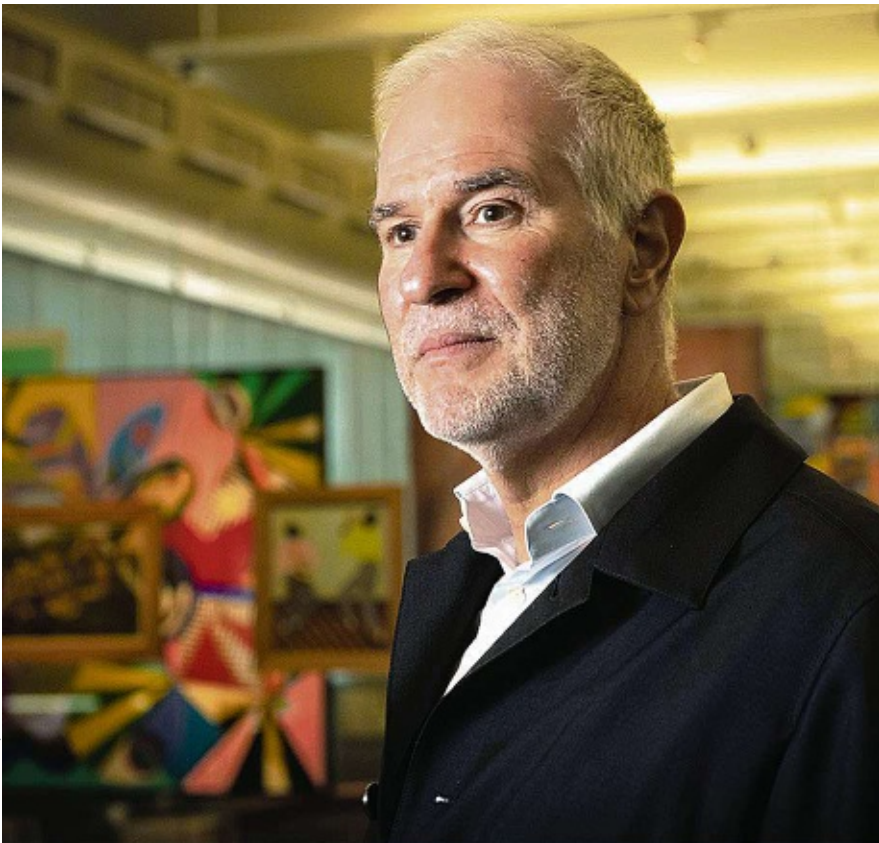
Destaques

Suspeitos do ato do 8 de Janeiro
A Polícia Federal deflagrou nova fase da Operação Lesa Pátria para prender mais de 200 foragidos suspeitos de envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pelo STF. As prisões realizadas até ontem à noite foram realizadas em 18 Estados e também no Distrito Federal. **A10**

Crise no RS e contingenciamento
A equipe econômica do governo trabalha com a possibilidade de um contingenciamento no próximo relatório bimestral de receitas e despesas, que será apresentado em 22 de julho, devido às enchentes no Rio Grande do Sul. Segundo apurou o **Valor**, a tragédia pode derrubar a arrecadação federal em cerca de 10% no terceiro bimestre. **A3**

Concentração bancária menor
A concentração no Sistema Financeiro Nacional (SFN) vem diminuindo. Os quatro maiores bancos concentraram 57,8% das operações de crédito em 2023, contra 58,6% no ano anterior. No caso dos depósitos totais, a fatia caiu de 58,4% para 57,9% no mesmo período. Os dados são do Relatório de Economia Bancária do BC. **C2**

Um museu para as próximas décadas

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Após dez anos à frente do Masp, Heitor Martins começa a fazer o balanço da gestão. "Vamos dotar SP de um museu para as próximas décadas, sintonizado com demandas atuais", diz à repórter Maria da Paz Trefaut. EU&

Plataforma chinesa Temu chega ao Brasil

Adriana Mattos
De São Paulo

A plataforma chinesa Temu começou a vender seus produtos no país, acirrando o ambiente de competição no comércio online brasileiro. O início das atividades ocorre logo após o Senado aprovar o fim da isenção tributária para compras internacionais de até US$ 50 e taxá-las com 20% de Imposto de Importação. A operação de logística está sendo feita inicialmente pela J&T Express, mas há outras opções de entrega, como pelos Correios. Mesmo em produtos de baixo valor, a companhia não cobra pelo frete e, além disso, promete devolução imediata de mercadoria, sem custos, se ela chegar ao país danificada. Controlada pelo grupo Pinduoduo, terceira maior plataforma de serviços digitais da Ásia, a Temu já aderiu ao programa Remessa Conforme, da Receita Federal. **Página B4**

Questão climática Trabalho também contará com colaboração da Cepal, autora da metodologia de avaliação de perdas e danos em desastres naturais que será utilizada

BID e Banco Mundial vão ao RS avaliar danos e cooperar na reconstrução

Paula Martini
Do Rio

Dois dos principais bancos multilaterais do mundo, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), vão se juntar ao governo federal e ao governo do Rio Grande do Sul no esforço de reconstrução do Estado.

Além de financiarem obras e projetos, os bancos também realizam estudos e prestam assistência técnica sobre desastres climáticos em países parceiros. No Sul do Brasil, o trabalho que envolve pesquisa de campo, análise de relatórios e compilação de dados está previsto para começar em 17 de junho, apurou o **Valor** junto ao governo do Rio Grande do Sul e representantes do BID e do Banco Mundial no Brasil.

A missão, que deve durar duas semanas, será composta por uma equipe multissetorial de profissionais que atua no Brasil e no exterior e já representou os órgãos em outros desastres na América Latina, como os terremotos no Haiti, em 2010, e no Equador, em 2016. Os técnicos vão realizar uma avaliação das perdas e dos danos, além de contribuir com o Estado no processo de reparo da infraestrutura gaúcha.

"Vamos trazer vários experts que já participaram da avaliação de danos e da reconstrução em outros países para ver realmente qual é o tamanho do desastre e quais vão ser as prioridades nas próximas fases depois de a emergência ter passado. O tamanho do desastre foi tal que o Estado vai ter que tomar decisões sobre o que vai ser reconstruído e o que não vai ser, priorizando projetos em termos de resiliência para o futuro", afirmou Sophie Naudeau, gerente de operações do Banco Mundial no Brasil.

DIVULGAÇÃO

Sophie Naudeau: "O tamanho do desastre foi tal que o Estado vai ter que tomar decisões sobre o que vai ser reconstruído e o que não vai ser"

A missão vai contar com cerca de 25 profissionais — seis do Banco Mundial e 16 do BID — e será dividida em duas etapas. Na primeira, será utilizada a metodologia DaLA (damage and loss assessment), desenvolvida pela Cepal para avaliar desastres a partir de uma ótica que considera não só danos estruturais, mas também impactos sociais, como geração de emprego e renda nos locais afetados.

Com os dados em mãos, serão apresentadas estratégias e prioridades para que a reorganização do território gaúcho seja feita de maneira resiliente, fazendo frente a novos episódios extremos, como temporais e enchentes. A previsão é que a primeira versão do relatório seja apresentada quatro semanas após o início da missão, em meados de julho.

"O relatório vai estimar os danos setoriais e as perdas e custos adicionais, o que será a base para avaliações dos impactos econômicos. O objetivo principal é preparar uma avaliação abrangente e técnica para orientar a reconstrução do Rio Grande do Sul de maneira resiliente", explicou Morgan Doyle, representante do BID no Brasil. O trabalho tem custo estimado de R$ 3,8 milhões, mas será doado em forma de assistência técnica qualificada, sem custo ao Estado e à União, afirma o executivo.

A avaliação de perdas e danos é o primeiro passo para estabelecer uma linha de base sobre os impactos diretos nas obras de infraestrutura e indiretos na economia do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre, enfatizou Jack Campbell, especialista sênior em gerenciamento de risco e desastres do Banco Mundial.

> "Relatório irá estimar os danos setoriais e perdas e custos adicionais"
> *Morgan Doyle*

O especialista, que atua com foco na América Latina e no Caribe, ressaltou que muitos países enfrentam dificuldades na captação de recursos para realizar obras e reparos após o primeiro ano de desastres e que a duração do trabalho de restauro costuma ser subestimada, assim como a necessidade de um órgão específico para liderar o trabalho.

"Nós estamos trabalhando com os R$ 19 bilhões que o governador [Eduardo Leite] já falou que serão necessários para reconstruir o Estado, mas isso não conta com as perdas econômicas indiretas. Os custos econômicos vão muito além e a gente espera sair com números novos para complementar esse processo", disse o especialista, que espera que a primeira versão do documento compilado pelos órgãos multilaterais apresente o custo e o tempo estimados de reparação do território gaúcho.

"Um desafio vai ser a disponibilidade de dados, já que várias entidades do governo ainda não têm acesso a servidores", reconheceu Campbell. "Mas ideia é dar maior confiança ao governo do Estado sobre o montante total."

O secretário de reconstrução do Rio Grande do Sul, Pedro Capeluppi, esclareceu que a visita dos bancos multilaterais faz parte de uma série de parcerias internacionais que o Estado está buscando para redesenhar as suas cidades. "A gente precisa considerar que não basta reconstruir, é preciso reconstruir melhor. A gente vai receber essa missão para que seja definido junto com as nossas equipes um plano de ação assertivo para que os bancos usem a assistência técnica da melhor maneira possível."

Procurado pelo **Valor**, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional informou que o termo de referência com a Cepal foi recebido na quarta-feira (5) e que a parceria está em fase de formalização.

Trabalhador pode receber 2 salários mínimos

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O governo Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem que vai editar uma medida provisória (MP) destinada a socorrer trabalhadores formais do Rio Grande do Sul que estão sem receber remuneração por causa da paralisação das empresas do Estado. Na prática, serão pagas duas parcelas de salário mínimo para todos os funcionários de empresas gaúchas que aderirem ao programa. De acordo com a gestão petista, os pagamentos serão feitos em julho e agosto e vão ter um impacto de R$ 1 bilhão para os cofres públicos.

O recurso será viabilizado via novo crédito extraordinário, a ser aberto por meio da MP. Em contrapartida, as empresas que aceitarem fazer parte do programa federal terão que garantir a manutenção desses mesmos empregos por um período de quatro meses. De acordo com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a MP vai beneficiar todas as companhias que estejam localizadas na área de mancha de inundação que atingiu o Estado, e não apenas aquelas registradas em cidades gaúchas que declaram estado de calamidade pública.

Nas contas do Ministério do Trabalho, o programa deve beneficiar mais de 434 mil trabalhadores, sendo 326 mil CLTs, 40 mil domésticos, 35 mil estagiários e 27 mil pescadores.

O anúncio foi feito após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitar o bairro Passo de Estrela, na cidade de Cruzeiro do Sul, no qual 650 moradias foram destruídas. No mesmo dia, Lula também visitou a cidade de Arroio do Meio — ambas localidades estão no vale do Taquari, uma das mais atingidas pelas inundações iniciadas no fim de abril.

> **R$ 1 bi**
> **é o custo estimado do programa**

Durante a visita, Lula reclamou da "burocracia" estatal que, segundo ele, estaria atrapalhando o governo federal a garantir condições para o socorro ao Rio Grande do Sul. Neste sentido, Lula disse que fez um apelo aos bancos públicos para que agilizem as ações relacionadas aos socorros das famílias atingidas.

"Nesta semana eu fiz uma reunião em que participaram o presidente da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, o superintendente da Caixa aqui no Rio Grande do Sul, fazendo um apelo pra que, pelo amor de Deus, a gente leve em conta que nós estamos tratando de um caso excepcional [no caso das enchentes]. Portanto, a gente não pode ficar colocando vírgulas. Eu tenho que dar resposta imediata a esse povo que precisa", disse Lula.

Em seguida, o presidente afirmou que o governo federal não poderá reconstruir as casas destruídas no mesmo lugar, já que esses bairros tendem a encher de água novamente. "Quando a natureza fez o mundo, esse lugar aqui era reservado para a água. Nós humanos ocupamos isso aqui sem saber muitas coisas. E agora a natureza nos alertou. Agora temos que procurar um lugar seguro."

Ontem o governo também anunciou a inclusão de mais municípios na lista de habilitados para o recebimento do Auxílio Reconstrução (parcela de R$ 5,1 mil) e a ampliação do número de cidades que receberão parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A parcela extra do FPM será destinada a mais 49 municípios que se encontram em situação de calamidade em decorrência do desastre climático ocorrido no Estado. Para garantir o pagamento serão liberados mais de R$ 124 milhões. A medida tem por finalidade atender aos municípios que tiveram o estado de calamidade reconhecido após a publicação da primeira MP.

O governo também editou portaria que permitirá a compra de imóveis usados dentro do Minha Casa Minha Vida para atender famílias desabrigadas devido às enchentes no Rio Grande do Sul. As famílias precisam se enquadrar nas faixas 1 e 2 do programa, com renda mensal de até R$ 4.400. Também há um limite para o valor de compra e venda, de R$ 200 mil.

Segundo o governo, esta é a primeira vez que o Minha Casa fará a compra de imóveis prontos, novos ou usados. A oferta de unidades habitacionais novas ou usadas será promovida em um site disponibilizado pela Caixa.

Ver também página A3

Anúncio evidencia rusgas com Leite

De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que vai manter o ministro da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta (PT), à disposição do Estado enquanto os problemas relacionados às enchentes persistirem.

A afirmação foi feita após Lula visitar áreas atingidas pelas inundações no vale do Taquari, uma das mais afetadas pelas chuvas. "O Pimenta vai ficar aqui até a gente resolver os problemas. Só depois que resolver, ele vai voltar pra me ajudar na comunicação [do governo]", disse o presidente.

O recado foi dado num momento de rusgas entre o Executivo federal e a gestão de Eduardo Leite (PSDB) no Rio Grande do Sul. Isso porque, nos últimos dias, Leite intensificou os pedidos para que Lula criasse um programa destinado a pagar parte dos salários das pessoas que estão sem trabalhar devido às enchentes.

O governador gaúcho viajou para Brasília na terça-feira, 4, com o objetivo de pedir uma agenda com o presidente da República para tratar do assunto. O fato de Eduardo Leite ter tratado do tema por meio da imprensa, entretanto, irritou auxiliares do presidente. Integrantes da administração federal chegaram a se queixar da "falta de gestos" do governador, ante ao apoio que acreditam que o governo federal tem prestado ao Estado.

Coincidentemente, Eduardo Leite não participou da cerimônia, realizada ontem pela gestão petista, no qual o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, anunciou justamente um programa para atender os trabalhadores gaúchos.

Questionada, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República explicou que Leite foi convidado para ambas as agendas, mas só acompanhou Lula na primeira parte delas, quando o presidente visitou bairros no vale do Taquari. Já a assessoria de imprensa do governador do Rio Grande do Sul justificou que ele teria outro compromisso no mesmo horário.

Após o anúncio, Eduardo Leite usou as redes sociais para dizer que a iniciativa é um "primeiro passo" e acrescentou que é preciso esperar os detalhes do programa para "avaliar se ele será suficiente para assegurar os empregos" no Estado. "Entendemos que seria importante expandir o auxílio para atender também outras empresas, mesmo que não tenham sido diretamente alagadas", defendeu o governador tucano. ***(RT e FM)***

> "O Pimenta vai ficar aqui [RS] até a gente resolver os problemas"
> *Lula*

valor.com.br

Claudia Safatle excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Contas públicas Previsão é de que perda de 10% na arrecadação devido a enchente leve a corte em julho

Crise no RS deve provocar contingenciamento

Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A equipe econômica do governo vislumbra a possibilidade de um contingenciamento no próximo relatório bimestral de receitas e despesas, que será apresentado em 22 de julho deste ano, devido à situação da calamidade pública no Rio Grande do Sul. Segundo apurou o **Valor**, a tragédia das enchentes no Estado pode derrubar a arrecadação federal em cerca de 10% no terceiro bimestre e forçar o governo a contingenciar despesas para cumprir a meta fiscal diante da incerteza quanto à recuperação nos meses seguintes.

Estimativas internas dos técnicos da equipe econômica indicam que o Rio Grande do Sul responde por 8% a 9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e por 9% a 10% da arrecadação federal. Com a cobrança de impostos postergada e a economia local praticamente parada, espera-se pouca ou nenhuma receita vinda do Estado entre os meses de maio — quando começaram as enchentes — e junho. Ainda assim, não se prevê mudança da meta de déficit zero.

> Governo precisa contingenciar pelo menos R$ 40 bilhões
> *Felipe Salto*

Para o segundo semestre, a expectativa é que a economia gaúcha esteja crescendo o dobro do restante do país, como efeito dos recursos destinados pelo governo federal para a recuperação do Estado. No entanto, cálculos da área econômica indicam que as receitas não se recuperarão na mesma velocidade. Por essa razão, os impactos das enchentes vão afetar a execução orçamentária ao longo do ano, comentou uma fonte.

Caso a tese da União se confirme, pela primeira vez no governo Lula haveria um contingenciamento de recursos, que é a contenção de despesas realizada com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário. Até o momento, só houve um bloqueio no ano, de R$ 2,9 bilhões, que é feito quando o limite de despesas do arcabouço fiscal tende a ser ultrapassado. O valor foi desbloqueado em maio.

No relatório bimestral de maio, a União projetou déficit de R$ 14,5 bilhões em 2024, dentro do intervalo de tolerância do arcabouço fiscal para cumprimento da meta zero este ano. A regra permite que o déficit varie 0,25% do PIB para cima ou para baixo, o que significa permissão para rombo de até R$ 28,8 bilhões neste ano.

As despesas com a emergência no Rio Grande do Sul são calculadas fora das regras fiscais. Não são computadas no limite de despesas do arcabouço nem contam para o cálculo do resultado primário. Porém, a tragédia no Estado tem impacto na arrecadação federal e, consequentemente, na meta fiscal.

Dados do Ministério do Planejamento mostram que, até o momento, foram liberados R$ 20,7 bilhões em recursos federais para o Estado. O governo gaúcho foi autorizado a não pagar a dívida com o Tesouro Nacional pelo período de três anos, ao longo dos quais não incidirão juros sobre o saldo devedor. O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou esta semana linha de crédito de R$ 15 bilhões para empresas gaúchas.

O contingenciamento de despesas no próximo relatório bimestral teria também o efeito de indicar ao mercado financeiro o compromisso do governo com a meta de zerar o déficit das contas públicas este ano. Dúvidas quanto à condução da política fiscal são frequentemente apontadas por analistas como fatores que contribuem para momentos de maior tensão.

A ala política do governo resiste à ideia de congelar gastos, sobretudo se afetar investimentos. As decisões sobre bloqueios ou contingenciamentos passam pela Junta de Execução Orçamentária (JEO), colegiado formado pelos ministérios da Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Gestão.

Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, avalia que o governo terá de fazer contingenciamento independentemente do impacto do Rio Grande do Sul na arrecadação. "Mesmo que a crise do Rio Grande do Sul afete o PIB do ano, porque o RS representa 7% da economia do país, não é este o fator fundamental. O fator fundamental é que a LOA [Lei Orçamentária Anual] é irrealista desde o nascedouro, com Previdência subestimada e receitas infladas. Era fava contada", afirmou.

A Warren Investimentos projeta alta real de 7% para as receitas líquidas de 2024 frente a 2023. Já o governo, no segundo relatório bimestral, projetava alta real de 10,5%. "Não vai acontecer e, portanto, será preciso, sim, promover contingenciamento à altura para que se cumpra a meta fiscal", diz Salto. Ele calcula que o governo precisa contingenciar pelo menos R$ 40 bilhões para cumprir o limite inferior da meta fiscal anual.

Na avaliação de Salto, ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, o governo vai optar por fazer um contingenciamento mais contido, num primeiro momento. "Mas isso é só ganhar tempo. Há um encontro marcado com a discussão dos gatilhos para quando do envio do PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual] de 2025, quando o governo precisará mostrar um cenário mais realista para 2024, base para elaborar o Orçamento do ano que vem."

Curta

Cidades verdes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou, por decreto, o Programa Cidades Verdes Resilientes (PCVR), com o objetivo de aumentar a qualidade ambiental e a resiliência das cidades brasileiras diante dos impactos da mudança do clima, por meio da integração de políticas urbanas, ambientais e climáticas, do estímulo às práticas sustentáveis e da valorização dos serviços ecossistêmicos do verde urbano. O programa será executado prioritariamente nos territórios mais vulneráveis a fim de reduzir desigualdades sociais e riscos climáticos. O foco é a população urbana, observados os critérios de diversidade de gênero, raça, etnia, idade, deficiência, renda e localização no território.

Conjuntura Só americanos devem sentir mais a manutenção elevada da taxa, estima gestora

Brasil está entre mais vulneráveis a juro alto nos EUA

Anaïs Fernandes
De São Paulo

O juro alto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e o pagamento elevado de juros para a quantidade de receita que arrecada, no contexto de um quadro fiscal ruim, tornam o Brasil um dos países mais vulneráveis à perspectiva de que os juros vão permanecer mais elevados por mais tempo nos Estados Unidos.

É o que aponta a gestora Wealth High Governance (WHG) ao construir um ranking dos países mais expostos ao "higher for longer" nos EUA. Tirando os próprios americanos, o Brasil aparece no primeiro lugar, à frente de pares emergentes e da América Latina como Índia, Colômbia, México, África do Sul e Chile.

"O Brasil tem uma combinação nefasta de dívida e déficit primário altos com juros muito elevados. Se o Brasil for arrastado para um juro mais alto por mais tempo nos Estados Unidos, vai sair prejudicado, não há dúvida", afirma Fernando Fenolio, sócio e economista-chefe da WHG.

A gestora analisou seis métricas para 26 países desenvolvidos e emergentes com maior relevância nos mercados: o diferencial das expectativas de inflação para as respectivas metas; a conta corrente, o juro, a dívida e o resultado primário em relação ao PIB; e o pagamento de juros em relação às receitas. Para cada variável, foi construído um "ranking inverso" — o melhor país não ganhava nenhum ponto e o pior ganhava 26 pontos — e a média desses "rankings" levou à lista final (*veja ao lado*).

O exercício, explica Fenolio, é inspirado em um do Morgan Stanley de 2013 que listou Brasil, Índia, África do Sul, Turquia e Indonésia como "os cinco frágeis", na época, a uma alta de juros nos EUA. Naquele momento, países que tinham um déficit em conta corrente (resultado de trocas comerciais, serviços e rendas entre residentes no país e não residentes) alto eram os mais vulneráveis.

Hoje, diz Fenolio, a maioria dos países tem uma conta corrente muito mais equilibrada, com boas reservas internacionais, e os países mais vulneráveis às taxas americanas altas por mais tempo são aqueles que têm uma situação fiscal delicada. "O maior risco desse cenário é aumentar a alavancagem dos países", afirma Fenolio.

Isso porque eles também terão de se financiar a taxas de juros mais elevadas nos seus países, já que os juros altos nos EUA tendem a empurrar para cima as taxas no mundo todo, diz.

Recentemente, o banco central do México, por exemplo, decidiu interromper seu ciclo de cortes, lembra Fernando Genta, economista-chefe da XP Asset. "Desde que houve a reprecificação de juros nos EUA em função da dinâmica inflacionária do começo do ano por lá, vemos os bancos centrais da América Latina mais 'hawk' [duros em relação à inflação]", afirma.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil também reduziu, na sua última reunião, o ritmo de cortes da taxa básica de juros do país, a Selic, de 0,50 para 0,25 ponto percentual, e a expectativa geral entre agentes do mercado é que não haja outro corte neste mês. "Em algum momento, o mercado chegou a achar que a Selic iria para 8,5%, 9%. Hoje, é mais de 10%", diz Fenolio.

Se o diferencial de juros entre os EUA e os demais países fica muito baixo, isso começa a afetar o câmbio, diz Fenolio, o que, por sua vez, também acaba pressionando a inflação.

"É muito difícil a gente ver um período razoavelmente longo de divergência de taxas entre Brasil e Estados Unidos. Os nossos exercícios sugerem que, quando ela cai abaixo de 5 pontos, é muito raro ter uma valorização do real [ante o dólar americano] e, abaixo de 3 pontos, acontece uma desvalorização bem marcada", diz Débora Nogueira, economista-chefe da Tenax Capital.

Através do canal do câmbio, as taxas americanas geram repercussões para a taxa de juro real de equilíbrio do Brasil (aquela que mantém a inflação estável) e, consequentemente, para o fiscal, aponta Nogueira. Com uma taxa de equilíbrio de 4,5%, por exemplo, a dívida/PIB do Brasil, que fechou 2023 em 74,3%, estaria em 89% em 2030, segundo Nogueira. Aumentando a taxa em um ponto e mantendo as demais variáveis constantes, a dívida/PIB chegaria a 95% em 2030 e, com uma taxa de 6%, iria a 98,4%, calcula.

"É uma realidade complicada para o Brasil. Ou precisa achar solução para entregar um primário muito maior do que se tem visibilidade hoje ou a dívida entra em uma trajetória divergente que combina com crise", diz Nogueira.

A WHG manteve no seu exercício alguns indicadores sugeridos pelo trabalho do Morgan Stanley, como números da conta corrente, mas acrescentou outros, fiscais e também sobre inflação.

Em países onde as expectativas de inflação estão controladas, diz Fenolio, os bancos centrais até podem tentar manter seus juros mais baixos, apesar dos movimentos nos Estados Unidos. "Se a expectativa de inflação estiver muito alta, além de enfrentar o juro americano mais elevado, eles têm de arrumar a casa", afirma.

> "Janela para governo buscar melhorias em 2024 está desafiadora"
> *Débora Nogueira*

Entre os indicadores fiscais, a relação dívida/PIB reflete o estoque do endividamento dos países, enquanto o resultado primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) em relação ao PIB é uma medida fiscal de fluxo, segundo Fenolio. Já o pagamento de juros como proporção do PIB sinaliza quanto o país está alavancado.

A WHG promoveu também uma análise combinada dos indicadores. Por exemplo: no cruzamento entre o primário/PIB e a dívida/PIB, é possível observar como os Estados Unidos estão mal posicionados no quesito fiscal.

"A dívida/PIB dos EUA é parecida com a da Itália, isto é, com a de países que realmente têm o endividamento excessivamente grande. O primário americano é muito ruim; em termos de fluxo, é o segundo pior da lista. São sinalizações de que o problema fiscal nos EUA é grave, por mais que ele tenha capacidade de lidar com isso, e que colocam o país em primeiro no ranking", diz Fenolio.

A China e alguns países europeus também têm um quadro fiscal ruim, observa. "O Brasil nem está tão mal por essa análise, está ali com o resto", afirma.

Outros pares latino-americanos, no entanto, se saem melhor, como a Colômbia, que tem superávit primário e uma dívida/PIB relativamente baixa, ao redor 55%, ou o México, que tem déficit primário, mas uma dívida ainda mais baixa, de 54,7% do PIB, ante uma dívida acima de 70% do PIB no Brasil. "A Colômbia tem indicadores fiscais de estoque e de fluxo relativamente bons, o que deixa algum espaço para deterioração sem bater no muro. Isso é o que difere do Brasil", diz Fenolio.

Mas Brasil vai "bem mal", segundo Fenolio, quando se observa a diferença entre o juro real e o PIB dos países ao mesmo tempo em que olha para o pagamento de juros em proporção das receitas.

"A lógica é que você até pode pagar um juro alto se você conseguir gerar muito PIB para isso. E os juros em relação à receita indicam qual é a capacidade de os governos extraírem mais arrecadação do setor privado para pagar esses juros", diz.

No ranking da WHG, essas duas são as variáveis em que o Brasil vai pior, segundo Fenolio. "A Índia, por exemplo, tem uma dívida/PIB e um primário meio ruins como o Brasil e paga juros altos, só que ela cresce muito, 8% ao ano. O Brasil é o oposto, tem um juro real em torno de 6%, considerando a NTN-B [título público atrelado à inflação], e um crescimento de PIB de 2%", diz.

"Somos um destaque bem negativo. O Brasil tem um estoque de dívida alto, um juro real elevado, paga muito juros e já arrecada demais, ou seja, não tem muito espaço para ficar aumentando a carga tributária para financiar isso", afirma o economista.

Mais de 30% da arrecadação brasileira é destinada ao pagamento de juros, nota Fenolio. Os EUA podem ter uma situação fiscal até pior que a do Brasil, mas o seu comprometimento de arrecadação com juros é de 10%. "No limite, os EUA teriam espaços para melhorar o fiscal aumentando impostos", diz Fenolio.

A "janela" para o governo brasileiro buscar melhorias no fiscal em 2024 está "mais desafiadora", na avaliação de Nogueira, da Tenax.

"Não achava que haveria muito espaço para surpresa com o fiscal, mas o período mais positivo teria sido, realmente, no ano passado, se conseguissem colocar um arcabouço com pernas mais claras e fincadas e um programa de arrecadação mais convincente. Agora, já começa a entrar no período do ciclo político, as metas colocadas para 2025 já foram abandonadas, e isso deixa um cenário mais desafiador, inclusive para o Banco Central", diz a economista.

Nos últimos 12 meses, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atacou os espaços que ainda existiam para aumentar arrecadação, afirma Fenolio. "A partir de agora, o que a gente escuta do setor empresarial é que não dá mais, estamos meio no limite. A capacidade do governo de extrair mais renda da sociedade é menor. Tanto que eles ajustaram a meta de primário, já que não querem cortar despesas, porque perceberam que não há mais capacidade de chegar às metas por parte das receitas."

Genta, da XP Asset, pondera que uma Selic mais alta não só impacta o quadro fiscal brasileiro, mas as decisões fiscais também têm repercussões sobre a taxa.

"Do governo de Jair Bolsonaro para cá, o benefício médio do Bolsa Família passou de R$ 190 para R$ 600, o programa foi de R$ 30 bilhões para R$ 170 bilhões, e isso não tem impacto na Selic? Nas minhas contas, isso aumenta a taxa de equilíbrio em dois pontos percentuais. Não vejo as decisões do BC tendo impacto na dívida como algo exógeno. Acho que as decisões sobre fiscal têm impacto na dívida e um dos canais de transmissão para isso é a política monetária", afirma.

GABRIEL REIS/VALOR

Fernando Fenolio: "Somos um destaque bem negativo. O Brasil tem um estoque de dívida alto, um juro real elevado, paga muito juros e já arrecada demais"

Juros nos EUA

Os 10 países mais expostos a taxas mais altas por mais tempo

Em pontos

País	Pontos
Estados Unidos	20,5
Brasil	19
Reino Unido	18,2
Índia	18
Colômbia	17,7
Hungria	17,5
México	17,5
África do Sul	17,5
Nova Zelândia	16,3
França	15

Fonte: Wealth High Governance (WHG)

Aluguel tem maior alta em 16 meses

Alessandra Saraiva
Do Rio

A variação do aluguel em 12 meses registrou o maior patamar em 16 meses em maio, segundo Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR), da Fundação Getulio Vargas (FGV). O indicador desacelerou de 1,40% para 0,21% de abril para maio, na variação mensal. Mas, por outro lado, a taxa em 12 meses do índice acelerou de 9,16% para 9,45% de abril para maio, alertou André Braz, economista da FGV responsável pelo indicador. Foi a maior taxa desde janeiro de 2023 (10,74%).

O técnico explica que a evolução em 12 meses é mais adequada para mensurar tendências na inflação da locação. "Podemos dizer que, no momento, a tendência na variação do aluguel é de alta", resumiu.

O técnico detalhou que fatores sazonais, no mercado imobiliário de São Paulo, causaram a taxa menor no Ivar mensal de maio. Entre abril e maio, o indicador registrou aceleração em três das quatro cidades usadas para cálculo do índice. Em Belo Horizonte, saltou de -3,38% para 4,62%; no Rio de Janeiro, avançou de -0,46% para 4,55%; e em Porto Alegre, aumentou de 2,02% para 2,20%. Por outro lado, São Paulo apresentou queda acentuada, passando de 3,20% para -4%, no mesmo período.

"A meu ver, o que ocorreu em São Paulo foi uma questão atípica e que não se desenha em tendência", disse.

O técnico reiterou que, a tendência da variação do preço do aluguel no país é de aceleração, como mostra a evolução em 12 meses do Ivar.

Uma série de motivos conduz ao atual cenário de aluguel mais caro, segundo ele. Em primeiro lugar está o patamar de juros para crédito imobiliário, que ainda opera em alta. O especialista comentou que a compra de imóveis é costumeiramente feita via financiamento e, sem condições de compra, as pessoas recorrem às residências de aluguel. Isso deixa o mercado mais aquecido, com oferta maior do que demanda, o que eleva preços de locação.

O economista da FGV comentou que a taxa básica de juros (Selic), que norteia juros de mercado como um todo, está em trajetória de queda desde meados do ano passado. Mas o ritmo da queda é lento, comentou Braz — no mês passado, o Banco Central cortou em 0,25 ponto percentual para 10,5%. Além disso, a Selic menor demora a ter efeito na economia real, em torno de seis meses a oito meses.

Outro aspecto mencionado por ele é a evolução recente da inflação. Há sinais de que as expectativas inflacionárias no Brasil aumentaram. Isso favorece o Banco Central a reduzir ainda mais o ritmo de redução da Selic ou até mesmo não reduzir mais - visto que manter a taxa sem cortes é estratégia para coibir demanda interna e, por consequência, o avanço da inflação.

Assim, na análise do especialista da FGV, como o contexto atual macroeconômico não é favorável a novos cortes na Selic, é provável que os juros de financiamento imobiliário continuem a operar em patamar elevado. Ou seja: com perspectivas pouco favoráveis de crédito mais em conta para comprar casa própria o brasileiro recorre cada vez mais ao aluguel, e mantêm em alta a variação da locação, pontuou o técnico.

STF vê omissão do Congresso em regra para Pantanal

Mariana Assis
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) apontou que há omissão inconstitucional do Congresso na regulamentação de lei que assegure preservação do meio ambiente na exploração de recursos do Pantanal mato-grossense. A corte fixou o prazo de 18 meses para que seja elaborada legislação federal específica para o bioma. A ação foi proposta pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e teve relatoria do ministro André Mendonça. O placar foi de 9 a 2.

Em seu voto, o ministro André Mendonça defendeu que há omissão por parte do Congresso em criar norma específica para o Pantanal. Para ele, a Constituição Federal estabelece proteção especial a algumas regiões e alguns biomas do país, inclusive o Pantanal mato-grossense. Na avaliação do ministro, mesmo que existam leis estaduais de preservação sobre o Pantanal, é necessário ter legislação federal sobre o bioma, que faz parte do patrimônio nacional.

Ele estabeleceu que, caso o Congresso não supra a omissão no prazo definido, o STF vai determinar providências quanto ao tema. O voto de Mendonça foi acompanhado pelos ministros Flávio Dino, Edson Fachin, Carmén Lúcia, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Nunes Marques, Luiz Roberto Barroso, Dias Toffoli.

O ministro Cristiano Zanin abriu divergência, que foi acompanhada por Alexandre de Moraes. Ambos avaliam não haver omissão por entenderem que o artigo não prevê legislação específica para cada bioma.

Para especialistas, proposta de decreto precisa ser aperfeiçoada

Distribuidoras avaliam que regras claras sobre prorrogação permitirão ampliar investimentos e aprimorar a qualidade do serviço

Depois de um longo debate público, o Ministério de Minas e Energia (MME) enviou à Casa Civil, no último dia 23 de maio, a minuta do decreto com diretrizes para a prorrogação por mais 30 anos dos contratos de concessão de 19 distribuidoras, cujas outorgas vencem entre 2025 e 2031. As empresas são responsáveis pelo suprimento de 64% do mercado de distribuição do país. A proposta é fundamental para dar garantia jurídica e estabilidade regulatória ao segmento, mas especialistas avaliam que algumas das novas regras contidas na minuta merecem ser aperfeiçoadas.

Uma delas é a exclusão dos eventos climáticos extremos dos critérios de medição dos índices de qualidade dos serviços prestados pelas empresas, bem como o estabelecimento de um prazo máximo de retorno da operação após esses eventos. "É crucial que a avaliação da qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras considere o expurgo de situações anômalas que fogem da capacidade de atuação das distribuidoras", afirma Claudio Sales, presidente do Acende Brasil.

Eletricistas embarcam em avião da FAB para apoiar ações das concessionárias do Rio Grande do Sul

© ARQUIVO LIGHT

AMBIENTE SEGURO

A diretora técnica da consultoria PSR, Angela Gomes, avalia que a medida poderia elevar excessivamente os riscos envolvidos no contrato, uma vez que eventos extremos são variáveis não controláveis pelas concessionárias. "Nesse contexto, sugerimos que esse dispositivo se atenha especificamente às metas de eficiência na recomposição do serviço após esses eventos climáticos, levando em consideração sua severidade", completa.

Para o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira, é fundamental que o decreto tenha regras claras, para garantir um ambiente seguro de investimentos, uma vez que o segmento é intensivo em capital. Recentemente, as empresas anunciaram investimentos de R$ 130 bilhões nos próximos quatro anos.

"A minuta do decreto incorporou algumas contribuições da sociedade apresentadas em consultas públicas e ideias trazidas de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, mas avaliamos que alguns trechos precisam ser revistos", afirma Madureira. "O enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas tem se mostrado um grande desafio em todo o mundo, e o sistema elétrico é um dos mais afetados", acrescenta.

Essa nova realidade, em que os desastres naturais acontecem com cada vez mais frequência, exige adaptação. Nos últimos anos, a incidência de eventos climáticos extremos atingiu patamares nunca observados. No Brasil, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) registrou uma média de três eventos climáticos por dia em 2023, um número recorde. "Vivemos num país de dimensões continentais, com problemas de chuvas e secas extremas, por isso esse tema precisa ser enfrentado em parceria com governos", afirma Madureira.

AÇÃO CONJUNTA

O presidente da Abradee cita, como exemplo, a ação conjunta que as distribuidoras de todo o país vêm realizando para ajudar no restabelecimento mais rápido da energia no Rio Grande do Sul.

"Esse tipo de ação é muito comum entre as distribuidoras dos Estados Unidos durante calamidades provocadas por furações, tornados ou fortes nevascas, mas, no Brasil, foi a primeira vez que isso ocorreu", afirma.

Mais de 300 profissionais e centenas de equipamentos, como veículos, geradores, subestações móveis e helicópteros, foram enviados para o estado. Por enquanto, oito distribuidoras estão envolvidas na ação — Celesc, Copel, Cemig, Enel, CPFL Piratininga, CPFL Paulista, Light — ou disponibilizaram recursos e estão a postos para atuar na região, como é o caso da Neoenergia. A RGE e a Equatorial, principais distribuidoras que atuam no estado, seguem com um efetivo de cerca de 14 mil colaboradores trabalhando para reduzir o impacto da falta de luz.

EVENTOS CLIMÁTICOS

A Força Aérea Brasileira (FAB) cedeu um avião para levar do Rio de Janeiro 50 profissionais eletricistas especializados em redes subterrâneas, enviados pela Light e pela Enel, num exemplo de trabalho feito em parceria com o governo federal, a Aneel e as concessionárias.

Antes da tragédia no Rio Grande do Sul, as distribuidoras já vinham trabalhando em conjunto com a Aneel no enfrentamento dos eventos climáticos extremos, que inclui o melhoramento da detecção desses fenômenos a partir do cruzamento de bases de dados com alertas meteorológicos e na comunicação direta com defesas civis estaduais e municipais.

REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA

A minuta do decreto para prorrogação das concessões prevê ainda a criação de um "critério comercial" para limitar a distribuição de dividendos ao mínimo previsto em lei no caso de descumprimento de índices de qualidade. Os contratos atuais já estabelecem essa limitação caso haja descumprimento de metas de qualidade técnica por dois anos consecutivos ou por três vezes ao longo de cinco anos ou ainda de sustentabilidade econômico-financeira por um ano.

"A limitação de distribuição de dividendos atrelada a índices de qualidade que incluem o atendimento comercial pode, a depender dos indicadores, gerar insegurança pelo risco de subjetividade e conflito de interesses", afirma Sales. Para a diretora técnica da PSR, o tema merece uma discussão "mais detalhada". "A nosso ver, essa questão específica referente à qualidade comercial poderia ser tratada adequadamente no âmbito da regulação", afirma Angela Gomes.

Marcos Madureira afirma que as concessionárias estão comprometidas com o aperfeiçoamento de seus serviços, mas a transição para novas regras precisa passar por regulamentação que considere um prazo de adaptação, respeitando as especificidades de cada área de concessão. "Nos últimos 30 anos, as regras contratuais vêm sendo cumpridas, e os investimentos do setor levaram à universalização do acesso à energia elétrica no país, com 99,8% dos lares brasileiros atendidos", conclui.

Criação de 'posteiro' pode impactar na gestão de custos de energia

O novo regramento traz a figura do "posteiro", que não existe nas regras dos atuais contratos e não foi discutida nos debates públicos sobre a prorrogação das concessões. As distribuidoras deverão ceder de forma compulsória espaço nos postes para exploração comercial da gestão e compartilhamento dos pontos para fixação da infraestrutura de telecomunicação. Hoje, a cessão dessa infraestrutura é facultativa à concessionária.

A diretora técnica da PSR, Angela Gomes, avalia que a discussão ainda é "incipiente e pouco aprofundada". A especialista levanta dúvidas sobre a possibilidade de o dispositivo trazer ganhos efetivos à gestão desses equipamentos.

"Pelo contrário, considerando a complexidade técnica e institucional da matéria, entendemos não ser desprezível o risco de essa mudança trazer ainda mais desordem ao processo de compartilhamento de postes", afirma Angela.

Segundo Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, a cessão obrigatória da exploração comercial dos postes para terceiros adiciona custos e complexidade operacional. "Portanto, não deveria fazer parte desse decreto para não criar um problema desnecessário e que foge do escopo principal desse importante decreto", diz.

Distribuidoras deverão ceder compulsoriamente espaço nos postes para exploração comercial

© GETTY IMAGES

O presidente da Abradee, Marcos Madureira, ressalta que o tema impacta também na segurança operacional. "Estamos falando de redes elétricas, e as concessionárias devem ter a livre escolha de como conduzir essa questão da melhor maneira possível, sempre olhando pelo aspecto da segurança", diz. O dirigente defende que o assunto não deveria estar presente no decreto e ser tratado na regulação que está em discussão entre a Aneel e a Anatel.

Madureira acredita ainda que a proposta pode impactar nos custos das distribuidoras, que têm como responsabilidade legal manter a tarifa reduzida.

"O posteiro não será capaz de resolver a gestão do compartilhamento dos postes e vai prejudicar o consumidor, porque vai reduzir os recursos hoje direcionados à modicidade tarifária, impactando na elevação dos preços da conta de luz", conclui.

Comércio exterior Saldo comercial de janeiro a maio encosta em US$ 36 bilhões, o maior da história para o período, com crescimento dos volumes exportados e queda de preços

Com petróleo à frente, indústria extrativa puxa superávit comercial

Marta Watanabe e Gabriel Shinohara
De São Paulo e Brasília

Com desempenho forte do setor extrativo, puxado principalmente por petróleo, a balança comercial fechou com superávit de US$ 35,9 bilhões de janeiro a maio, recorde para o período.

Em maio, a balança teve superávit de US$ 8,534 bilhões, 22,3% menor do que o do mesmo mês de 2023. As exportações somaram US$ 30,338 bilhões em maio, queda de 7,1%. As importações, com US$ 21,804 bilhões, subiram 0,5%.

Houve crescimento do valor das exportações e das importações no acumulado dos cinco primeiros meses do ano, graças ao aumento dos volumes exportados e importados. Os preços caíram no período.

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, as exportações somaram US$ 138,8 bilhões, alta de 2,3% em relação a iguais meses do ano passado. As importações totalizaram US$ 102,9 bilhões, com alta de 1,8% na mesma comparação.

Os volumes cresceram respectivo de 7,4% e 11,5%, enquanto os preços caíram 4,5% e 9,2%. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento nesta quinta-feira, 6.

Apesar de uma safra não tão extraordinária quanto a do ano passado, a soja continua liderando a exportação, no valor total de US$ 21,8 bilhões de janeiro a maio, mas com perda de participação de participação na pauta exportadora. O grão respondeu por 15,7% dos embarques no acumulado até maio contra 19,6% em igual período de 2023.

No lugar do grão avançaram itens da indústria extrativa, como petróleo bruto e minério de ferro, com 14,9% e 9,3%, respectivamente, de fatia das exportações. Juntos os dois produtos respondem por 24,2% da pauta exportadora de janeiro a maio, em avanço em relação aos 19,9% de iguais meses de 2023.

Petróleo e minério de ferro

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), destaca que os preços do minério de ferro, que surpreenderam com alta no fim do ano passado até o início deste ano, estão sendo fortemente reajustados. Nos dados da Secex do mês de maio, o minério já aparece com queda de 11% em preços e de 6,3% em volume embarcado, levando a uma redução de 16,6% na receita de exportação em relação a igual mês de 2023.

E há à frente, diz, dúvidas sobre a demanda chinesa e as medidas de proteção que estão sendo tomadas por vários mercados em relação ao aço produzido na China.

Com o petróleo a situação é outra. Segundo os dados da Secex, a exportação de petróleo bruto aumentou 35,9% em valor em maio, com alta de 32,1% em volume e de 2,9% em preços.

No acumulado do ano a receita de embarques com o petróleo cresceu em escala semelhante, com alta de 31,2%. Os volumes aumentaram 32,5%.

"O desempenho do petróleo segue mantendo a tese de que será um dos grandes condutores de recursos para o país via exportações em 2024", diz Lucas Barbosa, economista da AZ Quest.

Com o bom desempenho do petróleo, a indústria extrativa alcançou fatia de 25,8% da exportação brasileira de janeiro a maio.

O recorde de participação do setor na exportação para os cinco meses iniciais é de 2021, quando alcançou 27,1%.

Na ocasião a estrela foi o minério de ferro, que, puxado por preços altos, respondeu por 60% da exportação da indústria extrativa.

De janeiro a maio deste ano predomina o petróleo bruto, com 57,7% da exportação do segmento.

Nas importações, Barbosa destaca a alta puxada por bens de capital e por bens de consumo. Os valores, segundo a Secex, cresceram 13,4% e 23,4%, respectivamente, de janeiro a maio deste ano contra igual período de 2023.

Os dados de bens de capital, aponta, mostram o que foi destaque também nos dados do PIB do primeiro trimestre, que evidenciou retomada de investimento e alta de importações.

Entre os bens de consumo, Castro destaca a importação de veículos, que totalizou US$ 2,98 bilhões de janeiro a maio, com alta de 59,4% em relação a igual período do ano passado. Nesse caso, chama a atenção a importação de automóveis origem China (incluindo Hong Kong e Macau), que somou US$ 1,22 bilhão de janeiro a maio contra US$ 201,6 milhões em igual período do ano passado.

As exportações brasileiras para China, Hong Kong e Macau, principais destinos das vendas nacionais, caíram 7,9% em maio, pelo critério da média diária.

As vendas totais para a Ásia também recuaram 12,5%. Para União Europeia cresceram 23,1% no mesmo período, enquanto para América do Norte recuou 2,6%. Os embarques para América do Sul recuaram 32,4%, puxados pela Argentina (*ver reportagem ao lado*).

No acumulado do ano, as exportações somaram US$ 138,81 bilhões, alta de 2,3%. Já as importações alcançaram US$ 102,92 bilhões, alta de 1,8%. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US$ 241,73 bilhões, alta de 2,1%.

As exportações agropecuárias, pela média diária, caíram 18,5% em maio, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O diretor de estatísticas e estudos de comércio exterior, Herlon Brandão, disse que em maio o registro das exportações foi semelhante ao de abril, quando foi de US$ 30,6 bilhões.

Do lado das importações, Brandão destacou que tem observado um aumento do volume ao longo dos últimos meses. Segundo o diretor, esse movimento vem desde os últimos meses de 2023 e é considerado "natural" dado o crescimento da economia e aumento da demanda.

Balança comercial
Principais resultados - US$ bilhões

Variação Jan-Mai24/Jan-Mai23 (%)

	Exportação	Importação
Valor	2,3	1,8
Volume	7,4	11,5
Preço	-4,5	-9,2

Fonte: Secex/Mdic

US$ 35,9 bilhões
foi o superávit de janeiro a maio

US$ 34,5 bilhões
foi o saldo positivo de igual período do ano passado

"Petróleo mantém a tese de que será um dos grandes condutores de recursos em 2024"
Lucas Barbosa

Vendas para a Argentina despencam

Marta Watanabe
De São Paulo

A exportação para a Argentina somou US$ 5 bilhões de janeiro a maio deste ano, com queda de 33,1% em comparação a iguais meses do ano passado.

Os embarques representaram 3,61% do embarque total brasileiro, a menor fatia para o período da série histórica de exportações, desde 1997. A menor participação até então havia sido em 2020, quando o país vizinho foi destino de 3,71% do valor embarcado pelo Brasil.

Considerando apenas o mês de maio, a exportação brasileira para a Argentina caiu 42,7%.

Os embarques foram de apenas US$ 1,1 bilhão e os argentinos acabaram sendo ultrapassados pela Espanha no ranking do mês de países que mais compram do Brasil. Para os espanhóis foram vendidos produtos brasileiros no valor de US$ 1,51 bilhão em maio.

No acumulado dos cinco meses a Argentina ainda é o terceiro país de destino dos embarques brasileiros. Automóveis e partes e peças de veículos são os produtos brasileiros mais exportados aos argentinos, itens que representam 24% do valor embarcado.

As importações brasileiras de produtos argentinos ficaram praticamente estáveis, com total de US$ 5 bilhões de janeiro a maio e com alta de 1,2% na comparação com igual período de 2023. O déficit da balança brasileira com o país vizinho foi de US$ 60,7 milhões.

A Argentina registrou vendas de US$ 1,05 bilhão em maio, com alta de 15% em relação a igual período do ano passado.

3,61%
É a participação argentina na exportação brasileira este ano

Conjuntura Valor que será dividido com os trabalhadores ainda não foi definido por conselho do fundo

Lucro do FGTS cresce 13% e vai a R$ 14,4 bi

Edna Simão e Guilherme Pimenta
De Brasília

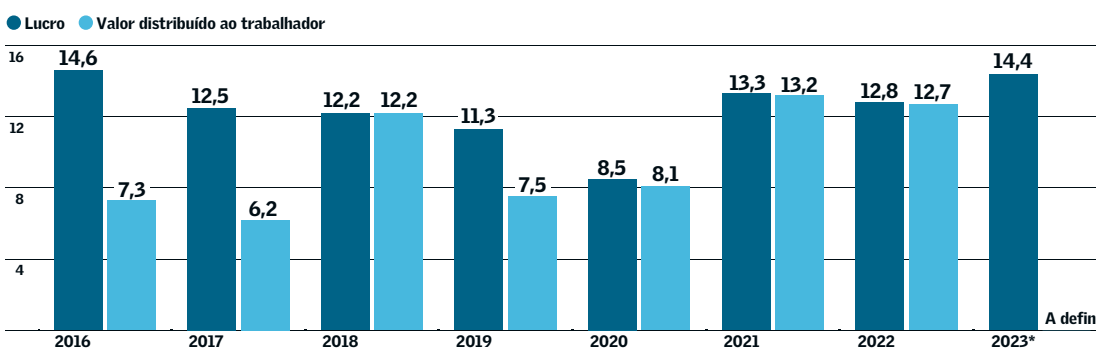
O lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) atingiu R$ 14,4 bilhões no ano passado, segundo balanço provisório resumido referente ao mês de dezembro — em 2022, o ganho foi de R$ 12,8 bilhões. Segundo técnico do governo ouvido pelo **Valor**, a alta nominal de 12,54% do lucro está diretamente relacionada ao retorno das aplicações em habitação, saneamento e infraestrutura.

A distribuição do lucro do FGTS nos últimos anos tem garantido uma rentabilidade acima da inflação para os trabalhadores com carteira assinada. O valor do resultado de 2023 que será dividido com o trabalhador neste ano ainda será definido pelo conselho curador do fundo até julho.

A possibilidade de se distribuir 99,9% do resultado, como aconteceu ano passado, ainda não está descartada. Fontes envolvidas no processo garantem que a distribuição será, no mínimo, de 90%. Essa decisão, no entanto, pode ser influenciada pela retomada, no próximo dia 12, de julgamento sobre mudança na remuneração do FGTS pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nesta semana, a vice-presidente de habitação da Caixa Econômica Federal, Inês Magalhães, chegou a dizer em evento da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), em São Paulo, que o julgamento é uma "espada sobre a nossa cabeça", dada a falta de escassez de recursos para financiamento imobiliário. A proposta em julgamento atrelaria a rentabilidade do fundo ao IPCA.

> Julgamento sobre remuneração do Fundo pelo STF pode influenciar divisão do lucro

Resultado bilionário
FGTS tem lucro de R$ 14,4 bi em 2023

Fonte: demonstrações financeiras e balancetes do FGTS.*Dado preliminar

Atualmente, a remuneração do FGTS é de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial), mas a distribuição do lucro do fundo. De 2016 a 2022, apenas em 2021 a correção do fundo, foi inferior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Normalmente, o lucro é aprovado no conselho curador do FGTS em julho, quando é definido também quando do resultado será distribuído para os cotistas do fundo. O repasse para as contas dos trabalhadores deve ser feito até o fim de agosto.

No ano passado, o conselho presidido pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, aprovou a distribuição de 99,9% do lucro apurado em 2022. No ano passado, a expectativa era que a divisão do resultado de 2023, o que deve acontecer até o fim de agosto deste ano, também ficasse acima dos 90%.

Na próxima semana, o STF vai retomar o julgamento do processo sobre a aplicação da TR como índice de correção dos saldos das contas vinculadas do FGTS.

O tema é relevante para o governo, pois pode causar uma despesa primária de até R$ 8,6 bilhões nos próximos quatro anos para remunerar as contas vinculadas ao FGTS caso prevaleça o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso. O julgamento está suspenso por um pedido de vista do ministro Cristiano Zanin.

O relator votou para afastar a TR e aplicar uma taxa de correção que não seja inferior à da caderneta de poupança a partir de 2025. Os ministros André Mendonça e Nunes Marques seguiram o voto antes do pedido de vista.

O governo vinha pedido o adiamento do julgamento porque estava tentando negociar um acordo com representantes de trabalhadores para pôr fim à ação. Havia receio de impacto fiscal antes da mudança no voto de Barroso, que jogou o impacto fiscal para 2025 — a mudança foi vista como uma "vitória parcial e preliminar" pelo governo.

Vacinação é desafio para volta de status de país livre de sarampo

Agência O Globo, do Rio

O Brasil completou na quarta-feira (5) dois anos sem novos casos autóctones de sarampo, ou seja, sem novos diagnósticos que tenham sido resultado de transmissão dentro do território nacional.

O marco é importante já que o país passa por um processo de recuperação do certificado de eliminação da doença, perdido em 2019. O Brasil conquistou o status, conferido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2016, depois de uma campanha de vacinação bem-sucedida que levou aos últimos diagnósticos confirmados em 2015. Nos dois anos seguintes, o país permaneceu sem registrar novos casos da doença. No entanto, em 2018, o vírus causador do sarampo voltou a circular no Brasil e provocar surtos, com um total de quase 10 mil infecções.

Segundo dados do DataSUS, do Ministério da Saúde, na época a cobertura com as duas doses da tríplice viral, imunizante que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, estava pelo quarto ano seguido abaixo de 80% — distante dos 95% preconizados pela pasta. Em 2019, os casos da doença explodiram, chegando a cerca de 21 mil no ano. Em 2020, a incidência continuou alta, porém diminuiu com as medidas de isolamento social impostas pela pandemia.

O número voltou a recuar em 2021 e, desde 2022, não há mais novos diagnósticos que tenham sido contraídos dentro do Brasil — todos os registros foram de indivíduos que vieram do exterior. O último caso local foi confirmado em 5 junho daquele ano, no Amapá.

Foi também em 2022 que o governo federal lançou o Plano de Ação para Interrupção do Sarampo, com a prioridade de eliminar surtos que estavam em andamento em quatro Estados: Amapá, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

Como resultado, no ano passado, após 74 semanas sem novas ocorrências, o Brasil obteve a elevação de status de "país endêmico" para "país pendente de reverificação" do sarampo.

Agora, em maio, o país recebeu a visita de comissão da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) com o objetivo de dar continuidade ao processo de recertificação do Brasil como livre da circulação de sarampo. No entanto, a vacinação ainda é um empecilho. Desde 2014, o Brasil não ultrapassa 90% da cobertura. No ano passado, segundo o Ministério da Saúde, apenas 67,9% do público-alvo recebeu as duas doses da vacina tríplice viral.

"Para que o Brasil possa continuar sem casos é fundamental alcançar coberturas vacinais de, no mínimo, 95% de forma homogênea, visando a proteção da nossa população diante da possibilidade de ocorrência de casos importados do vírus e reduzindo assim o risco de introdução da doença. Além do que, garante a segurança até mesmo das pessoas que não podem se vacinar", explica o diretor do Programa Nacional de Imunizações (PNI), Eder Gatti, em comunicado.

O imunizante, que protege, disponível na rede pública, é aplicado a partir do primeiro ano de vida. No calendário da criança, a primeira dose é orientada aos 12 meses, e a segunda, aos 15.

JEANE TSUTSUI
CEO DO GRUPO FLEURY E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

MP 1.227 forja frente contra o governo

César Felício

A polêmica a respeito da taxação de 20% das compras internacionais pela internet até US$ 50 mostra os limites e as nuances da direita no Congresso Nacional. O liberalismo irrestrito é uma bandeira bastante comum no segmento conservador e está bastante em voga no Legislativo, mas não se sobrepõe quando se unem dois vértices, o da defesa de interesses empresariais organizados e o do reforço de caixa para o governo.

Esses dois vértices uniram-se em relação a esse tema, mas a edição da Medida Provisória 1.227, que acaba com o crédito de PIS/Cofins para uma série de setores, restabeleceu o padrão de vento de lado que o Palácio do Planalto se defronta no Legislativo.

O caso das "blusinhas" é uma disputa entre consumo e produção que de nova nada tem. Os autores econômicos liberais consagrados descrevem desde o século 18 que quem tem mais escala e menos barreiras para oferecer seus produtos onde quer que seja pode vendê-los por menor preço. Produtos mais baratos se tornam mais acessíveis para um maior número de pessoas. Caso exista uma restrição, seja tributária, alfandegária ou de logística, a oferta fica menor, o preço sobe e a produção local torna-se mais atrativa. Vende-se mais caro para menos pessoas. A contrapartida é a geração potencial de emprego e renda no país de consumo, Brasil no nosso caso, e não na China, terra das três ou quatro plataformas digitais que fazem este tipo de venda.

Quando há uma disputa de fundo como essa, acaba a guerra cultural e Luciano Hang vai para um lado e o ultraliberalismo para o outro. É uma disputa entre produção e consumo que já se repetiu inúmeras vezes no espaço e no tempo. O que essa briga tem de sabor bem brasileiro não é o conteúdo, mas sim a forma, com o uso do jabuti. A norma, como é sabido, figura em um artigo de um projeto sobre outro tema. E não é um projeto qualquer, é o que institui uma nova política para o setor automotivo no país.

O caso da taxação da "blusinha" é um episódio pontual em que a direita racha em função de um desacordo no setor empresarial. O governo está prestes a ganhar um reforço de caixa com custo político bastante baixo, mas o que tem sido mais comum no Congresso é o governo Lula forjar coalizões contra si. Para as medidas arrecadatórias irem adiante, o custo político fica cada vez mais alto. A pressão que se desencadeia contra a MP 1.227, que restringe a compensação de créditos tributários do PIS/Cofins, é exemplar.

A MP 1.227 foi concebida a pretexto de compensar financeiramente a manutenção da desoneração da folha. Mas há sinais de que é uma troca com troco, representa ganho tributário para o governo. Impacta sobretudo o setor exportador, que ficaria sem ter como usar os créditos. A grita no setor produtivo é enorme.

Bastaram poucas horas para circular um manifesto assinado por 23 presidentes de frentes parlamentares pedindo a Arthur Lira e Rodrigo Pacheço a devolução da medida provisória.

O prognóstico para a tramitação dessa MP seria claramente ruim, caso ela de fato tramitasse, mas o próprio texto do manifesto já indica outra particularidade nacional, que é a disputa de protagonismo entre as duas Casas do Congresso.

Cabe apenas ao presidente do Senado deliberar sobre devolução de MP, na qualidade de chefe do Poder Legislativo. Essa não é uma incumbência do presidente da Câmara dos Deputados. A verdadeira chave do manifesto está na frase seguinte: "Caso não seja possível, que seja colocada em regime de urgência nas Comissões e Plenários para que o Congresso Nacional a rejeite prontamente, cessando sua vigência de forma imediata". É um clamor para que Lira e Pacheco, sempre divergentes sobre o rito de tramitação das MPs, trabalhem em conjunto.

É tamanho esse desentendimento que a MP do Mover, nome fantasia da nova política do setor automotivo, caducou no dia 31 de maio sem ser votada. A rigor, o setor está em um limbo jurídico. Desde o início da pandemia de covid-19, MPs em geral deixaram de ser votadas no Congresso porque a Câmara não aceita a regra de instalação de comissões mistas.

O que tem acontecido com mais frequência é a votação de projetos de lei improvisados a toque de caixa, sem passar por comissão nenhuma, tudo em regime de urgência. No momento em que a MP expira, ela é substituída automaticamente pelo projeto de lei aprovado. Não foi o que aconteceu agora, porque este arranjo obviamente favorece a Câmara como casa originária e tem horas em que a corda, esticada, arrebenta.

O dilema em relação à MP 1.227 é que enquanto Câmara e Senado negociam, o texto do governo continua em vigor. Uma janela se abre para a judicialização do tema. Já há pareceres de tributaristas indicando a inconstitucionalidade da mudança na compensação do PIS/Cofins. Segundo advogados, a MP quebra o princípio de não cumulatividade dessa contribuição.

Não é só Bolsonaro

Muito está se falando sobre o benefício ao ex-presidente Jair Bolsonaro caso avance o projeto de lei que proíbe delação premiada de presos. A proposta de DNA petista ressuscitada por Arthur Lira, contudo, não tem Bolsonaro como único beneficiário. Pode favorecer também o deputado Chiquinho Brazão, acusado de ser mandante da morte de Marielle Franco.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Judiciário Maioria dos procurados deixou o país clandestinamente; apenas 49 tinham sido presos

Nova fase da Lesa Pátria busca 200 suspeitos de participar do 8 de Janeiro

Isadora Peron
De Brasília

A Polícia Federal (PF) deflagrou nessa quinta-feira (6) uma nova fase da Operação Lesa Pátria, com o objetivo de prender mais de 200 foragidos suspeitos de envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Segundo informações divulgadas até as 18h, 49 pessoas haviam sido presas e outras diligências continuavam em andamento para a localização e captura de 160 condenados ou investigados considerados fugitivos.

Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "Mais de duas centenas de réus, deliberadamente, descumpriram medidas cautelares judiciais ou ainda fugiram para outros países, com o objetivo de se furtarem da aplicação da lei penal", informou a PF.

As prisões foram realizadas em 18 Estados e também no Distrito Federal. Segundo a colunista Bela Megale, do jornal "O Globo", a maioria dos fugitivos está na Argentina e deverá ser aberto um processo para que eles sejam extraditados. O **Valor** apurou que investigações apontam que as pessoas saíram do país clandestinamente, isto é, sem passar por pontos de controle migratório regulares.

Em maio, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a inclusão de 51 acusados de participação nos atos golpistas na difusão vermelha da Interpol. A medida foi adotada após reportagem do portal "UOL" revelar que dezenas de pessoas estavam com mandados de prisão em aberto ou haviam fugido do país após quebrar as tornozeleiras eletrônicas.

A Interpol é a Organização Internacional de Polícia Criminal, que reúne 196 países. Quando uma pessoa é incluída na lista da difusão vermelha, ela pode ser presa em um país estrangeiro, já que há um mandado de prisão em aberto contra ela no Brasil.

> Mandados de prisão preventiva foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal

ERALDO PERES/AP — 8/1/2023

Atos golpistas em Brasília: duas centenas de réus descumpriram medidas cautelares ou fugiram para outros países

Ao todo, a Polícia Federal já deflagrou 27 fases da Operação Lesa Pátria e realizou centenas de prisões que miraram não somente quem participou dos ataques às sedes dos Três Poderes, mas também incitadores, financiadores e autoridades omissas supostamente envolvidas no caso.

Os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

Na quarta-feira, o deputado Rodrigo Valadares (União-SE), aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), foi escolhido para relatar o projeto que busca anistiar participantes de manifestações com teor golpista, entre elas, os atentados de 8 de janeiro.

Pelo texto, a anistia deve valer para possíveis crimes ocorridos desde 30 de outubro de 2022, data do segundo turno das eleições presidenciais, quando bolsonaristas radicais começaram a bloquear rodovias e acampar em frente a quartéis do Exército por não aceitarem a derrota nas urnas.

Senadores buscam alternativas para compensação

Caetano Tonet, Julia Lindner, Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Após a reunião de líderes dessa quinta-feira (6), senadores comprometeram-se a buscar alternativas para a compensação da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios.

Na terça-feira (4), por medida provisória, o Ministério da Fazenda limitou o uso de crédito do PIS e da Cofins e vedou o ressarcimento em dinheiro por meio do uso de crédito presumido para compensar a medida. A MP não foi bem recebida pelos congressistas após a forte reação dos setores impactados, como o da exportação e o agronegócio.

Segundo o líder do União Brasil, Efraim Filho (União-PB), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), solicitou à consultoria da Casa um estudo sobre o impacto da MP sobre o setor produtivo. Além disso, conforme Efraim, o governo se comprometeu em se aprofundar no tema.

"Recebemos uma grande inquietação por parte do setor produtivo. O colégio de líderes se comprometeu a se debruçar sobre os impactos reais dessa MP", afirmou Efraim.

"O relator Jaques Wagner também se comprometeu a, junto com o Ministério da Fazenda, ter um estudo mais elaborado do real impacto dessas medidas. O projeto está em suspenso aguardando os estudos para compor o relatório do senador Jaques Wagner", acrescentou Efraim.

O **Valor** apurou que o Ministério da Fazenda já está trabalhando para entregar o estudo de impacto em breve aos parlamentares. Além disso, membros da pasta afirmam que haverá um olhar acurado para o setor da exportação, que é afetado pela medida.

A pasta entende que o limite às compensações de PIS/Cofins era a única medida viável para conseguir uma arrecadação de quase R$ 26,3 bilhões neste ano. Outras possibilidades foram estudadas, como aumentar a CSLL dos bancos, mas foram descartadas, porque teriam um impacto muito forte e precisariam cumprir noventena.

Medidas mencionadas por parlamentares, como a repatriação de ativos, por exemplo, seriam insuficientes segundo membros da Fazenda, já que geraria uma arrecadação de cerca de R$ 1 bilhão.

> "O colégio de líderes vai se debruçar sobre os impactos dessa MP"
> *Efraim Filho*

Líder do PP no Senado, a senadora Teresa Cristina (MS) afirmou que a medida encaminhada pelo governo vai impactar os investimentos no país.

"O caminho que o setor produtivo de vários setores entende é que você não pode resolver um problema gerando um problema muito maior. Agora, precisa conversar com o governo e eles têm que dar as alternativas. Você fazer a reoneração [desoneração] e reonerar do outro lado R$ 29 bilhões é muito ruim. Então essa conversa precisa ser feita porque isso é um desestímulo a investimentos no Brasil", pontuou a senadora.

Após suspender decisão liminar que anulou a desoneração da folha de pagamentos em abril, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Cristiano Zanin, deu 60 dias para o Congresso votar projetos de lei formalizando o acordo da desoneração dos 17 setores e dos municípios.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), firmaram então um acordo em torno de um projeto de lei que prevê a manutenção da desoneração neste ano e do aumento progressivo da cobrança a partir de 2025. Atualmente, o modelo de desoneração da folha permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

A alíquota dos setores contemplados passará a ser de 5% sobre a folha de salários em 2025; 10% em 2026; 15% em 2027; e 20% (valor cobrado hoje das demais empresas que não são alcançadas pela desoneração) em 2028.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a setores intensivos em mão de obra. Juntos, os 17 setores da economia beneficiados pela desoneração geram cerca de 9 milhões de empregos.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%. O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mais tarde, o veto presidencial foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração, entre outros pontos da agenda fiscal.

Congresso Empresários queriam tributação sobre importados, mas texto aprovado reduz carga sobre produtos acima de US$ 50

Taxa das 'blusinhas' diminui imposto sobre bem mais caro

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Contrariando as expectativas de empresários brasileiros, o projeto de lei que acabou com a isenção para compras internacionais de até US$ 50 tornará mais competitivos os produtos acima dessa faixa de preço que são importados via e-commerce. O texto aprovado no Congresso criou um desconto de US$ 20 sobre os 60% de imposto de importação pagos nesses casos.

No dia da votação, o relator do projeto, deputado Átila Lira (PP-AL), só anunciou o acordo para acabar com a isenção e instituir cobrança de 20% de Imposto de Importação sobre as compras de até US$ 50 — valor que inclui o preço do produto, do frete e de eventual seguro. Se a compra ultrapassasse US$ 50, já havia cobrança de 60% do Imposto de Importação, o que foi mantido.

Mas o projeto criou uma dedução de US$ 20 no imposto que aliviará substancialmente a carga tributária sobre os produtos que ultrapassavam por pouco essa faixa de preço. O redutor valerá para compras entre US$ 50 e US$ 3 mil. A informação foi revelada pelo site "Jota". O **Valor** procurou Átila Lira para comentar, mas não teve retorno até a publicação desta reportagem.

Um produto de US$ 55 paga hoje US$ 33 de imposto de importação ao entrar no Brasil. Quando o projeto for sancionado, passará a pagar apenas US$ 13 a mais com este tributo. Na cotação desta quinta-feira, o consumidor economizará R$ 105 só com este imposto federal.

A redução será ainda maior porque sobre essas compras são cobrados também 17% de ICMS pelos Estados, independentemente do valor. O tributo é calculado "por fora", o que eleva os preços. Com a alíquota de 20% de imposto de importação, a compra abaixo de US$ 50 terá aumento de carga de 22% para 44,5%, atendendo ao pleito das empresas no Brasil.

Por outro lado, um item de US$ 60 terá redução na carga de 92% para 52,61% com a dedução criada no projeto — o preço passaria de R$ 604 para R$ 480. Uma compra de US$ 100 pagará 68,67% em tributos. Quanto maior o valor da compra, menor o efeito dessa nova dedução. Um produto de US$ 3 mil, valor máximo permitido pelo texto, será taxado em 91,97% ao entrar no país.

O fim da isenção foi defendido por empresários brasileiros da indústria e do varejo como uma forma de garantir maior competitividade contra os marketplaces internacionais, com o argumento de que pagam carga tributária muito maior do que os importados e geram empregos no Brasil. Já as empresas de e-commerce rebatiam que esta é uma prática mundial e que permite à população de baixa renda acesso a itens mais baratos.

O resultado final desse impasse acabou criticado pelos empresários brasileiros, que consideraram os 20% de taxação insuficientes. O que não contavam, contudo, é que o projeto ainda reduziria a carga tributária dos produtos que já eram taxados.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 28/5/2024
Átila Lira: relator do projeto anunciou acordo mas não o desconto

O texto já foi aprovado de forma idêntica na Câmara e no Senado e, portanto, não pode mais ser alterado, mas depende ainda de uma avaliação dos deputados sobre as alterações feitas pelos senadores no novo programa automotivo brasileiro, o Mover, o que deve ocorrer na terça-feira. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu aos parlamentares não vetar no projeto.

Barroso reafirma direito de ministros à segurança

Isadora Peron
De Brasília

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, afirmou nessa quinta-feira (6) que os ministros da Corte têm direito à segurança tanto em eventos públicos quanto privados. Em nota, ele disse que, até pouco tempo atrás, os magistrados conseguiam circular em agendas "inteiramente sós", mas que o clima de hostilidade dos últimos anos mudou esse quadro.

"Infelizmente, nos últimos anos, fomentou-se um tipo de agressividade e de hostilidade que passaram a exigir o reforço da segurança em todas as situações", afirmou.

Segundo ele, "as autoridades públicas de todos os Poderes circulam com esse tipo de proteção seja em eventos privados, seja em eventos públicos". "Porque, evidentemente, a agressão ou o atentado contra uma autoridade, em agenda particular ou não, é gravosa para a institucionalidade do país."

Os gastos com seguranças dos ministros, em viagens no exterior, têm chamado a atenção nas últimas semanas. O STF pagou R$ 39 mil a um integrante da equipe do ministro Dias Toffoli em diárias internacionais por viagem ao Reino Unido de 25 de maio a 3 de junho. Na ocasião, ele foi à final da Champions League. As informações foram publicadas pelos jornais "O Globo" e "Folha de S.Paulo".

Em abril, a Corte já havia desembolsado quase R$ 100 mil com diárias de um segurança que acompanhou Toffoli a Londres e Madri. Houve ainda um gasto de quase R$ 200 mil em diárias para quatro policiais federais acompanharem ministros da corte em viagem de fim de ano aos Estados Unidos.

Após a polêmica, o STF chegou a tirar do ar a página com as informações sobre diárias e passagens pagas para viagens de servidores. Depois de alguns dias, o serviço foi restabelecido, mas sem os nomes de agentes que acompanharam ministros em deslocamentos nacionais e internacionais. A medida, segundo a Corte, foi adotada para não colocar "em risco os servidores, suas famílias e as autoridades".

Sobre a viagem mais recente de Toffoli, o Supremo afirmou em nota que "as passagens, hospedagem e outras despesas foram pagas pelo próprio ministro". Também disse que "em nenhuma viagem o ministro recebeu passagens ou diárias do STF" e que "a orientação da segurança é não informar razões e locais de deslocamento". A Corte apontou ainda que os "gastos com segurança estão disponíveis de modo globalizado no portal da transparência".

Congresso Objetivo é não atrapalhar candidatos do partido nas eleições municipais e evitar retrocessos na pauta de costumes

Minoria na Câmara, PT faz concessões para conter danos

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Ciente de que é minoria em um Congresso majoritariamente conservador, o PT tem feito concessões mais à direita, numa política de contenção de danos na Câmara dos Deputados, com o objetivo de não atrapalhar candidatos próprios nas eleições municipais. O movimento também tenta amenizar o conteúdo dos projetos apreciados na Casa.

A estratégia já foi adotada por líderes do partido e do governo em ao menos duas oportunidades. A mais recente é na articulação em torno do texto que endurece penas para quem fizer aborto. Antes, as lideranças governistas já haviam feito concessões na negociação sobre a derrubada do decreto de Lula que restringe o acesso a armas.

No caso do aborto, governistas trabalham para que a análise da proposta ocorra em votação simbólica, uma forma de evitar que parlamentares coloquem suas digitais no projeto, diante da perspectiva de aprovação.

Um requerimento de urgência para acelerar a tramitação do texto entrou na pauta do plenário a pedido da bancada evangélica. O regimento interno prevê que pelo menos 257 deputados devem votar a favor do dispositivo para que um projeto possa ter a tramitação acelerada. A votação só pode ser simbólica caso todos os partidos concordem.

Os objetivos da manobra são evitar desgastes aos deputados que são candidatos nas eleições municipais e não causar constrangimentos aos integrantes da bancada petista que são religiosos.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cunha: líder do PT negocia flexibilização em proposta que pune quem fizer aborto

O plano foi discutido em reunião entre o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), o líder do PT na Casa, Odair Cunha (PT-MG) e o deputado Sóstenes Cavalcante (PL), um dos autores do texto. Os deputados Chico Alencar (Psol-RJ) e Ana Pimentel (PT-MG), que preside a Comissão da Mulher, também participaram do encontro, na quarta-feira (5). Líderes petistas buscaram convencer Alencar sobre a necessidade de o Psol concordar que a votação simbólica.

Flexibilizações no texto também foram discutidas na reunião. O projeto sugere a equiparação da pena de quem realiza aborto após a 22ª semana de gestação com viabilidade fetal à punição aplicada a quem comete homicídio.

Um dos pedidos a Sóstenes foi deixar claro que não haverá a equiparação da punição em casos de aborto legal, já previstos em lei ou respaldados por decisões judiciais.

O líder evangélico indicou que não poderia fazer compromisso sobre ajustes no texto antes de conversar com os demais autores da proposta. Consultados por Sóstentes, coautores não demonstraram disposição em fazer mudanças. Na avaliação dos evangélicos, a proposição avançará com placar expressivo.

Durante a reunião, Guimarães teria sinalizado que o governo não se posicionará durante a votação, ou seja, não dará nenhuma orientação aos membros de partidos da base governista. A postura é vista por integrantes da oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como uma forma de evitar que mais um resultado seja interpretado como uma derrota imposta pelo Legislativo ao Executivo.

A previsão é que a votação do requerimento de urgência ocorra na próxima semana. Apesar de o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), ter afirmado que não há compromisso de apreciar o mérito, deputados da oposição querem articular para que a análise também ocorra nos próximos dias.

Ao **Valor**, o líder do PT na Câmara disse não haver acordo para votar o texto na semana que vem e explicou que líderes concordaram, durante reunião do colégio de líderes, em analisar proposta sobre assistolia fetal e não o projeto de autoria de Sóstenes. Também procurado, Guimarães afirmou que as questões não são de governo.

Já em relação ao decreto das armas, PT e o governo apoiaram recentemente a derrubada de parte do texto. Ligada ao governo, a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) foi escolhida para fazer o relatório, e as votações do requerimento de urgência e do mérito, que ocorreram na semana passada, foram simbólicas.

A análise ocorreu um mês após o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, indicar que concordava com algumas mudanças no decreto do presidente.

Haddad receberá GT da tributária, e Lira marca reuniões semanais

De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá uma primeira reunião com os integrantes do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados para regulamentação da reforma tributária na terça-feira, após voltar de viagem internacional. A ideia dos sete membros do colegiado é já abrir negociações com o Executivo para poder entregar um parecer em quatro semanas.

Haddad já exercia esse papel de negociador durante a discussão da proposta de emenda constitucional (PEC) que criou o novo sistema tributário, mas foi chamado novamente à função após parte do GT rejeitar que o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, conduza as conversas pelo lado do governo Lula (PT).

Padilha é desafeto do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O ministro tentou organizar um encontro com os sete deputados do GT na semana passada para falar sobre a proposta, mas Lira os convocou para uma reunião no mesmo horário, e a conversa foi desmarcada.

Esta semana, o ministro voltou a convidar os deputados para a reunião no Palácio do Planalto, mas integrantes mais ligados à oposição disseram que não fazia sentido a discussão ocorrer na sede do governo se o tema é econômico. Haddad, então, chamou os integrantes do GT para encontrá-lo terça-feira.

A Secretaria de Relações Institucionais, contudo, deve continuar a acompanhar o assunto, inclusive para fazer a interlocução com a sociedade civil e empresários no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável, o "Conselhão".

As reuniões do GT com Lira também serão semanais até a aprovação da reforma. Ele decidiu receber os deputados todas as terças-feiras à noite, após o fim da sessão, para debater as negociações em curso, com o objetivo de garantir a aprovação antes do recesso parlamentar, que começará em 18 de julho.

Lira rejeitou a possibilidade de nomear o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) como relator do projeto de lei e escolheu montar o GT com um representante de cada um dos maiores partidos, sem um relator ou coordenador. Ribeiro era o favorito do governo e de setores do empresariado para a função após a bem-sucedida relatoria da PEC.

O formato escolhido foi visto por aliados como uma forma de Lira concentrar mais poder nas negociações, mas, até agora, ele não sugeriu nenhuma mudança ou defendeu benefícios a algum setor específico nessas reuniões, segundo os integrantes do GT.

A principal preocupação de Lira até o momento, de acordo com esses relatos, é garantir a aprovação este semestre. As audiências públicas começaram na terça-feira, dia 28 de maio, e se estenderão até 20 de junho, com quatro ou cinco debates públicos por semana. O GT deve preparar um parecer para ser divulgado até 4 de julho, com a meta de votá-lo no plenário entre 9 (terça-feira) e 12 de julho. Essa programação já considera a possibilidade de eventuais atrasos que empurrem a votação para a semana seguinte. *(RDC e MR)*

Entrevista Líder do PSD e aliado do governo, Otto Alencar diz que parlamentares não conseguem acesso aos ministros e reclamam de falta de atenção

'Há uma insatisfação clara dos senadores com o governo'

GESIVAL NOGUEIRA KEREC/VALOR

Otto Alencar: "Quando estive com Lula, eu disse: 'Presidente, facilite a minha vida de líder, atenda os senadores'"

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Líder do PSD no Senado, o maior partido da Casa, o senador Otto Alencar (BA) afirma que existe uma "insatisfação clara" de parlamentares da base aliada com a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A fala de um dos principais aliados do Palácio do Planalto no Legislativo ocorre em meio a uma sucessão de derrotas do governo no Congresso.

"É duro falar isso, mas muitos senadores não têm nem acesso aos ministros, nem retorno das ligações", disse Alencar em entrevista ao **Valor**. "Alguns senadores dizem: 'Otto, eu sou ninguém para o governo. Eles acham que eu não existo'. A desatenção tem sido muito grande", contou.

Segundo Alencar, ministros indicados por siglas do Centrão, antes adversários de Lula, têm privilegiado apenas aliados.

"É preciso que os ministros com autonomia resolvam os problemas de deputados e senadores, para que o problema não tenha que chegar no presidente da República. Mas não está acontecendo isso. E não sei se o núcleo duro do governo está passando isso para o presidente", declarou.

O senador baiano chegou a sugerir há três meses que Lula chamasse os parlamentares para conversas presenciais, mas isso não ocorreu até o momento. "Sem isso, fica difícil", avaliou.

Ainda de acordo com ele, na votação do projeto de lei que fixa em 20% a taxação sobre compras internacionais de até US$ 50, a bancada do PSD só entregaria sete votos entre os 14 integrantes do grupo — sem considerar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Cotado como um potencial candidato na disputa à sucessão de Pacheco, Alencar não descarta a possibilidade, mas diz que o tema só deverá ser discutido após as eleições municipais.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Como avalia a articulação política do governo junto ao Congresso? Vê dificuldades?*

Otto Alencar: No ano passado, o governo foi muito vitorioso. Este ano, por outro lado, perdeu nos vetos que tinha interesse [como o da saidinha, na última sessão do Congresso]. Além disso, aprovou o PL de recriação do DPVAT com 41 votos [número mínimo]. Por quê? Porque alguns senadores da oposição foram convencidos a votar a favor por mim e pelo [Jaques] Wagner. Não foram senadores que estão no governo. Depois disso, todas as matérias que têm sido levadas ao plenário enfrentam dificuldade, inclusive a questão da taxação das compras internacionais. Se fosse para fazer deliberação nominal, o governo perderia por muitos votos. Havia a ausência de muitos governistas, inclusive do PSD. Existe uma insatisfação clara dos senadores com o governo. Está mais do que claro. As queixas vêm até mesmo do PT.

Valor: *Por qual razão?*

Alencar: É de uma maneira geral. É duro eu falar isso, como líder de partido, aliado do governo, mas muitos senadores não têm acesso aos ministros, nem retorno das ligações. É impossível você falar, por exemplo, com o presidente do Ibama e ele retornar ou atender. Ninguém está atrás de coisas que seriam impossíveis, isso é fluxo de governo. Realmente existe uma dificuldade muito grande. Nos esforçamos, por exemplo, para rejeitar o projeto [que dificulta a cobrança] do imposto sindical na CCJ, na quarta-feira (5), e perdemos por 16 votos a nove. Era interesse do governo. Alguns senadores aqui da base falam: "Otto, eu não sou ninguém para o governo, eu não sou ninguém. Eu sou senador da República."

Valor: *O senhor já falou sobre isso com Lula?*

Alencar: Quando eu estive com o presidente Lula, no último jantar no Palácio da Alvorada, eu disse que era preciso entrar na articulação, abrir a agenda dele para receber senadores pessoalmente. E isso não aconteceu. Eu já cobrei isso do líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), do ministro Alexandre Padilha, mas não tem acontecido. Tem senadores aqui que nunca estiveram com o Lula, são vários, do meu partido, inclusive. Eu sou da causa, acredito no presidente, trabalho intensamente e tenho firmeza de que o projeto vai dar certo e vai ser bom para o Brasil. Mas dentro do PSD eu já não conto com o voto de muitos senadores.

Valor: *Resumindo, é uma questão de falta de atenção?*

Alencar: Sim. Fica claro que o presidente, para fazer maioria, mais na Câmara, teve que compor com grupos que não o apoiaram... Todo presidente da República faz esse tipo de aliança. Mas, é preciso que os ministros com autonomia para resolver os problemas de muitos deputados e senadores os resolvam, para que o problema não tenha que chegar no presidente da República. Mas não está acontecendo isso. E não sei se o presidente está tendo conhecimento disso. Me parece que o núcleo duro do governo não está passando isso para ele. Quando estive com Lula, eu disse: "Presidente, facilite a minha vida de líder, atenda os senadores". Sem isso, fica difícil.

> "Tem senadores aqui que nunca estiveram com o presidente Lula, são vários, do meu partido, inclusive"

Valor: *Quais foram as dificuldades em busca dos votos para o PL que taxa em 20% compras internacionais de até US$ 50?*

Alencar: Eu liguei para alguns do PSD que falaram que não iriam votar. Ontem [quarta-feira], se tivesse voto nominal, eu só teria sete votos, dos 14 que votam. É metade.

Valor: *Considera que será necessária uma reforma ministerial?*

Alencar: Quando você é ministro de Estado, você é ministro de todos que compõem a base, não é ministro de partido. Não é porque o [Alexandre] Silveira está no ministério [de Minas e Energia] do PSD que ele tem que atender só o PSD. Não existe ministro de partido, de dizer "eu vou atender o fulano de tal". Não é assim. E isso de alguma forma tem dificultado algumas coisas que estão acontecendo para atender a quem indicou. Não é assim, você é ministro de Estado, deve atender a todos igualmente.

Valor: *Quais são os ministros?*

Alencar: Prefiro não falar.

Valor: *Qual seria o melhor timing para fazer eventuais ajustes?*

Alencar: Isso tem tempo para ajustar porque este ano é ano eleitoral. Vai ter que ver como que sai das urnas, sobretudo nos grandes centros urbanos, não só nas capitais. O que sai das urnas é o exame exato do que está acontecendo na política. É quase que uma ressonância magnética do quadro eleitoral.

Valor: *Essa situação da articulação pode prejudicar o governo novamente em próximas votações?*

Alencar: Tradicionalmente, em ano eleitoral, o presidente e os governadores esperam o resultado para saber quem saiu forte e quem saiu fraco. Depois é que avançam os principais projetos na ponta. O governo internamente fez praticamente tudo, falta só regulamentar a reforma tributária, que eu não acredito... Este semestre já foi, no segundo, com as eleições, vai ser difícil.

Valor: *A regulamentação da tributária deve ficar para 2025?*

Alencar: Acho que sim.

Valor: *O que o senhor vê de mais importante que pode ir a votação ainda neste ano?*

Alencar: Está tramitando aqui o projeto do hidrogênio verde, do qual eu sou relator, e que deve ser aprovado em breve. Outra matéria de interesse do governo, da qual também sou relator, é a de seguros e resseguros, que precisa ser apreciada. Tenho conversado com o ministro Fernando Haddad [Fazenda] sobre isso, afinamos o relatório juntos.

Valor: *Muitos acreditam que a eleição à sucessão do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) já está resolvida com a pré-candidatura de Davi Alcolumbre (União-AP). Por outro lado, o nome do senhor também é apontado como o de possível candidato. Como vê esse cenário?*

Alencar: Pela minha experiência, esse assunto deve ser tratado depois das eleições municipais. A sucessão da Casa Legislativa começa três meses antes. Eu vou reunir o partido e o presidente Rodrigo Pacheco também tem que ser ouvido. Em qualquer Casa Legislativa, o comandante da sucessão é o próprio presidente, conversando com diversos partidos. Eu ainda não ouvi do presidente Pacheco a preferência pelo nome do Davi, do meu ou de um outro senador. Depois das eleições é que nós vamos discutir. Pela relação que tenho aqui no Senado, meu nome é sempre lembrado por muitos dos meus colegas, mas eu vou deixar isso para depois. Se eu vier a assumir, vai ser dentro de um padrão em que todos possam participar da Mesa Diretora, até mesmo a oposição.

> "O momento não é próprio para radicalismos. Se a solução não vier com o entendimento, não virá com os exaltados"

Valor: *A disputa no Senado parece ter se antecipado e muitos consideram que Pacheco já estaria comprometido com Alcolumbre...*

Alencar: Sendo do nosso partido, Pacheco teria e terá que discutir com o nosso partido. Ele não pode desconhecer que é do PSD. O primeiro a apoiá-lo [à presidência] fui eu. O PSD tem crédito com ele, como tem o Davi. Se houver uma composição, ótimo. Se houver um embate, tem que ser dentro de um padrão ético.

Valor: *Há relação entre a próxima disputa no Senado e na Câmara? As negociações ocorrerão de forma conjunta?*

Alencar: Não vejo essa relação, não. Não é só partido que faz o político, o político também se faz dentro do partido e fora.

Valor: *O embate com a Câmara sobre a instalação das comissões mistas continua...*

Alencar: Eles não aceitam a lei. Está na lei. As medidas provisórias são analisadas por comissão mista, com proporcionalidade. Lamentavelmente, essa é uma crítica que eu fiz lá atrás ao presidente da Câmara, ele não está aceitando isso. É um descumprimento da legislação. Se quisessem mudar a composição das comissões, teriam que mudar a lei. Então, enquanto não muda a lei, descumpre-se a lei? Está errado. Só haveria saída pela via jurídica, para o STF mandar cumprir a lei... Mas, o presidente Pacheco optou por não tensionar, em um momento que já é de tensão, uma sequela da eleição de 2022. O momento não é próprio de estimular radicalismos. Se a solução não vier com o entendimento, não virá com os exaltados.

Valor: *Tem receio do aumento do conservadorismo e de pautas de confronto ao STF no Senado?*

Alencar: Não existe a menor possibilidade de o Senado fazer impeachment de ministro do Supremo porque todos os requerimentos que foram encaminhados aqui, eu li todos, não têm fato determinado. O que há aqui é que os ministros do STF têm tomado decisões que de alguma forma vêm de encontro a interesses políticos. A única crítica que eu tenho ao STF é à publicidade que tem sido dada a votos pela TV Justiça. Deu um caráter político. Eu fui conselheiro do Tribunal de Contas e nunca dei entrevista. O juiz fala nos autos.

Valor: *A PEC que fixa mandato para ministros pode avançar?*

Alencar: Sou contra, no meu conceito individual, sem falar pelo PSD. Acho difícil passar aqui.

Estados Convidado de uma corretora para falar sobre sua gestão, governador de São Paulo cita ação do MP como ato do Executivo

Combater infiltração do PCC é prioridade, diz Tarcísio

Lucas Ferraz
De São Paulo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nessa quinta-feira que o enfrentamento ao crime organizado é uma das prioridades de sua gestão no Estado, citando como exemplo a operação do Ministério Público (MP) paulista contra o grupo Primeiro Comando da Capital (PCC), realizada em abril.

O político citou as operações realizadas pelo Gaeco, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do MP, como se fossem ações comandadas pelo Executivo que dirige. O MP tem autonomia para investigar.

"Estamos entrando onde as pessoas não queriam entrar, nós entramos na questão do crime organizado no transporte coletivo. A gente está enfrentando a questão do crime organizado na infiltração política. Fizemos operações nas prefeituras. O grande risco é infiltração do crime organizado na política", declarou.

Em abril, foram duas operações distintas realizadas contra o PCC: uma relacionada a empresas de ônibus suspeitas de levar dinheiro para o grupo por meio de contratos na capital paulista, e outra focada em pessoas — inclusive vereadores — suspeitas de fraudar licitações em diferentes prefeituras paulistas para também beneficiar o grupo.

Dois políticos de São Paulo foram convocados, como testemunhas, para serem ouvidos na investigação sobre as empresas de ônibus usadas pelo PCC: o presidente da Câmara Municipal da capital, Milton Leite (União Brasil), e o deputado federal Jilmar Tatto (PT).

"A essência da coisa não é discutida, estamos preocupados com a infiltração do crime organizado na questão dos combustíveis. Causa uma evasão fiscal muito grande. Estamos preocupados com a aquisição de usinas pelo crime, com a infiltração na saúde, no setor de serviços", afirmou Tarcísio.

Ele citou as operações realizadas pela Polícia Militar na Baixada Santista, iniciadas ainda no ano passado, para, como disse, "reconquistar o território". A ação foi criticada pela oposição e por grupos de direitos humanos pela alta letalidade — as mortes pela PM na Baixada Santista cresceram 394% no 1º trimestre de 2024. O governador lembrou das críticas que recebe, mas afirmou que o importante é dar "respaldo" para a polícia atuar.

O porto de Santos, conforme lembrou o governador, ainda gera preocupação por ser o segundo maior exportador de droga do mundo, atrás apenas do de Guaiaquil, no Equador. "E veja como está o Equador hoje", ressaltou.

Em alta conta nos círculos do mercado financeiro e entre empresários, o governador de São Paulo foi convidado de um evento organizado por uma corretora de investimentos, na capital paulista, para falar sobre a sua visão de Estado.

Um dos presentes era o ex-jogador e empresário Ronaldo Nazário, que contou já ter uma relação de amizade com Tarcísio e que inclusive já foi recebido pelo governador no Palácio dos Bandeirantes, sede do Executivo paulista. O pai de Tarcísio foi presidente do São Cristóvão, clube do Rio de Janeiro que revelou o atleta no início da década de 1990.

Questionado pelos presentes sobre o futuro político, numa expectativa de que pode ser candidato à Presidência em 2026 representando o campo político da direita, Tarcísio disse estar focado, nesse momento, em deixar sua "marca" no Estado de São Paulo. Ele, contudo, voltou a dizer que sempre estará do lado e sempre será grato ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), seu padrinho político.

FELIPE MARQUES/ZIMEL PRESS/AGÊNCIA O GLOBO

Tarcísio: para governador, o importante no combate ao crime organizado é dar "respaldo" para a polícia atuar

Sem o X, STF fecha acordo contra 'fake news' com plataformas

Isadora Peron
De Brasília

Sem a presença de representantes do X (antigo Twitter), o Supremo Tribunal Federal (STF) celebrou nessa quinta-feira (6) acordos de adesão ao Programa de Combate à Desinformação com seis plataformas: Google, YouTube, Meta, TikTok, Kwai e Microsoft.

Segundo o STF, a empresa foi procurada, mas as tratativas ainda estão em andamento. Em abril, o bilionário Elon Musk, dono do X, envolveu-se em uma disputa pública com o ministro Alexandre de Moraes, a quem acusou de censurar o debate público no país.

Durante a cerimônia, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, destacou que é "impossível" combater as "fake news" sem a colaboração das plataformas e classificou o ato como o "início de uma parceria no combate à essa pandemia", que é a desinformação.

Barroso também afirmou que o mundo vive um "momento muito delicado" e que a intenção é sempre proteger a liberdade de expressão, mas que os desafios estão cada vez maiores, especialmente diante dos avanços do uso da Inteligência Artificial para manipular conteúdos.

"Nós não podemos permitir que, por trás do biombo da liberdade de expressão, se desenvolva um mundo, uma sociedade, onde ninguém possa mais acreditar naquilo que vê. E com as 'deep fakes' é pior ainda, porque nós somos educados para acreditar naquilo que nós vemos e ouvimos", disse.

Segundo ele, "o dia que nós não pudermos mais acreditar naquilo que vemos e ouvimos, a liberdade de expressão terá perdido inteiramente o sentido".

Os acordos celebrados nessa quinta-feira preveem o desenvolvimento de ações conjuntas, com a finalidade de promover iniciativas educativas e de conscientização para enfrentar os efeitos negativos provocados pela disseminação de notícias falsas, discurso de ódio e ataques à democracia.

Neste primeiro momento, ainda não há ações específicas a serem desenvolvidas com cada plataforma, o que vai ser discutido com cada empresa. Ao todo, o projeto já conta com 110 parceiros oficiais. A adesão ao programa não envolve repasses de recursos financeiros da parte do STF nem das plataformas.

Curtas

Erundina

A deputada federal Luiza Erundina (Psol-SP), de 89 anos, internada no Hospital Sírio-Libanês, em Brasília, deve ser transferida para um quarto nesta sexta-feira, segundo comunicado distribuído por sua assessoria nessa quinta. "Erundina continua bem de saúde, disposta e conversa normalmente", afirmou a nota. A deputada sentiu um mal-estar na quarta-feira, durante sessão da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e foi internada na unidade de terapia intensiva (UTI) do hospital.

Expulsão

Após o deputado Junior Lourenço (PL-MA) votar pelo arquivamento de denúncia contra André Janones (Avante-MG) no Conselho de Ética da Câmara, o PL abrirá um processo que pode levar a expulsão do parlamentar da legenda. Expoentes do PL devem ingressar com um processo no conselho de ética da sigla para que Lourenço deixe de figurar entre os quadros do partido.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58	0,30
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4	-0,4
Indústria de transformação	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1	-0,3
Indústrias extrativas	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9	-1,3
Bens de capital	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3	-5,5
Bens intermediários	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4	-0,5
Bens de consumo	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5	1,0
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3	-2,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4	0,9
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.920	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300
Importações	21.879	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121
Saldo	9.041	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	mai/24	abr/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice mai/24	Número índice abr/24	Número índice dez/23	Número índice mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	0,44	0,21	2,12	4,72	3,70	6.786,61	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	-	0,72	-0,26	-3,30	-2,32	-	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	-	0,26	1,33	3,48	3,54	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,84	-1,02	-5,92	-4,51	-	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	-	1,15	-0,46	-11,34	-7,77	-	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	-	0,73	-1,23	-3,77	-3,25	-	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	-	0,42	1,70	3,55	2,84	-	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	-	0,52	1,20	3,49	3,74	-	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	0,89	0,31	0,28	-3,18	-0,34	1.127,23	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	1,06	0,29	-0,42	-5,60	-1,73	1.328,63	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	0,44	0,32	2,17	3,40	2,96	732,02	728,84	716,46	711,01
INCC-M	0,59	0,41	1,69	3,32	3,68	1.104,46	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	0,09	0,33	1,61	3,15	2,66	686,12	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mai/24 0,04%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
No prazo legal				
1ª ou única	31/05/24	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/24		1,00%	+
3ª	31/07/24			Campo 8
4ª	30/08/24			+
5ª	30/09/24			Campo 9
6ª	31/10/24			
7ª	29/11/24			
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58

Necessidades de financiamento do setor público – Fluxos acumulados em 12 meses	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mar/24 Valor	mar/24 Var. %	abr/23 Valor	abr/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Guerras e clima agravam crise de pobreza alimentar

Luiza Palermo
De São Paulo

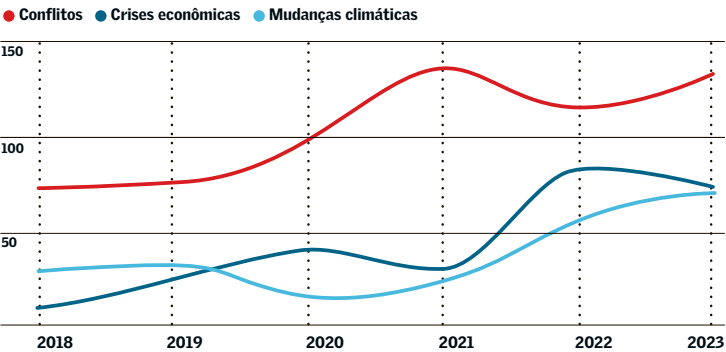
Os vários conflitos, como a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, e a crise climática têm dificultado os desafios das famílias para alimentar seus filhos, com uma em cada três crianças de países afetados em situação de extrema pobreza alimentar, alerta um estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgado ontem.

Na medida em que "conflitos, crises climáticas e choques econômicos" se amplia, mostra o estudo, 27% — mais de uma em cada quatro — das crianças até 5 anos de todo o mundo estão na extrema pobreza alimentar. Isso significa um total de 181 milhões de crianças desta faixa etária nessa situação.

Entre as regiões mais afetadas estão o sul da Ásia e a África Subsaariana, que abrigam 68% das crianças que vivem em situação de extrema pobreza alimentar.

A insegurança alimentar na África Subsaariana também foi agravada pelo aumento de secas e inundações causadas por mudanças climáticas, com a destruição de vastas extensões de terras aráveis.

Para crianças em países extremamente frágeis, a percentagem afetada pela extrema pobreza alimentar infantil pode atingir níveis excepcionalmente altos, como no Afeganistão, com 49% das crianças nessa situação, e na Somália, um país assolado por conflitos, secas e inundações, com 63%.

Guerras são a principal causa da pobreza alimentar, mais do que

crises climáticas e econômicas, diz um relatório recente da Food Security Information Network.

Segundo a ONG Global Initiative, quase 135 milhões de pessoas em 20 países enfrentaram insegurança alimentar aguda em 2023 causada por conflitos, aumento de 82% em relação aos 74 milhões de pessoas afetadas em 2018.

Na Faixa de Gaza, os meses de guerra entre Israel e Hamas contribuíram para um grande aumento da fome infantil. Dados do relatório do Unicef mostraram que 9 em cada 10 crianças no enclave passam por pobreza alimentar grave, conforme dados coletados entre dezembro de 2023 e abril de 2024.

"Isso é uma evidência do impacto terrível do conflito e das restrições humanitárias na capacidade das famílias de atender às necessidades alimentares das crianças — e na velocidade com que isso coloca as crianças em risco de má nutrição letal", aponta o relatório.

Ao mesmo tempo, o estudo indica que a insuficiência de recursos financeiros, seguida por dificuldades no acesso a alimentos nutritivos, foram barreiras relatadas por muitas famílias no mundo para alimentar suas crianças. Além disso, cidadãos das regiões mais pobres dependem cada vez mais de alimentos e bebidas ultraprocessados mais baratos.

"A alimentação precária de crianças pode ter um impacto negativo irreversível em sua sobrevivência, crescimento e desenvolvimento cerebral", disse a diretora do Unicef, Catherine Russell. "Crianças que consomem só dois grupos de alimentos por dia, por exemplo, arroz e um pouco de leite, têm até 50% mais chances de ter má nutrição grave", completou.

"O grau da pobreza alimentar infantil e as ameaças às dietas das crianças exigem mudança significativa nos compromissos e ações dos governos", conclui o estudo.

Guerra em Gaza Palestinos dizem que bombardeio em Nuseirat deixou 40 mortos; israelenses afirmam que alvos eram terroristas

Israel lança ataque a escola da ONU que alegou ser refúgio do Hamas

James Shotter
Financial Times, de Jerusalém

Um ataque israelense ao que seus militares disseram ser um complexo do Hamas em uma escola da Organização das Nações Unidas (ONU) na área central de Gaza, matou ontem dezenas de pessoas, segundo autoridades palestinas.

Israel disse que o ataque em Nuseirat (centro da Faixa de Gaza) teve como alvo militantes do Hamas e da Jihad Islâmica que fizeram parte das forças Nukhba que lideraram o ataque contra o território de Israel em 7 de outubro, que deixou 1,2 mil mortos.

No entanto, o Hamas acusou Israel de promover um "massacre terrível" e disse que o ataque à escola onde palestinos desalojados estavam abrigados, matou 40 pessoas, incluindo mulheres e crianças, e feriu outras 74.

Philippe Lazzarini, chefe da agência da ONU para os refugiados palestinos (UNRWA), que administrava a escola antes de ela ser fechada no começo da guerra, disse que "ao menos 35 pessoas" morreram no ataque e "muitas mais" ficaram feridas. Ele disse que 6 mil desabrigados palestinos estavam na escola no momento do ataque.

"As alegações de que grupos armados estariam no abrigo são chocantes. No entanto, não temos como verificar essa afirmação. Atacar ou usar prédios da ONU com finalidades militares é um flagrante desrespeito à lei humanitária internacional", afirmou ele.

Os militares israelenses disseram que tomaram medidas para reduzir o risco de danos para os civis, incluindo a vigilância aérea do local antes do ataque. Um porta-voz disse que os militares cancelaram o ataque duas vezes para limitar as baixas entre os civis. Ele acrescentou que 20 a 30 militantes estavam usando as instalações.

Israel se encontra sob uma crescente pressão internacional devido ao custo de sua ofensiva, que já matou mais de 36,5 mil pessoas, segundo as autoridades palestinas, e alimentou uma catástrofe humanitária na região.

> "Atacar prédios da ONU é flagrante desrespeito à lei internacional"
> *Philippe Lazzarini*

Na semana passada, Israel sofreu uma condenação generalizada depois que o ataque provocou um incêndio e matou dezenas de pessoas em um acampamento que abrigava palestinos desalojados em Rafah. O incidente ocorreu dois dias após o Tribunal Internacional de Justiça ordenar a Israel que parasse "imediatamente" sua ofensiva em Rafah, no sul de Gaza.

Num esforço para pôr fim ao conflito, que está em seu oitavo mês, o presidente dos EUA, Joe Biden, apresentou na semana passada uma proposta para libertar cerca de 120 reféns ainda mantidos pelo Hamas em Gaza e conseguir um cessar-fogo duradouro.

Ontem, EUA, Reino Unido e outros 15 países apelaram aos "líderes de Israel e do Hamas que façam todos os esforços necessários para firmar um acordo", alertando que "não há tempo a perder".

No entanto, nem Israel nem o Hamas aceitaram até agora o plano. Enfrentando pressões de membros da extrema direita do seu governo, o premiê israelense, Benjamin Netanyahu já reiterou que não concordará com um cessar-fogo antes de destruir o Hamas.

Entretanto, Ismail Haniyeh, chefe do gabinete político do Hamas, disse na quarta-feira que o grupo exige o fim permanente da guerra como parte de qualquer acordo.

"O movimento e as facções da resistência tratarão de forma séria e positiva qualquer acordo baseado num fim abrangente da agressão, a retirada completa e a troca de prisioneiros", disse ele.

Os esforços para acabar com a guerra ganharam urgência devido aos temores de que as hostilidades possam também causar um conflito total entre Israel e o Hezbollah, o grupo militante libanês apoiado pelo Irã, após uma escalada no fogo cruzado entre os dois lados na fronteira de Israel com o Líbano.

Israel confirmou ontem que um de seus soldados morreu após um ataque do Hezbollah com drone na quarta-feira, que deixou outros soldados feridos.

Netanyahu visitou na quarta-feira a cidade de Kiryat Shmona, no norte de Israel, e alertou que os militares israelenses estão "preparados para uma ação muito intensa no norte". Os comentários foram feitos um dia depois que o chefe das forças armadas, Herzi Halevi, alertou que um "ponto de decisão" se aproxima rapidamente sobre a necessidade ou não de lançar uma ofensiva no Líbano.

Desde outubro, 450 mortos nos prédios da ONU

Agências internacionais

Desde o início da guerra empreendida por Israel contra o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza, pelo menos 450 pessoas foram mortas enquanto se abrigavam em instalações da ONU, anunciou hoje a agência das Nações Unidas para Refugiados Palestinos (UNRWA, na sigla em inglês), após o mais recente ataque israelense no enclave que atingiu uma escola administrada pela agência.

Segundo a UNRWA, mais de 180 edifícios pertencentes à agência da ONU foram atingidos desde os ataques de 7 de outubro que desencadearam o conflito entre Israel e Hamas.

"A grande maioria eram escolas que foram transformadas em abrigos", disse a UNRWA, ao emitir um lembrete "a todas as partes no conflito de que as escolas e outras instalações da ONU nunca devem ser utilizadas para fins militares ou de combate. As instalações da ONU devem ser protegidas em todos os momentos". "Pelas leis internacionais, o pessoal, as instalações e as operações da ONU têm de ser protegidos sempre", Philippe Lazzarini, chefe da UNRWA e administrador da escola atacada ontem por Israel entes de ela ser fechada, em outubro.

Israel fez campanha para isolar a agência da ONU na Faixa de Gaza e acusa centenas de funcionários da UNRWA de serem membros de grupos terroristas palestinos. As autoridades israelenses também afirmaram que pelo menos 12 funcionários da agência participaram do ataque terrorista a Israel liderado pelo Hamas em 7 de outubro ou de suas consequências.

Como consequência, pelo menos 17 países, incluindo os EUA, suspenderam o financiamento à agência em resposta, e a UNRWA demitiu vários dos funcionários que Israel disse estarem envolvidos no ataque.

JORDAN PETTITT/POOL VIA AP

Biden (à esq.) e Macron (à dir.) saúdam os veteranos da batalha na Normandia

No 80º aniversário do Dia D, Biden faz alerta contra isolacionismo

Noemie Bisserbe, Tarini Parti e Stacy Meichtry
Dow Jones,
de Colleville-sur-Mer (França)

O presidente dos EUA, Joe Biden, aproveitou as comemorações do Dia D diante das praias da Normandia para fazer um alerta contra a disseminação do isolacionismo nos EUA e para defender as décadas de laços transatlânticos na área de segurança, que hoje se defrontam com novos conflitos e um autoritarismo crescente.

Biden fez os comentários diante do presidente da França, Emmanuel Macron, e de uma multidão de dignitários e veteranos idosos que estavam reunidos ontem no Cemitério Americano da Normandia, na França, no 80º aniversário da Operação Overlord, a maior invasão anfíbia da história.

"O isolacionismo não era a resposta há 80 anos e não é a resposta hoje", disse Biden. "O preço da tirania sem freio é o sangue dos jovens e dos bravos. As forças aliadas cumpriram o seu dever no momento de provação dessa geração. Hoje a questão para nós é: em nosso momento de provação, cumpriremos o nosso?"

As homenagens pelo Dia D oferecem aos EUA e a seus aliados uma ocasião para refletir sobre a escala colossal do sacrifício humano que foi necessário para montar a maior invasão anfíbia da história e acabar com a ocupação nazista da Europa durante a 2ª Guerra Mundial. Milhares de soldados dos EUA, do Reino Unido e do Canadá morreram nas praias da Normandia em 6 de junho de 1944, sob uma saraivada de tiros alemães.

Mas o 80º aniversário do Dia D ocorre em um momento que as relações transatlânticas encontram-se em um ponto de inflexão. Muitos líderes europeus discordam do apoio persistente de Biden a Israel na guerra em Gaza. E após dois anos de combates extenuantes na Ucrânia, os EUA e a Europa ainda têm dificuldades para ampliar a entrega de armas a Kiev para conter os avanços da Rússia.

Enquanto isso, a ascensão da China como potência militar impulsionou nos últimos anos uma virada das forças americanas, para se concentrar mais no Pacífico e menos na Europa e no Oriente Médio. Com a proximidades das eleições nos EUA, o presumível candidato republicano, o ex-presidente Donald Trump, questionou o compromisso de longo prazo de Washington com os aliados europeus que ficam fazendo economia nos gastos militares e levantou dúvidas sobre a disposição dos EUA de defendê-los da agressão russa.

"O que os aliados fizeram juntos há 80 anos excedeu em muito qualquer coisa que poderíamos ter feito sozinhos. Foi um exemplo poderoso de como alianças, alianças reais, nos tornam mais fortes – uma lição que eu rezo para que nós, americanos, nunca esqueçamos", disse Biden.

À medida que a Pax Americana se desvanece, também desaparece a memória viva dos soldados que lutaram para assegurá-la. Só algumas dezenas de veteranos americanos — muitos deles centenários — conseguiram reunir forças para atravessar o Oceano Atlântico este ano e visitar os túmulos de seus irmãos de armas caídos.

"Quase perdi meu otimismo quando a Rússia invadiu seu vizinho", disse o sargento Jake Larson, um veterano do Dia D que está com 101 anos. "Como é que o mundo pode seguir adiante se continuamos a ter uma guerra após outra, após outra?"

Larson lembrou de como o trecho de oito quilômetros da praia de areia clara se transformou na "sangrenta Omaha" quando os homens de sua unidade mergulharam na água gelada e se defrontaram com minas e o fogo das metralhadoras alemãs. O lema de sua unidade era "até o último homem". Ele disse que os poucos companheiros de unidade que sobreviveram à guerra já morreram todos. "Eu sou o último homem."

Para Macron, as comemorações do Dia D foram um momento para reunir os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), reforçar o apoio à Ucrânia e lembrar ao público do custo humano que precedeu as décadas de relativa paz no continente. O presidente francês entregou a 11 veteranos dos EUA, que tiveram dificuldades para levantar, medalhas da Legião de Honra, a mais alta ordem do mérito da França.

Curtas

FMI apoia posição de Milei

Após uma nova fórmula para o aumento das aposentadorias, proposta pela oposição, ter avançado na Câmara, o FMI manifestou seu apoio às medidas de austeridade do presidente de extrema direita Javier Milei. O Fundo pediu à oposição que as mudanças considerem as metas fiscais do governo.

Fraqueza na Alemanha

As encomendas às fábricas alemãs caíram 0,2% no mês em abril, contrariando as expectativas de crescimento, e atingiram o nível mais baixo desde o início da pandemia de covid-19, segundo dados oficiais divulgados ontem. Além disso, O dado de março foi revisado em baixa para uma queda de 0,8% no mês

Direita radical sai atrás em eleição europeia na Holanda

PETER DEJONG/AP

Uma coligação de partidos de esquerda conquistou o maior número de assentos holandeses nas eleições para o Parlamento Europeu, num revés para a coligação governamental do líder de extrema direita Geert Wilders. De acordo com pesquisas de boca de urna, a Aliança de Esquerda Holandesa, liderada por Frans Timmermans, ex-comissário para o clima da União Europeia, deve conquistar oito cadeiras no Legislativo europeu. Já o Partido da Liberdade, de Wilders — que era tido como favorito para obter o maior número de eurodeputados holandeses —, elegeu sete. A Holanda foi o primeiro dos 27 países da UE a abrir suas urnas para a votação que se estende até domingo no continente. Hoje, votam Irlanda e a República Tcheca. A maioria dos países, vinte, realizam a eleição no domingo Na foto, Wilders vota em Haia.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

BCE abre ciclo de corte de juros nos países desenvolvidos

O Banco Central Europeu (BCE) deu início à era da redução dos juros nos países desenvolvidos, ao lado do Banco do Canadá. Ela não terá ritmo definido a priori e dependerá da evolução da economia, explicou a presidente do BCE, Christine Lagarde. Não foi um passo isento de riscos: a inflação subiu um pouco na zona do euro em maio, para 2,6%, e o próprio BCE reconhece que continuará sem chegar perto da meta de 2% em boa parte de 2024 e de 2025. A ação do BCE e seus motivos dão uma ideia do horizonte de possibilidades para a desmontagem das políticas monetárias restritivas em outros países no curto prazo.

Ainda que a inflação mensal tenha avançado, o BCE mesmo assim cortou juros porque houve "estabilidade nas previsões inflacionárias", afirmou Lagarde. Isso quer dizer que as expectativas estão ancoradas e os riscos de novo afastamento dos preços em relação à meta não existem, ou são desprezíveis. O Federal Reserve americano não tem ainda essa certeza, e, no caso do Banco Central do Brasil, há a suspeita de que a inflação futura esperada pode se distanciar do objetivo.

O BCE, com sua decisão, sublinhou outro ponto. As perspectivas econômicas melhoraram e as previsões de crescimento para o atual exercício e anos seguintes foram elevadas. Em 2024, o PIB da zona do euro deve crescer 0,9% e não mais 0,6%, avançando para 1,4% em 2025 e 1,6% em 2026. A redução do aperto monetário começará então em um ciclo ascendente da atividade econômica que, em tese, seria desfavorável à queda rápida do nível de preços. A lógica do BCE, no caso, é que se os maiores juros desde a criação da zona do euro fossem mantidos e se esperasse até que a inflação atingisse a meta para diminuí-los, a economia poderia não se recuperar ou até mesmo correr o risco de mergulhar em uma recessão. Ou seja, é possível reduzir juros com a economia em crescimento. Ao fazê-lo nessa circunstância, o BC ganha maior liberdade para dosar os próximos passos, já que não tem sobre si a urgência de uma economia à beira da contração.

Dadas as condições específicas da economia europeia, o BCE não esperou uma retração maior das atividades — na verdade, a zona do euro está estagnada há 18 meses. Essa premissa é bem diferente daquela que o Fed americano tem de considerar. A economia americana mal reduziu sua velocidade, apesar da maior taxa de juros em 40 anos, e, enquanto não desaquecer, não há a garantia de que o índice de preços seja domesticável. No caso brasileiro, dúvidas parecidas rondam o Banco Central. A economia brasileira caminha para percorrer seu terceiro ano consecutivo acima do potencial, o que amplia a resistência a uma queda mais rápida de preços, apesar do nível alto dos juros — 6% acima da inflação — ou até mesmo criaria um ambiente favorável a uma nova escalada do IPCA.

O BCE resolveu reduzir os juros mesmo enfrentando sinais desfavoráveis de indicadores que têm preocupado as autoridades monetárias dos dois lados do Atlântico. Um deles é o avanço dos salários acima do ritmo corrente da inflação. Na zona do euro, eles subiram 4,7% nos 12 meses encerrados em março. O mercado de trabalho apertado favorece a pressão salarial. Em abril, a desocupação teve nova baixa a nível recorde no bloco, de 6,4%. Nos EUA, a situação é semelhante, com a oferta de vagas ainda superior à de trabalhadores dispostos a preenchê-las e salários avançando ao redor de 4% ao ano. No Brasil, o reajuste dos salários tem pique idêntico, perto do pleno emprego (7,5% no primeiro trimestre do ano).

O problema da pressão dos salários é se eles estão correndo agora à frente dos preços para alcançá-los porque ficaram para trás antes ou se adquiriram uma dinâmica própria à frente da inflação, por inércia. O BCE acredita que se trata do primeiro caso. Como a inflação avançou muito — atingiu 10% em 2022 —, os salários estão compensando a defasagem, em um processo que, com a queda dos índices de preços, tende a se acomodar. "Ainda que elevados, os salários estão a caminho do declínio", disse Lagarde. É bastante provável que o mesmo possa ser dito a respeito das pressões salariais, mencionadas como objeto de preocupação, pelos BCs do Brasil e dos EUA.

Como reflexo de salários e mercado de trabalho apertado, a inflação de serviços intensivos em mão de obra é um fator preocupante para a inflação também na zona do euro. Mas o BCE acha que a inflação está ancorada, o que lhe dá um impulso para começar a cortar os juros. O Fed americano não está seguro disso ainda, embora as expectativas de longo prazo dos preços nunca tenham ficado desancoradas. O BC brasileiro desconfia de que nos serviços residem surpresas desagradáveis e voltou a apontar que as perspectivas para a inflação saíram de prumo.

O BCE advertiu que será cauteloso e que seus próximos atos dependerão do comportamento dos indicadores econômicos, mantra que o Fed e o Banco Central também seguem. Apesar dos impulsos fiscais, que impedem a inflação de cair rapidamente, os juros serão reduzidos com o tempo. A dúvida é mais forte sobre o Brasil. Ainda assim, outra questão, bem diferente, é em que nível os juros irão estacionar. Eles devem ser maiores do que antes da pandemia nos países desenvolvidos e, se o Banco Central seguir na atual toada, bem maiores no Brasil.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Objetivo expresso é aprimorar sistema e não alterar o volume de arrecadação. Por **Madeira, Westrup e Floresti**

Neutralidade arrecadatória e transição da reforma tributária

Após muita expectativa, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024 foi apresentado ao Congresso Nacional, delineando os primeiros detalhamentos da Reforma Tributária. Sob o título de "Lei Geral da CBS, do IBS e do Imposto Seletivo", o projeto regulamenta os dispositivos da Emenda Constitucional nº 132/2023.

Composto por 356 páginas e 497 artigos, o PLP nº 68 não apenas delineia os aspectos gerais da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), mas também aborda uma extensa regulamentação para inúmeros casos especiais, regimes específicos para setores diversos (isto é, serviços financeiros, operações com combustíveis e lazer e turismo) e tratamento diferenciado para determinados bens e serviços (com alíquotas reduzidas para atividades desempenhadas por profissionais liberais, serviços de educação e saúde).

Além disso, ele também detalha as hipóteses de incidência do Imposto Seletivo e os parâmetros para tal, a forma de operacionalização do cashback (devolução de tributos para famílias com renda de até meio salário mínimo cadastradas no CadÚnico), os itens que irão compor a cesta básica (com alíquotas reduzidas ou mesmo zeradas) e os dispositivos da transição para os novos tributos e outras disposições.

Mesmo com o extenso rol de temas abordados, o texto do PLP ainda não define as alíquotas de referência, uma das questões mais aguardadas por todos os agentes econômicos. Elas serão determinadas apenas por meio de leis ordinárias, apresentadas após a aprovação do projeto. Tal ausência se deve ao fato de a determinação da alíquota depender da definição de todos os casos especiais que impliquem uma incidência tributária diferente da alíquota de referência, como os casos de alíquotas reduzidas, isenções, créditos presumidos ou mesmo aplicação do Imposto Seletivo.

O propósito expresso da Reforma Tributária é aprimorar o sistema de tributação, e não modificar a carga tributária e o volume de arrecadação em relação ao PIB. Nesse sentido, ela deve ser neutra em termos de arrecadação, um princípio que pode ser chamado de neutralidade arrecadatória.

Por conta da neutralidade arrecadatória, exceções à regra geral da CBS e do IBS não devem afetar a carga tributária geral sobre o consumo. Assim, qualquer tratamento diferenciado a um setor e/ou atividade deve ser compensado por uma maior alíquota de referência. A explicitação desses dilemas, que devem permear todo o debate sobre a regulamentação da carga tributária, tem o efeito salutar de evidenciar que, como costumam dizer os economistas, não há almoço grátis — benefícios a um segmento devem ser bem fundamentados, uma vez que geram custos aos demais.

Infelizmente, os impactos do tratamento diferenciado para um determinado setor sobre o restante da economia não são perfeitamente previsíveis. A literatura econômica aponta que alterações tributárias possuem dois tipos de impactos: um direto, consistente na alteração de alíquota aplicável (efeito de primeira ordem), e um indireto, oriundo do impacto que os efeitos de primeira ordem tiveram em seus componentes de custos (como preços de insumos e serviços tomados), alterando sua própria base de cálculo (efeito de segunda ordem). Os efeitos de segunda ordem são responsáveis por alterações de preços relativos que, por sua vez, afetam toda a organização produtiva da economia.

NATTANAN KANCHANAPRAT/PIXABAY

Há modelos econômicos que estimam esses efeitos diretos e indiretos sobre a economia, e seu uso é fundamental para balizar as discussões sobre a regulamentação da Reforma Tributária. No entanto, eles não são capazes de antecipar precisamente a evolução da arrecadação para uma dada configuração de alíquotas. Assim, o processo de calibragem de alíquotas ao longo da transição do regime tributário — que, no caso da definição de alíquotas e da substituição paulatina dos tributos indiretos vigentes pelo IBS, CBS e IS, se encerra em 2033 — é um dos pilares fundamentais da Reforma.

Em linhas gerais, esta calibragem de alíquotas leva em conta as receitas auferidas nos anos base dos novos tributos, estimativas de receitas (obtidas em alterações das bases de cálculo a partir de dados de arrecadação, documentos fiscais e agregados macroeconômicos) e, no caso da CBS, estimativas do Imposto Seletivo e do IPI cobrados na transição. A partir de 2033, as alíquotas serão calibradas mediante avaliações quinquenais, que terão como escopo validar a pertinência econômica dos tratamentos diferenciados.

Os ajustes anuais nas alíquotas durante a transição implicam que os contribuintes não saberão, a priori, as alíquotas vigentes para os próximos anos. Esse fato deve afetar o desenho de contratos de longa duração (como contratos de concessão) e pode dificultar o planejamento de longo prazo das empresas. Ademais, ao longo do processo de transição, a estrutura tributária brasileira deve se tornar ainda mais complexa do que a atual. No entanto, a transição é uma etapa necessária de uma reforma com impactos muito mais profundos que uma mera alteração de alíquotas efetivas, o que inclui a ampliação da não cumulatividade, a simplificação de tributos e alíquotas e a extinção do cálculo gross-up ou "por dentro".

Além disso, para além de uma adaptação operacional à nova sistemática arrecadatória, o período de transição funcionará como suavizador das alterações produtivas que a gradativa mudança nos preços relativos dos produtos e serviços irá causar. E estas mudanças, por óbvio, afetarão a arrecadação dos novos impostos. A literatura econômica dispõe de ferramentas, como modelos de equilíbrio geral calibrados com dados públicos sobre as interrelações entre setores econômicos, que podem contribuir para preparar os agentes econômicos para a transição, projetando cenários sobre como as regras tributárias atuais (federais, estaduais e municipais) serão paulatinamente alteradas e como as estruturas de custo e as interrelações entre os setores serão afetadas.

O PLP nº 68/2024 representa, então, um marco na busca por uma estrutura tributária mais eficiente e equitativa no Brasil. A incorporação, mesmo que implícita, de um compromisso com a manutenção da arrecadação sobre o consumo faz com que a transição ganhe relevância e mereça atenção, quiçá maior do que o regramento final da Reforma, dado ser o "termômetro" para a evolução da arrecadação. O sucesso da Reforma Tributária depende de sua transição ser suave aos agentes econômicos e atender às expectativas de arrecadação, sem percalços que a desfigurem.

Gabriel Madeira é professor de Economia da Universidade de São Paulo.
Mário Nazzari Westrup é contador e consultor da Tendências Consultoria.
Guilherme Venturini Floresti é advogado e consultor da Tendências Consultoria.

Consensos e dúvidas sobre o PIB

Armando Castelar Pinheiro

O resultado do PIB para o primeiro trimestre de 2024, com alta de 0,8% ante o anterior, veio em linha com as previsões (0,7%). A história por trás dos números também não surpreendeu, sendo consistente com o que anteviam os analistas, assim como com suas preocupações sobre o que esperar nos próximos trimestres.

A alta de 0,8% é, em si, um bom número: uma taxa anualizada de 3,1%, após dois trimestres de estagnação, deixando para o ano um carregamento estatístico de 1%. O principal motor por trás do resultado foi a forte expansão da demanda doméstica privada. Em especial, as altas do consumo das famílias (1,5%) e da formação bruta de capital fixo (4,1%) contribuíram com, respectivamente, 0,9 ponto percentual (pp) e 0,7 pp para a alta do PIB. Vale dizer, se tudo mais tivesse ficado parado, o PIB teria crescido o dobro no trimestre (1,6%). Por seu turno, o que mais atrapalhou foi a queda da demanda externa, que subtraiu 1 pp do crescimento do PIB.

A alta do investimento foi puxada pela maior absorção de máquinas e equipamentos, mais do que compensando a retração observada na construção civil (-0,5%). A produção de caminhões, em especial, teve um bom desempenho no período, ajudando a explicar esse resultado. Além disso, houve uma forte expansão real na importação de bens de capital (9,2%), que também ajuda a explicar a contribuição negativa da demanda externa.

Vários fatores têm sido apontados para explicar a forte alta no consumo das famílias no primeiro trimestre, como os aumentos de 3,4% na massa salarial, já descontada a inflação, e das transferências oficiais de renda, em especial o pagamento antecipado de precatórios de pequeno valor e de parte das aposentadorias do INSS. É interessante observar, porém, que as estimativas do Banco Central não mostram uma expansão real da renda disponível bruta das famílias. Pelo contrário, feito o ajuste para sazonalidade, há uma queda de 0,7%.

Isso sugere que o aumento do consumo se deu às custas de uma queda da poupança das famílias, na esteira de uma melhora das condições de crédito. De fato, no período houve um aumento real de 5,3% nas concessões de crédito para as pessoas físicas, feito o ajuste para sazonalidade, e uma pequena redução no custo do crédito. Por outro lado, o aumento de 5,2% da renda real disponível parece ter sido mais crítico na comparação interanual, entre os primeiros trimestres de 2023 e 2024, quando o consumo das famílias cresceu 4,4%.

Grande risco é criação de círculo vicioso entre demanda privada, renda e emprego, com impacto negativo no quadro fiscal

A abertura do PIB pelo lado dos setores ofertantes mostra um padrão consistente com o papel determinante da demanda doméstica privada no trimestre. A exceção é a agropecuária, cujo PIB registrou alta de 11,3%, mas isso na esteira de três contrações seguidas nos trimestres anteriores. De fato, na comparação interanual, o PIB do setor ainda ficou 3% abaixo do patamar registrado no mesmo período de 2023.

Por outro lado, a expansão dos serviços, a décima quinta alta trimestral sucessiva, é consistente com o aumento do consumo das famílias. Os destaques nesse caso foram comércio (+3%), informação e comunicação (+2,1%), outras atividades de serviços (+1,6%) e atividades imobiliárias (+1%). São setores intensivos em mão de obra, que, no todo, respondem por 51% da população ocupada, contra uma participação de 41% no PIB a preços básicos. Cria-se, assim, um círculo virtuoso, em que a expansão da sua atividade gera empregos e renda, que estimula a concessão de crédito e, juntos, os dois provocam uma alta na demanda por esses serviços.

A expectativa é que o PIB do segundo trimestre desacelere, pelo efeito negativo sobre a produção das enchentes no Rio Grande do Sul. O Estado responde por 6,5% do PIB nacional, de forma que uma contração de, digamos, 8% no seu PIB subtrairia meio ponto percentual do crescimento nacional. Por outro lado, as obras de reconstrução, as transferências de renda e os empréstimos em condições favorecidas que vêm sendo implementados devem levar a significativa alta do PIB estadual no segundo semestre. O resultado em termos anuais tende a ser até positivo, em que pese o ônus a médio prazo da destruição de capital ocorrida.

A questão principal, portanto, é em que grau as forças que moveram o PIB este trimestre se sustentarão a médio prazo. Aqui há dúvidas. O espaço para novas transferências de renda é limitado pela dificuldade de equilibrar as contas públicas. O mercado de trabalho segue apertado, o que deve elevar mais o rendimento real, mas limita o espaço para expandir o emprego, dada a taxa de desocupação bastante baixa. E salários mais altos vão pressionar a inflação e limitar o espaço para reduzir a Selic.

Isso coloca um certo freio na expansão do crédito, junto com o fato de o comprometimento de renda das famílias com o pagamento de juros e principal já estar alto para padrões históricos. Juros e risco fiscal elevados, em ambiente de incerteza sobre a direção da política econômica, também tendem a frear a expansão do investimento.

O grande risco, claro, é que por um acidente de percurso acabe por gerar um círculo vicioso na relação entre demanda privada, emprego e renda, e expansão do crédito, com repercussões negativas sobre o quadro fiscal.

Armando Castelar Pinheiro é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre e escreve mensalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.

Setor desempenha funções fundamentais na resposta a eventos extremos .Por **Mariana Plum**

A Defesa e as mudanças climáticas

Evidências científicas recentes apontam para um cenário provável de aumento de temperatura acima de 2ºC nos próximos anos, superando, assim, as metas estabelecidas no Acordo de Paris, de 2015. Com isso, torna-se cada vez mais urgente mapear as vulnerabilidades do Brasil para construir uma estratégia nacional de adaptação climática integrada e multissetorial.

Considerada um dos principais riscos globais na próxima década, a crise climática afeta diretamente infraestruturas essenciais nas áreas de transporte, habitação, produção de alimentos, energia e saúde. Essa instabilidade tem provocado transformações nos ecossistemas, representando riscos à segurança alimentar e hídrica das populações, com efeitos adversos para a saúde física e mental dos indivíduos, além de contribuir para o agravamento de crises humanitárias.

Os eventos climáticos extremos que assolam o Rio Grande do Sul são prova do desafio multidimensional que a crise climática traz.

Liderando o G20 neste ano, e já se preparando para sediar a COP 30 em 2025, o Brasil vê na bioeconomia e na redução das desigualdades caminhos para a busca de projetos de desenvolvimento sustentáveis e justos, entendendo que a mitigação e a adaptação à mudança do clima não poderão ocorrer às custas do direito soberano ao desenvolvimento dos países do Sul Global, tampouco resultar na ampliação das desigualdades.

Para isso, entendemos ser de extrema importância envolver nesse diálogo multissetorial instituições e representantes da área de Defesa. Afinal, o setor desempenha funções fundamentais nas diferentes respostas para os impactos negativos da mudança do clima, que vão desde a proteção da Amazônia — seus ativos e as pessoas que ali vivem —, passando pelo crescente e fundamental apoio aos desastres decorrentes de eventos climáticos extremos, até o desenvolvimento inovador de tecnologias que garantam eficiência energética e sustentável aos equipamentos de defesa, contribuindo para os esforços de descarbonização do país.

Este debate, entretanto, ainda é incipiente no Brasil. Enquanto países como Reino Unido e Estados Unidos colocam o tema como uma das prioridades para as áreas de segurança e defesa, o Ministério da Defesa do Brasil ainda dá passos tímidos em direção a essa discussão.

É preciso criar uma unidade especializada em meio ambiente e mudança do clima no Ministério da Defesa, com a função de coordenar de forma transversal os esforços ambientais das Forças, em modelo semelhante ao já adotado por outros ministérios

O Centro Soberania e Clima tem trabalhado nos últimos anos para fomentar a reflexão sobre como questões relacionadas ao meio ambiente e à crise climática podem afetar as atividades das Forças Armadas. Além dos impactos na operacionalidade das Forças — tais como dificuldades adicionais à mobilidade e ao patrulhamento das fronteiras; os riscos às infraestruturas e o incremento de demandas e da complexidade de operações subsidiárias -, há a necessidade de modernização de equipamentos utilizados pela Marinha, Exército e Força Aérea, em um esforço conjunto de descarbonização e inovação do setor.

Nessa busca de convergências, apresentamos um relatório com importantes contribuições e recomendações estratégicas, à disposição da sociedade. São fruto do workshop "Política e Estratégia de Defesa e Mudanças Climáticas", promovido pelo Centro Soberania e Clima, e que reuniu 35 profissionais de Defesa, da academia, da sociedade civil e de diferentes ministérios e órgãos do governo.

O debate envolveu desde as mudanças do clima na agenda internacional e no Brasil até o papel da Inteligência e o apoio das Forças Armadas no enfrentamento a essa crise. Entre os pontos convergentes, destaca-se a incorporação de considerações sobre os riscos impostos pelas mudanças climáticas à segurança humana e as suas prováveis implicações para a operacionalidade das Forças Armadas aos documentos de alto nível do setor de Defesa, garantindo a elaboração de diretrizes que possibilitem avançar em ações e políticas.

A minuta da nova Política Nacional de Defesa (PND), que será apresentada para apreciação do Congresso Nacional em julho, traz pela primeira vez o reconhecimento de que "a mudança do clima introduz novas preocupações à análise da Segurança e da Defesa Nacional", e reafirma o papel fundamental do Brasil nos debates que buscam soluções para essas mudanças.

Entretanto, o documento não reconhece os efeitos climáticos para a operacionalidade das Forças e não aborda a necessidade de modernização de equipamentos.

A falta de uma abordagem mais profunda sobre os temas climáticos acaba se apresentando como obstáculo à consolidação de planejamentos e diretrizes claros e abrangentes a serem adotados pelas instituições de Defesa. Isso se reflete na ausência do tema na Estratégia Nacional de Defesa (END), na qual nenhuma ação estratégica foi definida para enfrentar os desafios impostos pela nova realidade.

Neste contexto, uma das recomendações-chave do relatório do Centro Soberania e Clima é a criação de uma unidade especializada em meio ambiente e mudança do clima no Ministério da Defesa, com a função de coordenar de forma transversal os esforços e as iniciativas ambientais das Forças Armadas, em um modelo semelhante ao já adotado por outros ministérios.

Isso facilitaria uma integração mais eficaz com outras políticas nacionais e fortaleceria o princípio estabelecido na PND de que a defesa nacional é inseparável do desenvolvimento do país. Idealmente, a transversalidade do tema ambiental enfatizará a necessidade urgente de se desenvolver uma Estratégia Nacional de Segurança capaz de englobar os desafios intersetoriais do Brasil, demandando a implementação de políticas públicas que transcendam os limites ministeriais.

Há que se ressaltar, contudo, a importância de outro ator a ser envolvido no diálogo: o Congresso Nacional, que, em julho, recebe as novas versões dos documentos orientadores da Defesa. É imprescindível que haja debates públicos e discussão do conteúdo da PND, END e do Livro Branco, convidando a sociedade brasileira para engajar-se ativamente na reflexão sobre a Defesa Nacional. E não deve repetir o que aconteceu na última revisão, em que os documentos foram enviados em julho de 2020 e só foram aprovados em maio de 2024, dois meses antes da entrega das novas versões.

Temos uma grande oportunidade no biênio 2024-2025 de inserir definitivamente essa pauta no radar brasileiro, não só por meio dos canais do G20 como também no rol de temas da COP 30, em Belém. Além de ser a primeira Conferência do Clima na Amazônia, marcará os dez anos do Acordo de Paris, quando metas e outros pontos serão revisitados e revistos.

Inserir a Defesa nas várias frentes ligadas às mudanças climáticas é mais do que uma necessidade. É também uma urgência.

Mariana Nascimento Plum é diretora-executiva do Centro Soberania e Clima

Frase do dia

"O cenário que mais preocupa é o de controle da Casa Branca e do Congresso por um partido só".

Do economista-chefe para os EUA do Bank of America, Michael Gapen, que teme política fiscal frouxa e política monetária restritiva

Cartas de Leitores

Taxa das 'blusinhas'

Entre pagar mais caro ou perder poder de compra, venceu a primeira opção. O "PL da blusinha" não é o problema, senão o sintoma de que algo está doente na economia, o que podemos chamar de Síndrome da "Politributação". E não é só. Um produto chinês, após o desembaraço alfandegário, circula pelo território nacional por um preço absurdamente inferior ao de uma remessa nacional. Ainda tem o alto custo empregatício inserido ao preço final do produto brasileiro. Isso para não falar da pirataria e dos produtos ilegais.

Tudo isso ainda prejudica a taxa de empregabilidade no Brasil, uma vez que a indústria nacional precisaria reduzir custos para competir. O melhor dos mundos seria facilitar o mercado formal. Diante deste trágico cenário, quem é contra a taxação pensa como aquele que julga ser mais cômodo jogar o lixo na rua, e depois reclama que o bueiro entupiu.

Murilo Melo
murilo.mm@hotmail.com

•

O aumento de impostos para a pequenas importações só escancara o que sempre se faz neste país: a solução de um problema pelo caminho mais preguiçoso. A indústria nacional estava prejudicada por importações principalmente da China? Claro que sim. Mas, o problema não está na China, que tem uma carga de impostos de 12% do PIB, mas sim na farra orçamentária em Brasília, que caminha a passos largos para impor uma carga de impostos 4 vezes maior do que a chinesa às empresas e consumidores brasileiros. Mas, calma. Nem tudo é mau humor. Lula e Haddad estão amando o esperado aumento de arrecadação.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Deputados sem ética

Na saída do Conselho de Ética da Câmara, os deputados federais André Janones e Nikolas Ferreira discutiram e quase saíram no tapa. Como se não bastasse toda a negligência com as reais necessidades do povo, os nobres parlamentares revelaram baixarias dentro do Congresso. Alguns deputados se julgam acima da lei e abusam do poder que lhes foi concedido por seus eleitores. É minimamente uma desonra com o Legislativo, que tem por obrigação criar e ordenar as leis que regem o Brasil. Esses dois protagonistas desse comportamento grosseiro merecem uma grave repreensão do presidente da Câmara.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Cortes nos juros

Em menos de 24 horas, pelo menos dois BCs anunciaram cortes nas suas taxas de juros: o BoC e o BCE. Isso pode ser visto como um "incentivo" para que outras economias também caminhem para a queda nos seus juros. E o nosso BC? Será que vai continuar insistindo em manter uma taxa tão alta?

Jorge Longato
longatojorge@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Entrevista Para secretária executiva do Ministério das Mulheres, políticas públicas podem retirar sobrecarga de trabalho feminino, reduzir desigualdade e impactar atividade econômica

Ação do Estado na economia do cuidado daria impulso à equidade de gênero

G20 no Brasil
Uma iniciativa O Globo Valor CBN

Marsílea Gombata
De São Paulo

O Estado tem de se responsabilizar pela economia do cuidado, e as empresas privadas também, diz Maria Helena Guarezi, secretária-executiva do Ministério das Mulheres. À frente da coordenação do Grupo de Trabalho Empoderamento de Mulheres — o primeiro dedicado a gênero no G20 e que se reúne pela primeira vez neste ano —, a secretária alerta para múltiplas violências contra as mulheres e classifica a marginalização delas na economia como uma delas.

"Estamos no mercado de trabalho, mas com uma desigualdade gigantesca, se olharmos a questão salarial, a participação das mulheres. Mas a questão do cuidado é um limitador. E o Estado hoje não tem uma política de cuidado", afirma Guarezi, em entrevista ao **Valor**.

A secretária explica que, diferentemente de grupos de engajamento da sociedade civil, como o Women20 (W20), o GT de Empoderamento de Mulheres coordena agendas a serem implementas pelos países e buscará ir além das recomendações para maior inserção feminina na economia e processos de tomada de decisão.

Os instrumentos mais eficazes para concretizar isso ainda são debatidos, afirma. As negociações caminham bem, avalia, mas também vêm sendo marcadas por resistências e diferenças culturais.

Criado em 2023, durante a presidência da Índia no G20, o GT entra em vigor sob a presidência do Brasil e trabalha com os eixos igualdade e autonomia, política de cuidado, além do enfrentamento à violência e no âmbito da justiça climática.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Maria Helena Guarezi: Estamos no mercado de trabalho, mas com desigualdade gigantesca, se olharmos a questão salarial, a participação das mulheres"

Valor: *Qual a diferença de grupos de engajamentos como o W20, que existe desde 2015, e o GT de Empoderamento de Mulheres*

Maria Helena Guarezi: Esses GTs são oficiais, de Estado, dos governos. O W20 e outros são grupos que se formam na sociedade civil e que se organizam para apresentar a proposta aos países, que as discutem dentro dos GTs. A criação do nosso GT se dá porque países-membro reconhecem o empoderamento das mulheres como tema que precisa ser discutido no âmbito do Estado. Essa é a diferença.

Valor: *O GT tem uma agenda extensa. Quais são as prioridade? Elas diferem no Sul e no Norte global?*

Guarezi: A proposta desses temas é do Brasil. Se fosse em um outro país, poderiam ser outros. O Brasil propôs esses temas como prioritários para discutir empoderamento das mulheres. São hoje os mais afeitos a uma economia global que garanta a participação qualitativa das mulheres. A violência contra as mulheres — física, verbal, psicológica ou institucional — afeta a participação das mulheres na economia. E não apenas na economia como trabalho, mas em processos decisórios. As mulheres não estão neles porque há um processo de violência, de apartamento e desigualdade no mundo do trabalho. A questão dos cuidados, especialmente, afasta as mulheres desses processos. E a igualdade no mundo do trabalho também. Um dos únicos países em que os homens são maioria com nível superior é a Índia. Nos outros, as mulheres são maioria, e não são representadas. Temos de romper determinadas barreiras.

Valor: *Como?*

Guarezi: O que nós queremos hoje? Na presidência do Brasil e por ser o primeiro ano do GT, queremos que não seja um grupo de trabalho marginal. Que haja um processo de os países dizerem: "É importante que as mulheres participem, que tenhamos esse debate", mas queremos mais do que isso. Precisamos de ações que façam que com que esse compromisso se efetive na prática, na participação política, de ampliação das mulheres em todo o processo da economia, que é a questão central do G20. Ao mesmo tempo em que estamos trazendo esses debates, também estamos fazendo uma articulação com os outros grupos de trabalho para que levem em consideração nas suas proposições a questão de gênero.

Aprovamos no Brasil a lei da igualdade salarial, que, da nossa perspectiva e pelo que vemos em outros países, é bem avançada. É uma lei que fala de transparência e, mais do que punitiva, muda a cultura. Conseguimos avançar. Quem conduziu o processo da construção da lei foi o Ministério das Mulheres com o apoio do Ministério do Trabalho. Mas hoje quem tem de conduzir a efetivação e a regulamentação dessa lei é o Ministério do Trabalho. Fizemos a nossa parte de elaborar e construir em conjunto com o Ministério do Trabalho e com o Congresso uma lei bastante importante, e isso foi tarefa do Ministério das Mulheres.

Valor: *Uma das questões no debate de assimetria de gênero é a economia do cuidado. Faltam políticas de Estado para lidar com isso, de modo que as mulheres não sejam as únicas sobrecarregadas? As mulheres deveriam ser remuneradas por esses serviços?*

Guarezi: Quanto à primeira pergunta, sobre se o Estado está fazendo alguma coisa, te digo que a nossa vida reflete essa resposta. É tão evidente que a questão do cuidado hoje sustenta a economia do planeta. Nós mulheres sustentamos a economia do planeta. Estamos no mercado de trabalho, mas com uma desigualdade gigantesca, se olharmos a questão salarial e a participação das mulheres. Mas a questão do cuidado é um limitador. E o Estado hoje não tem uma política de cuidado. Há algumas coisas pontuais que nem podemos considerar como de cuidado. O tema creche, que consideramos muito importante para a questão do cuidado. A creche não pode ser vista como uma política exclusiva do cuidado, é uma política da educação, porque as crianças têm direito à creche, têm direito ao aprendizado, a estar na escola. Pergunto: "E as mulheres que são pescadoras e precisam sair às 2 horas da manhã para trabalhar?". Não tem creche às 2 horas da manhã, e eu não vou fazer uma porque a essa hora a criança tem de estar dormindo, tem de estar sossegada e não aprendendo na creche. Precisamos olhar para esse processo e dizer que instrumento estatal vamos oferecer para que as crianças possam ter um espaço de cuidado, quando a mãe ou o pai e, mais especificamente, as mulheres vão trabalhar? Há mulheres que trabalham à noite, como na saúde. Precisamos ter um instrumento que garanta que essas crianças serão cuidadas, acolhidas.

> "E as mulheres que são pescadoras e precisam sair às 2 horas da manhã para trabalhar? Não tem creche às 2 horas da manhã"

Vou te dar um exemplo. Tenho uma vizinha cuja mãe está com Alzheimer. Ela não tem condições de deixar a mãe em um lugar que cuida especificamente de quem tem Alzheimer, mas agora está conseguindo dividir com outras pessoas. Mas, antes disso, ela passou muito tempo deixando a mãe sozinha, trancada dentro do quarto, sem banheiro, porque ela tinha medo que a mãe se afogasse ou caísse. Teve de colocar câmera para vigiar o que a mãe fazia. Como uma pessoa dessa conseguirá trabalhar com qualidade? O Estado tem de ser responsabilizar pelo cuidado. E não só o Estado, as empresas privadas, todo mundo.

Isso vamos ter de discutir de forma conjunta. Mas que o Estado tem de garantir a segurança, tem. Seja por normativa, seja por recursos, pagamentos que temos de fazer, como fazemos com qualquer outro serviço. E aí diferenciamos a questão do cuidado entre política do cuidado e a economia do cuidado. No campo da economia do cuidado debatemos todos esses recursos que Estado, sociedade e empresas teremos para lidar com isso. E, no campo da política, que instrumentos vamos colocar à disposição da sociedade para garantir que as pessoas efetivamente sejam cuidadas. É bem importante isso porque, apesar de as mulheres estarem há muito falando sobre os cuidados, deu-se visibilidade a isso na pandemia, que chamou a atenção do mundo para a questão do cuidado. E, nós, mulheres estamos percebendo cada vez que ou debatemos a questão do cuidado ou a sociedade colapsará, porque não haverá mais quem cuide, não haverá condição física de cuidar.

Valor: *De que maneira isso se relaciona com outras áreas?*

Guarezi: As mudanças climáticas, por exemplo, acabam impactando mais as mulheres do Sul Global, que são as mais vulneráveis. Veja o exemplo grotesco que temos. No Rio Grande do Sul, apesar de homens e mulheres perderem suas casas, seus negócios, ainda assim tivemos de fazer determinados protocolos e processos, em que o Estado teve de intervir, porque as mulheres estavam sendo violentadas dentro dos abrigos.

Mas queremos trazer os dois lados da moeda. Mostrar que mulheres e crianças mais vulneráveis são as mais atingidas pelas questões climáticas, mas também dizer que temos solução para isso. Queremos mostrar soluções que as mulheres trazem, que são muito diferentes dessas trazidas por esse grupo que pensa a economia.

Valor: *Como fazer o GT não ficar apenas nas recomendações?*

Guarezi: Essa é uma das perguntas mais importantes porque é a que estamos nos fazendo cotidianamente aqui no G20. Qual é o instrumento mais eficaz para a gente poder dar concretude a isso tudo? Isso exige uma engenharia de articulação bastante grande porque nós temos 19 países-membros mais a União Europeia e a União Africana, com culturas e posicionamento político diferentes. A África do Sul agora está passando por um processo eleitoral, e pode ser que o governo de agora não tenha o mesmo pensamento do próximo. Esses processos exigem muito cuidado político para avançar, mas estamos com uma perspectiva muito otimista. Estamos em tratativas para que o GT dê um salto qualitativo em seu primeiro ano. Não posso te dizer qual será o instrumento nem se vamos conseguir efetivá-lo, mas esse é o nosso desejo, de ter um instrumento que seja mais que uma recomendação.

Valor: *Há metas?*

Guarezi: Metas são importantes, mas elas por si só podem não resolver o problema. Têm de vir acompanhadas de processos. E o que queremos é avançar em processos para se chegar às metas. Processos exigem mais comprometimento e acompanhamento. Essa é a nossa vontade, e estamos dialogando. Mas temos algumas resistências.

Valor: *Do Sul ou Norte Global?*

Guarezi: Depende. Em alguns países do Sul mais que uma resistência em relação à meta, pode ser que haja resistência cultural. Há resistências políticas, outras são econômicas. Estamos tentando dialogar em todos esses processos e chegar a um acordo mais próximo daquilo que dê para avançar. Por isso, estamos fazendo articulações com outros GTs também.

Finanças
Brasil sai do radar do capital externo, tem pressão cambial e dificuldade para atrair investidores
C6

Defesa
Gerente geral da Saab em Gavião Peixoto, Sjöblom vê potencial para o Gripen na região B2

Mineração
Governos fazem nova proposta de reparação para tragédia de Mariana B4

Bebidas
Brasil é o quarto maior mercado para exportador de vinhos portugueses B5

Aquisição Empresa que detém a marca Burger King no país paga R$ 120 milhões para assumir negócio

Zamp compra operação da Starbucks no Brasil

Adriana Mattos e Felipe Laurence
De São Paulo

Cerca de sete meses após início das negociações com a matriz americana da Starbucks, a Zamp (ex-BK Brasil) fez a sua maior movimentação internacional desde que começou a operar no Brasil com a marca Burger King e fechou acordo com a rede de cafeterias.

As tratativas envolvem a compra dos ativos da Starbucks Brasil por R$ 120 milhões, incluindo bens e direitos que integram as operações das lojas, os quais serão conferidos ao capital de nova sociedade a ser constituída pela SouthRock.

As ações da Zamp na B3 fecharam o pregão de ontem com alta de 10,19%, com valor de mercado de cerca de R$ 950 milhões. A expectativa é de que a linha de frente retome o crescimento da cadeia, que enfrenta uma crise, mas tem alto potencial de expansão, na visão de analistas.

Além das unidades da marca, o valor inclui os estoque na data do fechamento do acordo, que se reduziram com a queda de fornecimento recente. Mas para que isso avance, será preciso seguir os trâmites da recuperação judicial da empresa. Segundo o plano de recuperação da Starbucks, de fevereiro deste ano, eram 135 unidades próprias da marca no país naquele momento.

"A Starbucks é uma joia que não estava nas mãos certas. É só uma questão de acertar gestão e execução e a turma da BK tem toda a condição de fazer isso", diz um gestor a par do acordo.

Até então, o direito de operar cabia ao grupo de investimentos SouthRock, do empresário Kenneth Pope, mas a queda no tráfego e nas vendas das unidades durante a pandemia, somado ao movimento de redução nas linhas de crédito no mercado de dois a três anos para cá, afetou os resultados da cadeia.

> O valor do negócio inclui os estoques na data do fechamento do acordo

A operação de venda deve ocorrer por meio da abertura de um processo competitivo, na modalidade de propostas fechadas, portanto no formato de leilão. A Zamp poderá, diretamente ou por meio de uma subsidiária, igualar eventuais ofertas apresentadas por terceiros, e terá o direito de ser indenizada, caso não seja vencedora do processo competitivo.

A companhia disse ainda que chegou a um acordo com a Starbucks Corporation quanto aos termos e condições dos contratos para a exploração da marca, ou seja, do licenciamento. O Rothschild & Co atuou como assessor financeiro exclusivo e o BMA Advogados como assessor jurídico da Zamp.

Conforme o **Valor** antecipou em fevereiro, o fundo árabe Mubadala, sócio da Zamp, teria mantido conversas diretas com a rede americana para conseguir costurar a operação. A intenção é complementar o portfólio da empresa na área de bebidas quentes e frias, algo que chegou a ser analisado no passado pela Zamp, segundo fontes.

A companhia tinha o desejo, após a sua entrada no país com o Burger King, de trazer a marca de cafés e donuts Tim Hortons ao Brasil, que pertence à empresa RBI, também sócia da Zamp. Mas seria preciso investir em marca, considerando que trata-se de um nome desconhecido no país, e num mercado altamente competitivo e pulverizado.

Nos últimos meses, houve interesse de outras empresas em analisar a operação da Starbucks, enquanto a matriz avaliava propostas, entre elas do grupo Bauducco, segundo fontes. Mas as conversas acabaram não acontecendo, após a empresa brasileira entender que haveria baixo ganho de sinergia.

Essa questão das economias de custos geradas é um ponto de questionamento do mercado, considerando que a Zamp opera em lanchonetes, com Burger King e Popeyes, ambas marcas do grupo americano RBI, voltado a lanchonetes. Mas analistas entendem que há fornecedores em comum em certas áreas, assim como haverá sinergias em "back office" e sistemas.

Além disso, o fato de a Zamp já operar no mercado de shopping centers, com acordos de locação com os empreendimentos, pesa favoravelmente, porque a empresa passará a negociar pacotes maiores de locação, e ganhar com a escala de negociação com os shoppings.

A Starbucks tinha, em 2023, cerca de 190 unidades no país, com receita anual em torno de R$ 500 milhões. Segundo um relatório do Morgan Stanley, a rede de cafeterias fechou perto de 50 unidades e, entre as que restaram, as vendas caíram aproximadamente 30%, segundo relatório do banco.

> **10,19%**
> **foi a alta das ações da Zamp na B3 ontem**

O Morgan Stanley acredita que, com as lojas da rede, a Zamp poderá adicionar, neste ano, 6% à receita e 14% ao lucro antes de juros, impostos e amortizações.

Apesar das expectativas positivas, o mercado considera que a Zamp terá que retomar, inicialmente, a confiança e o prestígio da marca, por conta do impacto negativo dos fechamentos das unidades na imagem. Mas acreditam que isso é administrável, dentro do plano de retomada.

No primeiro trimestre de 2024, a Zamp apurou receita operacional líquida de R$ 1 bilhão, o melhor resultado para o período na história da empresa, com alta de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior. O prejuízo líquido atingiu R$ 91 milhões, crescimento de 64%, principalmente, pela antecipação dos "vestings" dos planos de ações da empresa.

A aquisição da companhia ainda dependerá de deliberação da assembleia geral e de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

INÊS 249

Aviação Companhia de defesa colocou no Brasil a primeira linha de montagem do caça supersônico fora da Suécia e vê potencial de vendas na região

Sueca Saab aposta no Gripen 'brasileiro' para avançar na AL

Stella Fontes
De Gavião Peixoto (SP)

Com a instalação no Brasil da primeira linha de montagem dos caças Gripen fora da Suécia, a Saab colocou em marcha uma estratégia para ampliar seus domínios na América Latina. A partir da operação, que fica dentro do complexo industrial da Embraer, sua parceira no projeto de fabricação local das aeronaves militares, em Gavião Peixoto (SP), a companhia sueca planeja conquistar novos contratos para seu caça supersônico na região.

Por enquanto, a Saab assegurou a entrega de 36 caças à Força Aérea Brasileira (FAB) até 2027, dos quais 15 serão montados no interior de São Paulo. Mas a gigante de Defesa mantém contatos com a Colômbia, que reabriu no ano passado o processo de substituição de seus caças IAI Kfir, em fim de vida útil — os colombianos haviam selecionado o Rafale, da Dassault, como substituto, mas voltaram atrás — e vê no Peru um potencial cliente.

O primeiro F-39 Gripen "brasileiro", fruto da parceria que começou em 2013, avançou para a fase final de montagem e deve ser entregue à FAB no segundo semestre de 2025. É um resultado concreto do acordo, que insere o Brasil na linha de montagem dos caças militares para outros mercados, inicialmente de América Latina, e pode abrir portas aos suecos, para futuras vendas, na região. Nesse mercado, geopolítica e relações internacionais são determinantes para o fechamento de novos negócios.

Uma das bases do acordo com o governo brasileiro, que já recebeu sete caças fabricados na Suécia além de uma aeronave para testes, foi a transferência de tecnologia para a Embraer e outras empresas de defesa locais. Segundo representantes da Embraer e da Saab, essa cláusula está sendo cumprida. "A transferência de tecnologia consiste em prover treinamento em todas as áreas de projeto dos Gripen, tanto o treinamento teórico, quanto o treinamento em trabalho, que é o ponto mais importante", disse o diretor de cooperação industrial da Saab no programa, Luis Hernandez. Mais de 350 especialistas brasileiros foram treinados na Suécia e, hoje, 90% do pessoal que trabalha na linha de montagem local é brasileiro.

> "Transferência de tecnologia consiste em prover treinamento"
> *Luis Hernandez*

De acordo com o gerente geral da Saab em Gavião Peixoto, Hans Sjöblom, não há diferenças significativas entre as versões sueca e brasileira do Gripen. Da mesma forma, a linha de montagem em Gavião Peixoto espelha as instalações na Suécia, na cidade de Linköping.

"Buscamos manter um grupo de trabalho para as duas configurações. A maior parte é compartilhada, mas há algumas particularidades de cada força aérea", explicou o executivo, que chegou ao Brasil em setembro, para uma temporada de dois anos.

A linha de produção de Gavião Peixoto recebe as aeroestruturas dos caças produzidos em Linköping e na fábrica da Saab em São Bernardo do Campo (SP). Do ABC paulista saem dois componentes — cones de cauda e freio aerodinâmico — que equipam todos os Gripen, brasileiros e suecos.

DIVULGAÇÃO

Hans Sjöblom, gerente-geral da Saab em Gavião Peixoto: Linha de montagem no Brasil espelha linha em Linköping

Na fase final de montagem, os caças passam por três estações, nas quais a fuselagem recebe cerca de 35 quilômetros de cabo e 300 metros de canos e é feita a instalação do motor e do rádio, entre outros componentes. A pintura da camuflagem operacional também acontece nesta etapa.

Depois disso, a aeronave começa a ser preparada para voo, com a realização de testes funcionais e dos chamados voos de produção, antes de ser entregue. Os caças brasileiros serão operado a partir da Base Aérea de Anápolis (GO).

Na linha de Gavião Peixoto, além do jato que está em fase final de montagem, um segundo caça para a FAB está perto de encerrar a etapa de montagem estrutural. A expectativa é começar a montar o terceiro caça da encomenda em julho e, se houver novos contratos na América do Sul, de forma que se exceda a capacidade atual da linha, a intenção é ampliá-la.

36
é o número de caças que a FAB contratou

Não está nos planos, inicialmente, fabricar caças no país para clientes fora da América Latina, mas tampouco há uma decisão definitiva de não fazê-lo. "Foi uma decisão de negócio separar a produção para América do Sul em Gavião Peixoto e para o resto do mundo, na Suécia", explicou Hernandez. Com 14 metros de comprimento, os Gripen atingem velocidade máxima de 2,4 mil km por hora.

Embraer acelera produção do cargueiro C-390

De Gavião Peixoto (SP)

Depois de cair nas graças de países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e diante do sucesso nas campanhas de venda também fora do bloco, sobretudo na Europa, o avião de transporte militar multimissão C-390 Millennium, da Embraer, deu passos importantes rumo às metas de produção estabelecidas no programa.

Com uma linha de montagem instalada no município de Gavião Peixoto, interior de São Paulo, apta a produzir até 18 cargueiros por ano, a empresa brasileira prevê atingir cadência de uma aeronave militar adicionada por mês em 2030, três vezes mais do que as quatro programadas para todo o ano de 2024. Em 2025, o ciclo de produção contempla seis unidades.

"Temos capacidade de atender a esse avanço das vendas. Com base nas campanhas em curso, será possível chegar a um por mês em 2030", disse o diretor de operações da divisão de Defesa da Embraer, Walter Pinto Junior.

Até agora, a companhia firmou contratos com a Força Aérea Brasileira (FAB) e com as forças áreas de Portugal e da Hungria. Mas outros quatro países já selecionaram o multimissão da Embraer e estão em vias de formalizar os acordos de fornecimento.

Para a FAB, foram entregues seis dos 19 KC-390 encomendados — o K antes do C-390 indica que a aeronave será equipada com o kit de reabastecimento em voo. Houve duas revisões para baixo no número originalmente contratado, de 28, em acordo cujo valor inicial era de R$ 7,2 bilhões.

Para os portugueses, serão cinco KC-390, dos quais um entregue até agora, conforme contrato assinado em 2019 e avaliado, à época, em € 827 milhões. Já para a Hungria, serão dois C-390, o primeiro deles praticamente pronto para ser entregue.

Coreia do Sul, Áustria, Holanda e República Tcheca já anunciaram a escolha do modelo da Embraer e devem oficializar os contratos, com o tamanho exato da encomenda e configurações, em breve. A bandeira da Coreia do Sul, inclusive, já está hasteada no hangar em que são montadas as aeronaves militares, sinalizando a proximidade do início de produção. O país asiático teria interesse em três unidades. O **Valor** visitou a linha de montagem no interior paulista na quarta-feira (5).

Nos casos de Áustria e Holanda, os ministérios da Defesa dos países assinaram em abril um memorando de entendimentos (MoU) para compra e gestão conjunta de nove C-390. "Temos conversas avançadas com outros países", disse o executivo, sem entrar em detalhes porque essas tratativas são confidenciais. Seja como for, a demanda pelo cargueiro da Embraer é crescente, observou.

DIVULGAÇÃO

Nova geração de aeronave militar de transporte, o C-390 conquistou alguns países que fazem parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)

Todas as aeronaves fornecidas a membros da Otan passam pela subsidiária da Embraer em Portugal, a Ogma, especializada na manutenção de aeronaves civis e militares, onde recebem os equipamentos para atender às especificações da aliança.

7
é o número de aviões entregues até agora

A companhia brasileira também está em tratativas com a Índia e firmou um MoU com a Mahindra Defence Systems, com vistas a cumprir os requisitos exigidos pela Força Aérea Indiana. A Embraer vai participar, com o C-390, de uma concorrência para fornecimento de até 80 aviões para os indianos. Pela escala do contrato, haveria possibilidade de instalação de uma linha de montagem localmente.

Há mais oportunidades para o cargueiro, cujo peso final, sem carga, chega a 87 toneladas. Com fornecedores em diferentes regiões do planeta, o C-390 tem hoje cerca de 50% de conteúdo americano, o que poderia jogar a favor de um eventual contrato com os Estados Unidos, que têm privilegiado produtos com maior conteúdo local.

Com o avanço do C-390 na Europa, a Embraer planeja expandir a oferta de treinamento no continente. Em conjunto com a empresa alemã de Defesa Rheinmetall, que fabricou o primeiro Simulador Completo de Voo e Missão (FFMS, na sigla em inglês) da aeronave, está avaliando novas alternativas, que incluem a implantação de um centro de treinamento dedicado ao mercado europeu.

Hoje, a companhia brasileira conta com um centro de treinamento em Gavião Peixoto, equipado com um simulador completo e uma estação de treinamento "loadmaster" (que, entre outras tarefas, pode simular diferentes problemas no avião). Tripulações das forças aéreas brasileira, portuguesa e húngara têm sido atendidas nas instalações locais.

"Com o sucesso do C-390 em toda a Europa, é o momento certo para iniciar o planejamento de um centro de treinamento europeu", disse em nota o vice-presidente executivo da Rheinmetall Electronics, Timo Haas. A Força Aérea Portuguesa comprou um simulador como parte de seu contrato com a Embraer, que será instalado na Base Aérea de Beja, enquanto a Força Aérea Real da Holanda também planeja ter seu próprio FFMS. ***(SF)***

A repórter viajou a convite da Saab

Curtas

Capitale cria Neria

O grupo Capitale, que atua no setor de comercialização de energia elétrica no Brasil, criou uma nova empresa, a Neria, com foco em serviços para atender às necessidades energéticas de empresas que estão migrando para o mercado livre de energia. "A Neria já nasce madura, com uma carteira de 700 clientes, que somados economizam cerca de R$ 100 milhões com energia. Este será o veículo que vamos usar para acessar os consumidores deste mercado e de outras commodities, como gestão de água, baterias, eletrificação, eficiência energética", disse ao **Valor** Daniel Rossi, presidente do Capitale. A empresa vai atuar no conceito de energia como serviço ("energy as a service", na tradução para o inglês).

IPO da Aramco

A Arábia Saudita está prestes a arrecadar mais de US$ 11,2 bilhões após precificar sua oferta de ações da Aramco. O reino, que atualmente detém mais de 82% da Saudi Arabian Oil, também conhecida como Aramco, anunciou na semana passada que planeja vender 1,54 bilhão de ações da empresa, que é sua joia da coroa e a companhia de petróleo mais valiosa do mundo. O volume representa uma pequena fração do total, mas é um elemento-chave nos esforços do país para diversificar a economia além do petróleo. Os banqueiros da Aramco informaram aos investidores que planejam precificar as ações a 27,25 riais sauditas, ou US$ 7,27 cada, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto.

Cruzeiro do Sul compra

A Cruzeiro do Sul informou que a sua controlada Centro de Estudos Superiores Positivo comprou o Centro de Ensino Superior de Pinhais, no Paraná. O valor do negócio, considerando as dívidas, é de R$ 184,3 milhões. A Positivo pagará R$ 171,2 milhões pelo Centro de Ensino de Pinhais, sendo que R$ 161,2 milhões serão quitados na data de fechamento e R$ 10 milhões, corrigidos pela taxa do CDI, deverão ser pagos em até dez dias úteis após a definição do valor de ajuste de preço. Além disso, os vendedores poderão receber uma parcela adicional de até R$ 11,3 milhões, atualizada pelo IPCA entre a data de fechamento e a data de seus respectivos pagamentos, a ser eventualmente paga em caso de não materialização de contingências a partir da presente data.

Varejo on-line Pelo pacote de benefícios aos clientes, é possível ver o grau de agressividade da empresa

Com item a R$ 2 e frete grátis, Temu chega ao país

Adriana Mattos
De São Paulo

A Temu começou a vender seus produtos no país, acirrando o ambiente de competição no comércio on-line brasileiro. O **Valor** apurou que os testes iniciais começaram na tarde de quarta-feira (5), com ampla oferta de produtos de baixo valor, a partir de R$ 1,99, com frete grátis e crédito pré-liberado como garantia em caso de atraso nas entregas.

O início das atividades acontece ao mesmo tempo em que foi aprovado, no Senado Federal, na quarta-feira, a taxação de 20% sobre mercadorias importadas acima de US$ 50. O **Valor** já havia noticiado que a empresa aguardava desfecho mais claro desse tema para bater o martelo e começar a atuar por aqui.

A operação de logística está sendo feita inicialmente pela J&T EXpress, mas há outras opções de entrega, como pelos Correios. Mesmo em produtos de baixo valor, a companhia não cobra pelo frete, e, além disso, promete devolução imediata, sem custos, se ela chegar danificada no país. E ainda garante R$ 10 em crédito se a data de chegada do pedido não for cumprida.

Também havia a possibilidade de reembolso imediato da compra se o envio da remessa ultrapassar o período de 15 dias e não houver atualizações sobre a situação da encomenda.

> A chinesa vai operar dentro do programa de conformidade Remessa Conforme

Pelo pacote de opções que a chinesa está oferecendo ao consumidor, para começar a entrar na batalha pelo mercado brasileiro, já dá para compreender melhor o nível de agressividade da companhia.

O **Valor** fez simulações de compra ontem, e a Temu oferecia R$ 15 de cupom de desconto em compras acima de R$ 175. Na home principal do aplicativo, havia ofertas relâmpago de produtos a partir de R$ 1,99 — uma estratégia muito utilizada por AliExpress e Shopee. O desconto de inauguração no aplicativo é de 90%.

Alguns consumidores que tentaram fechar compras tiveram problemas com o carrinho na loja virtual, segundo comentários postados em redes sociais, mas a expectativa é que os problemas sejam resolvidos em breve, segundo apurou o **Valor** junto a fontes.

Como o **Valor** antecipou em maio, a Temu vai operar dentro do programa de conformidade Remessa Conforme, após autorização concedida pela Receita Federal em 21 de maio, e, pelas regras, lojistas da empresa poderão exportar mercadorias com o consumidor brasileiro pagando 20% de imposto de importação, mais ICMS estadual de 17%.

A Temu é controlada pelo grupo Pinduoduo, terceira maior plataforma de serviços digitais da Ásia, atrás apenas da Taobao, do Alibaba, e do Douyin, dono do "Tik Tok da China".

No momento da compra, os "pop ups" de cupons que aparecem no aplicativo são visualmente muito parecidos com os da concorrentes Shopee. Assim como as cores, em laranja, vermelho e branco, as mesmas tonalidades usadas pela Shopee em suas ações comerciais.

Ontem, a empresa estava cobrando os 17% de ICMS sobre as compras, mas não os 20% do imposto de importação aprovado pelo Senado, porque ainda é necessário sanção presidencial.

Nos compromissos que a Temu afirma que passa a ter com o consumidor brasileiro, em texto publicado em seu aplicativo, ela garante que fornecerá R$ 10 de crédito, direto na conta do cliente, em caso de envio atrasado (o que pode até superar o valor do item em si). E o dinheiro será adicionado ao saldo da carteira até 48 horas após a última data de entrega estimada.

> **90%** é o desconto de inauguração

A empresa garante ainda que oferecerá reembolso se a compra não tiver atualização no sistema por mais de 15 dias. E se caso o pedido chegue após a liberação do reembolso, o cliente pode ficar tanto com o dinheiro devolvido como com o produto.

Ainda foi lançada pela empresa uma "política de ajuste de preços em 30 dias". É algo que seus rivais diretos, como Shopee, AliExpress e Shein, não têm. Nesse caso, se a mercadoria comprada pelo consumidor tiver redução de preço 30 dias após a aquisição, a Temu irá depositar a diferença dos valores na conta virtual. Itens em promoção podem não se qualificar para essa condição.

Poder público faz contraproposta a mineradoras

Caso Mariana

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

FELIPE DANA/AP

Prazo de pagamento proposto considera os 20 anos sugeridos pelas empresas, descontados os 8 anos passados desde o rompimento da barragem de Fundão

A União, os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas dos três entes federativos apresentaram nesta quinta-feira (6) uma contraproposta no valor de R$ 109 bilhões para concluir a repactuação do acordo de Mariana com a Samarco e suas sócias BHP Billiton e Vale. As mineradoras, que haviam proposto o valor de R$ 90 bilhões, informaram que estão dispostas a avaliar a proposta e chegar a um consenso.

Desde 2021, o poder público negocia com as empresas a repactuação do acordo para reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015. A tragédia causou a morte de 19 pessoas e destruição ambiental sem precedentes no país.

A proposta foi apresentada como petição ao desembargador federal Ricardo Rabelo, mediador do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. A cifra apresentada não inclui valores já gastos pelas mineradoras em ações de reparação e compensação. Também não inclui o valor estimado para a execução de obrigações que continuarão a cargo das empresas, como a retirada de rejeitos do Rio Doce.

O prazo de pagamento proposto pelos órgãos públicos é de 12 anos. De acordo com a Advocacia Geral da União (AGU), foi levado em conta a proposta das empresas que o repasse fosse feito em 20 anos, mas foram descontados os oito anos passados desde o rompimento da barragem. O valor será destinado para financiar ações de reparação e compensação ambiental e socioeconômicas, que serão assumidas pelo poder público.

Em abril, as empresas haviam proposto um acordo da ordem de R$ 90 bilhões. Esse valor incluía R$ 18 bilhões em obrigações a fazer e R$ 72 bilhões pagos em dinheiro. A proposta foi recusada pelo poder público.

Os órgãos públicos também ressaltaram que as empresas mudaram as condições materiais do acordo que foram negociadas e pactuadas com o poder público, em processo mediado pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Com a contraproposta, o poder público retoma os parâmetros e as condições do acordo que foram discutidas com as mineradoras em 2023.

A União e os governos estaduais informaram em nota que aguardam um novo posicionamento das empresas para a retomada das negociações.

A Samarco afirmou em nota que segue empenhada na reparação integral dos danos. "A empresa permanece aberta ao diálogo, em busca de soluções consensuais, sempre baseadas em critérios técnicos, ambientais e sociais, que atendam às demandas da sociedade, sobretudo do território diretamente impactado", afirmou em nota.

A BHP Brasil afirmou que segue comprometida com as ações de reparação e compensação pelo rompimento da barragem. "Como uma das acionistas da empresa, a BHP Brasil segue disposta a buscar, coletivamente, soluções que garantam uma reparação justa e integral às pessoas atingidas e ao meio ambiente", acrescentou a empresa.

A Vale informou que avaliará a contraproposta e se pronunciará exclusivamente por meio da mediação conduzida pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região. A companhia acrescentou que "informará o mercado caso um acordo definitivo seja alcançado".

FII Priority Summit terá no Rio 1º encontro na América Latina

Cúpula de líderes

Do Rio

O Rio vai ser palco, pela primeira vez, entre os dias 11 e 13 de junho, do FII Priority Summit, encontro internacional de líderes e executivos que vai debater oportunidades de investimento capazes de propiciar aos países crescimento sustentável. O evento é organizado pelo Future Investment Initiative Institute (FII Institute), entidade sem fins lucrativos que conta com recursos do Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita (PIF, na sigla em inglês), cuja carteira soma US$ 925 bilhões em investimentos.

O FII Institute foi criado por decreto real em 2019. A reunião de cúpula, que teve edições em Riad, capital da Arábia Saudita, se internacionalizou com encontros em Londres, Hong Kong, Miami e agora no Rio. Será a primeira vez que o instituto faz um evento na América Latina. A previsão é que um público superior a mil convidados participe das discussões que vão reunir mais de 150 palestrantes, em 44 sessões, nos salões do hotel Copacabana Palace, zona Sul do Rio.

O **Valor** é parceiro de mídia do evento e fará a cobertura no **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real, e no site do jornal. As discussões também serão publicadas na edição impressa. O site Valor International terá toda a cobertura do evento em inglês.

Realizado sob o tema "Investir em Dignidade", o encontro vai debater alternativas de investimento em transição energética, avanços em tecnologia e inovação e inclusão social. Em vídeo institucional, o FII Institute se define como uma fundação sem fins lucrativos com um braço de investimentos e uma agenda: "ter impacto na humanidade." O objetivo, afirma o FII Institute, é transformar ideias em soluções reais em quatro áreas: inteligência artificial (IA) e robótica, educação, saúde e sustentabilidade.

Richard Attias, CEO do FII Institute, disse que as perspectivas para o encontro no Rio são "promissoras" e significam uma expansão fundamental para o FII. "Esta edição se destaca porque promoverá uma colaboração intercontinental sem precedentes, reunindo líderes, investidores e inovadores do cenário latino-americano e global."

O evento no Rio também pretende estreitar as relações entre o Brasil e a Arábia Saudita. De janeiro a maio, último dado disponível, a corrente de comércio entre os dois países somou US$ 2,845 bilhões, com déficit de US$ 33 milhões para o Brasil.

Outro objetivo do encontro é projetar o país do Oriente Médio, um dos maiores produtores de petróleo do mundo, como um polo de ideias e iniciativas sustentáveis, capaz de atrair investimentos.

DIVULGAÇÃO

Richard Attias, do FII Institute: perspectiva promissora para evento no Rio

Entre os painelistas, estão a princesa Reema Bint Bandar Al Saud, embaixadora da Arábia Saudita nos Estados Unidos; o príncipe Faisal Bin Bandar Al Saud, presidente da Federação Saudita de Esportes Eletrônicos; Yasir Al-Rumayyan, governador do PIF e presidente do Instituto FII; Mike Pompeo, ex-secretário de Estado dos EUA, e os ex-presidentes Felipe Calderón (México), Juan Manuel Santos (Colômbia), Jorge Quiroga (Bolívia) e Laura Chinchilla (Costa Rica).

Também fazem parte da lista Khalid bin Abdulaziz Al-Falih, ministro do Investimento saudita; baronesa Ariane de Rothschild, CEO do Edmond de Rothschild Holding; Gustavo Manrique, ex-ministro das Relações Exteriores do Equador; Sir Martin Sorrell, presidente-executivo do S4 Capital Group; Marcelo Claure, CEO do Claure Group; Bernard Mensah, presidente internacional do Bank of America; Aloizio Mercadante, presidente do BNDES; e Eduardo Bartolomeo, CEO da Vale.

Bebidas Mais de 90 produtores com 800 rótulos estarão em evento a partir de hoje no Rio e dia 13 em SP

Brasileiro consome mais vinhos de Portugal

Maria da Paz Trefaut
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil é hoje o principal destino para os vinhos portugueses de mesa, incluindo o Madeira e espumantes. Quando se soma também o vinho do Porto somos o quarto mercado para Portugal em termos de exportação. Os números constam de um estudo apresentado em abril pela ViniPortugal, associação que reúne representantes do setor vitivinícola do país. São dados instigantes, principalmente tendo em conta que no ano passado o consumo mundial de vinhos caiu 1,16% em valor. No mesmo período, as exportações portuguesas da bebida para o Brasil cresceram 8,7%.

Portugal responde hoje por 15,6% de toda a compra de vinhos estrangeiros, em valor, feitas pelo mercado brasileiro. Chile e Argentina ocupam os dois primeiros lugares. "O Brasil é um mercado cada vez mais importante para nós", diz o presidente da ViniPortugal, Frederico Falcão, ao destacar o significado que tem para eles um evento como o Vinhos de Portugal, que começa hoje no Rio e vai até dia 9, e que será realizado em São Paulo na semana que vem, entre 13 e 15 de junho no Pavilhão da Bienal, no Parque Ibirapuera.

"Os brasileiros conhecem cada vez melhor os vinhos portugueses e expressam sua preferência na hora da compra. Isso, de certa forma, é resultado do investimento em divulgação que temos feito no Brasil", afirma Falcão.

Fernando Teixeira de Camargo, que produz a bebida em Beira Interior, em Portugal, estará no evento pela primeira vez para apresentar seus vinhos. Paulistano, ele comprou a quinta Barroca da Malhada em 2021, uma propriedade histórica de onde atualmente saem 11 rótulos de vinhos biodinâmicos, com baixa intervenção humana, que do solo à garrafa se pautam por preocupações ambientais.

"Sou brasileiro e tenho muita vontade de apresentar meu trabalho no Brasil. Os vinhos contemporâneos portugueses evoluíram muito, têm um novo perfil, no qual o comprometimento ambiental é decisivo", diz Camargo.

A Beira Interior é uma região nova no mapa vitivinícola, daí a escolha do empreendedor. "Gostei muito da Beira pelo fato de não ser estigmatizada por um tipo de vinho. É uma tela em branco, o que me permite total liberdade num projeto novo", observa.

O colunista do **Valor** Jorge Lucki, que comandará várias provas durante a décima primeira edição do evento, escolheu vinhos da Barroca da Malhada entre os seis rótulos da região que vai apresentar ao lado do crítico português Luís Lopes na prova "Beira Interior: uma região a descobrir".

Lucki conta que neste ano coube a ele a sorte de comandar também provas com os dois maiores nomes da enologia portuguesa: Pedro Baptista, do Pêra Manca, que estará no Rio neste sábado (8), e Luís Sottomayor, do Barca Velha, em São Paulo no dia 13. As duas provas já estão com ingressos esgotados.

Mais do que falar de questões técnicas do vinho, Lucki costuma dirigir as provas falando sobre quem o produz. "A presença dos produtores e dos enólogos nas provas é fundamental. Ninguém melhor do que eles para contar sua história, que será ilustrada pelo vinho. Sempre incluo um personagem nas provas e falo de seu percurso profissional", diz.

Vale lembrar que todos os vinhos das provas são escolhidos pelos críticos. "São rótulos especiais, escolhidos por mim e muitos não estão nem disponíveis no mercado. São preciosidades", diz Lucki.

As provas acontecem em salas privativas com 30 pessoas no máximo. Já o coração do evento é o Salão de Degustação, do qual neste ano participam 86 produtores no Rio e 95 em São Paulo. Cada sessão dura duas horas e, nesse período, o visitante que recebe uma taça na entrada poderá perambular e provar os vinhos que quiser.

Entre os produtores deste ano estão Antônio Maçanita, da Fita Preta, uma revelação no Alentejo entre os novos nomes da enologia; Anselmo Mendes, dos Vinhos Verdes, conhecido como "rei do alvarinho"; Luís Pato, produtor irreverente, uma lenda na Bairrada; e Pedro Ribeiro, da Herdade do Rocim, que renovou o vinho de ânfora.

Há também atividades gratuitas na área de convivência do evento, onde acontece o "Tomar um copo", bate-papo informal com sommeliers, chefs de cozinha e críticos.

O Vinhos de Portugal 2024 é uma realização dos jornais "O Globo", **Valor** e "Público", em parceria com a ViniPortugal, com a participação do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto; apoio das Comissões de Vinho do Alentejo, Beira Interior, Dão, Lisboa, Península de Setúbal, Tejo, Vinhos Verdes e da Agência Regional de Promoção Turística Centro de Portugal, Tap Air Portugal, AB Gotland Volvo e Shopping Leblon; água oficial Águas Prata, hotéis oficiais Fairmont Rio (RJ) e Canopy by Hilton São Paulo Jardins (SP), local oficial Jockey Club Brasileiro (RJ), loja oficial Porto Divino, rádio oficial CBN e curadoria Out of Paper. A edição de São Paulo conta ainda com a Cidade de São Paulo como cidade de anfitriã e SP Negócios como apoio institucional.

Vinhos de Portugal 2024

Evento está em sua décima primeira edição

Ana Branco

Rio de Janeiro

Datas: 7 a 9 de junho
Local: Jockey Club
86 produtores
75 estandes

Rogerio Vieira/Valor

São Paulo

Datas: 13 a 15 de junho
Local: Pavilhão da Bienal, Parque Ibirapuera
95 produtores
85 estandes

Confira algumas provas de São Paulo

Divulgação · Rogerio Vieira/Valor · Bruno Agostini · Divulgação · Reprodução

Mais informações
vinhosdeportugal.oglobo.com.br

Instagram: vinhosdeportugalbr_
Facebook: /vinhosdeportugal

O Vinhos de Portugal 2024 é uma realização dos jornais O Globo, Valor Econômico e Público, em parceria com a ViniPortugal, com a participação do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto; apoio das Comissões de Vinho do Alentejo, Beira Interior, Dão, Lisboa, Península de Setúbal, Tejo, Vinhos Verdes e da Agência Regional de Promoção Turística Centro de Portugal, Turismo de Portugal, Tap Air Portugal, AB Gotland Volvo e Shopping Leblon; água oficial Águas Prata, hotéis oficiais Fairmont Rio (RJ) e Canopy by Hilton São Paulo Jardins (SP), local oficial Jockey Club Brasileiro (RJ), loja oficial Porto Divino, rádio oficial CBN e curadoria Out of Paper. A edição de São Paulo, conta ainda com a Cidade de São Paulo como cidade anfitriã e SP Negócios como apoio institucional.

Empresas devem investir R$ 36 bi em comunicação

Mídia

Daniela Braun
De São Paulo

As empresas brasileiras projetam um investimento combinado de R$ 36 bilhões em atividades de comunicação corporativa em 2024. O montante representa um aumento nominal de 1,5% ante os R$ 35,5 bilhões investidos no ano passado, aponta a pesquisa "Orçamento da Comunicação Organizacional 2024", realizada pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje).

O estudo foi realizado com 102 empresas associadas da Aberje, em parceria com a Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getulio Vargas (FGV ECMI), com dados oriundos do **Valor PRO**, serviço de informações e cotações financeiras em tempo real do **Valor**.

Os investimentos consideram atividades de comunicação interna, relações públicas, produção de conteúdo institucional e relações governamentais, bem como os salários das equipes internas de comunicação das empresas. "A pesquisa realizada desde 2021 busca dar uma dimensão econômica ao segmento de comunicação empresarial", explica ao **Valor**, Hamilton dos Santos, diretor-executivo da Aberje. O estudo também traz uma estimativa do orçamento de comunicação das empresas por faixas de faturamento bruto anual. "É uma referência importante de investimentos para os executivos de comunicação", observa dos Santos.

Entre as empresas que faturam até R$ 300 milhões, a tendência do orçamento para 2024 é de R$ 320,1 mil, em média, com alta de 0,95% ante o orçamento de 2023 (R$ 317,1 mil). Já empresas com faturamento na faixa de R$ 1 bilhão a R$ 3 bilhões anuais devem dedicar R$ 2,6 milhões à comunicação este ano, uma verba 4% superior à aplicada em 2023.

Outra sondagem recente da associação — "Tendências da Comunicação Organizacional 2024" — mostra que os profissionais responsáveis pela área de comunicação fazem parte do conselho de administração de 57% das organizações pesquisadas. "A comunicação vem ganhando protagonismo nas empresas e espaço fundamental na agenda dos executivos C-level", frisa o executivo. Esse estudo, realizado com 161 empresas, identificou que 50% das áreas de comunicação se reportam diretamente aos presidentes das organizações.

> "Ganho de protagonismo e de espaço na agenda de executivos C-level"
> *Hamilton dos Santos*

Investimento em comunicação

Orçamentos projetados para atividades e equipes do setor empresarial no Brasil

Faixa de faturamento anual	Investimento previsto em 2023 (R$ milhões)	Investimento previsto em 2024 (R$ milhões)
Até R$ 300 milhões	0,317	0,320
Acima de R$ 300 milhões até R$ 500 milhões	0,872	0,881
Acima de R$ 500 milhões até R$ 1 bilhão	1,3	1,3
Acima de R$ 1 bilhão até R$ 3 bilhões	2,5	2,6
Acima de R$ 3 bilhões até R$ 4 bilhões	3,7	3,8
Acima de R$ 4 bilhões até R$ 5 bilhões	4,5	4,6
Acima de R$ 5 bilhões até R$ 7 bilhões	5,4	5,4
Acima de R$ 7 bilhões até R$ 9 bilhões	6,5	6,6
Acima de R$ 9 bilhões até R$ 15 bilhões	8,4	8,5
Acima de R$ 15 bilhões até R$ 20 bilhões	11	11,1
Acima de R$ 20 bilhões até R$ 25 bilhões	14	14,2
Acima de R$ 25 bilhões até R$ 50 bilhões	19,7	20
Acima de R$ 50 bilhões	48,7	49,4

Fontes: Aberje, FGV e ValorPRO

INÊS 249

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Imóveis de Valor

DENILSON MACHADO/DIVULGAÇÃO

Luxo e praticidade: casas em condomínios de alto padrão de São Paulo buscam aliar soluções sustentáveis, revestimentos padronizados e tecnologia para reduzir custos operacionais e de manutenção, sem abrir mão da sofisticação

Projetos autossustentáveis ganham destaque em residenciais de alto padrão, otimizando investimentos e recursos naturais e reduzindo custos operacionais e de manutenção

Casas 'eficientes' são o futuro dos condomínios de luxo

FOTOS DE D76/DIVULGAÇÃO

Design minimalista e planta flexível nos ambientes internos da residência; do lado de fora, paisagismo com plantas nativas adultas dispensa a poda frequente

Elas geram sua própria energia elétrica, reutilizam água da chuva, transformam lixo orgânico em adubo, usam sistemas automatizados controlados à distância e, graças à otimização de recursos naturais como a luz e o vento, mantêm as luzes apagadas quase o dia todo e dispensam o ar-condicionado grande parte do ano — mesmo nos dias mais quentes.

As casas de luxo "eficientes" estão ganhando espaço nos condomínios residenciais mais sofisticados do Brasil. Em comum, esses projetos priorizam a flexibilidade de uso dos ambientes, a escolha inteligente de materiais, a adoção de tecnologias que reduzem custos operacionais e a baixa manutenção do imóvel.

Em Porto Feliz (SP), a incorporadora D76 entregou recentemente a Residência Alvorada, que explora os pilares que orientam a própria empresa: design, desempenho, sustentabilidade, interatividade e eficiência de processo.

A casa tem 600 metros quadrados, quatro suítes e uma ampla sala integrada ao deque da piscina. De inspiração oriental, o desenho minimalista valoriza a neutralidade. "A proposta é de uma arquitetura sem excessos, elegante e descomplicada, que facilitará a vida dos futuros moradores", afirma a sócia-fundadora, a arquiteta Thais Keiko.

A facilidade está refletida em uma planta flexível — que permite ajustar ambientes sem necessidade de reformas complexas —, sistemas de automação de controle à distância, painéis fotovoltaicos que geram 1,5 mil KWh, reúso de água pluvial em jardins e vasos sanitários, e soluções de arquitetura que garantem iluminação natural e ventilação constante, impactando o consumo de energia.

"As soluções baseiam-se em estudo bioclimático do terreno, que considerou fatores como o vento. Assim, mesmo em uma região quente como o interior paulista, a temperatura média interna da casa fica em 24°C, dispensando o ar-condicionado", explica Thais.

O uso de vigas de madeira engenheirada e paredes externas de "steel frame", além dos caixilhos das grandes portas de vidro que percorrem a fachada, permitiu que a obra cumprisse à risca o cronograma, sendo finalizada em oito meses.

"Vizinhos do projeto ficavam espantados com a velocidade da construção e com o baixo nível de resíduos: foram apenas cinco caçambas de entulho durante toda a obra", comenta Marcelo Pulcinelli, sócio de Thais e ex-diretor de Engenharia da Idea! Zarvos.

ESCOLHA DE MATERIAIS

Outro fator que promove maior eficiência nesses projetos é a escolha de materiais e revestimentos. No projeto da D76, dois tipos de piso predominam: um interno e outro externo, facilitando a limpeza ou eventual reposição.

"Selecionar materiais mais adequados, que garantam durabilidade, resistência e baixo impacto ambiental, traz economia de recursos, redução de custos com manutenção, maior conforto térmico e acústico e ainda contribui para a sustentabilidade dos projetos", diz o arquiteto Guilherme Torres.

A Jatobá House, criada por Torres na Fazenda Boa Vista, também em Porto Feliz (SP), traz essas soluções sustentáveis de maneira bem aparente. Seus cinco grandes blocos brancos independentes — que representam as suítes — têm vigas e lajes feitas de CLT: placas de madeira entrelaçadas em alta temperatura e pressão, que substituem o concreto.

Outro destaque é um muro que toma boa parte da estrutura da residência, feito em taipa com areia e terra retiradas do próprio terreno. No piso, cacos de basalto revestem todo o perímetro do projeto.

Ao redor, lagos ornamentais atuam como retardantes da água da chuva, para reúso nas residências. "Tudo isso ajuda a reduzir o impacto ambiental do projeto. Vale lembrar que o investimento acaba sendo amortizado no médio prazo com a economia de recursos que oferece."

SEGUNDA RESIDÊNCIA

Em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, a arquiteta Fernanda Marques deu vida à Casa Jabuticaba, em que buscou racionalizar ao máximo o uso de materiais, lançando mão de uma estrutura em vigas metálicas que permitiram lajes mais longas e delgadas.

Com quase 1,4 mil metros quadrados, a residência familiar prima também pela escolha de itens duráveis, de fácil manutenção e que contribuem para o isolamento térmico e acústico dos ambientes.

"A utilização de revestimentos eficientes ajuda a reduzir a necessidade de climatização artificial e manutenção frequente, resultando em economia de energia e de custos ao longo do tempo. Esse diferencial é importante porque alia estética e funcionalidade, proporcionando um ambiente confortável e sustentável para os moradores", afirma Fernanda.

No caso de casas de veraneio, de uso menos frequente, a arquiteta considera importante focar na autossuficiência e no baixo impacto ambiental. Nesse sentido, recomenda a adoção de painéis solares para geração de energia, sistemas de coleta e reutilização de água da chuva, e a opção de materiais locais e sustentáveis na construção.

"Além disso, implementar tecnologias inteligentes para o controle remoto de sistemas de energia e segurança também pode aumentar a eficiência e facilitar a gestão do imóvel quando ele não está em uso", conclui.

FERNANDO GUERRA/DIVULGAÇÃO

Integração com o exterior, com ampla iluminação e ventilação natural no projeto da Casa Jabuticaba: arquitetura essencial e eficiente para gerar bem-estar

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS | CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer – jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ: Marcelo Lima – mlima@oglobo.com.br | DEMAIS REGIÕES: ana.lima@edglobo.com.br | SUGESTÕES DE PAUTA: imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Entrevista | *Carlos Terepins, Co-CEO da Nortis Incorporadora*

‘Vamos crescer no ritmo de um bom jazz: elegante, sem pressa e com qualidade’

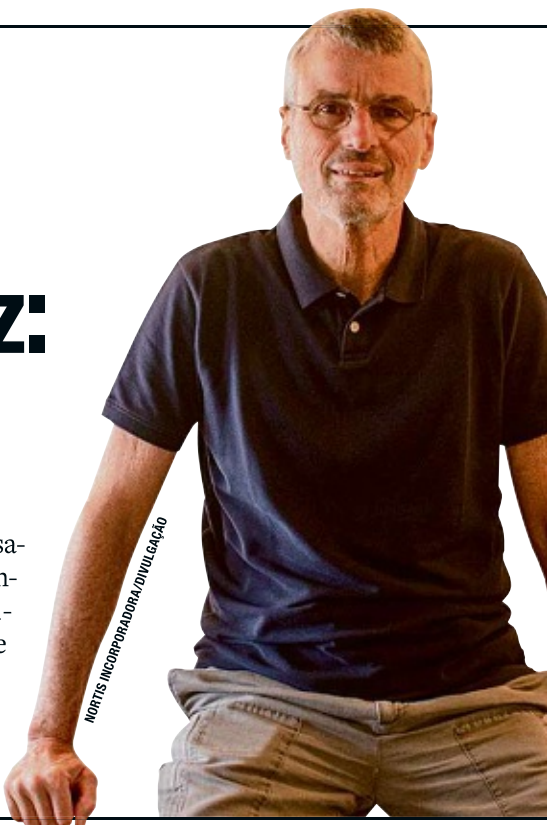
NORTIS INCORPORADORA/DIVULGAÇÃO

Com 45 anos de experiência no mercado imobiliário, Carlos Terepins — fundador e CEO da Even — comanda desde 2016 a Nortis Incorporadora, ao lado dos filhos Daniel e Fábio. Apesar de jovem, a empresa já lançou 15 projetos de alto padrão na capital paulista, com VGV de R$ 2,2 bilhões, que têm se destacado pela qualidade e pelo design arquitetônico. O bom resultado do começo, contudo, não seduz Terepins a pensar em abrir o capital, tampouco acelerar o crescimento da companhia. Entenda os motivos.

São 15 prédios lançados e uma marca que já virou desejo no mercado de alto padrão paulistano em apenas oito anos. A Nortis embarcou em um foguete?
Carlos Terepins — Não queremos ser a maior empresa do mercado, mas a melhor. Nosso ritmo de crescimento não é o de rock’n roll, mas o de um bom jazz: elegante, sem pressa e com qualidade.

No portfólio, há poucos projetos com estúdios. Por que não embarcaram nessa tendência que tomou conta da cidade?
Porque não fazemos prédios para investidores. Nosso foco é o usuário final. Esse indivíduo tem um comprometimento com a aquisição do imóvel muito maior: não é uma crise econômica que o fará desistir da compra. Existe um engajamento emocional no processo, um plano de vida que o investidor ou poupador não têm. Um dos nossos projetos no Brooklin, por exemplo, é 100% residencial: não tem fachada ativa nem estúdios. São 67 unidades com plantas a partir de 200 metros quadrados. O cliente que pagou R$ 5 milhões pelo apartamento não terá 150 estúdios ao lado dele. Para nós, esse é um valor fortíssimo.

E o que a Nortis gosta de fazer?
Preferimos edifícios “puro-sangue”. Projetos com foco no produto, de arquitetura autoral, localização nobre e pensado para o usuário final. As plantas precisam ser eficientes em todos os aspectos, não importa se o apartamento tenha 50 ou 450 metros quadrados. E não adianta fazer fachadas lindas: é preciso entregar produtos absolutamente consistentes do ponto de vista da qualidade e da funcionalidade. Então, além de bonito, o projeto precisa ser eficiente.

Apesar de jovem, a companhia já apresenta ótimos resultados. Abrir o capital é uma possibilidade?
No momento, a empresa não tem nenhuma necessidade de fazer esse tipo de movimento. Está consolidada do ponto de vista financeiro, tem crédito junto aos grandes bancos e coesão interna também. Agora, quanto ao futuro, não sei. Já vivi isso em outra companhia, sei como esse mundo é e sei como lidar com ele. Enquanto estive lá, era líder de mercado em São Paulo, entregava lucro todos os anos, mas sofria muitas pressões do mercado. É algo que eu não quero, necessariamente, viver de novo. ▶▶▶

CONTINUE LENDO ESTA ENTREVISTA EM: valor.globo.com/patrocinado/imoveis-de-valor

INÊS 249

Inovação A nova versão da séria 5 tem papel importante para a montadora na disputa entre os sedãs

BMW i5 é elétrico de luxo para executivo moderno

André Paixão e Cauê Lira
Autoesporte

O BMW Série 5 sempre foi o típico carro de executivos. Elegante (até mesmo na geração desenhada por Chris Bangle), espaçoso e vanguardista, estreou tecnologias como freios ABS e head-up display em gerações anteriores. Nesta oitava encarnação, lançada há quase um ano, a novidade é a estreia de uma versão elétrica, chamada i5. Ela tem tanta importância que a filial brasileira da marca alemã resolveu lançá-la antes mesmo da variante híbrida, 530e.

Fez isso em grande estilo, com a versão mais esportiva, M60. São 601 cv de potência 83,6 kgfm de torque, suficientes para agradar até o executivo mais apressado, que certamente vai querer deixar o conforto do banco traseiro para assumir o volante. E poderá conduzir sem culpa, já que o elétrico se enquadra nas metas de sustentabilidade de qualquer empresa disposta a pagar R$ 760 mil por um carro designado.

Independentemente de quem vai pagar a conta, o i5 tem um papel importante para a BMW. Ainda que as vendas de SUVs estejam em alta em todo o planeta, os sedãs continuam desempenhando um papel global estratégico para marcas premium, principalmente na Europa e na China (onde o modelo também será produzido).

Nesse segmento, seu principal rival é o Tesla Model S, um dos carros elétricos mais vendidos no mundo, especialmente nos países nórdicos (como Suécia, Finlândia e Dinamarca) e nas grandes metrópoles de Estados Unidos e China. Estamos falando de um carro com grande potencial nessas regiões; um possível best-seller.

A BMW pode até se aproveitar da atual situação da Tesla, que encara processos judiciais em todo o mundo pela falta de qualidade. Alguns proprietários encontraram rachaduras nas carrocerias de carros novos. Outros contrataram otimizações que não foram instaladas nos veículos, como freios esportivos.

Voltando ao i5, o sedã cresceu em todas as medidas. São 5,06 metros de comprimento, 1,90 m de largura e 2,99 m de entre-eixos. Aos que criticam o design da BMW pelas grades cada vez maiores, o i5 tem um estilo mais comedido. A peça se projeta para a lateral, e não de forma vertical, como no iX.

DIVULGAÇÃO

Em comparação com o Série 5 a combustão, há algumas mudanças. A grade frontal é fechada, já que carros elétricos não utilizam muito o vento para resfriar a bateria e o motor elétrico

Em comparação com o Série 5 a combustão, há algumas mudanças. A grade frontal é fechada, já que carros elétricos não utilizam muito o vento para resfriar a bateria e o motor elétrico. Nas laterais, as maçanetas foram integradas às portas, também em nome da aerodinâmica.

A traseira é a parte de mais gosto. As lanternas, além do design estreito, receberam um leve acabamento cromado na parte central, o que traz aquele charme de carro executivo. O para-choque traseiro foi pintado de preto para incorporar ares de esportividade. É o carro ideal para quando o executivo troca o paletó pelo traje casual e vai jogar golfe no clube.

Versão topo da linha, a M60 tem dois motores elétricos (um sobre cada eixo), que são capazes de entregar 601 cv de potência. Seu torque chega a 83,6 kgfm quando a função do launch control está ativada. Como resultado, o sedã pode ir de 0 a 100 km/h em míseros 3,8 segundos, três décimos acima de um Porsche 911 Carrera S. A velocidade máxima é de 230 km/h.

Para alimentar os dois motores e saciar o apetite dos 601 cv, baterias de 81,2 kWh que podem ser carregadas a 200 kW em aparelhos ultrarrápidos. Nesse cenário, em meia hora a capacidade vai de 10% para 80%. Usando carregadores mais comuns no Brasil, de 50 kW, o mesmo processo leva 1h13. Mas o equipamento de série do carro é um wallbox de 22 kW, que precisa de 4h15 para carregar por completo o pacote de baterias.

> Versão topo da linha, a M60 tem dois motores elétricos (um sobre cada eixo), capazes de entregar 601 cv de potência.

Com baterias cheias, partimos para o test drive de 200 km entre São Paulo e Bertioga. O trânsito carregado da metrópole não permitiu acelerar muito, mas o poder enjaulado nos motores elétricos do i5 se fazia presente nas saídas dos semáforos. Quebrando o silêncio, a trilha sonora de Hans Zimmer, vencedor do Oscar. No modo Expressive, parece que um músico está no banco traseiro pronto para sincronizar seu violino com as acelerações do carro.

O conforto na cabine é espetacular, não só pelo arranjo da suspensão mas também pelo excelente isolamento acústico. Um problema comum entre os carros elétricos é a transmissão do som dos pneus ao habitáculo, principalmente em velocidades mais altas.

O i5, porém, se mostra muito lapidado ao filtrar esses ruídos. Os elogios se estendem ao ajuste da suspensão. Rígida, mas com volante capaz de transmitir leitura clara do que está acontecendo na estrada, especialmente nos trechos repletos de curvas da Serra do Mar.

Na Europa, o pacote Driving Assistant Professional dispõe da função Stop & Go, um sistema de condução semiautônomo que inclui assistente ativo de mudança de faixa. Basta dar a seta para a direção pretendida e o i5 trocará de pista de rolagem automaticamente, sem intervenção humana.

Em outros países, o recurso conta até com ativação visual: troca de faixa quando detecta que o motorista olhou para o retrovisor. Entretanto, essa segunda parte do recurso não foi homologada (ainda) no Brasil. Confesso que logo desativei os auxílios e me permiti dirigir manualmente o i5. E que condução fantástica! Ainda que os pedais sejam muito sensíveis a qualquer variação de pressão, acelerar o sedã alemão é prazeroso.

Aos que preferem uma tocada menos esportiva, o i5 ainda é um carro de patrão, mesmo em sua versão M60. A BMW não poupou esforços para deixá-lo mais conectado e elegante ao instalar uma grande central multimídia de 14,9" e revestir os bancos com couro vegano (um couro sintético de maior qualidade).

Ao longo de cinco décadas, o BMW Série 5 acompanhou a evolução tecnológica e serviu bem aos executivos de todo o mundo. Com a eletrificação como regra global, o novo i5 seguirá atendendo aos patrões, cada vez mais conectados e ambientalmente conscientes.

Aceman vem ao Brasil até início de 2025, confirma Mini

Raphael Panaro
Autoesporte

O Mini Aceman está com passaporte carimbado para o Brasil. O inédito crossover elétrico, que foi apresentado pela primeira vez durante o Salão de Pequim (China), será vendido no país entre o fim de deste ano e o início de 2025. A confirmação foi feita por Mike Peyton, CEO da Mini para região das Américas, a Autoesporte na quarta-feira da semana passada.

Produzido inicialmente na China, em parceria da BMW (a Mini pertence ao conglomerado alemão) e a GWM, o carro preenche a lacuna entre as novas gerações de Cooper e o Countryman.

O Aceman tem porte de SUV compacto e mede 4,07 metros de comprimento, 1,75 m de largura e 1,51 m de altura. São medidas parecidas com as de um Fiat Pulse. Só os 2,60 m de entre-eixos são bem mais generosos, chegando perto do Honda HR-V ou Hyundai Creta, por exemplo. O porta-malas tem capacidade de 300 litros.

DIVULGAÇÃO

O design é exclusivo, como a dianteira com o formato irregular dos faróis

O design do Aceman é exclusivo e cheio de personalidade. A começar pela dianteira com o formato irregular dos faróis de LED. As luzes diurnas (DRL), inclusive, podem assumir até três desenhos diferentes. A traseira já assume uma estética mais convencional, com superfícies horizontais.

Dentro, o Aceman segue Cooper e Countryman no aspecto descolado e minimalista. Poucos botões e praticamente todas as funções concentradas na central multimídia circular que fica no centro do painel. A tela é de OLED, com 240 mm de diâmetro e 9,4 polegadas.

Perguntado se o Aceman é um substituto do Mini quatro portas, Peyton afirma que os dois serão oferecidos e "o mercado que dará esta resposta". Lembrando que o Mini quatro portas de nova geração ainda não foi apresentado e será movido por um motor a combustão. O Aceman, por sua vez, é somente elétrico.

> **300**
> litros de capacidade no porta-malas

Falando em powertrain, a Mini não especificou qual versão do Aceman virá ao Brasil. No exterior o crossover tem duas configurações. O Aceman E tem o equivalente a 184 cv de potência, 29,5 kgfm de torque. Já a bateria de 42,5 kWh fornece uma autonomia de 310 km (WLTP). O carro ainda cumpre o 0 a 100 km/h em 7,9 segundos e atinge 160 km/h de velocidade máxima.

Já a opção topo de linha, Aceman SE, vem com 218 cv e 33,6 kgfm de torque. A bateria e autonomia são maiores: 54,2 kWh e 406 km (WLTP). O 0 a 100 km/h cai para 7,1 s e a máxima sobe para 170 km/h.

Políticas Estatal acertou a compra de 87,7% do volume esperado e marcou nova rodada de aquisição; produto deve chegar em até 45 dias

Empresas de fora do setor vendem arroz em leilão da Conab

Fernanda Pressinott, Rafael Walendorff e Raphael Salomão
De São Paulo

O primeiro leilão para compra de arroz importado da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) terminou com a participação de quatro empresas alheias ao mercado do cereal. Entre os nomes, há uma companhia de locação de máquinas agrícolas, a ASR, uma de produção de queijos com registro em Macapá, a Queijos Minas, e uma processadora de polpas de frutas, a Icefruit.

Da expectativa de comercialização de 300 mil toneladas, os participantes acertaram a venda de 87,7%, ou 263 mil toneladas. A operação custou R$ 1,3 bilhão.

A maior parte do volume saiu pelo preço de abertura. A Conab arrematou por valores entre R$ 4,98 e R$ 4,99 o quilo os lotes que tiveram deságio. Dez regiões ficaram sem oferta, e um lote foi cancelado. A estatal anunciou um novo leilão para quinta-feira (13/6) para a aquisição das 36,6 mil toneladas restantes.

Thiago dos Santos, diretor de Operações e Abastecimento da Conab, afirmou que não é possível identificar de onde essas empresas trarão o arroz importado nem qual sua fatia de mercado no país.

As empresas precisarão depositar 5% do valor negociado no leilão como garantia à Conab na próxima semana e só receberão do governo o valor acordado após entregar o lote de mercadoria no armazém determinado pela autarquia. "Esse arroz tem que ser de fora do Brasil, mas tem que estar dentro das prerrogativas sanitárias do país", garantiu.

Seis bolsas de mercadorias, de um total de 13 cadastradas no ano passado pela Conab, participaram do leilão da quinta-feira. "Em 2023, iniciamos esse trabalho de credenciar as bolsas para termos ferramentas para trabalhar com estoques públicos e garantias de preços no futuro", disse Santos.

> "Esse arroz de fora do Brasil tem que estar dentro das prerrogativas sanitárias do país" *Thiago dos Santos*

"Essa modalidade de leilão não ocorria desde 1987 e foi feita na retomada das funções da Conab de garantir o abastecimento nacional, ao mesmo tempo que precisa proteger o homem e a mulher do campo", disse Edegar Pretto, presidente da Conab. "Embora tenha ocorrido uma tentativa de politizar o leilão, com oito liminares contra, conseguimos derrubar todas porque estava claro que estávamos tentando proteger o elo mais fraco da cadeia, que é o consumidor", defendeu o dirigente.

Uma liminar concedida na noite de quarta-feira (5/6) pela 4ª Vara Federal no Rio Grande do Sul chegou a suspender o pregão ao acatar uma ação popular movida por deputados gaúchos. Os autores da ação foram os deputados federais Marcel van Hattem (Novo-RS) e Lucas Belo Redecker (PSDB-RS) e o deputado estadual Felipe Camozzato (Novo-RS). A Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) entrou como "amicus curiae" (parte interessada) no processo.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Edegar Pretto, presidente da Conab: 'houve tentativa de politizar o leilão com liminares, mas derrubamos todas'

Porém, na manhã de ontem, o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Fernando Quadros da Silva, derrubou a liminar ao atender um recurso da Advocacia-Geral da União (AGU). Em sua avaliação, os motivos para a manutenção do leilão "são existentes e juridicamente adequados à situação excepcional vivenciada pelo Estado do Rio Grande do Sul".

Também há uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade da importação de arroz. Na quarta-feira, o relator André Mendonça pediu o envio de informações em até cinco dias pela presidência da República e pelos ministros do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e da Fazenda, além do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) sobre as medidas provisórias que autorizaram a compra de arroz importado.

Pretto reafirmou que, em um mês, os preços do arroz já subiram 11%, em média, em algumas cidades, conforme a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), em um período em que a colheita já foi praticamente concluída.

Segundo Santos, o arroz comprado ontem será distribuído em todo o país em até 45 dias, com o preço subsidiado de R$ 4 o quilo, em embalagens de 5 quilos.

Apesar disso, os dirigentes da Conab afirmaram que não há intenção do governo Lula de controlar os preços dos alimentos. "Esse arroz não servirá para fazer estoques, será internalizado e distribuído imediatamente. Ele serve para apenas 15 dias de consumo", afirmou Sílvio Porto, diretor de Política Agrícola da Conab.

Como já anunciado, o governo Lula tem a intenção de voltar com a política de estoques públicos de alimentos, como feito entre 2003 e 2015, para garantir o abastecimento ao consumidor e um preço mínimo ao produtor.

Mudança no PIS/Cofins puxa alta da soja

Commodities

Paulo Santos e Fernanda Pressinott
De São Paulo

A medida provisória (MP) 1.227, que impediu as empresas de usar créditos de PIS e Cofins para abatimento de outros tributos, gerou tanta incerteza entre os exportadores brasileiros que acabou oferecendo suporte aos preços da soja na bolsa de Chicago. Após uma sequência de baixas, os contratos da oleaginosa para julho negociados na bolsa fecharam em alta de 1,93% na quinta-feira (6/5), a US$ 12 o bushel.

A valorização também teve influência de um cenário macroeconômico favorável. Para Leandro Guerra, da LC Guerra Corretora de Cereais, a indicação de queda dos juros na União Europeia levou à queda do dólar, um fator que geralmente faz com que os preços das commodities subam no mercado internacional.

Mas, segundo o corretor, a alta da soja teve influência direta da medida do governo brasileiro. A alteração na regra paralisou as negociações em algumas tradings de grãos, disse Guerra.

"As mudanças no uso do PIS/Cofins deixaram as tradings no escuro. Elas deram um passo para trás até entender se haverá nova mudança nas regras. Esse cenário afasta outros agentes do mercado, como os produtores", afirma.

> **1,93%** foi a valorização dos contratos para julho

Darcy Pires, da União Corretora, também observou tradings afastadas das comercializações. As empresas estão tentando entender o impacto da MP sobre seu desempenho financeiro.

"Os dois últimos dias foram muito mornos nas negociações, e 90% das tradings com as quais temos contato não compraram nada após esse anúncio da MP. Como sexta-feira já é um dia meio parado, elas devem tirar o pé ainda mais", disse Pires.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) estima que há R$ 6,5 bilhões em créditos de PIS/Cofins acumulados na indústria de oleaginosas e na exportação de soja e derivados (com base nos dados de 2023).

De acordo com a entidade, com a MP, os créditos tornam-se custo para a indústria, o que será considerado na precificação da soja ao produtor. A associação estimou que o preço pago aos produtores rurais poderá cair de 4% a 5%.

A indústria de óleos vegetais não tem débitos de PIS/Cofins porque seus produtos compõem a cesta básica (no caso de óleos comestíveis), são insumos para outras indústrias, como os farelos destinados à alimentação animal, ou, na maioria das vezes, são exportados sem incidência de PIS e Cofins.

Ainda segundo a Abiove, o acúmulo de créditos desincentiva investimentos porque, no processamento de soja, há uma alíquota presumida de 2,5%. Quando a empresa comprovava a exportação de óleo ou farelo, podia receber esse percentual como ressarcimento, em dinheiro. Agora, não mais.

Abate de bovinos cresce 24% e tem novo recorde

Pecuária

Lucianne Carneiro
Do Rio

O Brasil abateu 9,3 milhões de cabeças de gado no primeiro trimestre, segundo a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, do Leite, do Couro, e da Produção de Ovos de Galinha, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O volume, recorde, foi 24,6% maior que o de igual período de 2023 e 1,6% superior ao do trimestre imediatamente anterior.

O abate de fêmeas, também recorde, aumentou 28,2% em relação aos três primeiros meses de 2023. Já o abate de machos subiu 21,7% e atingiu o melhor resultado para um primeiro trimestre.

Mato Grosso seguiu na liderança dos abates nacionais, com 18,3% do total. Em termos absolutos, o volume de abates do Estado foi o que mais cresceu no primeiro trimestre, com 420 mil cabeças a mais do que no mesmo intervalo do ano passado.

O IBGE informou ainda que a produção de carcaças bovinas cresceu 24,1% no primeiro trimestre, para 2,4 milhões de toneladas. No balanço sobre a produção de couros, os curtumes declararam ter recebido 9,3 milhões de peças inteiras de couro cru no primeiro trimestre, ou 19,9% a mais do que em igual período de 2023.

O abate de suínos, em contrapartida, caiu 1,6% no país no primeiro trimestre, para 13,95 milhões de cabeças. O volume de abates diminuiu em 15 das 24 unidades da federação acompanhadas pela pesquisa do IBGE. Santa Catarina continuou liderando o abate de suínos, com 29,8% do total.

O peso total das carcaças de suínos foi de 1,28 milhão de toneladas no primeiro trimestre de 2024. O volume representou uma queda de 0,9% em comparação com os três primeiros meses de 2023.

Os abates de frangos também diminuíram no país. Ao todo, o país abateu 1,59 bilhão de aves no primeiro trimestre, ou 1,2% a menos do que no mesmo intervalo do último ano. O Paraná, com 34,6% de participação, manteve-se na liderança dos abates de frangos.

No balanço do mercado de leite, o IBGE informou que a aquisição de leite cru feita por estabelecimentos sob inspeção sanitária (federal, estadual ou municipal) no primeiro trimestre foi 3,3% superior à do mesmo período de 2023, somando 6,21 bilhões de litros. Já na comparação com o quarto trimestre do ano passado, a aquisição de leite recuou 4,4%.

valor.com.br

Balanço

Lucro da Cofco dobrou no país em 2023

A Cofco Internacional Brasil, que reúne as operações de grãos e hortifrútis da estatal chinesa Cofco no país, encerrou 2023 com lucro líquido de R$ 392,7 milhões, praticamente o dobro dos ganhos do ano anterior. Os preços elevados de commodities na primeira metade do exercício contribuíram com o desempenho.

valor.com.br/agro

Grãos

Colheita de soja no RS vai a 96% da área

Até ontem, a colheita de soja no Rio Grande do Sul terminou em 96% da área, um avanço de dois pontos percentuais em uma semana, informou a Emater-RS. Na mesma época de 2023, os trabalhos já estavam concluídos. Segundo a Emater, períodos secos e ensolarados, ainda que breves, favoreceram o progresso.

valor.com.br/agro

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Maison Griffe Eireli ME -** CNPJ: 26.945.488/0001-13 - Endereço: Av. T1, Nº 2050, Setor Bueno - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 22a Vara de Goiânia/GO

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Eletrotech Energia Solar Ltda. -** CNPJ: 26.206.825/0001-50 - Endereço: Rua Três, Nº 1755, Centro - Requerente: Fs Tatuí Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 4a Vara de Rio Claro/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Hernani Corte -** Endereço: Não Consta - Vara/Comarca: 1a Vara de Mongaguá/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Cantão Serviços de Limpeza e Manutenção Ltda. -** CNPJ: 24.954.330/0001-84 - Endereço: Quadra 108 Sul, Alameda 03, Nº 06, Quadra Interna H, Lote 41, Sala 05, Plano Diretor Sul - Administrador Judicial: Dr. Jones Soldera Carneiro - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Palmas/TO

Empresa: **Cantão Vigilância & Segurança Ltda. -** CNPJ: 14.966.650/0001-09 - Endereço: Quadra Arse 23, Alameda 03, Nº 14, Setor Sudeste, Plano Diretor Sul - Administrador Judicial: Dr. Jones Soldera Carneiro - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Palmas/TO

Empresa: **Fricarnes Distribuidora Ltda. -** CNPJ: 08.279.380/0001-57 - Endereço: Estrada do Pacífico, Rodovia Br 317, Km 03, Lote 191, Gleba I Única, Alas a e B, Nº 3000, Bairro José Moreira - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: Vara Cível de Brasileia/AC

Empresa: **Inova Logística Transportes Ltda. Epp -** CNPJ: 12.303.911/0001-77 - Endereço: Rua Anísio Braga, 179, Quadra K, Lote 15, Bairro Parque Real - Administrador Judicial: Dr. José Nascimento de Carvalho - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Inova Logística Transportes Ltda. Epp, Filial 1 -** CNPJ: 12.303.911/0002-58 - Endereço: Rodovia Br 010, Km 1672, Paragominas/pa - Administrador Judicial: Dr. José Nascimento de Carvalho - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Inova Logística Transportes Ltda. Epp, Filial 2 -** CNPJ: 12.303.911/0003-39 - Endereço: Av. Marechal Rondon, 7784, Bairro Parque Industrial Tancredo Neves, Vilhena/ro - Administrador Judicial: Dr. José Nascimento de Carvalho - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Inova Logística Transportes Ltda. Epp, Filial 3 -** CNPJ: 12.303.911/0004-10 - Endereço: Rua Marechal Floriano, 1196, Bairro Vila São Gabriel, São Gabriel do Oeste/ms - Administrador Judicial: Dr. José Nascimento de Carvalho - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Inova Logística Transportes Ltda. Epp, Filial 4 -** CNPJ: 12.303.911/0005-09 - Endereço: Anel Viário, Km 01, S/nº, Bloco 06, Sala 05, Bairro Parque do Trevo, Porto Nacional/to - Administrador Judicial: Dr. José Nascimento de Carvalho - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Inova Logística Transportes Ltda. Epp, Filial 5 -** CNPJ: 12.303.911/0006-81 - Endereço: Rua Araguainha, 211, Bairro Soinco, Guarulhos/sp - Administrador Judicial: Dr. José Nascimento de Carvalho - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Instituto Oftalmológico da Bahia Ltda. Ioba -** CNPJ: 14.168.357/0003-50 - Endereço: Av. Fernandes da Cunha, 115, Bairro Mares Roma - Administrador Judicial: Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Salvador/BA

Empresa: **Jj Indústria e Comércio de Carnes Ltda. -** CNPJ: 43.112.231/0001-08 - Endereço: Estrada do Pacífico, Rodovia Br 317, Km 03, Lote 191, Gleba I Única, Alas a e B, Nº 3000, Bairro José Moreira - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: Vara Cível de Brasileia/AC

Empresa: **José Torres da Mascena, Produtor Rural -** CNPJ: 54.809.189/0001-97 - Endereço: Sítio Santo Antonio, Comunidade Novo Céu, S/nº, Zona Rural, Nova Canaã do Norte/mt - Administrador Judicial: Jorge Gonso Consultoria Empresarial, Representada Pelo Sr. Jorge Jerônimo Gonso - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Josivan de Sá da Mascena, Produtor Rural -** CNPJ: 54.808.958/0001-32 - Endereço: Sítio Santo Antonio, Comunidade Novo Céu, S/nº, Zona Rural, Nova Canaã do Norte/mt - Administrador Judicial: Jorge Gonso Consultoria Empresarial, Representada Pelo Sr. Jorge Jerônimo Gonso - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/SP

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Jrm Pires -** CNPJ: 11.759.767/0001-15 - Endereço: Rua Santa Cecília, 10, Sala Fundos, Lotamento Santa Cecília - Vara/Comarca: Vara Cível de Santa Helena/PR - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Agenda Tributária

Mês de Junho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Maio/2024
7	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ	7307**	1º a 30/abril/2024
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ - estoque	7315**	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Crédito rural Proposta apresentada à equipe econômica pede reforço nas linhas equalizadas e queda generalizada nos juros

Agricultura pede à Fazenda R$ 452 bi para Plano Safra

Rafael Walendorff
De São Paulo

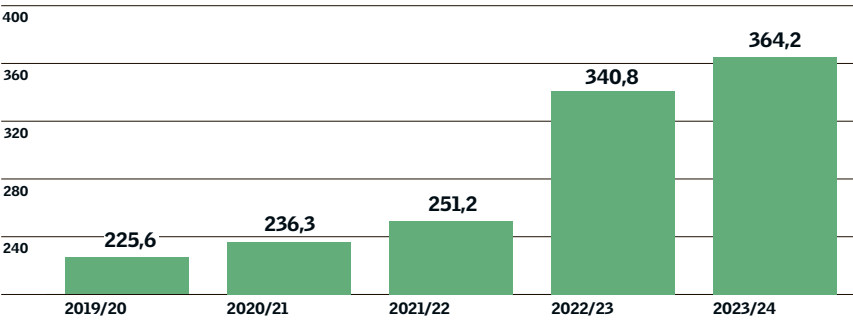
O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e o secretário de Política Agrícola, Neri Geller, propuseram ao Ministério da Fazenda R$ 452,3 bilhões em recursos para custeio, comercialização e investimentos de médios e grandes produtores no Plano Safra 2024/25.

O número, se acatado na íntegra pela Fazenda, deve representar um crescimento de 24% em relação aos R$ 364,2 bilhões disponibilizados no ciclo que se encerrará no próximo dia 30. A intenção do Ministério da Agricultura é direcionar R$ 332,2 bilhões para as linhas de custeio e comercialização e R$ 120,1 bilhões para os investimentos.

Os números foram detalhados na primeira proposta apresentada pela Pasta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, há poucos dias, em documento ao qual a reportagem teve acesso.

O pedido foca no aumento da disponibilidade de recursos com juros equalizados aos produtores. A intenção é quase dobrar o valor das linhas que receberão a equalização, para R$ 151,8 bilhões. Desses, R$ 90,5 bilhões seriam para custeio e comercialização e R$ 61,4 bilhões para investimentos.

No início do Plano Safra 2023/24 havia R$ 95,8 bilhões de recursos equalizados disponíveis para médios e grandes produtores. O volume caiu 23%, para R$ 73,4 bilhões, após remanejamentos e realocações de limites.

Para chegar a esse pedido de subvenção, o Ministério da Agricultura pediu R$ 10 bilhões no orçamento para equalização dos juros do Plano Safra 2024/25, sendo que R$ 1 bilhão seria o gasto efetivo no segundo semestre de 2024.

O documento não deixa claro se a verba já está disponível ou se será necessária suplementação. Os outros R$ 9 bilhões são pagamentos posteriores feitos pelo Tesouro às instituições financeiras que operacionalizam as linhas subsidiadas e com prazos mais longos, como os investimentos, de até 15 anos.

O pedido, se atendido, representará um incremento substancial na verba destinada à equalização de juros. No Plano Safra 2023/24, foram disponibilizados R$ 5,1 bilhão para a subvenção dos juros para médios e grandes produtores. Outros R$ 8,5 bilhões foram alocados para equalizar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O custo total da safra foi a R$ 13,6 bilhões.

A última vez que a verba da equalização da agricultura empresarial atingiu dois dígitos foi no Plano Safra 2014/15, de R$ 11,6 bilhões. O setor pede agora cerca de R$ 20 bilhões para atendimentos a todos os públicos: pequenos, médios e grandes produtores.

A conta do Ministério da Agricultura para basear esse pedido leva em consideração as taxas de juros desejadas para as linhas equalizadas, com corte de até 3,5 pontos percentuais em relação aos índices desta temporada.

Para o custeio empresarial, a Pasta quer reduzir os juros de 12% para 8,5% ao ano. No custeio do Pronamp, o corte seria de 8% para 7%. Para comercialização, a Pasta busca redução de 12% para 8,5%.

O ministério também quer a redução de juros de todos os programas de investimentos, com destaque para o Moderfrota, cuja redução pretendida é de 12,5% para 9% ao ano para grandes produtores e de 10,5% para 7% ao ano para médios produtores.

Para Proirriga, Moderagro, Inovagro, Prodecoop e Procap-Agro, o pedido é de corte de 3 pontos percentuais. Com isso, os juros finais dos três primeiros programas caíram para 7,5% e dos dois últimos para 8,5% na temporada 2024/25.

A Pasta quer reduzir mais as taxas de programas como RenovAgro, para práticas sustentáveis, e o PCA, para construção de armazéns. Os juros sugeridos são de 7% a 8% ao ano. Para o Investimento Empresarial o corte sugerido é de 10,5% para 8,5% e no Investimento Pronamp, de 8% para 7% ao ano.

Fávaro e Geller querem incrementar alguns programas, como o RenovAgro, para recuperação de pastagens degradadas e manejo dos solos. A intenção é dobrar o valor para essa finalidade de R$ 1,9 bilhão para mais de R$ 4 bilhões no próximo ciclo. O PCA passaria de R$ 6,6 bilhões para R$ 10 bilhões.

O Moderfrota para grandes produtores teria aumento de 46%, passando de R$ 9,5 bilhões a R$ 13,9 bilhões. A Pasta também sugeriu injetar R$ 3,9 bilhões em uma nova linha do Moderagro para a formação de perfil de solos, chamada de Moderagro "ProSolos".

Plano Safra
Evolução do crédito disponível ao agronegócio - em R$ bilhões

Fonte: Ministério da Agricultura

R$ 452,3 bilhões é o volume de crédito para o Plano Safra 2024/25 proposto pelo Ministério da Agricultura

Ministério quer R$ 2 bi para o seguro rural

De São Paulo

O pedido do Ministério da Agricultura para suplementação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é de R$ 1,053 bilhão para este ano. Se atendido, o valor total do programa será elevado para R$ 2 bilhões. A Pasta também solicitou R$ 2,5 bilhões no orçamento de 2025.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) havia pedido R$ 3 bilhões para o PSR em 2024 e R$ 4 bilhões em 2025.

Na apresentação feita ao ministro Fernando Haddad, o ministério argumentou que as seguradoras pagaram R$ 25 bilhões em indenizações aos produtores nos últimos seis anos, enquanto o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), gerido pelo Banco Central, gastou R$ 9,5 bilhões apenas em 2023.

O Ministério da Agricultura também quer reforçar o caixa destinado às ações de apoio à comercialização previstas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). A Pasta argumentou que a média orçamentária anual entre 2010 e 2015 era de R$ 5,4 bilhões para essa finalidade. Em 2024, são cerca a de R$ 1,1 bilhão. O pedido é para a disponibilização de R$ 3,9 bilhões em 2025. Fávaro e Geller mostraram que a produção de grãos deu um salto nos últimos anos, mas o orçamento da Pasta não acompanhou o ritmo.

A dupla apontou que, com os preços em queda, o momento é oportuno para a "formação de estoques públicos, para venda em balcão e garantia de abastecimento". O país tem hoje 311,6 mil toneladas do cereal em estoques públicos. *(RW)*

Leilão de limites com subsídio atrai recorde de instituições

De São Paulo

O "leilão" dos limites equalizáveis programados para o Plano Safra 2024/25 feito pelo Ministério da Fazenda atraiu 26 instituições financeiras do país. Esse é o maior número de agentes interessados em operacionalizar as linhas equalizadas do crédito rural até então.

Na safra 2023/24, 21 instituições foram contempladas com limites equalizáveis. O governo vai definir os valores e os agentes selecionados em breve. A divisão dos recursos é divulgada em julho.

As instituições apresentam à Fazenda os seus custos financeiros e spreads para concorrer aos recursos com equalização que o governo disponibiliza para os financiamentos do Plano Safra.

As 26 instituições apresentaram propostas de Custo Financeiro (CF) e Custos Administrativos e Tributários (CAT) para as linhas de custeio, comercialização e investimentos da agricultura empresarial. Para os programas da agricultura familiar, 19 agentes buscaram participação.

Na agricultura empresarial, a taxa média do CAT oferecido pelas 26 instituições financeiras foi de 3,22%. Os índices de spreads oferecidos variaram de 0%, no caso da CrediSeara, a 1,4%, em propostas do Basa, até 7,3% para linhas de custeio empresarial no Sicredi.

3,22% foi o custo médio das ofertas

Das instituições que apresentaram propostas para as linhas de médios e grandes produtores, houve as estreias de Itaú, Banpará, Credicoopavel e CrediSeara. A Primacredi, que estreou em 2023/24 e teve recursos para operacionalizar, não deu lances.

No caso da agricultura familiar, 19 instituições financeiras apresentaram propostas para operacionalizar as linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A taxa média do CAT oferecida pelas 19 instituições financeiras foi de 4,19% ao considerar linhas de custeio e investimentos para a agricultura familiar. Os índices de spreads oferecidos variam de 0%, no caso da CrediSeara, a 1,5%, em propostas do banco da John Deere, até 10,9% nas linhas de microcrédito do grupo B no BNDES. Em 2023/24, 14 instituições financeiras puderam operar com limites equalizáveis para o Pronaf. *(RW)*

Vetnil dá início a aporte de R$ 100 milhões

Saúde animal

Cleyton Vilarino
De São Paulo

A Vetnil, uma das principais fabricantes de medicamentos e suplementos para equinos e animais domésticos no Brasil, concluiu a primeira etapa de um plano de investimento de mais de R$ 100 milhões para ampliar sua capacidade de operação em Louveira (SP). A empresa compete com gigantes do mercado veterinário, como Ourofino, Boehringer Ingelheim e CEVA.

A perspectiva é que o investimento, que será feito com capital próprio, aumente em até cinco vezes a capacidade de produção da empresa nos próximos 20 anos.

Segundo os diretores da companhia, os aportes também vão concentrar o recebimento de matéria-prima, processamento, armazenamento e distribuição em um espaço de 75 mil metros quadrados, dos quais 20 mil serão de novas instalações. A primeira delas, recém-inaugurada, é um centro logístico de 5 mil metros quadrados.

O espaço tem quase três vezes mais capacidade de armazenamento. A partir de 2025, as unidades fabris, hoje no mesmo município, também devem ser transferidas para o complexo.

"A mudança se dá por uma necessidade de ampliação, porque estamos estrangulados", diz Luiz Miazzo, diretor financeiro da companhia. A Vetnil vem surfando no crescimento do setor de saúde animal para equinos e pets, cuja demanda avança 15% ao ano.

O executivo também ressalta que o novo espaço permite à empresa ter uma matriz energética "mais eficiente". No novo centro, a Vetnil construiu uma usina solar própria, com 1.080 placas, o que lhe garantirá autossuficiência, além de uma estação de tratamento de esgoto e reúso de água.

"Com as fábricas mais próximas, teremos um fluxo logístico melhor", afirma Cristiano Sá, diretor de marketing e novos negócios da Vetnil.

DIVULGAÇÃO

Complexo da empresa em Louveira (SP) já recebeu novo centro logístico

Abastecimento Empresas de fora do setor vendem arroz em leilão de importação da Conab B9

Fundos
Pior momento para multimercados pode ter ficado para trás, segundo Azevedo, da Ibiuna C6

Juros
Diretoria do BC se mostra mais alinhada ao falar de preocupação com inflação C2

Entrevista
Michael Gapen, do BofA, espera que BC dos EUA só reduza juros em dezembro C3

Mercados
Ativos locais têm dia de alívio após sequência de quedas e dólar recua C2

Política monetária Autoridade europeia sinalizou que decisões serão tomadas a cada reunião, sem se comprometer com próximos passos

BCE faz primeiro corte de juros em cinco anos, mas prega cautela

Gabriel Caldeira e Eduardo Magossi
De São Paulo

O Banco Central Europeu (BCE) iniciou o processo de flexibilização monetária na zona do euro ao cortar os juros em 0,25 ponto percentual ontem, numa decisão amplamente esperada pelos investidores e que marcou a primeira redução das taxas europeias desde 2019. Com isso, largou na frente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que aguarda sinais mais claros de controle da inflação antes de iniciar os cortes nos Estados Unidos.

Apesar disso, chamou a atenção a postura cautelosa do BCE, que não prometeu um ciclo longo de cortes e reforçou que as decisões serão tomadas a cada reunião, sem se comprometer com um determinado caminho para os juros.

Na decisão, a taxa de depósitos (juro de referência do BCE) foi reduzida para 3,75%. Já a taxa de refinanciamento caiu para 4,25% e a de empréstimos, para 4,5%. O BCE ainda anunciou que vai diminuir o portfólio de ativos atrelados ao programa de compras emergenciais da pandemia em € 7,5 bilhões por mês, em média, ao longo do segundo semestre de 2024, antes de encerrar por completo os investimentos no fim do ano.

No comunicado de política monetária, o BCE ressaltou que o movimento de ontem não significa que os juros cairão nas reuniões futuras, mensagem enfatizada pela presidente do banco central, Christine Lagarde, na entrevista à imprensa que se seguiu à decisão. "A política monetária deve exercer menor pressão sobre a demanda com o tempo", disse ela, sem esclarecer a magnitude e a velocidade dos próximos cortes.

Segundo ela, é importante lembrar que a política monetária segue restritiva na zona do euro, e assim deve permanecer no futuro próximo. De qualquer forma, Lagarde citou que agora há maior confiança entre os membros do BCE de que a inflação está caindo à meta de 2%, o que permitiu o passo de ontem. Apenas um dirigente do banco central não apoiou a decisão.

A opção por uma redução de juros acompanhada pela postura mais conservadora da autoridade monetária europeia foi lida como um sinal de que ao menos parte dos dirigentes do BCE ainda vê riscos na trajetória inflacionária, o que deve se traduzir em um processo lento de corte de taxas.

Com isso, os rendimentos de títulos europeus terminaram a sessão em alta: a taxa do Bund alemão de 10 anos subiu de 2,515%, no fechamento da véspera, para 2,553%; a do OAT francês de 10 anos avançou de 2,980% a 3,024%; e a do BTP italiano com igual vencimento teve alta de 3,813% a 3,860%.

As bolsas europeias, por outro lado, mantiveram-se em território positivo em todo o pregão, ainda que tenham moderado o ritmo depois da decisão do BCE. O índice Stoxx 600, que compila ações de 17 mercados do continente, fechou em alta de 0,66%, a 524,68 pontos, muito próximo de um novo recorde histórico.

Segundo Seema Shah, estrategista-chefe global da Principal Asset Management, além do comunicado da entidade e dos comentários de Lagarde, entram na conta dos investidores também as revisões de alta nas projeções do BCE para a inflação europeia e as recentes surpresas positivas no crescimento dos salários e na atividade econômica.

"O BCE navegou com sucesso pelo pico da inflação pós-covid e pôde colher os frutos e cortar os juros. Mas terá que enfatizar uma abordagem cautelosa nas futuras decisões", afirma a economista. Para ela, Lagarde terá o cuidado de evitar um compromisso com uma trajetória futura, o que sugere que "um corte nos juros na próxima reunião de julho é improvável".

> "O BCE navegou com sucesso pelo pico da inflação pós-covid e pôde colher os frutos e cortar os juros"
> *Seema Shah*

ALEX KRAUS/BLOOMBERG
Lagarde: política monetária permanecerá restritiva embora haja mais confiança na convergência da inflação à meta

Essa também é a projeção de Nick Bennenbroek, economista internacional do Wells Fargo. Para ele, a melhora do quadro inflacionário ainda deixa espaço para um corte de juros na reunião de setembro do BCE, mas a entidade só terá evidência suficiente de moderação do crescimento dos salários e da inflação subjacente no quarto trimestre, o que permitirá mais dois cortes de 0,25 ponto em outubro e dezembro, conforme seu cenário base.

"Entretanto, suspeitamos que os dirigentes do BCE prefeririam ver um retorno a uma tendência geral de queda no crescimento dos salários e na inflação doméstica para se sentirem totalmente confortáveis em reduzir ainda mais as taxas de juros e, portanto, consideramos que os riscos se inclinam para uma flexibilização menor", com apenas três cortes em 2024 ao invés das quatro reduções do cenário base do Wells Fargo, diz Bennenbroek.

Ainda que o BCE tenha repetido o mantra de "decisões dependentes de dados" que a maioria dos bancos centrais de países desenvolvidos adotou após o choque inflacionário de 2021 e 2022, a escolha por cortar os juros mesmo com os salários elevados e a atividade se recuperando na zona do euro indica que a autoridade europeia quer voltar a olhar para frente, segundo avaliação de Carsten Brzeski, chefe global de macroeconomia do ING.

"Lagarde destacou na coletiva que a decisão de hoje [ontem] foi tomada pelo aumento da confiança no caminho à frente, ou seja, nas próprias projeções macroeconômicas. Ela mencionou explicitamente a previsão de inflação para o quarto trimestre de 2025, que agora oscila consistentemente entre 1,9% e 2%, o suficiente para o BCE estar confortável em dizer que a inflação está sob controle", afirma.

No entanto, a postura mais conservadora do Federal Reserve pode ser um obstáculo, sugere César Garritano, economista-chefe da SOMMA Investimentos. "O fato de o principal banco central do mundo demorar um pouco mais para desapertar sua política monetária, ainda que seja um ponto não verbalizado pelo BCE, é algo que julgamos que está sendo considerado pelas autoridades europeias em seus cenários", diz.

Destaques

Investidores contra Suíça

Os detentores de títulos do Credit Suisse processaram a Suíça em um tribunal federal de Manhattan, alegando que o país colocou os interesses nacionais acima da lei quando seus títulos foram anulados no resgate do banco pelo UBS no ano passado. A Suíça surpreendeu os mercados ao ordenar que US$ 17 bilhões dos chamados bônus AT1 do Credit Suisse fossem amortizados antes de o UBS comprá-los, subvertendo a prática habitual de os detentores de títulos terem prioridade sobre os acionistas. Os "bondholders", desde fundos de ativos problemáticos até gestores de fundos de pensão dos EUA e da Suíça, dizem que a redução foi desproporcionalmente punitiva. "A Suíça agiu como um político interessado, forçando o acordo, ignorando a multidão de outros potenciais compradores", diz o processo aberto em Manhattan ontem. Sem quaisquer concorrentes, o UBS foi livre para definir o seu preço e ditar os termos da sua aquisição. A ação legal aberta ontem segue outros processos movidos no ano passado. O governo suíço ignorou acusações de que os investidores foram enganados sobre como seria tratada a falência de um grande banco e de que as autoridades entregaram o Credit Suisse ao UBS por um preço baixo. ***(Dow Jones Newswires)***

Regras 'cripto' em 2025

O diretor de Regulação do Banco Central (BC), Otavio Damaso, afirmou ontem que a regulamentação das exchanges (plataformas de negociação de criptomoedas) deve ficar pronta até o começo de 2025. O diretor destacou que a próxima consulta pública para debater o assunto será lançada em setembro. "A gente está em um processo bem avançado", disse Damaso, durante o 4º Congresso Brasileiro de Internet, promovido pela Abranet. Um decreto do ano passado fixou as diretrizes para que o BC regulamente a prestação de serviços de gestão de criptoativos. O texto regulamenta a lei de 2022, que trata sobre o assunto. No evento, dedicado a debater o futuro da tecnologia no mercado financeiro, o diretor também fez uma avaliação sobre o "open finance", um dos projetos prioritários do BC. E destacou os desafios de implantar a tecnologia. "É um desafio padronizar diferentes bancos de dados, é preciso fazer com que todos tenham a mesma linguagem", avaliou. "A principal transformação que o Banco Central passou foi de abertura, de sair da casca que a gente tinha e ir conversar com a sociedade para entender a crítica que a sociedade tinha à atuação do BC", avaliou o diretor. ***(Gabriela Pereira)***

Lagarde cumpre sinalização prévia de forma pragmática e preventiva

Análise
Financial Times

Quase dois anos após o início do ciclo de aumento das taxas de juros, o Banco Central Europeu (BCE) realizou ontem o seu primeiro corte. A redução de um quarto de ponto porcentual, de 4% para 3,75%, que a presidente Christine Lagarde havia preparado nos últimos meses, dará algum alívio aos tomadores de empréstimos europeus. O BCE cumpriu o que havia sinalizado, o que é importante para a credibilidade da instituição. Ele também tomou uma atitude pragmática e preventiva.

A atividade de banco central diz respeito a avaliar riscos. Desde a pandemia, o receio é que a alta da inflação se intensifique se as taxas de juros não forem restritivas o suficiente. Lentamente, a dinâmica mudou. Agora, com a inflação em tendência de queda e se aproximando dos 2% nas economias avançadas, o impacto do custo elevado do crédito sobre a atividade econômica está recebendo mais atenção. As taxas continuam altas demais, por tempo demais, e a inflação poderá cair demais — e levar consigo o crescimento.

Na zona do euro, a inflação vem descendo suavemente em direção aos 2% durante todo o ano, com um pequeno soluço no mês passado. Os indicadores futuros parecem promissores. Pesquisas sobre as expectativas de preços de vendas das empresas apontam para um enfraquecimento de componentes do núcleo da inflação à frente, tal como a queda dos salários anunciada em postagens monitoradas pelo Indeed, um quadro do mercado de trabalho.

Os sinais de que a tendência de desinflação continuará, combinado com 18 meses de crescimento econômico trimestral fraco, são uma razão suficientemente decente para remover o nível máximo de restrição das taxas. Embora os indicadores recentes pareçam mais otimistas para a atividade econômica, as condições de crédito restritivas e o declínio dos planos de contratação sugerem que essa permanece reprimida.

Lagarde ainda foi sensata ao manter-se calada sobre as movimentações posteriores do BCE. O aumento da inflação na zona do euro em maio combinado com a incerteza econômica global — inclusive sobre as cadeias de abastecimento e os regimes tarifários — demonstra que ainda há risco de os preços subirem. Assim, o corte de 25 pontos-base, que mantém a política do BCE relativamente restritiva, deve ser visto como um passo calibrado para aliviar a pressão sobre a economia da zona do euro, e não como o começo de um ciclo rápido de flexibilização.

Os bancos centrais das economias avançadas estão cada vez mais cientes de que esperar até que a inflação chegue aos 2% antes de cortar os juros pode ser tarde demais. Na quarta-feira, o Banco do Canadá fez o seu primeiro corte. O Federal Reserve (Fed, banco central americano) e o Banco da Inglaterra também terão de fazer suas próprias avaliações dos riscos nas próximas semanas.

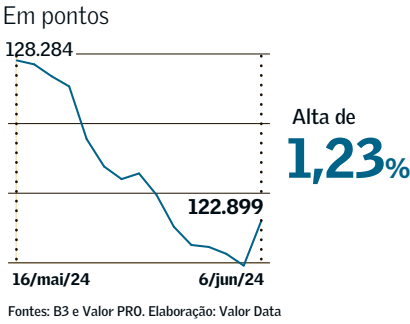
Até recentemente, o forte crescimento econômico e um processo de desinflação intermitente aumentaram a possibilidade de o Fed adiar os cortes nas taxas de juros ainda mais para frente no ano. Mas uma série de dados, incluindo uma perspectiva desanimadora para a indústria, mais sinais de desaquecimento do mercado de trabalho e uma retomada da tendência de queda no núcleo da inflação em abril — embora ainda muito acima da meta — encorajaram os defensores de uma abordagem mais cautelosa a pedirem um primeiro corte preventivo. Os dados mais recentes das folhas de pagamento, que serão divulgados hoje, fornecerão um quadro mais claro.

No Reino Unido, a inflação teve uma redução poderosa em abril para apenas 2,3% e ainda assim os juros continuam em seu pico neste ciclo. O desemprego vem aumentando e a atividade de contratação está enfraquecendo, embora os defensores de uma política mais restritiva apontem para alguns riscos de persistência nos preços.

Após vários meses ultrapassando suas metas de inflação, as autoridades monetárias estão compreensivelmente preocupadas com a possibilidade do aumento dos preços voltar a se impor. Mas eles também precisam estar atentos à mudança no equilíbrio dos riscos, à medida que equilibram a inflação e o crescimento. Outros bancos centrais poderão considerar que não precisam copiar a decisão do BCE imediatamente, mas é pouco provável que estejam longe de fazer isso.

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

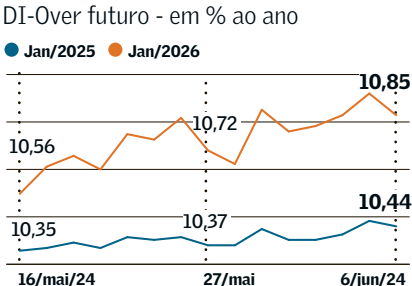
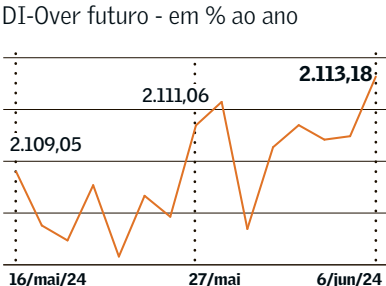
128.284
122.899
Alta de **1,23%**
16/mai/24 6/jun/24

Bolsas internacionais
Variações no dia 6/jun/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	0,20
S&P 500	-0,02
Euronext 100	0,53
DAX	0,41
CAC-40	0,42
Nikkei-225	0,55
SSE Composite	-0,54

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Dólar cai, Ibovespa avança e juros recuam com falas de membros do BC e correção depois de piora na percepção de risco

Ajuste após dias de perdas traz alívio aos ativos locais

Arthur Cagliari, Augusto Decker, Gabriel Roca e Gabriel Caldeira
De São Paulo

O aumento na percepção de risco local que causou perdas para todos os ativos domésticos durante a semana arrefeceu ontem, permitindo um movimento de ajuste nos mercados. A correção parcial dos altos prêmios impostos nos últimos dias e falas que demonstraram alinhamento entre dirigentes do Comitê de Política Monetária (Copom) foram os destaques da sessão.

Com isso, o dólar comercial terminou o pregão de ontem em queda de 0,89%, cotado a R$ 5,2498. O real apresentou melhor desempenho do dia entre as 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor**.

Na segunda-feira, a divisa americana havia encerrado no nível mais alto desde janeiro do ano passado e a aposta do investidor estrangeiro em dólar contra o real no mercado de derivativos chegou ao maior patamar histórico, de US$ 73,5 bilhões, segundo dados da B3. O montante é cerca de US$ 32 bilhões maior do que o de um ano antes. "Mesmo com alguma poluição, esse dado nos mostra que há falta de perspectiva de uma melhora sustentável para o Brasil", diz Marcel Yagui, gestor de moedas da BlueLine. "O mercado parece menos interessado no Brasil porque não temos uma situação [fiscal] fácil de se resolver, apesar dos preços atrativos dos nossos ativos. Precisamos de um gatilho que esteja relacionado a crescimento e resposta fiscal sustentável."

Na visão do gestor, o alívio de ontem foi causado principalmente por uma correção. "Tivemos uma piora relativa aos pares que foi se acumulando nos últimos dias, levando nossos ativos a níveis importantes, com o dólar perto de R$ 5,30", diz. "[Ontem] Vimos o BC [por meio de seus integrantes] tentando mostrar coesão e demonstrando preocupação com a desancoragem das expectativas. Agora, se esse discurso vai se sustentar são outros quinhentos", afirma.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou em evento que os números da inflação corrente apresentam convergência à meta, apesar de preocupações com o mercado de trabalho aquecido. Ele também se disse preocupado com a piora nas expectativas de inflação. Já o diretor de política monetária da autarquia, Gabriel Galípolo, deu declarações mais alinhadas com Campos Neto e reconheceu que a desancoragem nas expectativas inflacionárias do mercado deixa a autoridade monetária numa posição mais delicada.

Os sinais foram acompanhados por investidores já que, desde a última decisão do Copom, as desconfianças do mercado sobre a condução futura da política monetária acentuaram os prêmios de risco domésticos.

Com o apoio do dólar e dos sinais emitidos pelo Banco Central, os juros futuros também terminaram em baixa, após dias de movimento altista. No fechamento do pregão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 caiu de 10,93% para 10,875%; e a do contrato para janeiro de 2027 recuou de 11,255% para 11,195%.

O alívio nos juros ajudou ações sensíveis a essas taxas na bolsa brasileira, como MRV ON (alta de 5,94%) e Cogna ON (4,97%). O Ibovespa também subiu ontem, em linha com a correção vista nos demais ativos domésticos: o índice terminou com ganho de 1,23%, aos 122.899 pontos.

Outro fator de apoio foi a valorização dos papéis de commodities: Vale ON (1,39%), a ação com maior peso no Ibovespa, e pares como CSN ON (1,68%) terminaram com ganhos firmes após o minério de ferro voltar a subir na bolsa de Dalian. "A atividade siderúrgica na China vem melhorando bastante e o volume de importação de minério aumentou", observa o analista do Andbank Fernando Bresciani.

O contrato futuro do petróleo Brent para agosto, por sua vez, terminou em alta de 1,86%, mas Petrobras PN (0,47%) e Petrobras ON (-0,03%) não acompanharam a commodity. "O preço do petróleo no segundo trimestre ficou mais fraco e pode pesar no resultado da companhia", diz Bresciani. "O dividendo extraordinário tem boas chances de ser pago, mas ainda há preocupações com a nova CEO."

Agora, agentes aguardam a divulgação hoje do "payroll" americano com dados sobre o mercado de trabalho. O dado pode mexer com as expectativas para a condução da política monetária no país.

A cautela antes do indicador fez os mercados operarem de lado em Nova York ontem: o índice Dow Jones subiu 0,20%, o S&P 500 recuou 0,02% e o Nasdaq cedeu 0,09%. Na renda fixa, a taxa da T-note de 2 anos teve alta para 4,734%, de 4,728% no fechamento anterior, e a da T-note de 10 anos subiu de 4,280% a 4,291%.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Marcel Yagui, da BlueLine: "Mercado parece menos interessado no Brasil porque não temos situação fiscal fácil"

0,89%
foi a desvalorização do dólar frente ao real ontem

Concentração bancária em crédito e depósito diminui mais em 2023

Gabriel Shinohara
De Brasília

As quatro maiores instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) concentraram 57,8% das operações de crédito em 2023. O número é menor do que os 58,6% registrados em 2022 e 58,9% de 2021. Os dados foram divulgados pelo Banco Central (BC) ontem no Relatório de Economia Bancária (REB).

De modo geral, a concentração no SFN vem diminuindo nos últimos anos. A concentração dos depósitos totais nas quatro maiores instituições passou de 58,4% em 2022 para 57,9% no ano passado. Já a de ativos totais passou de 56% em 2022 para 55,3% em 2023.

O relatório aponta que a concentração diminuiu em todos os agregados — ativos totais, depósitos totais e operações de crédito — e "envolveu o aumento da participação das cooperativas de crédito e das instituições não bancárias, e ocorreu na maioria dos mercados relevantes de crédito".

O diretor de organização do sistema financeiro e resolução do BC, Renato Dias de Brito Gomes, ressaltou a melhora nos índices de concentração e disse acreditar que essa movimentação reflete, em parte, o sucesso da agenda pró-competição do BC que está sendo implementada "há mais de uma década".

Gomes ainda destacou que houve decréscimo da participação do segmento bancário em todos os agregados e crescimento do segmento cooperativo, "notadamente a partir dos produtos de cheque especial e de capital de giro para empresas".

No mercado de crédito, o diretor destacou uma "queda acentuada" na concentração nas operações com recebíveis. "Outra coisa a destacar é que existem mais instituições oferecendo capital de giro, bem como crédito sem consignação e também cheque especial".

O grupo das quatro maiores instituições é formado por Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal, Itaú e Bradesco. Desde 2021, o BC passou a usar o critério das quatro maiores instituições para fazer as medições de concentração e não das cinco, como era feito anteriormente. Gomes explicou que a mudança foi feita porque é uma prática internacional e facilita a comparabilidade.

O relatório também apontou que os bancos públicos foram os mais rentáveis em 2023 pelo segundo ano consecutivo. Segundo o documento, o nível de rentabilidade está associado ao tamanho da instituição, então as grandes instituições têm rentabilidades maiores. "O destaque da rentabilidade dos bancos públicos está relacionado à melhoria da eficiência operacional, enquanto a dos bancos privados se manteve estável", diz o relatório.

O retorno sobre o patrimônio (ROE) do sistema de forma geral teve "leve redução", segundo o relatório, caindo 0,6 ponto percentual na comparação com 2022 para 14,1%. Esse resultado teve "distribuição heterogênea" entre as instituições com maior importância sistêmica. "Essa heterogeneidade reflete, sobretudo, o diferencial de sucesso na estratégia de gestão de risco de crédito por parte das instituições financeiras durante e no pós-pandemia e de risco de mercado nos recentes ciclos de elevação e queda da taxa básica de juros".

O relatório também mostrou que houve queda nas captações das cadernetas da poupança em 2023 em nível inferior ao do ano anterior, mas ainda "significativa". Segundo o documento, essa movimentação é reflexo da taxa Selic em patamares superiores à remuneração da poupança. Atualmente, a Selic está em 10,50% ao ano.

Esse tema tem sido discutido pelo setor imobiliário e instituições financeiras, inclusive com debates para redução do compulsório da poupança, atualmente em 20%. O diretor de fiscalização do BC, Ailton de Aquino, disse que é possível perceber "claramente que a poupança é um desafio para todos neste momento, principalmente no que diz respeito ao financiamento imobiliário". O diretor pontuou que várias coisas estão sendo postas na mesa e "nós estamos avaliando". Aquino ressaltou que estão ouvindo o mercado, mas não há prazo para nenhuma medida no atual momento. "As análises estão seguindo. O Banco Central nunca se furta a conversar com o mercado e não temos prazo".

"A poupança é um desafio para todos, principalmente no que diz respeito ao financiamento imobiliário"
Ailton de Aquino

Campos e Galípolo mostram preocupação com expectativas

Gabriel Roca, Victor Rezende e Matheus Prado
De São Paulo

Em meio à crescente desconfiança do mercado quanto à condução futura da política monetária no Brasil, autoridades do Banco Central (BC) mostraram alinhamento em seus discursos proferidos ontem em São Paulo. O presidente da instituição, Roberto Campos Neto, buscou classificar a trajetória da inflação corrente como "positiva", com dados melhores do que o esperado, mas chamou a atenção para os desafios relacionados à desancoragem das expectativas de médio prazo. Na mesma direção, o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, voltou a ressaltar que o papel do BC nesse contexto é reagir ao movimento de piora das projeções de inflação.

Em evento organizado pela Anbima e pela B3, o presidente do Banco Central classificou os dados mais recentes de inflação corrente no Brasil como positivos e que, inclusive, houve surpresas com os números de inflação de serviços intensivos em mão de obra. "Olhando para a foto da inflação, temos números que apontam para uma convergência à meta", afirmou o dirigente.

No entanto, segundo ele, a parte mais desafiadora tem sido a das expectativas, que vêm piorando de forma consistente para os prazos de 2024 e 2025 e, mais recentemente, para o ano de 2026. "Tem alguns ruídos colaborando para isso: parte externa, fiscal, transição do BC, riscos políticos, as enchentes no Rio Grande do Sul", afirmou. "Na última reunião de política monetária, decidimos nomear as expectativas como 'desancoradas', o que é relevante."

As falas de Campos Neto foram reforçadas por Galípolo, que participou da cerimônia de abertura da Olimpíada Brasileira de Economia, também em São Paulo. Em diversos momentos de sua palestra, o diretor buscou fazer elogios ao presidente do BC e disse que Campos Neto teria transmitido de modo preciso, em suas declarações feitas horas antes, o que o Copom está monitorando para tomar sua próxima decisão de juros, em duas semanas.

Galípolo ressaltou que o processo de desancoragem das expectativas de inflação, que se intensificou desde maio, coloca a autoridade em uma posição mais delicada para a gestão da política monetária à frente e que não cabe ao BC explicar as razões desse processo. "A nossa função é reagir, ainda que não se consiga estabelecer de maneira clara e objetiva os motivos".

Para ele, durante a reunião do Copom de maio, havia um "trade-off" (escolha de uma opção em detrimento da outra) em relação à comunicação da autarquia e à importância do "forward guidance" (sinalização sobre os próximos passos), além da subjetividade de cada diretor a uma mudança "substancial" ou não no cenário econômico naquele momento. "Se eu acreditar que é verdade que, a partir da autonomia, cada um dos diretores será analisado de maneira individual, é normal a subjetividade na função de reação de cada diretor, o que pode provocar divergências marginais, como a que aconteceu."

Galípolo, contudo, disse achar equivocado "tentar parecer que existiu um 'trade-off' entre o compromisso com o 'guidance' e com a meta de inflação". Nesse sentido, o dirigente reforçou o comprometimento com a perseguição das metas de inflação, ao afirmar que a função do Copom é a de colocar a taxa de juros "em patamar restritivo o suficiente" para provocar a convergência da inflação à meta. "Tenho mantido serenidade e parcimônia, porque quando existe o desafio, mas você sabe o que precisa ser feito, não há razão para se estressar. O tempo vai jogar a favor do BC."

O diretor assim buscou defender a institucionalidade e o corpo técnico do BC para a tomada de decisão de juros. Na avaliação de Galípolo, o processo decisório do Copom "não olha para uma única variável" e citou o Boletim Focus, após polêmicas recentes envolvendo o uso das expectativas pelo colegiado. "Há sempre uma avaliação entre as nove pessoas no Copom. Vejo muito valor no consenso. Não só agora, mas em qualquer momento. É mais difícil errar em nove pessoas do que errar sozinho", apontou.

Ainda durante seus comentários, Galípolo afirmou que, pelo resultado da interpretação do mercado do último Copom, as condições financeiras ficaram mais restritivas, com efeito líquido semelhante a uma elevação nos juros. "Eu entendo a simbologia do que aconteceu no último Copom, ainda que quem trabalha com modelos econométricos saiba que 0,25 ponto está dentro do 'modelo de confiança', o que não quer dizer que não tenha valor", disse, ao apontar ainda que Campos Neto é "cauteloso e preocupado" em respeitar a autonomia de cada diretor.

Entrevista Para economista-chefe para EUA do BofA, juros americanos começarão a cair em dezembro

‘Risco é o Fed demorar mais a ganhar confiança’

Gabriel Caldeira e Matheus Prado
De São Paulo

Em um ambiente carregado de incertezas, o Bank of America tem sido mais conservador que o consenso do mercado e espera que o Federal Reserve (Fed) comece a reduzir juros somente em dezembro. Em entrevista ao **Valor**, o economista-chefe para EUA do banco, Michael Gapen, diz que há risco, ainda, de o banco central americano só conseguir cortar em 2025.

“Não é tão óbvio para mim que tudo é uma questão de oferta agregada e que ela fará o trabalho pesado na hora de reduzir a inflação. O risco indica que o Fed demorará mais a ganhar confiança e os cortes ocorreriam somente em 2025”, afirma o economista.

Sobre as eleições de novembro nos EUA, Gapen acredita que será uma disputa acirrada e que o cenário que mais preocupa é o de controle da Casa Branca e do Congresso por um partido só. “Em casos como esse, a política fiscal tende a ser mais frouxa — e pode haver uma situação de política fiscal frouxa e política monetária restritiva.”

Veja, abaixo, os principais pontos da entrevista.

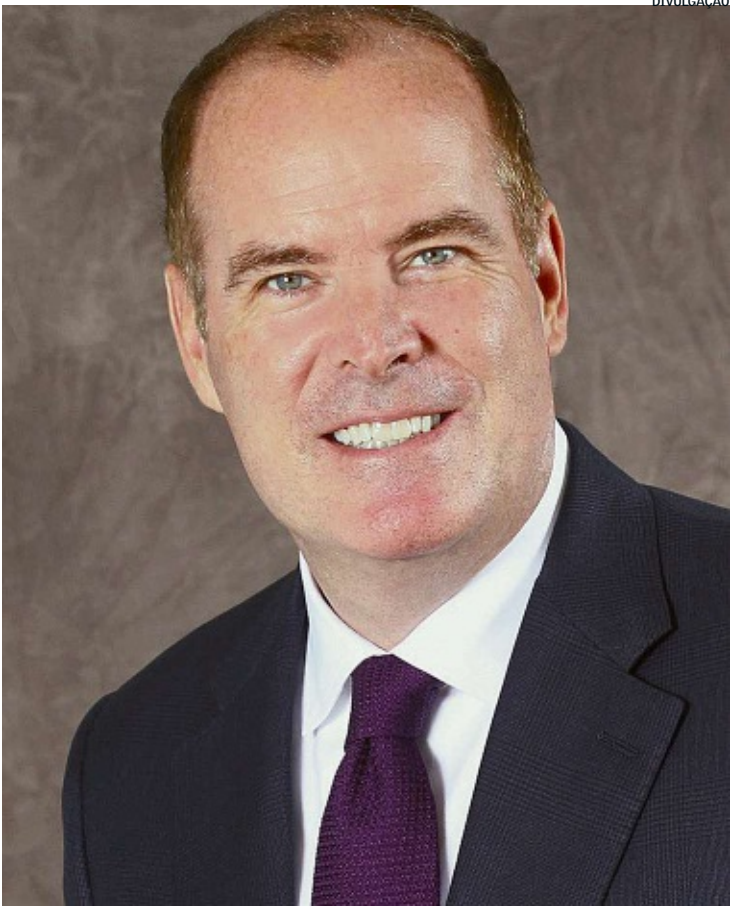
Valor: *O que é necessário para que o Fed comece a cortar os juros e por que, na visão do BofA, isso acontecerá somente em dezembro?*

Michael Gapen: Há dois caminhos para que o Fed corte juros neste ano. Um deles, para usar a terminologia do Fed, é o da fraqueza inesperada do mercado de trabalho, mas este é um mundo em que as autoridades não querem estar. Não achamos que este é um cenário muito provável. A segunda razão é o que o Fed chama de ‘maior confiança’ de que a inflação está desacelerando à meta de 2%. Não sabemos exatamente o que essa ‘maior confiança’ significa, mas, pelos comentários do Fed, eles esperam que a inflação desacelere, e ela está desacelerando. Prevemos uma moderação da força da inflação de serviços no fim deste ano e o Fed poderá ver três meses disso até dezembro e, portanto, começaria a reduzir as taxas nesta reunião.

Valor: *Há maior chance de um corte nos juros americanos antes de dezembro ou o risco aponta para um corte somente em 2025?*

Gapen: Um corte em 2025, na reunião de março que vem, é um pouco mais provável que um corte em setembro de 2024. Não é o que os mercados financeiros pensam no momento. Nossa visão é que a economia siga saudável, e embora ela esteja sendo beneficiada por forças de oferta no mercado de trabalho, é uma história que termina em mais emprego, renda e gastos. Não é tão óbvio para mim que tudo é uma questão de oferta agregada e que ela fará o trabalho pesado na hora de reduzir a inflação. O risco indica que o Fed demorará mais a ganhar confiança e os cortes ocorreriam somente em 2025.

Valor: *E se o crescimento desacelerar sem uma melhora da inflação? Qual seria a função de reação do Fed nesse caso?*

Gapen: Se houver uma tensão entre a atividade e a inflação, com a atividade desacelerando junto com o mercado de trabalho, achamos que o Fed vai prestar mais atenção para isso do que para a inflação, sob a expectativa de que os preços cairiam depois. Então há a possibilidade de que comece a cortar mesmo em um mundo em que a inflação esteja teimosamente alta. Mas a fonte dessa narrativa importa. Digamos, por exemplo, que um choque geopolítico aumente os preços do petróleo... É um mundo em que a inflação ficaria alta, mas pesaria sobre os gastos de consumidores e aumentaria a incerteza dos negócios. Essa é uma situação complicada para o Fed, mas, mais uma vez, acho que eles prestariam atenção à fraqueza dos gastos do consumidor e dos gastos das empresas e reagiriam a isso.

DIVULGAÇÃO

> “Somos todos emergentes agora. Se a visão é de política fiscal frouxa, cenário de juros altos pode se estender”
> *Michael Gapen*

Valor: *A política do Fed não está tão eficiente quanto em outros ciclos? A taxa neutra aumentou?*

Gapen: Achamos que o juro neutro está, pelo menos temporariamente, mais alto. Há muitas razões relacionadas à estrutura da economia, como a prevalência de taxas fixas de hipotecas, mas também simplesmente pelas forças de reabertura após a pandemia, que apontam para uma economia mais resiliente às taxas de juros. Acho, sim, que a taxa de juros está mais alta pelo menos no curto prazo. Concordo com o Fed que a política monetária está restritiva, mas acredito que ela está apenas moderadamente restritiva. À frente, eu diria que a duração do aumento da taxa neutra ainda é uma pergunta em aberto. É possível argumentar que talvez o mundo pós-covid tenha falta de oferta, enquanto o mundo pós-crise financeira global sofreu com a falta de demanda. Assim, pode ser que a inflação fique um pouco acima de 2% e, portanto, os juros no fim do ciclo ainda sejam altos.

Valor: *A eleição pode ter algum impacto na política monetária?*

Gapen: No momento, é uma eleição muito acirrada. Assim, o cenário que mais preocupa é o de controle da Casa Branca e do Congresso por um partido só. Em casos como esse, a política fiscal tende a ser mais frouxa — e pode haver, assim, uma situação de política fiscal frouxa e política monetária restritiva. O Fed poderia iniciar um ciclo de flexibilização independentemente do resultado das eleições, dada a situação da inflação, mas eu diria que a preocupação dos mercados se centra nesses resultados e no que isso implicaria para a política fiscal. De certa forma, pode-se argumentar que somos todos mercados emergentes agora. E se a visão é de política fiscal frouxa, o cenário de juros mais altos que temos agora pode se estender.

Valor: *As incertezas fiscais têm sido menos discutidas do que o necessário nos EUA?*

Gapen: Bem, há muita discussão sobre política fiscal em torno do curto prazo, ou dinâmica cíclica, mas também tem havido muita discussão sobre a sustentabilidade da dívida no longo prazo. Acho que os EUA podem contrair muito mais dívida. Não tenho certeza de que a sustentabilidade da dívida seja uma questão tão preocupante nos EUA como é em outros países. Dito isto, não é porque podemos contrair mais dívidas que devemos fazê-lo.

Valor: *A independência do banco central corre perigo?*

Gapen: A formulação de políticas do banco central é sempre política, já que o Congresso delegou responsabilidades ao Fed, que presta contas ao Congresso e ao Executivo, ao menos indiretamente. Portanto, dizer que a instituição é totalmente independente da política não é inteiramente verdade. Sobre possíveis mudanças nesse equilíbrio, acho que o Fed tem uma longa história de independência, que valoriza essa independência e tenta fazer a coisa certa em termos de elaboração de políticas. Se os seus objetivos forem claros e a autarquia continuar a se explicar publicamente de uma forma que as suas ações sejam justificáveis, estou menos preocupado com uma intervenção política no Fed.

Valor: *Fatores como inteligência artificial (IA), imigração e ‘nearshoring’ já são relevantes para a resiliência da atividade nos EUA?*

Gapen: Os nossos modelos captam claramente as melhorias na oferta de trabalho e isso aumenta a capacidade de crescimento da economia. Aumenta o potencial do PIB. Não por acaso, temos hoje um crescimento potencial em torno de 2,2% e 2,3%, que antes da pandemia estava em 1,7%, 1,8%. Sobre IA e ‘nearshoring’, há evidências claras de que os gastos e o investimento das empresas aumentaram, mas eu diria que não está claro se isso está neste momento provocando uma aceleração do crescimento da produtividade. Estamos otimistas que isso possa acontecer, mas não encontramos evidências de que isso esteja acontecendo hoje.

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 06/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.813,5687920	0,06	0,14	4,00
IRF-M	1+**	20.165,2498150	0,22	0,18	1,12
IRF-M	Total	18.298,4874220	0,17	0,17	1,98
IMA-B	5***	9.250,2228860	0,11	0,13	3,05
IMA-B	5+****	11.241,1641150	0,30	-0,29	-3,13
IMA-B	Total	9.885,3477820	0,21	-0,09	-0,22
IMA-S	Total	6.687,5609250	0,04	0,16	4,65
IMA-Geral	Total	8.145,9618350	0,12	0,09	2,47

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	22/05	21/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,35	32,79	35,28	32,64	32,58	34,20
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,37	25,64	26,27	24,32	26,91	28,61
Conta garantida pré - a.a.	46,47	42,38	42,09	40,86	45,47	47,75
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,85	22,57	23,19	24,12	22,30	26,99
Vendor pré - a.a.	15,77	15,73	15,34	15,47	15,63	18,95
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,29	17,71	17,13	18,21	19,96	20,80
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,45	18,48	16,85	17,70	17,87	18,54
Conta garantida pós - a.a.	23,87	24,19	24,68	26,56	24,74	29,19
ACC pós - a.a.	8,52	8,34	8,78	7,89	7,94	8,88
Factoring - a.m.	3,32	3,33	3,33	3,35	3,34	3,58

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	06/06/24	05/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3300	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3290	5,3247	5,3243	5,3241	5,0680
3 meses	-	5,3513	5,3493	5,3496	5,3478	4,8882
6 meses	-	5,3884	5,3889	5,3886	5,3900	4,6614
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9130	3,9100	3,8920	3,9060	3,1450
1 mês	-	3,9126	3,9119	3,9122	3,9137	3,1134
3 meses	-	3,9256	3,9254	3,9257	3,9256	2,8954
6 meses	-	3,9436	3,9434	3,9437	3,9429	2,4433
1 ano	-	3,8526	3,8398	3,9419	3,7840	1,3461
Euribor ***						
1 mês	-	3,676	3,750	3,717	3,875	3,254
3 meses	-	3,752	3,788	3,785	3,788	3,476
6 meses	-	3,738	3,759	3,745	3,802	3,715
1 ano	-	3,690	3,729	3,711	3,647	3,914
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,35	5,37	5,40	5,37	5,37	5,04
T-Bill (3 meses)	5,38	5,39	5,40	5,39	5,39	5,27
T-Bill (6 meses)	5,34	5,35	5,37	5,37	5,36	5,43
T-Note (2 anos)	4,73	4,72	4,93	4,87	4,83	4,51
T-Note (5 anos)	4,30	4,30	4,57	4,51	4,47	3,85
T-Note (10 anos)	4,29	4,28	4,55	4,50	4,46	3,70
T-Bond (30 anos)	4,44	4,43	4,68	4,65	4,60	3,87

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,16	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,56	11,99
CDI	0,16	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,56	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	0,17	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,98	10,51
IMA-B	-0,09	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,22	6,56
IMA-S	0,16	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	4,65	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	0,66	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-8,41	12,70
Índice Small Cap	0,50	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-14,09	-4,39
IBrX 50	0,56	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-7,11	14,94
ISE	1,64	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-9,67	1,45
IMOB	3,80	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-14,58	-0,55
IDIV	0,62	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-4,71	19,55
IFIX	-0,69	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	1,43	12,24
Dólar Ptax (BC)	0,51	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	8,82	2,86
Dólar Comercial (mercado)	0,01	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	8,19	3,47
Euro (BC) (4)	0,85	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	7,14	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	0,36	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	6,46	5,03
Ouro (BC)	2,42	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	25,10	21,74
Inflação								
IPCA (5)	-	0,39	0,38	0,16	0,83	0,42	2,20	3,85
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 6/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,39% para o mês de maio

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 03/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.444.837,52					-4.539,85	-4.539,85	168.570,83	185.295,74
RF Indexados (2)	153.060,24	0,03	0,03	2,20	8,57	156,35	156,35	-1.013,12	-9.114,96
RF Duração Baixa Soberano (2)	672.416,08	0,04	0,04	4,09	11,05	-909,89	-909,89	38.770,43	46.297,84
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	816.014,25	0,04	0,04	4,67	12,59	1.235,61	1.235,61	26.545,64	30.688,41
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	155.077,00	0,04	0,05	4,68	12,60	320,46	320,46	50.346,05	57.568,52
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	167.127,85	0,04	0,04	3,67	8,86	-88,40	-88,40	-4.046,87	-5.888,22
RF Duração Livre Soberano (2)	224.823,87	0,04	0,04	3,66	10,32	-145,02	-145,02	-923,60	-8.678,12
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	666.675,45	0,04	0,04	4,07	11,15	-1.332,77	-1.332,77	-2.635,86	-18.795,57
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	338.557,25	0,03	0,03	4,00	12,23	-764,61	-764,61	57.152,13	113.980,66
Ações	597.311,86					-221,31	-221,31	-4.187,87	31.124,73
Ações Indexados (2)	9.990,90	-0,04	-0,04	-9,02	8,10	-43,64	-43,64	450,30	-1.164,11
Ações Índice Ativo (2)	31.011,35	0,13	0,13	-9,27	6,44	-18,25	-18,25	-3.701,85	-4.948,15
Ações Livre	213.026,95	0,14	0,14	-6,59	8,74	-144,02	-144,02	-2.939,86	-10.413,65
Fechados de Ações	125.732,49	0,46	0,46	-3,87	-1,13	31,25	31,25	-369,83	30.007,51
Multimercados	1.642.676,58					-213,70	-213,70	-54.910,03	-189.408,31
Multimercados Macro	153.593,27	-0,09	-0,09	0,11	6,23	-610,50	-610,50	-21.643,36	-47.683,62
Multimercados Livre	625.100,12	0,01	0,01	1,99	8,78	811,69	811,69	8.257,87	-43.668,93
Multimercados Juros e Moedas	52.633,82	0,03	0,03	3,80	11,30	-72,49	-72,49	-4.588,02	-14.079,84
Multimercados Invest. no Exterior (2)	730.425,03	-0,22	-0,22	2,50	10,02	-263,68	-263,68	-38.204,03	-78.865,77
Cambial	6.207,59	-0,41	-0,41	10,26	11,66	37,19	37,19	-306,65	-1.272,71
Previdência	1.421.152,23					-327,11	-327,11	15.457,56	40.136,14
ETF	42.922,66					-52,51	-52,51	-2.454,54	-3.121,89
Demais Tipos	1.970.712,26					-3.464,05	-3.464,05	23.474,46	31.906,32
Total Fundos de Investimentos	**7.155.108,44**					**-5.317,29**	**-5.317,29**	**122.169,30**	**62.753,71**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.611.567,69**					**1.691,23**	**1.691,23**	**30.717,25**	**106.812,53**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.814.206,58**					**-3.626,05**	**-3.626,05**	**152.886,55**	**169.566,24**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	06/06/24	05/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,46	10,46	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	0,8469	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,46	10,46	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	0,8469	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,13
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8074
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,40
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9789
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,38	10,39	10,38	10,38	10,29	13,57
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,43	10,45	10,42	10,43	10,23	13,25
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,38	10,39	10,39	10,39	10,39	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,38	10,39	10,39	10,37	10,34	13,62
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,38	10,39	10,38	10,36	10,29	13,57
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,40	10,39	10,36	10,26	13,49
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,45	10,42	10,39	10,23	13,26
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,62	10,67	10,60	10,56	10,23	12,26

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 06/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.335,56	10,387	489.202	10,386	10,396	10,388
Vencimento em ago/24	98.444,62	10,380	14.375	10,372	10,384	10,382
Vencimento em set/24	97.599,72	10,379	16.043	10,372	10,386	10,380
Vencimento em out/24	96.797,25	10,388	542.596	10,380	10,420	10,390
Vencimento em nov/24	95.922,92	10,402	175	10,400	10,400	10,400
Vencimento em dez/24	95.199,20	10,427	3.356	10,415	10,450	10,450
Vencimento em jan/25	94.407,17	10,444	824.372	10,430	10,500	10,455
Vencimento em fev/25	93.567,68	10,487	2.000	10,470	10,515	10,515
Vencimento em mar/25	92.799,95	10,535	1.708	10,530	10,595	10,565
Vencimento em abr/25	92.087,41	10,556	143.885	10,540	10,640	10,575
Vencimento em mai/25	91.335,31	10,585	14.749	10,585	10,665	10,600

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.255,16	-1,07	275.755	5.253,00	5.320,50	5.270,00
Vencimento em ago/24	5.272,79	-1,07	3.000	5.285,00	5.285,00	5.285,00
Vencimento em set/24	5.288,74	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.304,05	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.321,22	-1,06	5	5.322,50	5.322,50	5.322,50

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.729,43	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.758,33	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.783,60	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	123.122	1,27	88.175	121.395	123.465	123.100
Vencimento em ago/24	125.122	1,27	405	124.310	125.450	125.080
Vencimento em out/24	127.025	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 06/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2675	5,2681	-0,30	0,51	8,82	6,88
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,2492	5,2498	-0,89	0,01	8,19	6,87
Dólar Turismo (R$/US$)	5,2698	5,4498	-1,02	-0,07	7,97	6,88
Euro (BC) - (R$/€)	5,7310	5,7338	-0,12	0,85	7,14	8,75
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,7160	5,7166	-0,75	0,36	6,46	8,84
Euro Turismo (R$/€)	5,7678	5,9478	-0,88	0,25	6,07	8,73
Euro (BC) - (US$/€)	1,0880	1,0884	0,18	0,34	-1,54	1,76
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	402,0992	402,1450	0,61	2,42	25,10	29,23
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.375,49	0,87	2,14	15,02	21,00
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.360,85	1,23	0,77	14,47	20,33

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	06/06/24	05/06/24	No fim de mai/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	152.672,48	150.903,85	152.338,81	173.997,89	1,17	0,22	-12,26
Valor-Coppead Mínima Variância	94.306,53	93.821,85	93.649,60	93.533,91	0,52	0,70	0,83

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 06/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 06/06/24

Índice	06/06/24	05/06/24	Em 31/05/24	29/12/23	06/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	186,25	185,17	183,18	165,54	152,43	0,58	1,67	12,51	22,19
S&P BNY Emergentes	350,64	350,41	341,77	312,75	292,96	0,06	2,59	12,12	19,69
S&P BNY América Latina	200,01	198,49	204,45	225,28	198,82	0,77	-2,17	-11,22	0,60
S&P BNY Brasil	196,36	193,34	197,69	232,95	197,87	1,56	-0,67	-15,71	-0,76
S&P BNY México	312,48	314,41	329,09	331,67	324,00	-0,61	-5,05	-5,79	-3,56
S&P BNY Argentina	229,62	238,39	262,91	178,27	137,90	-3,68	-12,66	28,81	66,51
S&P BNY Chile	149,58	148,46	148,41	162,12	172,34	0,75	0,79	-7,73	-13,21
S&P BNY Índia	2.801,37	2.775,38	2.747,17	2.923,01	2.717,23	0,94	1,97	-4,16	3,10
S&P BNY Ásia	217,38	216,91	212,76	189,60	175,63	0,21	2,17	14,65	23,77
S&P BNY China	330,43	330,38	329,83	336,11	324,60	0,02	0,18	-1,69	1,79
S&P BNY África do Sul	206,26	199,75	206,33	199,87	235,30	3,26	-0,03	3,20	-12,34
S&P BNY Turquia	34,30	34,88	34,31	22,45	19,14	-1,67	-0,02	52,75	79,22

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	0,5916	0,8017
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	0,5926	0,8028
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	0,5909	0,8010
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	0,5643	0,7644
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396	0,5396	0,7297
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418	0,5418	0,7319
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685	0,5685	0,7687
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952	0,5952	0,8054
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914	0,5914	0,8015
29/05 a 29/06	0,0892	0,5367	0,5367	0,7998
30/05 a 30/06	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
31/05 a 01/07	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891	0,5891	0,7993
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	0,5861	0,7963
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	0,5853	0,7955

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 06/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	122.899	1,23	0,66	-8,41	7,23
IBrX	51.928	1,19	0,61	-8,01	7,76
IBrX 50	20.638	1,20	0,56	-7,11	9,26
IEE	89.706	0,91	2,74	-5,53	5,70
SMLL	2.021	1,49	0,50	-14,09	-8,77
ISE	3.400	1,45	1,64	-9,67	-2,57
IMOB	863	2,25	3,80	-14,58	-2,12
IDIV	8.647	0,94	0,62	-4,71	15,08
IFIX	3.359	0,08	-0,69	1,43	10,71
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.329	1,54	0,15	-15,83	0,33
IBrX	9.857	1,49	0,11	-15,46	0,83
IBrX 50	3.918	1,51	0,06	-14,63	2,23
IEE	17.028	1,22	2,23	-13,18	-1,10
SMLL	384	1,80	-0,01	-21,05	-14,64
ISE	645	1,76	1,13	-16,99	-8,84
IMOB	164	2,56	3,28	-21,50	-8,42
IDIV	1.641	1,24	0,11	-12,43	7,67
IFIX	638	0,39	-1,19	-6,78	3,59

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 06/06/24	05/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	388	385	3,0	18,0	43,0
África do Sul	368	368	0,0	10,0	42,0
Argentina	1.588	1.529	59,0	247,0	-319,0
Brasil	227	224	3,0	14,0	32,0
Colômbia	312	314	-2,0	9,0	47,0
Filipinas	74	81	-7,0	-4,0	16,0
México	183	180	3,0	17,0	16,0
Peru	108	106	2,0	3,0	6,0
Turquia	255	255	0,0	12,0	-21,0
Venezuela	17.132	16.974	158,0	668,0	-6.960,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	24/05/24	355.339
nov/23	348.406	27/05/24	355.573
dez/23	355.034	28/05/24	355.667
jan/24	353.563	29/05/24	354.406
fev/24	352.705	31/05/24	355.560
mar/24	355.008	03/06/24	356.576
abr/24	351.599	04/06/24	357.069
mai/24	355.560	05/06/24	357.497

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	06/06/24	05/06/24	04/06/24	03/06/24	31/05/24	29/05/24
Índice	2.113,18	2.110,59	2.110,44	2.111,07	2.110,11	2.106,56
Var. no dia	0,12%	0,01%	-0,03%	0,05%	0,17%	-0,26%
Var. no mês	0,15%	0,02%	0,02%	0,05%	0,64%	0,47%
Var. no ano	2,32%	2,20%	2,19%	2,22%	2,17%	2,00%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 06/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,4200	36,4400	0,14460	0,14460
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2675	5,2681
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4327	36,5240	0,1442000	0,1446000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7514	0,7679
Colon (Costa Rica)	526,1300	531,0000	0,009920	0,010010
Coroa (Dinamarca)	6,8540	6,8550	0,7684	0,7686
Coroa (Islândia)	137,4000	137,7300	0,03825	0,03834
Coroa (Noruega)	10,5650	10,5680	0,4984	0,4986
Coroa (Rep. Tcheca)	22,5910	22,6010	0,2331	0,2332
Coroa (Suécia)	10,4089	10,4117	0,5059	0,5061
Dinar (Argélia)	133,8930	134,8655	0,03906	0,03935
Dinar (Kuwait)	0,3064	0,3065	17,1860	17,1935
Dinar (Líbia)	4,8239	4,8462	1,0869	1,0921
Direitos Especiais de Saque ***	1,3257	1,3257	6,9831	6,9839
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6725	3,6736	1,4339	1,4345
Dirham (Marrocos)	9,8773	9,8864	0,5328	0,5334
Dólar (Austrália)***	0,6661	0,6662	3,5087	3,5096
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2675	5,2681
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5907	2,6364
Dólar (Canadá)	1,3685	1,3686	3,8488	3,8495
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,3084	6,3856
Dólar (Cingapura)	1,3461	1,3469	3,9108	3,9136
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2675	5,2681
Dólar (Hong Kong)	7,8108	7,8109	0,6744	0,6745
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6194	0,6195	3,2627	3,2636
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7123	6,8260	0,7717	0,7848
Euro (Comunidade Européia)***	1,0880	1,0884	5,7310	5,7338
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8942	2,9521
Franco (Suíça)	0,8915	0,8919	5,9059	5,9093
Guarani (Paraguai)	7527,4300	7538,1600	0,0006988	0,0006999
Hryvnia (Ucrânia)	40,0000	40,3000	0,1307	0,1317
Iene (Japão)	155,9600	155,9900	0,03377	0,03378
Lev (Bulgária)	1,7969	1,7977	2,9301	2,9318
Libra (Egito)	47,4600	47,5600	0,1108	0,1110
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000059	0,000059
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00041	0,00041
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2783	1,2784	6,7334	6,7347
Naira (Nigéria)	1450,0000	1550,0000	0,00340	0,00363
Lira (Turquia)	32,0570	32,3200	0,1630	0,1643
Novo Dólar (Taiwan)	32,3000	32,3180	0,16300	0,16310
Novo Sol (Peru)	3,7475	3,7487	1,4052	1,4058
Peso (Argentina)	898,5000	899,0000	0,00586	0,00586
Peso (Chile)	909,9500	910,5500	0,005785	0,005789
Peso (Colômbia)	3935,9800	3937,9800	0,001338	0,001338
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2195	0,2195
Peso (Filipinas)	58,6950	58,7150	0,08971	0,08975
Peso (México)	17,5212	17,5317	0,3005	0,3007
Peso (Rep. Dominicana)	59,1800	59,5600	0,08844	0,08902
Peso (Uruguai)	39,0700	39,1000	0,13470	0,13480
Rande (África do Sul)	18,9081	18,9125	0,2785	0,2786
Rial (Arábia Saudita)	3,7504	3,7506	1,4044	1,4047
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001254	0,0001254
Ringgit (Malásia)	4,6920	4,6960	1,1217	1,1228
Rublo (Rússia)	88,9000	88,9200	0,05924	0,05926
Rúpia (Índia)	83,4656	83,4836	0,06310	0,06312
Rúpia (Indonésia)	16255,0000	16265,0000	0,0003239	0,0003241
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,8000	0,01889	0,01894
Shekel (Israel)	3,7244	3,7329	1,4111	1,4145
Won (Coréia do Sul)	1366,0500	1366,5100	0,003855	0,003856
Yuan Renminbi (China)	7,2451	7,2456	0,7270	0,7271
Zloty (Polônia)	3,9338	3,9355	1,3385	1,3392

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2374,67	0,01310	402,0992	402,1450

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data

* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	06/06/24	05/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.886,17	38.807,33	0,20	0,52	3,17	15,82	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.021,19	19.035,05	-0,07	2,61	13,05	30,66	14.109,57	19.035,05
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.173,12	17.187,91	-0,09	2,62	14,40	29,35	12.595,61	17.187,91
EUA	Nova York	S&P 500	5.352,96	5.354,03	-0,02	1,43	12,23	24,96	4.117,37	5.354,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.229,10	22.145,02	0,38	-0,18	6,06	10,84	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	54.477,25	54.410,51	0,12	-1,27	-5,07	0,08	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.410,53	1.406,47	0,29	0,76	18,02	18,15	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	71.084,94	70.255,80	1,18	2,71	22,92	109,53	32.850,05	71.084,94
Chile	Santiago	IPSA	6.688,12	6.655,87	0,48	0,83	7,91	17,04	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.826,14	29.741,49	0,28	-1,30	14,89	35,26	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.503.728,31	1.570.749,69	-4,27	-8,94	61,74	294,93	378.695,36	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.546,53	1.538,33	0,53	1,04	10,82	15,13	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.652,67	18.575,94	0,41	0,84	11,35	16,63	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	8.040,12	8.006,57	0,42	0,59	6,59	11,53	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.834,30	34.507,84	0,95	0,99	14,77	28,84	27.036,67	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.916,97	3.906,85	0,26	-0,03	5,64	7,11	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.866,17	Feriado	3,02	3,50	25,51	38,06	1.962,58	2.866,17
Espanha	Madri	IBEX-35	11.444,00	11.353,10	0,80	1,08	13,28	22,91	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.452,85	1.443,74	0,63	1,47	12,35	16,72	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	923,36	918,67	0,51	2,19	17,35	21,14	714,05	923,36
Hungria	Budapeste	BUX	69.669,74	68.935,50	1,07	2,60	14,93	44,28	48.287,25	69.803,67
Polônia	Varsóvia	WIG	85.782,83	85.342,58	0,52	-0,62	9,33	28,87	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.814,45	6.831,11	-0,24	-0,82	6,53	14,84	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.131,97	1.140,37	-0,74	0,56	4,48	9,03	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	Feriado	2.609,72	-	0,22	8,82	13,81	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.241,25	12.150,02	0,75	2,00	9,91	6,74	10.323,71	12.241,25
Turquia	Istambul	BIST 100	10.279,69	10.350,96	-0,69	-1,16	37,61	90,76	5.186,83	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.943,94	1.963,44	-0,99	-2,48	3,63	10,72	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	77.123,64	76.829,13	0,38	0,55	0,30	0,37	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.703,51	38.490,17	0,55	0,56	15,66	19,06	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.074,30	8.022,20	0,65	1,30	3,13	10,31	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.677,68	1.706,33	-1,68	-3,00	-8,72	-16,06	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.048,79	3.065,40	-0,54	-1,23	2,48	-4,59	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	Feriado	2.689,50	-	2,01	1,29	2,83	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.476,80	18.424,96	0,28	2,20	8,38	-3,26	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	75.074,51	74.382,24	0,93	1,51	3,92	19,56	62.625,63	76.468,78
Indonésia	Jacarta	JCI	6.974,90	6.947,67	0,39	0,06	-4,10	5,38	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.328,41	1.338,32	-0,74	-1,28	-6,18	-13,09	1.328,41	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.902,70	21.484,88	1,94	3,44	22,15	30,67	16.001,27	21.902,70

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Corpo de Bombeiros Militar
do Distrito Federal
Diretoria de Materiais e Serviços
Seção de Elaboração de Projetos
Básicos e Pedidos de Compras

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA BALIZAMENTO DE PREÇOS

O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e para o conhecimento público, solicita aos interessados proposta comercial para balizamento de preços, visando obter valor mais vantajoso à Administração Pública, cujo objeto é a pretendida CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO "AS-BUILT", EXECUÇÃO DA OBRA, INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE BALIZAMENTO LUMINOSO DO HELIPONTO DO CBMDF (SDHH), BEM COMO PARA A ATUALIZAÇÃO DO REGISTRO JUNTO À ANAC E AO DECEA, INCLUINDO O PROJETO AERONÁUTICO E O PLANO BÁSICO DA ZONA DE PROTEÇÃO DE HELIPONTOS (PBZPH), DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO AERONÁUTICA. A pretendida contratação tem os seguintes requisitos: Item 01 - Elaboração de projeto básico do Heliponto (SDHH) – Arquitetônico, estrutural e elétrico – conforme legislação vigente; Item 02 - Formalização e acompanhamento da aprovação do projeto de heliponto com a atualização de registro junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); Item 03 - Elaboração, formalização, acompanhamento e aprovação do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH), junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), conforme legislação vigente; Item 04 - Execução e adequação de infraestrutura do heliponto, conforme projeto aprovado; Item 05 - Execução de sistema de balizamento luminoso, conforme projeto aprovado. Os interessados poderão obter maiores informações sobre as especificações complementares, dentre outros, em até 20 dias, a contar desta publicação, pessoalmente no Grupamento de Aviação Operacional (GAVOP), sito no SAIN - Lote 'D', Módulo 'E'. CEP 70610-600; por meio de solicitação no email gavop.1esquadrao@cbm.df.gov.br e/ou pelos Telefones (61) 98416-0675 - Tenente-Coronel RRm. Paulo ou (61) 98237-8840 - Subtenente Alencar, durante o horário de expediente da Corporação que é das 13h às 19h de segundas às quintas-feiras e das 07h às 13h às sextas-feiras.
Processo SEI nº 00053-00195562/2023-66

RENATO DE **FREITAS** MENDES - TEN-CEL. QOBM/COMB.
Diretor de Materiais e Serviços
Matr. 1414786

AGEPAR — AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ | PARANÁ — GOVERNO DO ESTADO

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ - AGEPAR

CONSULTA PÚBLICA Nº 005/2024-AGEPAR

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, no uso de suas atribuições, e nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020 (art. 45 e seus parágrafos), comunica aos interessados a abertura, a partir das 08h30min do dia **14 de junho de 2024, de CONSULTA PÚBLICA,** que ficará aberta até as 20h30min do dia **14 de julho de 2024**, conforme deliberação do Conselho Diretor/AGEPAR na REUNIÃO n.º 15/2024 – ORDINÁRIA (Convocação n.º 15/2024), realizada em 4 de junho de 2024, destinada a obter contribuições, sugestões propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, a respeito da **"proposta de Resolução que disciplina os procedimentos para a formalização de convênios de regulação dos serviços públicos de saneamento básico, no âmbito da Agepar"**, consoante as informações e manifestações técnicas contidas no processo administrativo de protocolo n.º 22.107.420-3. O objeto da consulta pública, bem como demais informações relativas à sua realização, estarão disponíveis no sítio eletrônico da Agência, na aba Participação Social – Consultas Públicas – Consultas Públicas em Andamento (disponível em https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Consultas-Publicas) – Consulta Pública nº 5/2024.

Curitiba/PR, 6 de junho de 2024.
(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Reinhold Stephanes - **Diretor-Presidente**

A **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora do **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Home Equity,** inscrito no CNPJ sob o nº 17.334.148/0001-65 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, por meio deste Edital de Convocação, convidá-lo(a) para participar de Assembleia Geral de Cotistas, a realizar-se em formato eletrônico, sendo admitida a manifestação de voto por escrito pelos Cotistas, **em primeira convocação, em 17 de junho de 2024, às 10 horas,** e, em **segunda convocação, em 24 de junho de 2024, às 10 horas,** a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) as Demonstrações Financeiras devidamente auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as quais estão disponíveis na rede mundial de computadores a todos os cotistas do Fundo; (ii) a alteração da redação do item 6.6., inciso "ii" do Anexo I do Regulamento; (iii) A alteração do fator de risco descrito ao item 17.6.4.15; (iv) a Inclusão do item n. 17.6.5.15, no Anexo I do Regulamento como novo fator de risco; (v) a alteração dos itens 17.11 e 17.12 ao Regulamento do Fundo, de modo a refletir o operacional utilizado atualmente para a amortização e resgate das Cotas Seniores e Subordinadas Mezanino; (vi) a autorização para que a Administradora, na qualidade de representante legal do Fundo, consolide o Regulamento, nos termos do Anexo I a esta Ata e adote as medidas necessárias ao cumprimento da deliberação prevista no item anterior, caso aprovada.

BR PETROBRAS | MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 33.000.167/0001-01
NIRE Nº 33300032061

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (Companhia), em reunião levada a efeito em 15-5-2024 (Reunião nº 1.736), sob a presidência do Presidente do Conselho Pietro Adamo Sampaio Mendes, com a participação da Conselheira Rosangela Buzanelli Torres e dos Conselheiros Bruno Moretti, Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis, Jerônimo Antunes, José João Abdalla Filho, Marcelo Gasparino da Silva, Rafael Ramalho Dubeux, Renato Campos Galuppo e Vitor Eduardo de Almeida Saback, sem a participação, por motivo justificado, do Conselheiro Jean Paul Terra Prates, deliberou, dentre outros, sobre o assunto a seguir transcrito: **DESTITUIÇÃO DO DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E NOMEAÇÃO DE DIRETOR EXECUTIVO INTERINO:** - O Presidente do Conselho de Administração Pietro Adamo Sampaio Mendes submeteu ao Colegiado a matéria da referência. **DECISÃO**: - O Conselho de Administração, com voto contrário dos Conselheiros Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis e Marcelo Gasparino da Silva e voto favorável dos demais membros do Conselho participantes desta reunião, aprovou a) a destituição, com efeitos a partir desta deliberação, do Sr. **SERGIO CAETANO LEITE**, brasileiro, natural da Cidade de Salvador, Estado da Bahia, gestor, mestre em Economia e Gestão, casado, com domicílio na Avenida Henrique Valadares n° 28, Torre A, 18º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20231-030, portador da carteira de identidade nº 2991737, expedida pela SSP-BA, e do CPF nº 512.921.655-53, do cargo de Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; e b) a nomeação do Sr. **CARLOS ALBERTO RECHELO NETO**, brasileiro, natural da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, engenheiro, advogado e atual Gerente Executivo de Finanças da Petrobras, casado, com domicílio na Avenida Henrique Valadares n° 28, Torre A, 18º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20231-030, portador da carteira de identidade nº 241249, expedida pela OAB-RJ, e do CPF nº 262.997.388-39, para o cargo de Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras até a eleição de novo Diretor pelo Conselho de Administração para essa posição. - Rio de Janeiro, 24 de maio 2024. - João Gonçalves Gabriel - Secretário-Geral da Petrobras - **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CERTIDÃO: Certifico o arquivamento em 03/06/2024 sob o número 00006268248 – Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário-Geral.**

BR PETROBRAS | MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 33.000.167/0001-01
NIRE Nº 33300032061

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o Presidente do Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Pietro Adamo Sampaio Mendes, em 15-5-2024, considerando o encerramento antecipado do mandato do Sr. Jean Paul Terra Prates, brasileiro, natural da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, advogado, divorciado, com domicílio na Avenida Henrique Valadares nº 28, Torre A, 18º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20231-030, portador da carteira de identidade nº 74391327, expedida pelo IFP-RJ, e do CPF nº 867.212.837-00, como Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras em 15-5-2024 de forma negociada e considerando que o §4º do artigo 27 do Estatuto Social da Petrobras atribui ao Presidente do Conselho de Administração a competência para, em caso de vacância do cargo de Presidente da Companhia, nomear o substituto dentre os demais membros da Diretoria Executiva, decidiu e aprovou a nomeação, em 15-5-2024, da Diretora Executiva de Assuntos Corporativos **CLARICE COPPETTI**, brasileira, natural da Cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, graduada em Ciências Contábeis e Economia, casada, com domicílio na Avenida Henrique Valadares n° 28, Torre A, 18º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20231-030, portadora da carteira de identidade nº 3024059838, expedida pela SJS-RS, e do CPF nº 354.995.240-68, como Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras até a eleição e posse da nova Presidente da Companhia. - Rio de Janeiro, 24 de maio de 2024. João Gonçalves Gabriel - Secretário-Geral da Petrobras - **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CERTIDÃO: Certifico o arquivamento em 03/06/2024 sob o número 00006269271 – Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário-Geral.**

BR PETROBRAS | MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 33.000.167/0001-01
NIRE Nº 33300032061

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (Companhia), em reunião levada a efeito em 15-5-2024 (Reunião nº 1.736), sob a presidência do Presidente do Conselho Pietro Adamo Sampaio Mendes, com a participação da Conselheira Rosangela Buzanelli Torres e dos Conselheiros Bruno Moretti, Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis, Jerônimo Antunes, José João Abdalla Filho, Marcelo Gasparino da Silva, Rafael Ramalho Dubeux, Renato Campos Galuppo e Vitor Eduardo de Almeida Saback, sem a participação, por motivo justificado, do Conselheiro Jean Paul Terra Prates, deliberou, dentre outros, sobre o assunto a seguir transcrito: **ENCERRAMENTO ANTECIPADO DO MANDATO DE PRESIDENTE DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS DE FORMA NEGOCIADA:** - O Presidente do Conselho de Administração Pietro Adamo Sampaio Mendes submeteu ao Colegiado a matéria da referência. **DECISÃO**: - O Conselho de Administração, com abstenção do Conselheiro Marcelo Gasparino da Silva e voto favorável dos demais membros do Conselho participantes desta reunião, aprovou o encerramento antecipado do mandato do Sr. **JEAN PAUL TERRA PRATES**, brasileiro, natural da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, advogado, divorciado, com domicílio na Avenida Henrique Valadares nº 28, Torre A, 18º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20231-030, portador da carteira de identidade nº 74391327, expedida pelo IFP-RJ, e do CPF nº 867.212.837-00, como Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras de forma negociada, com efeitos a partir desta deliberação. - Rio de Janeiro, 24 de maio 2024. - João Gonçalves Gabriel - Secretário-Geral da Petrobras - **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CERTIDÃO: Certifico o arquivamento em 29/05/2024 sob o número 00006262641 – Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário-Geral.**

MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ Nº 07.816.890/0001-53 - NIRE 33.3.0027840-1. Companhia Aberta. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** Ficam os Senhores acionistas da **Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia") convidados a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de junho de 2024, às 15:00 horas, no edifício da sede da Companhia, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, térreo, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102 ("Assembleia"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(1)** Aumentar o capital social da Companhia no montante de R$ 170.000.000,00, mediante capitalização de reservas de lucros da Companhia, sem emissão de novas ações; e **(2)** Alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir a deliberação objeto do item (1) acima, caso aprovada, bem como consolidar os termos do Estatuto Social. Informações Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente presencial. Para participação na Assembleia, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os documentos para comprovação da identidade do acionista ou do seu representante e, se for este o caso, devidamente acompanhados dos respectivos instrumentos de mandato que deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista pode ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (ii) ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso. Adicionalmente, o acionista deverá apresentar o comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia, conforme o caso, indicando a posição acionária em relação a, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia. Tais documentos poderão ser encaminhados previamente à Companhia (i) por meio eletrônico, ao e-mail ri@multiplan.com.br, identificado com o assunto "AGE Multiplan 28.06.2024"; ou (ii) por meio físico, devendo ser depositados na sua sede social, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, sendo também aceitos os documentos dos acionistas que o apresentarem, tempestivamente, no dia da Assembleia, até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. A Companhia solicita que, se possível, enviem confirmação de presença ao e-mail ri@multiplan.com.br (Assunto: Confirmação de Participação), para prévio cadastro, preferencialmente, até o dia 26 de junho de 2024. Para informações adicionais acerca da participação na Assembleia, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22, bem como as orientações divulgadas pela Companhia por meio do Manual de Participação de Acionista. Todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na Assembleia, incluindo este Edital de Convocação e a Proposta da Administração, bem como cópia dos demais documentos exigidos para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (ri.multiplan.com.br) e nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 07 de junho de 2024. **José Isaac Peres -** Presidente do Conselho de Administração.

Secretaria de Estado
de Segurança Pública
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento,
Licitações e Compras Diretas

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

PROCESSO SEI-GDF nº: 00050-00001034/2023-30. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Aquisição de 02 (dois) Veículos Automotores, tipo Furgão Adaptado como Viatura Técnica, com vistas ao suprimento logístico da Subsecretaria de Inteligência (SI) e da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil (SUDEC), da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência. VALOR ESTIMADO: R$ SIGILOSO. PRAZO: de entrega: 180 (trinta) dias corridos. Vigência do contrato: 12 (doze) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/06/2024, às 10h, no portal https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço citado e no http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.

Brasília/DF, 06 de junho de 2024.
ADRIANA MELO SANTIAGO
Pregoeira

INÊS 249

Investimentos Com juros mais altos no mundo desenvolvido e polos de atração de capital em outros emergentes, ativo local sofre

‘Brasil carece de história de crescimento para contar’

Adriana Cotias
São Paulo

O Brasil saiu do radar do capital externo, enfrenta pressões no câmbio e, para atrair o interesse para investimentos diretos e em carteira, carece de uma história de crescimento boa para contar, segundo gestores de recursos globais. Num cenário de juros mais altos no mundo desenvolvido e de polos de atração de recursos em outros emergentes, a concorrência pelo bolso global aumentou.

“Mesmo com aspectos positivos como as contas externas equilibradas, a agenda de reformas que vem sendo adotada desde 2016 e a inflação perto da meta, o Brasil ainda tem desempenho pior do que o de outros emergentes em várias classes de ativos”, afirmou Cassiana Fernandez, economista-chefe da América Latina do J.P. Morgan, ao participar do MKBR24, evento dedicado ao mercado de capitais e de investimentos promovido pela Anbima e pela B3. Para ela, a “combinação de crescimento com reforma tributária poderia ser uma mudança de jogo para o país”.

O mercado brasileiro é, talvez, um dos mais sensíveis a taxas de juros, tanto sob a ótica do investidor local quanto do estrangeiro, segundo Axel Christensen, estrategista-chefe de investimentos na América Latina da BlackRock. “Ações é como se fosse uma classe lateral, aqui quem manda é a renda fixa, apenas quando não está bem é que os investidores vão focar em outros ativos, não é algo que esteja na lente do investidor.”

Apesar de ser um mercado relativamente estável e de ter o mérito da atuação antecipada do Banco Central (BC) para controlar a inflação, o país hoje enfrenta mais concorrência pelo capital global, continuou Christensen. “Os números recentes mostram crescimento, mas se pensar a longo prazo ainda não é forte o suficiente se comparado a outros mercados emergentes e a alguns desenvolvidos.”

Aos olhos do investidor global, há potencialidades, com a ascensão da classe média e a fortaleza de setores ligados à cadeia de commodities, mas falta desenvolver outros segmentos, como o de tecnologia. O estrategista da BlackRock disse perceber algum interesse por companhias baseadas no Brasil, mas que decidiram abrir o capital nos Estados Unidos. “Talvez o desafio seja como fazer que mais empresas sejam listadas no mercado local. Sob a perspectiva macro, [a pergunta é] como resolver o desafio de ter uma história de crescimento mais atrativa”, disse Christensen.

O México tem se beneficiado da construção de cadeias de produção mais próximas dos Estados Unidos no pós-pandemia, enquanto a Índia ainda apresenta uma demografia favorável. A China, que historicamente foi um motor para economias produtoras de commodites, agora tem um padrão de crescimento menor do que no passado. Para o Brasil, o desafio é ter alternativas de expansão menos dependentes desse elo, comentou Fernandez.

> “Combinação de crescimento com a reforma tributária poderia ser uma mudança de jogo para o país”
> *Cassiana Fernandez*

Daniel Popovich, gestor de recursos da Franklin Templeton Investment Solutions, disse que o país passou por reformas importantes, como a trabalhista, o redesenho fiscal e, agora, tem no palco das discussões uma reforma tributária que pode simplificar o “bizantino” sistema de impostos. “Não é o primeiro país que o estrangeiro pensa quando quer investir em inovação e tecnologia.”

O gestor comentou que, quando conversa com seus pares da Europa e dos Estados Unidos sobre oportunidades no Brasil, elas aparecem sempre “de forma tática”, buscando deslocamento de preços para giro de curto prazo. “É triste, os investimentos de longo prazo nunca ocorrem.”

DIVULGAÇÃO

Christensen, da BlackRock: potencial em infraestrutura, energia e alimentos

Christensen, da BlackRock, disse ver oportunidades de longo prazo em infraestrutura, energia, e segurança alimentar, “muitas coisas que atrairiam meus colegas de forma entusiasmada”. Mas a história seria ainda melhor se os próprios brasileiros fossem atraídos para essas teses — sem tanta acomodação na renda fixa.

Ele imagina que, havendo espaço para a redução dos juros locais, diminuindo o custo de capital das empresas, a tendência é trazer mais investimento para infraestrutura, tecnologia e o agronegócio. Do lado da renda fixa, a normalização da política fiscal é a chave para quedas adicionais das taxas de longo prazo, o “que atrairia muito estrangeiro para o Brasil”.

Pior momento dos multimercados pode ter ficado para trás, diz Ibiuna

Álvaro Campos
De São Paulo

Rodrigo Azevedo, sócio e gestor da Ibiuna, reconhece que nos últimos 18 meses o desempenho da indústria de fundos multimercados como um todo deixou a desejar. “Decepcionamos os cotistas, é verdade”. Ainda assim, ele acredita que há muita chance de o pior ter ficado para trás. “Estamos no fundo do vale e, historicamente, toda vez que houve essa saída do vale, o ‘overperformance’ [desempenho acima dos principais benchmarks] sempre foi muito grande”, disse em evento da Previ em São Paulo.

Segundo Azevedo, o que explica esse desempenho ruim desde 2023 são as incertezas sobre a economia global. Enquanto 2019 e 2020 foram anos de juros para baixo, em função da pandemia de coronavírus, 2021 e 2022 foram de juros para cima, para combater a inflação. E em 2023 o cenário ficou mais nebuloso.

“A lógica é que 2023 fosse um ano de juro para baixo de novo, mas essa virada [no ciclo de juros] está sendo difícil de mensurar, teve muito 'falso positivo'. Os modelos econométricos não estão funcionando bem. Tenho a impressão que algo na covid introduziu muito ruído, os modelos ficaram com margens de erro muito grande. Mas isso acontece não só com os fundos, acontece também com os BCs, que estão errando muito, e isso introduz uma volatilidade no mercado que está sendo muito difícil”.

A boa notícia, diz ele, é que nos últimos dois, três meses os modelos econométricos parecem ter voltado a funcionar melhor. Nos EUA, por exemplo, não há mais discussão de alta de juros. Pode-se debater quando a redução começará — ele acha que só em dezembro — mas a tendência é de baixa.

“Olhando para frente, eu começo a ganhar mais confiança na minha visão de médio prazo, e quando isso acontece, quando há mais visibilidade, a gente pode se mover do investimento tático para o estrutural. Aí os fundos multimercados nadam de braçada”, comenta o gestor, cuja casa administra mais de R$ 25 bilhões em ativos.

Azevedo também comentou que, nos últimos dez anos, depois que o Brasil começou a ter o rating rebaixado no segundo governo Dilma, a volatilidade no mercado local aumentou muito. Isso acabou servindo para incentivar a diversificação global. Hoje, o Brasil é apenas de 30% a 40% do risco da Ibiuna. “Conseguir gerar alfa lá fora nos dá uma tranquilidade grande de não depender do que o Lula vai acordar e falar, se a decisão do BC vai ser dividida ou não”.

> **6,7%**
> **foi a rentabilidade de fundos macro, ante 11,9% do CDI**

Participando do mesmo painel, Giuliano de Marchi, diretor de América Latina da J.P. Morgan Asset Management, lembrou que os investidores institucionais brasileiros aportam somente entre 2% e 4% no exterior. Ao elevar essa fatia, cria-se uma descorrelação com o risco dos ativos locais, e essa diversificação favorece as carteiras.

“Se a gente pensar que o Brasil é 2% do mercado global de renda fixa, e 1% de renda variável, então 98%, 99% dos ativos estão lá fora. Existem grandes ativos e setores que não estão aqui. A bolsa americana andou muito, recentemente, em função das empresas de tecnologia. E a América Latina como um todo não tem uma grande ação de ‘tech’. Não faz sentido ficar só aqui”.

Já Cristiano Lauretti, diretor de private equity da Kinea, admitiu que o momento é de baixa para o seu segmento, mas comentou que houve um amadurecimento muito grande da indústria brasileira de private equity nos últimos anos, que hoje em dia está muito mais alinhada com a dinâmica do setor nos EUA, por exemplo. Ele apontou que lá fora há um nível recorde de “dry powder” [capital comprometido e a ser investido], mas com uma baixa de novos projetos, com poucos IPOs e operações de M&A [fusões e aquisições]. “Antigamente os gestores brasileiros estariam doidos para alocar e captar novos fundos, e agora temos visto uma disciplina de investimentos muito maior, o que se reflete em bons retornos”. Para ele, o pipeline já está mostrando melhores números de operações e volumes.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Azevedo: “Começo a ganhar mais confiança na minha visão de médio prazo”

A resolução CVM 193 como base para práticas ASG

Palavra do gestor

Plínio Rodrigues de Moraes Filho

De acordo com o relatório da Global Reporting Initiative (GRIS) 2020, houve um expressivo crescimento no volume financeiro dos investimentos sustentáveis globais, atingindo US$ 35,3 trilhões nos cinco principais mercados cobertos pelo relatório (Austrália, Canadá, Europa, Estados Unidos e Japão), o que representa, aproximadamente, 36% dos ativos financeiros sob gestão no mundo segundo um artigo de maio de 2022, publicado pela CVM (“A Agenda ASG e o Mercado de Capitais”).

Já no Brasil, segundo dados coletados junto ao Banco Central, em 2020 e 2021 foram lançados US$ 20 bilhões em títulos ligados a projetos de sustentabilidade ou a metas de governança ambiental e social.

Isso fez com que, em meados de 2022, a Assessoria de Análise Econômica e Gestão de Riscos (ASA), órgão ligado à CVM, elaborasse uma pesquisa direcionada aos investidores com o objetivo de compreender o conhecimento e o interesse sobre os aspectos ASG e como esse assunto influencia, ou não, suas decisões de investimento.

Sabe-se que o foco principal das discussões ASG ainda está mais relacionado à mudança climática e as principais preocupações dos reguladores e participantes do mercado giram em torno do “greenwashing”.

Greenwashing pode ser traduzido como lavagem verde, maquiagem verde ou pintando de verde. Ele pode ser praticado por empresas e indústrias públicas ou privadas, organizações não governamentais (ONGs), governos ou políticos.
E a preocupação com o greenwashing tem feito com que algumas jurisdições comecem a regular o tema e punir as irregularidades, ainda que de forma incipiente.

Pensando nisso, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou em outubro de 2023 a Resolução 193, que dispõe sobre a elaboração e a divulgação de um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional (IFRS S1 e S2) emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) por companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras.

Por enquanto, a divulgação pelas companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras do relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade é voluntária, a partir de 1º de janeiro de 2024. Ele deverá, necessariamente, ser elaborado com base no padrão internacional emitido pelo ISSB, e deverá levar em consideração os exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

A divulgação passará a ser obrigatória a partir dos exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026 (artigo 2º). A periodicidade de reporte do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade deve ser, no mínimo, igual à das demonstrações financeiras de encerramento de exercício social.

As recomendações são para que o relatório siga o padrão do ISSB, seja objetivamente identificado e apresentado de forma segregada das demais informações da entidade e das demonstrações financeiras (artigo 4º, parágrafo 1º), e que as informações financeiras relacionadas à sustentabilidade sejam elaboradas com base na entidade consolidada que reporta e, na ausência dela, com base na entidade individual (artigo 4º, parágrafo 2º).

Por fim, o regulador do mercado brasileiro também endereçou a necessidade da auditoria (asseguração) independente, de forma a trazer um atestado de fidedignidade sobre as informações divulgadas pelas companhias.

O Brasil será o primeiro país do mundo a adotar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade emitidas pelo ISSB. Com esta nova resolução, a CVM visa fortalecer a transparência e endossar as normas de sustentabilidade internacionais na regulamentação brasileira.

É importante registrar que a CVM integra um grupo de trabalho e apoia o comitê supervisor para o desenvolvimento da taxonomia sustentável oficial, que é coordenado pela Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, do Ministério da Fazenda, no âmbito do Plano de Transformação Ecológica do governo federal.

Todas estas ações em conjunto são necessárias para que o mercado possa ser mais transparente e consiga angariar mais investimentos sustentáveis. A questão que fica agora é se as companhias brasileiras estão preparadas para começar a divulgação, mesmo sendo ela voluntária.

Isso porque a norma exige transparência efetiva, com a entrega de dados técnicos, financeiros e contábeis. E a entrega destas informações ao mercado pode não apenas não trazer o resultado esperado, como gerar reações adversas nos investidores.

De uma forma ou de outra, é necessário que as companhias abertas, os fundos de investimento e as securitizadoras se preparem para esta nova jornada, eis que partir do ano de 2026 a divulgação do relatório será obrigatória.

Plínio Rodrigues de Moraes Filho é advogado no escritório Tortoro, Madureira & Ragazzi Advogados
E-mail pmoraes@tortoromr.com.br

GETTY IMAGES

Mobilidade

Como é ter um carro elétrico no Brasil

Falta de infraestrutura de carregamento é de fato um obstáculo, mas há muitos mitos que cercam a propriedade de um veículo desses. Por *Marli Olmos*, de São Paulo

Já faz dez anos que Diogo Seixas usa carro elétrico. O mais recente ele comprou há seis anos. Na época, já era de segunda mão, com 40 mil quilômetros rodados. A história desse engenheiro catarinense ajuda a responder questões que muitos se fazem antes de embarcar numa tecnologia que, para a maioria dos brasileiros, ainda é novidade: quantos quilômetros vou conseguir rodar? E se eu não achar carregador na estrada? Qual é a vida útil da bateria? Vou ficar com um mico no futuro?

Aqui falaremos só do carro puramente elétrico. Ficarão de fora os híbridos, que também oferecem a experiência da eletrificação, mas, ao mesmo tempo, têm o velho motor a combustão, que por si só chega a qualquer canto de um país tão bem servido por postos de gasolina e etanol.

O 100% elétrico, que depende só de tomada para funcionar, é uma experiência totalmente nova para quem até hoje só dirigiu veículos a combustão.

Agrada sob muitos aspectos: o prazer de dirigir um automóvel ambientalmente correto, com bom torque, silencioso e com baixo custo de manutenção. Em contrapartida, desagrada por um só motivo: a ainda deficiente infraestrutura de carregamento nas estradas e as dificuldades em condomínios onde instalar um ponto de energia pode provocar até discussão entre vizinhos.

O dono de um elétrico não passa despercebido. Logo aparece algum vizinho com olhar curioso, desconfiado ou invejoso. Se a marca for menos conhecida, vai logo perguntar: "É chinês?".

Ao virar a esquina, o carro que não emite ruídos logo chama a atenção do grupo de amigos sentados à mesa do boteco. Faz, ainda, grande diferença estacionar silenciosamente na vaga do supermercado ao lado da turma dos escapamentos barulhentos.

Toda essa curiosidade tende a diminuir, já que, com a chegada de modelos a preços mais acessíveis (entre R$ 100 mil e R$ 150 mil), os elétricos começam a se tornar cada vez mais comuns, principalmente em grandes centros urbanos. Em 2023, as vendas desse tipo de veículo no Brasil cresceram 128%. O volume ainda é pequeno. As 19,3 mil unidades vendidas equivalem a menos de 1% do mercado brasileiro. Mas chama a atenção a rápida evolução de vendas.

Abril deste ano foi considerado "excepcional" pelos importadores. A venda dos puramente elétricos somou 6,7 mil unidades, um crescimento de 1.087% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Os 100% elétricos representaram 44% das vendas de eletrificados, que incluem os híbridos e híbridos "plug-in" (que têm motor a combustão para auxiliar, mas também permitem carregamento em tomada).

O perfil do comprador também começa a se diversificar. No início, o apelo era pelo lado ambiental. Depois, vieram os fanáticos por novas tecnologias. Há menos tempo, surgiram os que fazem a conta do custo de manutenção, principalmente motoristas de aplicativos. E, por fim, chegou a onda da moda, que embala aquele que quer ser diferente do vizinho.

A questão ambiental foi o motivo que levou Diogo Seixas até o carro elétrico. Ele se envolveu tanto que há pouco tempo assumiu a presidência da Associação Brasileira dos Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores (Abravei).

Seixas já usava elétricos na época em que morou nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. Ao retornar ao Brasil, em 2018, comprou um BMW i30 usado. Este é o carro que a família usa até hoje em Florianópolis. Pensando no "legado que deixará para os filhos", Seixas instalou placas de energia solar na casa, que servem também para carregar as baterias do carro.

Por se tratar de uma das primeiras gerações de modelos elétricos no Brasil, a autonomia do carro do catarinense é menor. Alcança 120 quilômetros com uma carga. É quase um quarto do desempenho das versões mais modernas.

O engenheiro conta que a possibilidade de reciclar as peças de um BMW também o influenciou na compra. E diz sentir-se orgulhoso com a durabilidade das baterias de um carro que já tem dez anos e 140 mil quilômetros rodados. Isso o ajuda a responder às questões de "leigos", como ele diz, que "acham que vamos jogar as baterias no mar, onde moram tartarugas".

INÊS 249

“A demora pela chegada de um componente é a mesma de qualquer outro carro importado” *Diogo Seixas*

Qual, então, o maior problema de ter um carro elétrico hoje no Brasil? São os empecilhos que surgem na hora de carregar as baterias. A opinião é unânime entre usuários e motivo da maior parte das queixas de quem vive principalmente fora das regiões Sul e Sudeste, melhor abastecidas pelos carregadores públicos. A infraestrutura avança a cada dia, mas não na quantidade e nos locais que todos precisam.

A recarga se transforma em motivo de ansiedade desde o dia em que a pessoa começa a planejar a compra do veículo. O carro elétrico já vem com um carregador portátil, uma espécie de cabo que liga o veículo a uma tomada. Esse é o mais lento de todos. A recarga pode levar mais de dez horas.

Um carregador doméstico mais rápido bastante usado é o chamado “wallbox”, de 7 kW, na maioria dos casos. Leva, em média, seis a sete horas para que a bateria alcance carga total nos carros que, hoje, têm autonomia de 250, 300, 400, 500 ou mais quilômetros, dependendo do modelo.

Quem compra seu primeiro elétrico costuma ficar com a sensação de que precisa providenciar um ponto de energia imediatamente, em casa ou no escritório. E antes de o carro chegar. Mas, em pouco tempo, essa “angústia” passa.

“No começo, é como ter um iPhone velho; a gente vive procurando uma tomada”, afirma Paulo Fares, administrador do Ora Clube, que reúne proprietários e simpatizantes do modelo elétrico da chinesa Great Wall Motor (GWM). “A gente demora um pouco para entender a autonomia do veículo”, diz.

O melhor lugar para carregar baterias é em casa, onde o custo da energia equivale a menos da metade do que se paga nos aplicativos usados em pontos de conveniência. No conforto do lar, evitam-se, ainda, filas e a frustração de eventualmente dar de cara com um eletroponto quebrado.

Ninguém, entre os usuários, reclama de deixar o carro “abastecendo” enquanto chega em casa, toma banho, janta, dorme... Em pouco tempo o sujeito ansioso pelas tomadas entende que a autonomia é mais do que suficiente para o seu dia a dia. Quem mora em centros urbanos vai abastecer o carro, em média, duas vezes por semana. Ou menos.

A situação muda se o carro é instrumento de trabalho. É o caso dos motoristas de aplicativos. Ou nas longas viagens. E esse é o maior motivo da rejeição que muitos têm em relação ao 100% elétrico. Nesse caso, a pessoa fica refém da disponibilidade dos equipamentos em pontos como shoppings, supermercados, hotéis, postos de combustíveis e concessionárias. No Brasil, são todos instalados e mantidos pela iniciativa privada. Segundo o último relatório da Tupinambá Energia, especializada nessa contagem, em março havia 7.758 pontos de recarga em espaços públicos no Brasil.

A sensação de insegurança é inevitável quando surge a ideia de viajar com um carro elétrico. Desde que pegou seu Ora Skin, há três meses, Fares passou por um único, mas inesquecível, sufoco em Águas de São Pedro (SP). O único carregador disponível na cidade fica dentro de um hotel, que limita o uso do equipamento apenas a hóspedes.

Entre bancar a diária do hotel cinco estrelas ou chamar um guincho, Fares preferiu correr o risco de fazer a viagem de volta a São Paulo e parar no ponto de recarga mais próximo. Deu sorte. Chegou até um equipamento em Piracicaba com 1% de carga.

Fares já dirigiu seu elétrico de São Paulo até Ribeirão Preto (315 km) e também até Brasília (1.175 km). Fez um bom planejamento de paradas. Mas não achou nenhum carregador rápido entre Uberaba e Brasília.

Seixas, o engenheiro de Florianópolis, costuma se planejar nas viagens e leva sempre o carregador portátil. Mas, antes, consulta hotéis e pousadas onde pretende se hospedar para saber da disponibilidade de tomada. “Se perceber má vontade, já evito o lugar. Mas, em geral, sou bem recebido”, diz.

Motorista de aplicativo e sócio de uma empresa de transporte executivo, Felipe Honorato hoje só carrega o carro em casa. Quando comprou seu primeiro elétrico, dependia dos pontos públicos. Tentou sempre evitar horários de pico. Mas tem amigos que já chegaram a enfrentar filas de até cinco horas para conseguir um carregador rápido.

Foi numa fila que ele conheceu outro motorista que viria a ser seu sócio num projeto que ambos agora elaboram para transformar o transtorno do carregamento numa oportunidade de negócios: a criação de centros de conveniência com vários eletropontos e oferta de serviços, como barbearia e limpeza de carro.

Quem usa o veículo para trabalhar diz que a economia proporcionada pelo elétrico compensa qualquer aborrecimento com o carregamento. Honorato gastava, em média, R$ 3 mil por mês para abastecer seu antigo carro a combustão. Há pouco mais de um ano, passou a usar um Nissan Leaf. Mesmo sem carregador em casa, a despesa caiu para R$ 1,1 mil. Há poucos meses, com um novo modelo, o BYD Dolphin e carregador em casa, o custo mensal caiu ainda mais, para R$ 680 a R$ 750. O veículo é alugado de um frotista, por R$ 5,8 mil por mês.

Agora também no comando da empresa de transporte executivo, ele conta com parceiros que têm carros a combustão e híbridos, que garantem segurança nas viagens mais longas. Mesmo assim, há pouco tempo teve de se virar com o próprio elétrico para ir de São Paulo a Taubaté, numa corrida que apareceu de última hora. A passageira nem se incomodou de parar no caminho para uma recarga rápida.

Os clientes, diz Honorato, gostam do silêncio e do conforto que o veículo oferece. “Não tem vibração, não tem passada de marcha...” Ele pretende aumentar a frota de elétricos e blindar parte dela, mesmo que o peso da blindagem comprometa a autonomia. Ele percebe mais um motivo de investir nesse segmento: “Nas viagens corporativas, essa despesa ajuda na conta da redução de emissão de carbono das empresas”.

Mas um dos maiores desafios da era da eletrificação está nos condomínios. Em São Paulo, desde março de 2021 está em vigor uma lei municipal que obriga os novos prédios construídos a ter pontos de recarga para carros elétricos e híbridos plug-in. Mas, nos edifícios mais antigos, o tema chega a provocar constrangimentos.

Encontrar, no convívio coletivo, a melhor opção para carregar o carro requer uma boa pesquisa, senso de justiça, paciência e muita diplomacia com os vizinhos. Mesmo assim, tem gente que não alcança seu objetivo.

Assim que fez a pré-reserva de um elétrico, um modelo iEV40 da Jac Motors, em outubro de 2019, Thiago Garcia foi atrás da melhor opção para usar uma tomada no condomínio onde mora, na Lapa, em São Paulo. Encaminhou ao síndico a proposta que não oneraria o condomínio. Mesmo assim foi voto vencido na assembleia que tratou sobre o tema.

Desde então, Garcia só usa eletropontos públicos, que saem mais caro. Paga em torno de R$ 2 ou mais o quilowatt. Em casa não chegaria a R$ 0,85. Nem por isso mudou de ideia. “Não considero isso motivo para desistir. Saio de casa para abastecer meu carro da mesma forma que as pessoas que dependem do posto de gasolina”, diz.

Garcia é bancário e também motorista de Uber. Diz que só por se livrar do rodízio em São Paulo já compensa. Todos os carros híbridos e elétricos são isentos do rodízio na cidade. Para quem vive disso, é praticamente um dia a mais de trabalho. No lazer, Garcia não costuma percorrer longas distâncias. E quando o destino está a mais de 300 quilômetros, a família opta pelo avião.

A instalação de carregadores em edifícios construídos sem essa facilidade depende de cada caso. Se cada um tiver sua própria vaga e todos quiserem preparar as garagens para a era da eletrificação, o ideal é contratar uma empresa para instalar dutos para a passagem dos cabos que puxarão a energia do relógio de cada apartamento até a respectiva vaga.

Se não houver consenso, cada interessado terá que puxar o próprio cabo, o que pode virar um problema de sobreposição de cabos à medida que mais moradores decidirem comprar um modelo elétrico.

Outra solução é instalar um medidor de energia na tomada da vaga. O usuário vai usar a energia do prédio, mas, com o medidor, o zelador ou administrador consegue identificar quanto foi gasto naquela tomada e repassar o custo ao condomínio. Essa foi a solução adotada por Fares, dono do Ora.

Se as vagas forem rotativas, uma opção é escolher uma ou duas neutras, exclusivas para os carregadores. Nesse caso, a energia gasta pode ser paga por meio de aplicativo, como fazem estabelecimentos como postos de combustíveis e hotéis. Isso evita brigas e o risco de alguém “esquecer” o carro estacionado depois que a bateria estiver carregada.

Para os donos dos elétricos, há falta de informação sobre o tema. Há pouco tempo, a moradora de um condomínio de Santo André contou ao síndico sobre a intenção de comprar um modelo elétrico e questionou como isso seria resolvido na garagem. Ficou surpresa com a resposta que recebeu: “Acho melhor você reconsiderar essa compra e optar por outro tipo de carro”.

A eletrificação também requer uma certa ética. É deselegante, por exemplo, estacionar seu carro a combustão na vaga do elétrico no shopping. E se você tem um modelo elétrico é feio usar a vaga que oferece recarga como cortesia quando a bateria do seu veículo está completa. Aquele lugar é para quem está com pouca carga.

A novidade também provoca o surgimento de mitos — ou dúvidas. Depende do ponto de vista. Carro elétrico pega fogo? A questão foi parar no Corpo de Bombeiro de São Paulo, que em documento publicado no início de abril, sugeriu normas rígidas para a instalação de pontos de carregamento, como espaço de cinco metros entre as vagas e construção de paredes corta-fogo.

A Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) pediu mais prazo e propôs organizar simulação de combate a incêndio. O assunto, agora, é tema de consulta pública.

Os fãs do carro elétrico consideram a discussão fora de propósito. “Isso só pode ser teoria da conspiração”, diz Garcia. Muitos argumentam que tais exigências não existem em países onde a eletrificação está mais adiantada.

Na Noruega, que lidera esse mercado, mais de 90% das vendas de carros em 2023 foram modelos 100% elétricos, segundo dados da Acea, associação dos fabricantes de veículos na Europa. Nos escandinavos em geral, as médias passam de 50%. Na China, os elétricos representam quase 40%, e o país é o que mais produz esse tipo de veículo no mundo.

Em alguns europeus, como a Alemanha, as vendas esfriaram depois que os governos retiraram subsídios, que chegaram a somar mais de € 5 mil por carro. Nos Estados Unidos, recentemente o governo elevou de 25% para 100% a alíquota do Imposto de Importação para carros chineses. A ideia é desenvolver a indústria nacional de veículos elétricos, com incentivos adicionais para os que tiverem mais peças e matérias-primas locais, incluindo minerais essenciais para baterias.

No Brasil, o carro elétrico provoca a criação de comunidades e uma nova forma de convívio social. A ideia do Ora Clube, segundo Fares, surgiu pelo seu interesse em aprofundar a troca de ideias e de experiências em torno de uma novidade que ele conhecia apenas pela leitura de reportagens.

“Há sempre muita ansiedade e dúvidas em torno de um produto novo e cujo valor não é baixo”, diz o jornalista, que trabalha em agência de publicidade. Esse clube conta com 2,3 mil seguidores no Instagram, um grupo de WhatsApp aberto, com 300 integrantes, e outro, de 229 proprietários.

As trocas de ideias do Ora Clube já levaram à elaboração de um documento com mais de 20 itens de reclamações e sugestões, encaminhado ao fabricante.

Nesses grupos, há sempre alguém disposto a ajudar. “Muitos perguntam: Estou indo para tal lugar. Quem conhece um ponto de carregamento que também tenha um restaurante legal?”, conta Seixas. Segundo ele, os 200 associados da entidade que ele preside, a Abravei, não se queixam de falta de peças.

“A demora pela chegada de um componente é a mesma de qualquer outro carro importado; é o preço da exclusividade”, afirma. Aliás, como jurou a si mesmo que nunca mais passaria em frente a um posto de combustível, Seixas comprou um calibrador de pneus portátil. Outros fizeram o mesmo para “não dever favor” ao mundo da combustão.

Apesar das queixas em comum, sempre voltadas à infraestrutura de carregamento, os proprietários de carros elétricos se tornaram defensores da “causa”. “É um produto fácil de defender”, destaca Fares. E prometem fidelidade. “Não cogito mais ter carro a combustão, sequer um híbrido”, diz Honorato.

Alguns deles abriram novos negócios ligados ao tema. Seixas desenvolve carregadores. Honorato tem uma empresa que faz a instalação de equipamentos. Nas horas vagas, ele ainda atua em canal no YouTube: Meu Carro Elétrico. ■

ROGERIO VIEIRA/VALOR

“A gente demora um pouco para entender a autonomia do veículo”, diz Paulo Fares

GABRIEL REIS/ VALOR

“Não cogito mais ter carro a combustão, sequer um híbrido”, diz Felipe Honorato

ROGERIO VIEIRA/VALOR

“Saio para abastecer meu carro da mesma forma que as pessoas que dependem do posto de gasolina”, diz Thiago Garcia

A renovação no consumo de charutos

Hobby Nova franquia da Casa Del Habano, em São Paulo, no Esch Café, é uma vitrine da sofisticação deste mercado no país. Por *Angela Klinke*, para o Valor, de São Paulo

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Aqui é um lugar de fechar negócios e fazer amigos, mas também de prazer", diz Edgar Esch sobre sua nova casa

O novo Esch Café, em São Paulo, é a vitrine da sofisticação do mercado de charutos no país. Com dois andares, até o elevador foi revestido de cedro para remeter imediatamente ao aroma da caixa de habano.

O grande salão dos degustadores, no entanto, não tem a cortina de fumaça que, em geral, toma conta desses ambientes. A promessa é que o atual sistema de exaustão renovará todo o ar a cada um minuto.

O Esch Café, que está para ser inaugurado na rua Oscar Freire, tem uma ambientação "mais toscana que tropical" se comparado com a outra unidade que funcionou por 17 anos na alameda Lorena, também no bairro dos Jardins.

No térreo, a tabacaria, bar e restaurante, que reúne diariamente políticos, juristas, empresários, advogados, médicos e intelectuais, busca mimetizar a casa anterior. O bar se mantém à direita logo na entrada, há a sala reservada ao fundo e o exuberante umidor com suas preciosidades à vista do público.

No piso superior, o amplo salão conta com um terraço disputado por sua integração com a paisagem urbana. Um jardim foi adaptado no átrio e a luz natural traz ainda mais conforto para o espaço.

Com outra unidade no Leblon, no Rio, o Esch é uma franquia da La Casa del Habano, a rede de lojas dos charutos cubanos autorizada pela Habanos S/A, a empresa controladora da distribuição da produção da ilha. No mundo existem 160 Casas que respondem pelas vendas de 25% dos charutos cubanos.

"Uma das vantagens é ter prioridade no recebimento dos produtos, que foi fundamental na última crise de abastecimento, e acesso a edições exclusivas", diz Edgar Esch, sócio fundador do Esch Café. É por isso que tem uma carteira de 500 charuteiros que fazem compras recorrentes na casa.

"Aqui é um lugar de fechar negócios e fazer amigos, mas também de prazer. Tenho clientes médicos, por exemplo, que depois de uma grande cirurgia passam duas horas degustando um charuto, sozinhos, num momento de introspecção."

Fosse por escolha, Edgar Esch não teria saído do endereço anterior. Mas como todo o quarteirão em que estava vai ser transformado num grande complexo imobiliário, partiu em busca de um outro ponto que fosse ainda mais privilegiado no bairro.

Agora ele fica a poucos passos do hotel de luxo Emiliano. E já que tinha de mudar, diz, "fui investindo o dobro do que planejei". No novo endereço, ele espera aumentar sua receita em 30% porque esse ponto "é mais alavancado".

Hoje, as duas lojas Esch (já foram três, mas a unidade do centro do Rio, a primeira a ser aberta, foi fechada em 2020 com a pandemia) representam um terço das vendas legais de charutos cubanos no Brasil, segundo Fernando Teixeira, sócio da Empório Cigars, uma das 37 distribuidoras credenciadas pela Habanos S/A.

A Habanos S/A é uma empresa mista desde 2000, em que metade pertence ao Estado cubano e metade a um fundo de Hong Kong. A produção é monopólio estatal nas mais de 80 fábricas na ilha com 27 marcas.

Os chineses entraram na Habanos S/A em 2020, quando a Imperial Brands decidiu sair da sociedade. Hoje, a China é o maior mercado em valor dos habanos, e a Espanha, em volume.

"A Imperial imaginou que, com a aproximação dos EUA de Cuba promovida por Obama, poderia, enfim, vender charutos cubanos nos Estados Unidos. Isso nunca aconteceu por causa do bloqueio que ficou pior ainda com Trump. Então decidiu sair e se concentrar em cigarros eletrônicos", explica Teixeira.

Ele foi por 25 anos funcionário da Souza Cruz no Brasil, onde chegou à diretoria. Também presidiu a joint venture da British American Tobacco (BAT) em Cuba. Fundou a Emporium 2007 porque o mundo de habanos no Brasil "era incipiente e informal. Esse é um mercado de nicho e de luxo, com produtos artesanais, que tem crescido no mundo todo".

Levantamento da consultoria Statista mostra que o mercado de charutos premium deve alcançar US$ 23,4 bilhões neste ano, com um crescimento médio de 4,13% ao ano até 2028.

Os principais players são Imperial Brands, Swedish Match, Scandinavian Tobacco Group, Eastern Co SAE, Habanos S/A e Altria Group. Os Estados Unidos são os maiores consumidores de charutos off-Cuba (Nicarágua, Costa Rica, Honduras e República Dominicana, entre outros).

No cálculo de Teixeira, o mercado total de charutos no Brasil está em 5 milhões de unidades, sendo que 2/3 são falsificados. E dos 1,7 milhão de charutos legais, os habanos têm 30% de participação. "A maior concorrência para os charutos cubanos não é o off-Cuba, mas os charutos ilegais. O Brasil deixa de arrecadar R$ 150 milhões em impostos por ano com as falsificações e contrabando."

Em janeiro, a partir de uma denúncia anônima, uma operação policial conjunta de Rio, São Paulo e Bahia desmantelou uma quadrilha que falsificava charutos das principais marcas cubanas. A quadrilha colocava anilhas de Cohiba, Montecristo, Patargas, Hoyo de Monterrey e Romeu e Julieta em charutos de qualidade inferior e vendia como originais.

Com a queda da produção na ilha por questões climáticas como furacões, perda de linhas de crédito em função do recrudescimento do bloqueio e êxodo de torcedores (os enroladores de charutos), os habanos tiveram um aumento de preço em média de 40%, mas em alguns produtos de até 100%.

Nesse contexto, as marcas off-Cuba ampliaram sua participação no mercado, assim como os falsificados, no caso do Brasil. A produção média em Cuba era de 90 milhões de unidades por ano até a pandemia, quando sofreu uma redução de 40%.

Com o reposicionamento de preços, a Habanos S/A gerou uma receita de US$ 721 milhões em 2023, um aumento de 31% em relação ao ano anterior. "Além disso, a última safra foi positiva, e a expectativa é que a produção cresça 50% até o próximo ano", diz Teixeira.

O aumento de consumo de charutos no mundo está associado à participação maior da China no mercado, mas também à entrada de jovens e de mulheres nessa seara. A proibição de cigarros eletrônicos naquele país, por exemplo, fez com que parte da geração partisse para a apreciação de charutos, ainda que seja um consumo ocasional.

Num levantamento sobre consumo feito pela Statista em 2022, 11% dos jovens nos EUA na faixa etária de 20 a 29 anos e 16% na faixa etária de 30 a 39 anos disseram ter fumado charutos pelo menos ocasionalmente, em comparação com 9% em 2019. O mesmo aconteceu com o público feminino, que subiu de 3% para 5% no intervalo entre 2019 e 2022.

Quando o advogado tributarista Walter Saes começou a apreciar charutos, aos 25 anos, seus companheiros de mesa tinham em média mais de 70 anos. "Hoje você entra nas melhores tabacarias de São Paulo como Caruso, Lenat, Murdoch, por exemplo, e vê uma nova geração degustando os charutos", diz ele.

No Esch, por exemplo, chegam em carros de luxo casais e grupos de amigos e, por enquanto, adotam o ritual das baforadas mais por status. Um dos destilados preferidos desse grupo é o uísque escocês Macallan.

O charuto se tornou um hobby que Saes leva muito a sério. "Eu comecei a frequentar o Esch por causa do networking que o charuto proporciona e precisava atrair clientes para o escritório. Mas, como sou obsessivo, me tornei um estudioso."

A tal ponto que, em 2015, venceu o concurso mais importante do mundo na área, o de sommelier de habanos. Para tanto, diz ele, é preciso identificar as variedades de sementes de tabaco e as áreas de cultivo da ilha. Além disso, cada participante precisa sugerir uma harmonização. Saes combinou um Marc de Bourgogne Romanée Conti 1985 (safra do século) com um Partagás Série E nº 2.

Nos últimos dois anos, Saes "tirou um sabático" dos cursos que ministrou. Foram 34 masterclasses entre presenciais e virtuais, algumas delas com mais de 70 mil visualizações. Hoje, ele tem 154 mil seguidores no Instagram. Mas estabeleceu um novo desafio.

Depois de visitas anuais ao festivais Del Habano (Cuba), Puro Sabor (Nicarágua), Procigar (República Dominicana) e Festival de Charuto de Honduras, e de conhecer áreas de cultivos e fábricas, ele lança neste ano seus próprios charutos.

Saes montou seus próprios blends nas classificações que, segundo ele, mais agradam ao paladar dos brasileiros: suave, suave/médio e médio/forte.

Em um dos três charutos que pretende lançar combinou folhas de tabaco de microclimas de Condega, Jalapa e Esteli, na Nicarágua; Jamastram e Cópan, em Honduras; San Andrés, México; e com capa Connecticut do Equador.

Ele acaba de voltar de Honduras, um dos países onde seus charutos foram torcidos — os outros são Nicarágua e República Dominicana. "Se as amostras que chegam em agosto estiverem boas, vou produzir 10 mil unidades e oferecê-las nas tabacarias brasileiras."

Saes explica que, diferentemente de Cuba, onde os charutos são feitos 100% com tabaco cubano e com o monopólio de produção na mão do Estado, ou seja, são sempre "puros", os demais países produtores podem ter matérias-primas de outros lugares em seus blends. "Um charuto dominicano pode ter tabaco nicaraguense e até brasileiro, e por aí vai."

O brasileiro, diz ele, tem o charuto cubano como o melhor do mundo. "Eu mesmo, 60% do que fumo são habanos. Mas é preciso experimentar coisas novas. E é isso que pretendo fazer ao propor com meus charutos." A Saes é atribuída a maior coleção de charutos da América do Sul. Em sua casa, reúne 22 mil exemplares em dois cômodos que converteu em umidores.

Seu próximo passo é desenvolver blends com tabaco brasileiro. "O Brasil tem um dos tabacos mais valorizados do mundo, mas exporta suas folhas de melhor qualidade." A suíça Dannemann, que opera no Recôncavo Baiano desde 1976, só usa, segundo Saes, 3% de sua produção para suas marcas no mercado nacional, como Salvador, Menudo e Maduro, por exemplo.

Ele está em negociação com a Fumex, da Bahia, para garantir o tabaco superior, as folhas de classificação A de Mata Fina e Cubra (um híbrido de tabaco brasileiro e cubano). "Só assim vou conseguir montar um blend para um charuto premium brasileiro como eu acredito."

Mas, como gosta de reforçar, charuto é "só um hobby". Hoje sua consultoria tributária, a Saes Rodrigues Neto, tem 120 funcionários. O networking do charuto, ao que parece, funcionou. ■

DIVULGAÇÃO

"O Brasil tem um dos tabacos mais valorizados do mundo", diz Walter Saes

INÊS 249

A força das mulheres escritoras

Feminismo Como a Bazar do Tempo se firmou no mercado. Por *Helena Celestino*, para o Valor, do Rio

Foi uma coincidência, mas foi também simbólico. Ana Cecilia Impellizieri Martins, publisher da Bazar do Tempo, entrou em trabalho de parto exatamente quando coordenava, de Paris, a sua equipe em São Paulo, em ação na Feira do Livro da revista "Quatro Cinco Um". O bebê, franco-brasileiro, já é um menino de três anos, e Ciça, como é chamada por todos, acaba de comemorar os oito anos da Bazar do Tempo, festejando junto o lugar privilegiado conquistado por sua empresa no mercado: o de editora feminista, talvez a única entre as pequenas a ser reconhecida assim.

"Os homens não entendem, perguntam se a Bazar é feminista, se é de mulher para mulher. Temos muitos livros feministas, mas não são todos. A nossa ambição maior é construir um catálogo com mulheres que sejam referência nas suas áreas de atuação", diz, por Zoom, antes de voltar para Paris.

Na prática, a Bazar do Tempo chegou primeiro, viu antes das outras a tendência de as mulheres "se escreverem" e escreverem sobre mulheres, em livros cada vez com mais em destaque nas livrarias e no debate contemporâneo. Havia um espaço a ser ocupado por um novo catálogo e leitores à espera, facilitando à Bazar a edição de autoras importantes, como Hannah Arendt, Marguerite Duras, Hélène Cixous.

O clique se deu quando Ciça e Heloisa Teixeira (ex-Buarque de Holanda) se conheceram e lançaram a coleção "Pensamento feminista", em 2018, editada em dois volumes, com 800 páginas, escritos por 40 autoras. "Suspirei fundo e fui em frente. Helô não erra, os livros foram sucesso e continuam sendo", conta Ciça.

A coleção foi a forma de a editora escancarar a sua vocação de priorizar a produção de mulheres e, com isso, levou para a Bazar autores como Lélia González e Audre Lorde, antes de fazerem o sucesso atual. E atraiu parceiras, escritoras, editoras e agentes estrangeiros com indicações certeiras sobre livros a editar. "São os debates sobre gênero, raça, trânsitos culturais e sociais, literatura e poesia que nos interessam e nos inspiram", diz Ciça.

Nada mais amplo, entram no foco da editora livros sobre o Antropoceno — como o de Bruno Latour ou "Uma outra ciência é possível", de Isabelle Stengers. O "Pensamento feminista" ainda está em fase de crescimento: já saíram mais dois volumes sobre as perspectivas decoloniais e as políticas sexuais dissidentes, com um terceiro sendo escrito por Heloisa Teixeira.

Aconselhado pela historiadora Heloisa Starling, acaba de ser lançado "Direitos de para todos", da ministra Cármen Lúcia, a recém-eleita presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Nele, a magistrada reúne os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e interpreta cada um deles, misturando história e ficção, sempre com um olhar humanista. Cada artigo é também ilustrado por uma obra de Portinari.

Por recomendação de Teixeira, a Bazar lançou também "Feminismos favelados", de Andreza Jorge, cria do Complexo da Maré — conjunto de favelas do Rio —, participante do projeto de dança Mulheres ao Vento e com consistente repertório teórico, atualmente aperfeiçoado em doutorado nos EUA. Na mesma leva, saiu "Feminismo no Brasil", contado por Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, mulheres que fizeram o movimento acontecer.

A editora tem no catálogo 120 livros, com 600 a 700 inscritos no Clube F, uma garantia de que a edição se paga com o envio das caprichadas caixas para os assinantes. A meta é publicar dois livros por mês tocados, produzidos e comercializados por uma equipe toda feminina.

Ciça, de Paris, dirige a empresa por Zoom desde muito antes de a pandemia popularizar o trabalho online. "Agora todo mundo acha normal. O fuso horário é problema, na França são quatro ou cinco horas a mais do que no Brasil, 19 horas aqui, lá é meia-noite. Mas há vantagens", diz.

Uma delas é o contato permanente com o dinâmico mercado editorial francês, dando-lhe acesso a livros antes de os agentes anunciarem no Brasil. Ampliou seu olhar e, sempre com indicações preciosas, publicou as latinas — "História dos feminismos da América Latina", de Dora Barrancos, e chegou à África com "A invenção das mulheres", de Oyèrónké Oyewùmí, que constrói um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.

Começou também a publicar nomes jamais editados no Brasil, como Arlette Farge, conceituada historiadora, autora de "A revolta da senhora Montjean", heroína surgida às vésperas da Revolução Francesa. Farge descobriu o diário de um artesão que relata o deslumbramento de sua mulher ao descobrir o modo de vida dos nobres. Depois dessa revelação, a mulher não quis mais trabalhar. Ganhando pouco, começa outra vida e gasta rios de dinheiro em almoços regados a muitas bebidas e jogos sexuais. Por meio do diário do marido, desesperado com a ruína de sua reputação e do seu patrimônio, a autora mostra de perto o jeito de viver e pensar da sociedade francesa pouco antes da revolução.

No trabalho arqueológico em busca de livros não editados aqui, Ciça publicou um texto histórico, o discurso na Assembleia Nacional francesa de Simone Veil, então ministra da Saúde, ao botar em votação a legalização do aborto no país. Era novembro de 1974, o braço de Madame Veil pousado na tribuna tinha o número tatuado pelos nazistas quando ela, adolescente, esteve no campo de concentração. Inabalável, presidiu 25 horas de debates até a lei ser aprovada por 284 contra 189. Cinquenta anos depois, em março deste ano, ainda criando polêmica, o direito ao aborto entrou na Constituição da França.

Esta já é a terceira editora de Ciça. Jornalista do "Jornal do Brasil" nos anos 90, passou rapidamente pela TV Globo e foi trabalhar com Pedro Corrêa do Lago na Biblioteca Nacional e editar a revista "Poesia Sempre". "Foi aí que comecei a trabalhar com livros", conta. Apaixonou-se. Passou cinco anos na Casa do Saber do Rio, onde conviveu com mentes brilhantes e, ao virar sócia da Casa da Palavra, já sabia quem editar: Ferreira Gullar, Eduardo Jardim, Paulo Rónai — grande interlocutor de Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa.

Eram alguns dos intelectuais com quem debateu na casa da Lagoa e levou-os todos para a Edições de Janeiro, criada com o advogado José Luiz Alquéres, uma maneira de albergar seus autores depois de a Leya comprar a Casa da Palavra. "Quando a gente publica um autor, fica responsável por ele. Durou um ano." E tudo continuou na Bazar do Tempo, que ela abriu com Eduardo Jardim, numa salinha na Gávea. Dali bifurcou; um pedaço foi para o Alto Marais, em Paris, e outro para uma casa histórica no Humaitá, a Vila Maurina.

"Está ouvindo um pandeirinho?", pergunta. Meu filho é um cantor, parece francês porque é lourinho, mas a alma é brasileira, adora samba."

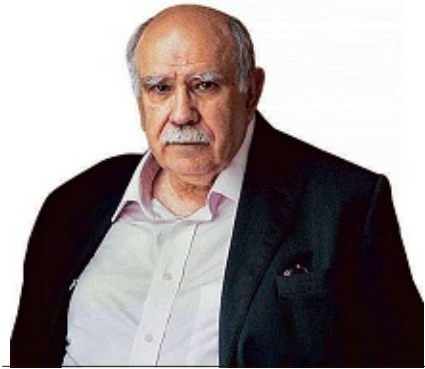
Entre Rio e Paris, seu coração balança. Lá vive desde 2017, quando se casou com um advogado francês, e aqui está a editora, sua equipe e parceiras com inúmeros projetos.

Está lançando os escritores antilhanos Aimé Cesaire e Maryse Condé, entre outros, já se antecipando a 2025, o ano da França no Brasil, cujo tema será a francofonia negra. E acaba de se unir a outras seis editoras do mesmo porte para, juntas, terem mais peso em feiras e encontros literários. Não por acaso, 90% das participantes são mulheres. ■

DIVULGAÇÃO

"Nossa ambição maior é construir um catálogo com mulheres que sejam referência", diz Ana Cecilia Impellizieri Martins

Coluna Social

Revelações sociais do baixar das águas

José de Souza Martins

A natureza tem suas próprias leis e se manifesta em função de fatores e causas que não são apenas naturais. Ela não é conformista com a prepotência e os abusos do homem

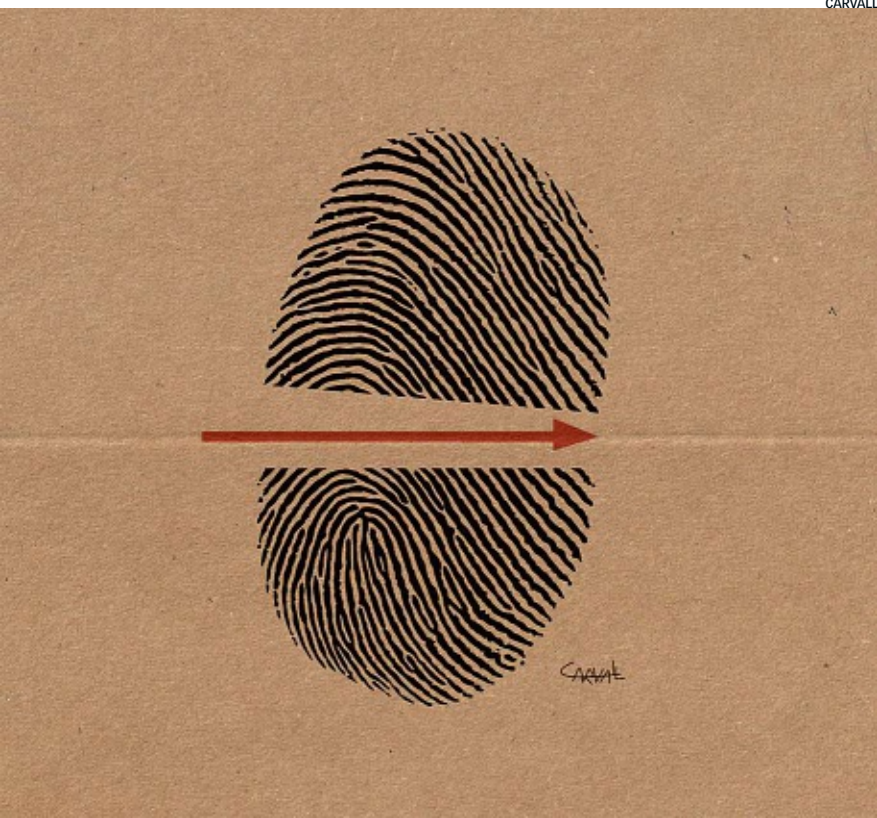
Novas revelações, de interesse para vários campos do conhecimento, são feitas à medida que as águas baixam no Rio Grande do Sul, nos diferentes lugares em que inundaram e devastaram. Porém, vão ser reconhecidas como revelações quando as diferentes ciências se interessarem por elas e as interpretarem e explicarem cientificamente por que são revelações: causas e consequências do que ocorreu.

As equipes de intervenção contam com os profissionais costumeiros e necessários, independentemente das peculiaridades do desastre e dos âmbitos da realidade natural e social atingidos. Mas nem todas as áreas do conhecimento científico e técnico, que poderiam e deveriam nelas estar, lá estão. De certo modo há muito de senso comum na sua formação e mobilização.

Da área de humanas, os psicólogos são praticamente os únicos solicitados a atender as vítimas para o apoio de que necessitam na emergência. Embora haja consequências sociais muito graves, na repercussão pessoal, em eventos como esses, não tem havido, na devida extensão, interesse pela contribuição e apoio que possam dar os demais especialistas.

Cito a importância de um profissional, Sérgio Perazzo, falecido em 2023, médico e psicodramatista, que estudou, nas enfermidades decorrentes de eventos assim, as consequências da morte inesperada na vida de parentes e amigos do morto.

Suas pesquisas mostraram que passam a ter problemas de saúde decorrentes do não sepultamento do morto "dentro" de quem padece os efeitos da ausência. Os dos ritos inconscientes, também próprios do luto, na observância da temporalidade da assimilação da ausência e do preenchimento simbólico do vazio com base na cultura popular e na tradição que dão sentido ao que de sentido carece.

Esse, certamente, é um dos problemas desconhecidos que podem estar surgindo nos locais de enchentes e escorregamentos. Não se trata apenas dos mortos não localizados e não sepultados segundo as crenças e os costumes, como muitos lamentam.

Trata-se de que os sepultamentos, pela drástica ruptura na vida coletiva, não estão sendo realizados também no interior de cada uma das pessoas de uma rede de pertencimento, a morte e os desaparecimentos como morte social.

As ciências sociais têm sido lentas na definição dos desastres naturais como problema de investigação e de fundamentação de providências de apoio e de assistência às vítimas.

Em primeiro lugar por sua definição como sujeito social, como modo de situá-la na tragédia e de compreendê-la enquanto autora possível e principal do encaminhamento das soluções de socorro. Mas também como autora de ações possíveis de reforma social e política necessárias para enfrentar as causas das ocorrências e de sua repetição.

O que aconteceu em mais de uma ocasião no Rio Grande do Sul, em período recente, com crescente gravidade, não é manifestação de "capricho" dos rios. A natureza tem suas próprias leis e se manifesta em função de fatores e causas que, cada vez mais, não são apenas naturais.

A natureza não é conformista com a prepotência e os abusos do homem. Ela não reconhece a precedência da motivação antissocial das vantagens pessoais em relação ao que ela é e possibilita.

Por trás dos desastres há vontades e/ou omissões humanas. Aqui, a sociedade está cada vez mais sujeita ao poder de individualidades movidas por interesses políticos e econômicos antissociais, completamente despreparadas para prever e evitar essas ocorrências e até desinteressadas na suposição de que a probabilidade de um desastre é mínima. Quando se trata de vidas humanas a única probabilidade aceitável é zero.

Cada vez mais se usa a justificativa amoral de que o desastre foi uma fatalidade. Essa mentalidade mostra que a banalização da vida, no Brasil, vem se transformando em projeto político, baseado na minimização do povo como sujeito de direitos, como se viu nas providências de Estado equivocadas em relação à pandemia de covid.

É preciso considerar que desastres, como os do Sul, afetam profundamente as pessoas por eles alcançadas na medida em que mutilam os sujeitos de referência de seu processo interativo. A sociedade, na vida cotidiana, depende desses sujeitos para se reproduzir.

A sociedade não se reproduz no vazio. Mesmo quem não se identifica com a sociedade em que vive, não tem como sobreviver solitariamente. Depende de relacionamentos sociais que reiteram o modo de ser da sociedade, mesmo que para ser contra.

A ruptura social dos desastres dessocializa as pessoas, os grupos e as comunidades, cria a incerteza do provisório, invalida normas pela ausência das referências de que carece a sociabilidade humana. Os ausentes assombram na espera interminável da volta.

CARVALL

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolivar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

A transição do Masp

Arte Heitor Martins completa dez anos à frente da instituição preparando-a para a expansão.
Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

Um dos cartões-postais de São Paulo, o Masp (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand), com sua estrutura em balanço e vigas vermelhas, é o lugar que atrai mais turistas na cidade depois da Fórmula 1. Ali está o maior acervo de arte europeia do hemisfério Sul, num total de mais de 15 mil obras, com apenas 160 em exposição. Ao contabilizar dez anos como presidente da instituição, o consultor de empresas Heitor Martins começa a fazer o balanço do legado de sua permanência, que irá até 2026, quando deixará o cargo.

A atuação de Martins no museu não é remunerada e só é viável pelo fato de ele ser um dos sócios da consultoria McKinsey, sua atividade principal. A vida empresarial, no entanto, não o impediu de traçar um caminho contínuo no universo das artes. Foi presidente da Fundação Bienal de São Paulo durante quase quatro anos, até 2013, e em 2014 foi convidado para assumir a presidência do Masp quando a instituição atravessava uma severa crise financeira. Martins, de 56 anos, formado em administração pela Fundação Getulio Vargas e com MBA pela Universidade de Michigan, tinha o perfil para colocar a casa em ordem.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Heitor Martins, que deixa a presidência do Masp em 2026, vai comandar a inauguração do anexo do museu no ano que vem

No início do ano que vem, ainda no exercício de suas funções, Martins comandará a inauguração do anexo do museu, o edifício Pietro Maria Bardi, do outro lado da rua e ligado ao prédio de Lina Bo Bardi, de 1968, por uma passagem subterrânea.

"Nós vemos a inauguração do novo edifício, o Pietro Maria Bardi, como um arco que vai ser muito relevante na história do museu daqui pra frente. Ela deve ter o mesmo alcance do que foi a transferência para a Paulista, onde estamos desde 1968", diz Martins, um homem reservado e discreto, enquanto passeia pelas exposições em cartaz e é confundido com algum ator por um grupo de adolescentes mexicanas, que pedem para fazer uma selfie a seu lado.

Com quase 60 anos, a atual sede não atende mais aos requisitos de um edifício museológico na atualidade. Em primeiro lugar, a demanda de público vai muito além do que comporta o edifício atual. "Ele não foi desenhado para ter o manejo de um fluxo de visitantes como temos hoje. Não há guarda-volumes. O Masp tem uma escola desde os anos 50 e não há sala de aula. Não há docas para estacionar caminhão", diz Martins.

"Então, quando você faz uma exposição como esta do Francis Bacon [em cartaz até 28 de julho deste ano], temos que desembarcar os quadros na avenida Paulista. [...] O novo edifício vai suprir essa série de lacunas."

O anexo é uma parceria com o engenheiro Júlio Neves (que foi presidente do Masp e participou da compra do edifício ao lado) e com a Metro Arquitetos, que fez o projeto de reforma. O prédio ampliará em 70% a área expositiva. "Vamos dotar São Paulo de um museu para as próximas décadas, sintonizado com as demandas atuais, como os museus importantes possuem em todas as capitais do mundo", diz Martins. A primeira exposição será de recortes do acervo.

As principais referências de Martins são a Tate, em Londres; o MoMA e o Metropolitan, em Nova York; e o Reina Sofia, em Madri. Em todos os casos houve grandes investimentos. E ele afirma que a experiência que trouxe de seus anos à frente da Bienal foi muito importante. "Muitas das pessoas que vieram para cá fizeram parte da Bienal. O Masp é uma instituição cultural privada, não é uma empresa. Seu objetivo final não é o lucro, mas que entregue boas exposições e que tenha uma função educacional relevante."

O novo edifício terá uma fachada nova. "Sua fachada será neutra, um pouco sóbria, austera, mas elegante. Foi um edifício pensado para ficar ao lado da obra-prima da Lina Bo, mas sem qualquer ideia de competir com ela."

Ao falar sobre sua gestão, Martins acentua os desafios financeiros que enfrentou logo na chegada. "Em 2014, quando assumimos, foi feita uma grande reforma de governança. Foi aprovado um novo estatuto e criado um novo conselho com 80 novos conselheiros. Tudo somado foi um marco de transição na gestão. Nossa segunda etapa foi dar um salto na programação. A entrada do Adriano Pedrosa como diretor artístico. Ele criou o ciclo de histórias no qual cada ano o museu elege um tema."

Abordar a diversidade — neste ano o tema é LGBTQIA+ —, para Martins, foi uma resposta às questões de gênero que foram objeto de preconceito nos últimos anos. "O museu, de certa forma, busca refletir as pautas e os temas que são relevantes para a sociedade hoje. Então, quando vamos discutir histórias da diversidade, o fazemos porque a gente acredita que é um tema importante para nosso público, para a sociedade brasileira e para os artistas. A arte tem algo para contribuir nessa discussão", diz.

E cita, por exemplo, o bicentenário da independência, que inspirou exposição em 2018. "Celebramos a data com histórias afro-atlânticas, uma questão que está muito ligada à nossa cultura. A exposição foi considerada uma das melhores do ano pelo 'New York Times'. Essa é a tônica que determina a eleição das histórias de cada ano."

Ao situar o Brasil no panorama internacional das artes, Martins vê que, apesar de o país ter perdido o Ministério da Cultura durante quatro anos, as instituições estão bastante bem.

"Temos o Masp, a Pinacoteca, o Museu da Língua Portuguesa, o Museu do Ipiranga foi reaberto. Vejo nosso setor num ciclo muito positivo, com uma produção artística de alta qualidade. Acho que isso vem da política. É quase uma política de Estado de preocupação com a cultura. Temos uma Lei Rouanet, muito importante para o fomento da cultura. Ela faz uma diferença grande, muitos países não contam com um mecanismo como esse."

Martins considera sua atividade não remunerada no Masp extremamente gratificante. "Tenho muito prazer em ter esse poder de contribuir para a sociedade e de fazer uma coisa que você pode ver a diferença. Sempre fui muito ativo na Bienal também. Evidentemente eu gosto de artes, né?" O colecionador é casado desde 1995 com Fernanda Feitosa, criadora e diretora da SP-Arte, com quem tem dois filhos. "Tive essa sorte", diz, ao se referir à sintonia que há no casamento. "Nos conhecemos em 87, estudamos juntos na Faculdade de Direito do Largo São Francisco."

Entre as exposições deste ano, os números indicam que a de Francis Bacon será a mais visitada depois da de Tarsila do Amaral, em 2019, que chegou a São Paulo depois de percorrer museus em Nova York e Chicago. No fim do ano, será inaugurada uma grande mostra de Leonilson (1957-1993), artista muito relevante na temática LGBTQIA+, algo que para Martins é apenas uma prova de que ainda há muita coisa boa por vir. ■

> 'Vamos dotar São Paulo de um museu para as próximas décadas'

A conselheira dos novos colecionadores

Eduardo Simões
Para o Valor, de São Paulo

Foi em outubro do ano passado que teve início o que Camila Yunes Guarita de Mesquita chama de sua "alucinação pelos vídeos". Fundadora da consultoria de arte Kura, ela estava na Paris+, a edição francesa da Art Basel, quando passou a compartilhar, com os 18 mil seguidores de sua conta no Instagram, as suas impressões não somente sobre a feira, mas também de exposições na Fundação Louis Vuitton, nos museus Rodin e d'Orsay e em outros endereços parisienses.

Desde então, reels e stories vêm sendo incorporados a seu regime quase diário de artes na rede social. Foi assim na SP-Arte, em abril, e na semana de abertura da 60ª Bienal de Veneza, no mês seguinte. Camila, de 31 anos, ainda participa de filmetes em que discorre, por exemplo, sobre as interseções entre arte e moda, caso da colaboração da artista italiana Isabella Ducrot com a maison Dior. Ou ainda de bate-papos sobre artes com seu marido, o galerista Conrado Mesquita, sócio da Galatea. Isso tudo, grávida de seu primeiro filho.

Em consequência desses vídeos, Camila já chegou a costurar a venda para um cliente de uma obra de Sara Flores, em sua passagem por uma exposição da artista peruana na galeria White Cube de Paris. Mas o objetivo deles, afirma, é "levar arte à vida das pessoas", sem limitar-se ao público de iniciados com o qual trabalha, seja na gestão de coleções e patrimônio, na catalogação de acervos ou nos empréstimos de obras de arte a instituições. A iniciativa coincide com algumas mudanças de rota pelas quais a Kura passou recentemente.

DIVULGAÇÃO

A art advisor Camila Yunes Guarita, da Kura

Até 2022, uma das faces mais conhecidas do escritório era a Caixa de Pandora, projeto em que Camila friccionava itens da coleção de seus avós, Ivani e Jorge Yunes, e a produção de artistas contemporâneos. Pelo casarão do casal no Jardim Europa, em São Paulo, passaram nomes consagrados, como Regina Silveira e Barrão, assim como artistas emergentes, caso de Tadáskía, destaque da Bienal de SP do ano passado. Feito em parceria com galerias como Nara Roesler e Fortes D'Aloia & Gabriel, o projeto teve, em suas sete edições, curadoria de Agnaldo Farias e Germano Dushá, entre outros.

A Caixa de Pandora terminou em 2022. Para Camila, ainda que bem-sucedido, o projeto estava deixando o restante do trabalho da Kura "em segundo plano". Então sediado no próprio casarão, o escritório tinha cerca de 25 pessoas. As mudanças começaram no ano passado. Camila reduziu sua equipe quase pela metade, e a Kura ganhou novo endereço, na rua Oscar Freire. A nova sede também respira arte — e design contemporâneo — com uma seleção de obras e móveis feita pelos consultores.

O trabalho da consultoria tem sido frutífero, tanto junto a coleções privadas quanto a acervos públicos. A Kura faz a catalogação de 200 obras do Sesc Pantanal, de Cuiabá, algo que pode se expandir para outras unidades da instituição. O escritório também articulou o empréstimo de obras pertencentes a seus clientes para instituições como a Pinacoteca do Estado de São Paulo e o Museu de Luxemburgo, de Paris.

Formada em arquitetura no Mackenzie, Camila criou em 2012 um blog dedicado às artes, ainda durante a graduação. Nele, publicava entrevistas e textos sobre as exposições e feiras de arte que frequentava com sua mãe, Beatriz Yunes Guarita. A experiência abriu "uma oportunidade gigante" para Camila, que pôde à época conhecer melhor artistas, galeristas e colecionadores.

Numa viagem a Miami, para a Art Basel, a veterana Nara Roesler convidou Camila para trabalhar em sua galeria. "Aquilo foi transformador", conta a art advisor, que teve então a experiência de um ano como galerista. Em 2014, numa feira em Paris, pouco antes de iniciar estudos na Université Paris Vincennes, Camila passou a trabalhar na Galleria Continua, na capital francesa. O trabalho lhe permitiu fazer muitas viagens e conhecer grandes nomes da arte internacional, como o escultor Antony Gormley.

Em 2015, ao voltar para o Brasil, Camila abriu uma consultoria de arte em sociedade, que posteriormente desfez. Em 2018, nascia a Kura. Além do Caixa de Pandora, o escritório chegou a fazer o acompanhamento da carreira de artistas, outra atividade de que abriu mão para focar no trabalho de art advisory e gestão de patrimônio.

Camila diz que seu escritório também tem um papel importante de formar uma nova geração de colecionadores. Entre seus clientes está o arquiteto Pedro Felmanas. Sua primeira aquisição com intermediação da Kura foi uma obra de Ernesto Neto. Depois vieram outras obras têxteis, uma de suas predileções, de autoria de Lidia Lisbôa e Sonia Gomes. Das experiências com Camila, Felmanas ressalta a oportunidade de visitar ateliês, como o do argentino Julio Le Parc, em Paris, algo que Camila articulou.

Antes mesmo da Kura, Camila intermediou aquisições para o jovem colecionador Ricardo Simon, caso de um "Metaesquema" de Hélio Oiticica, assim como uma obra de Daniel Buren. Junto à Kura, Simon também cuida da coleção de seu pai, Marcos Ribeiro Simon. Recentemente, o escritório editou um livro sobre a coleção de Marcos, uma surpresa para seu aniversário de 80 anos. E a consultoria enseja empréstimos institucionais, como um conjunto de 28 obras de Volpi cedidos ao Centro Pecci, na Itália, ou um trabalho de Lygia Clark, para a Pinacoteca de São Paulo.

Até dezembro, quando acontece a última das grandes feiras internacionais, a Art Basel Miami Beach, a agenda de Camila segue repleta. Mas ela vem dividindo a maratona com Teodoro Bava, que já trabalhava na Kura, e tornou-se seu sócio. Bava destaca que Camila é "vibrante e obstinada". "Crescemos em famílias que cultivaram arte ao longo de gerações e agora colhem o fruto desse cultivo. Boas coleções não acontecem da noite para o dia, são construídas com paciência e com base nos relacionamentos entre quem adquire as obras, quem as produz e quem as vende", diz. "É com essa mentalidade e visão, originadas especialmente na pessoa da Camila, que tenho certeza de que conquistaremos muito mais."

Camila conta que o relacionamento que deseja construir com o cliente "não é de um ano, nem de dois, é para a vida". "E esta responsabilidade, de cuidar de uma coleção, de ajudar nas escolhas e aquisições de obras, é enorme. É preciso entender o que faz brilhar os olhos das pessoas." ■

GPS
A coluna de Maria Cristina Fernandes retorna dia 21

Próximos capítulos

À Mesa com o Valor
Rui Campos

Livreiro há quase 50 anos, o fundador da Travessa, que pretende faturar R$ 130 milhões neste ano, anuncia planos de montar uma unidade em Porto Alegre, a 15ª.

Por *Daniel Salles*, para o Valor, do Rio

Reinava a tranquilidade na Muro quando um dos sócios da livraria, Paulo Pestana, atendeu o telefone e se pôs a berrar uma porção de impropérios, antes de esmurrar o aparelho no gancho. "Era um babaca dizendo que ia jogar uma bomba aqui", explicou-se em seguida, diante do espanto de todos.

Naquele ano, 1981, considerar ameaças do tipo como trotes não era aconselhável. E ainda mais depois que a livraria, instalada no subsolo de uma galeria na praça General Osório, em Ipanema, começou a vender ingressos para o festival de música em comemoração do Dia do Trabalhador daquele ano, no centro de convenções do Riocentro.

A alguns dias de distância, o evento, que antagonizava com a ditadura, suscitara outras ameaças do gênero para a Muro. Mas nenhuma delas com tal gravidade. Naquele período, o sargento Guilherme Pereira do Rosário e o capitão Wilson Dias Machado, contrários à abertura política que o país vivia depois de 17 anos de regime militar, se preparavam para plantar bombas no Riocentro quando uma delas explodiu no Puma marrom em que estavam. Foi bem na noite do festival.

O primeiro morreu na hora. Ferido gravemente, o segundo foi socorrido por Andrea Neves, irmã do futuro tucano Aécio Neves — ela estava nas imediações para ver os shows. Logo depois, outra explosão ocorreu na miniestação de energia do Riocentro.

Para o mineiro Rui Campos, fundador da Muro, 43 anos depois do atentado, o episódio — que ele não chegou a testemunhar, embora estivesse no festival — não diminuiu em nada o clima de tensão na livraria. "Assustado, a gente sempre estava", recorda. "E sempre pisando em ovos, porque volta e meia ouvíamos que não sei quem tinha sido preso."

Fundada em 1975, a Muro não demorou para apostar em livros importados de psicanálise e política e abrigar performances de representantes da poesia marginal. Daí para se converter em um reduto de opositores ao regime militar foi um pulo.

Foi o embrião da esplendorosa livraria que nos cerca, a Travessa de Ipanema, onde Campos nos recebeu para almoçar numa segunda-feira abafada de maio. Na rua Visconde de Pirajá, é uma das unidades mais conhecidas da uma rede que soma 14 lojas. Cinco delas se encontram na capital carioca, uma em Niterói, outra em Brasília e quatro na cidade de São Paulo. E ainda há uma em Alphaville, na Grande São Paulo, outra em Ribeirão Preto e mais uma em Lisboa. No ano passado, a rede faturou R$ 110 milhões. A previsão para este ano é atingir a marca de R$ 130 milhões.

No início deste "À Mesa com o Valor", que começa pontualmente às 13h, o horário marcado, o livreiro relembra do diálogo que travou, há algum tempo, com certo repórter. Este lhe perguntou quantas lojas a Travessa tinha — eram 12, na época. A pergunta seguinte: "E a meta é ter quantas?". Ao que Campos respondeu: "Treze".

Ele reproduz o diálogo para afirmar que a Travessa nunca traçou um plano de expansão propriamente dito. "A gente nunca quis, como a Cultura, a Saraiva, a Leitura ou a Livraria da Vila, abrir mais tantas filiais", afirma. "O plano sempre é não ter mais nenhuma. Só que aí chega um shopping ou alguém dizendo que queria muito ter uma Travessa. E daí, quando vamos ver, a ideia é legal pra caramba e as condições são ótimas."

Leo Pinheiro/Valor

Cardápio
Zazá Bistrô Café (Travessa Ipanema)

Salmão curado com molho de maracujá e gengibre (servido com cuscuz marroquino ao curry)	3	195
Água mineral (1)	1	9
Suco de maracujá, manga e mel vegano (2)	2	30
Subtotal	-	234
Serviço	-	30,42
Total	-	**264,43**

Isso é o que explica a abertura tanto da filial em Brasília, dentro do Shopping Casapark, quanto da unidade lisboeta, no bairro Príncipe Real. A rede ganhou a primeira filial em outro estado, em Ribeirão Preto, em 2014. Três anos depois, instalou-se na capital paulistana, na sede do Instituto Moreira Salles (IMS), na avenida Paulista.

"Eu dizia que queria abrir essa unidade para poder abraçar o João Moreira Salles aqui e dizer 'trabalhamos na mesma empresa'", conta. Habitué da unidade em que estamos, o documentarista preside o conselho do IMS.

Em seguida, o livreiro conta que o Iguatemi de Porto Alegre fez um "convite muito bom" para a abertura de uma filial no shopping — a inauguração está prevista para 2025. "É uma ideia genial", acredita, certo de que a tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul será superada. "Porto Alegre é uma cidade com quatro jornais diários. Sempre que vou lá compro todos. Tem um público muito interessante e deixou de ter tanto a Saraiva quanto a Livraria Cultura."

Desde o ano passado, o mezanino da Travessa de Ipanema é ocupado pelo Zazá Bistrô Café, que tem mais duas filiais. A marca é derivada do Zazá Bistrô Tropical, o empreendimento mais conhecido da restauratrice Zazá Piereck. Antes, o espaço era ocupado pelo Bazzar Café, que não sobreviveu à pandemia.

De mocassim bege e calça de sarja cinza — a mesma cor da camisa de linho de manga curta —, Campos opta por uma mesa de canto, próxima do guarda-corpo. Sentado de costas para a parede, decorada naquele trecho com um enorme retrato de Elis Regina, ele volta e meia interrompe o que está dizendo para cumprimentar conhecidos.

"Aqui não é só cafeteria não, é restaurante mesmo", gaba-se, quando uma atendente aparece com os cardápios. Depois de pedir uma água sem gás e com gelo, ele recomenda, com entusiasmo, o suco de maracujá, manga e mel vegano, servido em garrafinhas de vidro. "Sempre recomendo", acrescenta.

Ele avisa que está com certa dificuldade para falar em função de uma fratura dentária. Daí a decisão de não comer o que realmente gostaria, o estrogonofe, preterido por um prato mais fácil de mastigar, salmão curado com molho de maracujá e gengibre. O pescado, no qual também bato o martelo, convencido por ele, é guarnecido de cuscuz marroquino ao curry — que Campos rega com bastante azeite.

No início da conversa, conto que, por coincidência, me hospedaram a uma quadra desta livraria. Em resposta, Campos diz que numa das primeiras edições da Flip, a Festa Literária Internacional de Paraty, um sujeito que ele não conhecia não tirava os olhos dele, em busca de uma brecha para puxar assunto. Quando decidiu se apresentar, o rapaz teria dito que usava a proximidade com a mesma livraria como principal critério para selecionar hotéis no Rio de Janeiro. Era o escritor angolano José Eduardo Agualusa, de quem o livreiro virou amigo.

Nascido em Belo Horizonte há 70 anos, Campos tinha 20 quando trocou sua cidade natal pelo Rio de Janeiro. "O sonho de todo mineiro, na época, era vir para cá", recorda. Ele veio com a

“A arquitetura, o acervo e o atendimento explicam todo o sucesso da livraria”

então namorada, Marta Luz, futura montadora de cinema, para trabalharem na filial da livraria de um primo dela. A livraria era a Carlitos, cuja sede ficava em Copacabana. A filial, que ganhou um ponto final quase seis meses depois de Campos e Marta desembarcarem no Rio de Janeiro, funcionava no mesmo ponto da Muro. Esta veio ao mundo porque o casal se viu obrigado a dar continuidade ao negócio.

Muro, sabe-se lá por que, era o nome da razão social da finada livraria. “Esse Muro vai desabar”, Campos teria dito, quando a livraria, que chegou a ter três unidades, começou a degringolar. Assim como a Carlitos, ela também fazia as vezes de galeria de arte. Uma mapoteca amarela, com tampo de fórmica, era utilizada para armazenar gravuras, litografias e serigrafias de artistas que não saíam de lá, a exemplo de Carlos Vergara, Carlos Zilio, Rubens Gerchman (1942-2008) e Fayga Ostrower (1920-2001).

O poeta Gerardo Mello Mourão (1917-2007) era um dos melhores clientes. Certo dia, o filho dele pediu autorização a Campos para deixar uma porção de papéis fotográficos na mapoteca. Com o aval do livreiro, voltou para buscá-los uma semana depois. Dez anos mais tarde, quando o rapaz já era conhecido como Tunga (1952-2016), o entrevistado lembrou dessa história. “Tunga percebeu a energia daquela mapoteca”, acredita. “Não sei o que ele fez com aqueles papéis, mas acho que quis deixá-los convivendo com as obras de alguns dos artistas mais importantes da época.”

Quando a namorada deu adeus à Muro, Aloisio Leite, que trabalhava na Cinemateca do MAM, entrou para a sociedade. Para convencer o entrevistado a tê-lo como sócio, ele dizia o seguinte: “Se você não me aceitar, eu não pago a minha conta e você quebra”. A Muro tinha o hábito de vender a fiado e uma das dívidas mais altas era a de Leite, que as quitou assim que foi promovido a sócio.

Em meados dos anos 1980, Campos deixou a Muro e se associou a outra livraria, a Dazibao, em Ipanema. Esta foi transferida para outro imóvel, no mesmo bairro, e ganhou uma unidade no centro da cidade pouco tempo depois — na Travessa do Ouvidor. Em 1986, quando o livreiro se desentendeu com os sócios da Dazibao, eles ficaram com a unidade em Ipanema e Campos, com a do Centro — rebatizada de Livraria da Travessa.

Hoje a rede tem oito sócios. O segundo a entrar para a sociedade, depois de Campos, foi Roberto Guedes — há 37 anos. Já o casamento do entrevistado com a advogada Ana Landim começou há 34. “Acho que me divorciar seria mais fácil”, brinca, ao comentar os laços firmados com esse sócio. Guedes trabalhava na Argumento, no Leblon, que ganhou fama por servir de cenário para a telenovela “Laços de Família” (Globo, 2000-2001), na qual Tony Ramos interpretou um livreiro. Nica Monteiro, a terceira sócia da Travessa, também deu expediente nessa livraria.

Instado a dizer o que caracteriza um bom livreiro, ele conta que certa vez, no térreo da Travessa de Ipanema, foi abordado por um cliente admirado com a diversidade do acervo. Ouviu dele a pergunta: “Quem escolhe os livros aqui?”. “Você”, disse Campos, conhecido por disparar tiradas do tipo. “Um bom livreiro é alguém que sabe ouvir os clientes”, explica. “Tem que gostar de lidar com pessoas, claro, e ser curioso, além de gostar de ler. São características comuns aos nossos livreiros, uns mais chatos, uns mais legais, uns mais gentis.”

O que o deixa abespinhado é ouvir de algum cliente uma frase do tipo: “tudo bem, deixa pra lá”. Isso depois que ele se dispôs a descobrir qual é o diabo do livro que a pessoa estava procurando sem dar maiores informações. “Ah, não, agora vamos descobrir”, Campos costuma responder quando se vê em meio a situações do gênero. “Às vezes, vou para casa com essa dúvida na cabeça”, revela.

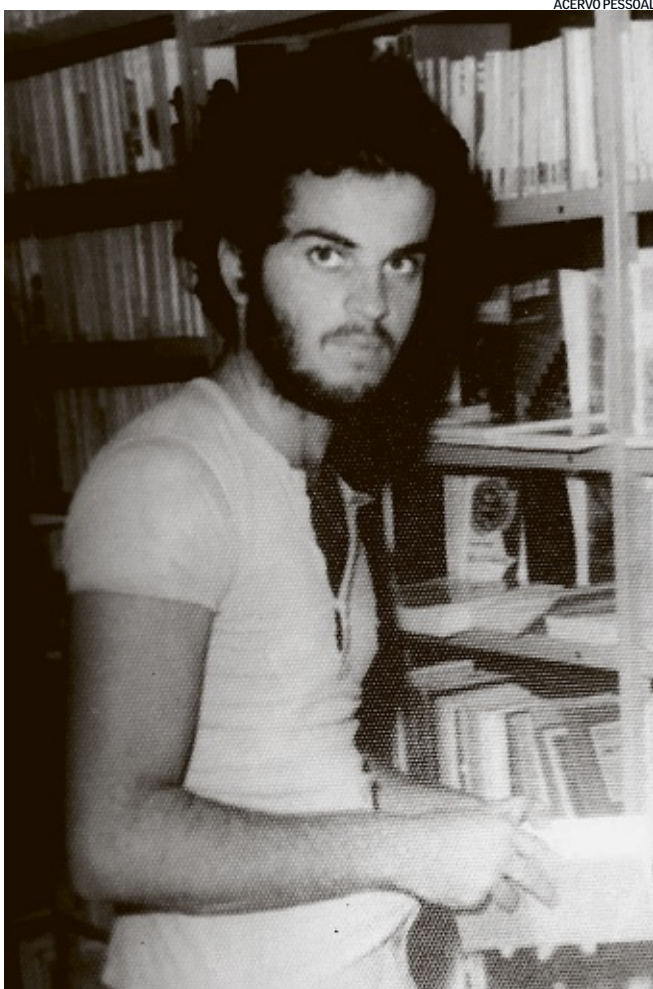
Vê-lo em meio às prateleiras, à disposição dos clientes, é cada vez mais raro. “Você tem que encostar a barriga no balcão”, costuma ouvir da mulher. “Faz tempo que não te vejo lá.” “Quando ela fala isso”, acrescenta o entrevistado, “costuma estar com a razão”.

Campos diz que sua mulher é “dez mil vezes mais inteligente” do que ele. Foi quem lhe apresentou um casal de arquitetos que explicam parte considerável do sucesso da livraria na visão de muita gente, incluindo a do entrevistado. Falamos de Bel Lobo e Bob Neri, conhecidos por projetar lojas de grifes como Richards e Arezzo, além de restaurantes como o carioca Oteque. A dupla é responsável por todas as unidades da Travessa. “A arquitetura, o acervo e o atendimento explicam todo o sucesso da livraria”, defende o fundador.

Outra marca é a poltrona de couro idealizada para a Travessa pelo designer Luiz Philippe Carneiro de Mendonça — diminuta, ela pode ser vista em cada uma das lojas. “A Livraria da Travessa é um desses espaços em que a cidade retorna à escala humana e a paisagem se torna íntima, acolhedora”, escreveu o poeta carioca Eucanaã Ferraz.

A unidade em que estamos abriga cerca de 70 mil livros, enquanto a maior filial da rede, no BarraShopping, tem perto de 100 mil. Já a do IMS reúne 4 mil títulos, aproximadamente, em geral sobre artes plásticas e fotografia, o foco do centro cultural. Esse formato espelha as unidades temáticas que a rede montou na Flip e na Bienal de São Paulo, no parque Ibirapuera, além da extinta filial no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

LEO PINHEIRO/VALOR

‘São os livros novos que pagam as contas das livrarias e atraem multidões’, diz Campos, favorável à Lei Cortez

ACERVO PESSOAL

Em 1975, Campos fundou a Muro, que recebia performances de poetas marginais

ACERVO PESSOAL

Rui Campos com a mulher, Ana Landim, e o filho, José Campos

“Um bom livreiro é alguém que sabe ouvir os clientes”

Os livros representam cerca de 90% do faturamento, e os itens de papelaria, como cadernos e bloquinhos, respondem por 7%. CDs, DVDs e LPs correspondem aos 3% que faltam. As vendas online, hoje em dia, respondem por esse mesmo percentual. Ao contrário de algumas outras livrarias, Campos sempre se recusou a vender produtos que não têm a ver com livros, como eletrônicos. Recorrendo a uma expressão mineira, costuma dizer que optar por esse caminho equivale a “amarrar cachorro com linguiça”. “Nosso negócio é incentivar a leitura”, justifica.

Quando a garçonete recolhe os pratos, diz: “A Travessa nunca andou para trás. Deu uma balançada na pandemia, mas nunca parou de crescer”. Durante a quarentena, ele se aferrou a uma frase atribuída a Winston Churchill (1874-1965): “Se você está atravessando o inferno, continue atravessando”. Campos, por sinal, é aficionado pelos livros do ex-primeiro-ministro britânico. “É um dos maiores personagens do século XX”, atesta. “Cometeu muitos equívocos, mas foi um cara incrível.”

Se Campos não tivesse dado adeus a Belo Horizonte na época do vestibular, teria optado por história. Não por acaso, os livros que narram fatos históricos são os preferidos dele, principalmente os que se debruçam sobre a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, está imerso na leitura de “Paris: A festa continuou”, de Alan Riding (Companhia das Letras), a respeito da vida cultural na capital francesa durante a ocupação nazista, e de “Meia palavra basta” (Record), uma compilação de aforismos do filósofo carioca Francisco Bosco.

Ele é sobrinho por parte de pai de Milton Campos (1900-1972), que governou Minas Gerais de 1947 a 1951 e foi amigo de intelectuais como Carlos Drummond de Andrade (1902-1987). Este teria dito que o político foi “o homem que todos gostaríamos de ter sido”. Fábio Campos, o pai do entrevistado, era 22 anos mais novo que o irmão ilustre. E os pais deles morreram quando o mais jovem ainda era criança. Daí que Milton acabou fazendo as vezes de pai de Fábio — e de avô do futuro livreiro.

O tio morou no Palácio da Liberdade, antes de o entrevistado nascer, acompanhado do irmão. “Desde criança, quando eu passava por lá, dizia para quem estivesse por perto: meu pai morou aqui”, recorda o livreiro. Advogado, Fábio foi delegado de órgãos como o Instituto de Identificação e o Departamento Estadual de Trânsito. A mãe, Zuleika Campos, empreendeu em diversas áreas. Teve desde agência de passagens aéreas até serviço de bufê de casamento. Fábio e Zuleika, que já faleceram, tiveram dois filhos. O livreiro é o caçula.

Quando o almoço se encaminha para o fim, ele conta que é dono de dois e-readers: um Kindle, da Amazon, e um da marca Kobo. “Devem estar carcomidos pela maresia, mas os mantenho em frente ao computador de casa para não esquecer que existem”, informa, lembrando que ele é alguém absolutamente suspeito para falar sobre o assunto.

“Até li uns dois ou três livros digitais, mas não dá. Tem gente que fala: ‘com o e-reader, dá para viajar com não sei quantos livros’. Mas, fala sério: o máximo que alguém precisa em uma viagem é de dois livros. Duvido que alguém consiga ler um livro inteiro durante uma viagem para a Europa, por exemplo. O que importa, no entanto, é que as vendas dos livros de papel nunca caíram.”

É de imaginar a opinião dele sobre a Amazon, conhecida pela agressiva política de preços em relação aos livros. “O objetivo dela é monopolizar o mercado”, critica. “Os descontos que ela oferece para os consumidores, no entanto, estão fazendo com que as editoras aumentem os preços, para não ficarem no prejuízo.” Via de regra, elas definem um preço de capa e ficam com um percentual da venda. No caso da Travessa, é meio a meio.

Campos se diz 100% favorável à chamada Lei Cortez, em tramitação no Senado. Em resumo, ela abre caminho para a fixação de preços. Definido o valor de cada lançamento pelas editoras, ele vigoraria por 12 meses, ao longo dos quais os descontos oferecidos não poderiam passar de 10%. “São os livros novos que pagam as contas das livrarias e atraem multidões, e não os antigos, que vendem a um ritmo de duas ou três unidades por mês”, afirma. “Se a Amazon pode vender os lançamentos, no entanto, com descontos de até 40%, fica difícil para a concorrência sobreviver.”

“Ao se retirar das livrarias o acesso à remuneração trazida pelos sucessos de venda, caminhamos para o monopólio e o empobrecimento cultural”, Campos escreveu em um artigo. “O que será das nossas cidades sem a livraria do bairro, com suas características e ofertas únicas. O encontro com o livreiro. O encontro e a troca de ideias com outros amantes dos livros. Pessoas que gostam de livros gostam de conviver com pessoas que gostam de livros.”

Acrescenta que, caso a Amazon desse adeus ao Brasil, a comercialização de livros no país continuaria no mesmo patamar. “Cairia 0%”, acredita. “E isso porque ela não é emuladora de venda de livros. Quem compra hoje na Amazon iria comprar em outro lugar, seja no Submarino, na Travessa ou na Martins Fontes.”

Procurada, a Amazon fez o seguinte comentário: “Nosso objetivo é sempre fomentar o acesso à leitura e buscamos ter um papel ativo e positivo no cenário literário brasileiro, nos colocando como parceiros de escritoras e escritores independentes, facilitando o acesso à autopublicação de novas obras no país e, consequentemente, contribuindo para a democratização da leitura no Brasil. Acreditamos que autores, editores e livreiros trabalham juntos para conectar os leitores aos livros, e qualquer pessoa que promova a leitura contribui positivamente para toda a comunidade”.

Sobre a derrocada da Saraiva e da Cultura, ele diz que “é tudo muito chocante”. A primeira faliu; a segunda, que está em recuperação judicial e funcionando com um site, anunciou em suas redes sociais a abertura de uma loja no bairro Higienópolis, em São Paulo. Dispara, em seguida, uma porção de elogios à rede de Pedro Herz (1940-2024). “Em todos os sentidos, era uma livraria espetacular. Não ficava atrás das melhores do mundo”, afirma. “Desde os anos 1980, a Cultura era aquilo que eu gostaria de ser quando crescesse.”

O tópico final do almoço é o modelo de consignação, que representa 80% das obras da Travessa. Por meio dele, as editoras expedem seus livros para as livrarias e só veem a cor do dinheiro depois das vendas, e não raro só depois de muito tempo — daí as queixas ao modelo. “Muitos editores têm uma visão equivocada da consignação”, argumenta. “Não se trata de um favor. É melhor deixar os livros parados no depósito em Guarulhos ou nas livrarias?” Reconhece que algumas delas demoram para fazer os acertos, acrescentando que não é o caso da Travessa. “Para funcionar, a consignação tem que ser bem administrada”, resume. Receber ligações de alguém falando impropérios é tudo que ele não quer. ■

INÊS 249

Contador de histórias

Entretenimento José Junior faz sucesso com séries em parceria com Globoplay que retratam o mundo das favelas, como 'O Jogo que Mudou a História'. Por *Guilherme Bryan*, para o Valor, de São Paulo

CAMILA MAIA/DIVULGAÇÃO

"Eu vivi essas histórias e hoje as conto no audiovisual", diz José Junior

Quando José Pereira de Oliveira Junior, ou José Junior, fundador da organização não governamental e grupo cultural AfroReggae, resolveu, em 2015, apostar em séries audiovisuais de ficção, ele tinha convicção de que ali estava a saída para ele e para a própria ONG, que, pouco depois, quase faliu, acumulando uma dívida de cerca de R$ 7 milhões. Ou seja, contar histórias de pessoas da favela com um alcance muito maior.

"Geralmente, as grandes empresas criam as suas fundações, e eu sou uma ONG, uma fundação, que criou uma empresa", afirma a respeito do AfroReggae, que, em janeiro, completou 31 anos e do qual é presidente do conselho, e da AfroReggae Audiovisual. Hoje emprega 30 pessoas fixas e mais de 600 quando se inicia uma nova produção.

Um dos trabalhos da produtora acaba de chegar ao Globoplay. Trata-se de "O Jogo que Mudou a História", que, em dez episódios, conta como surgiram as facções criminosas no Rio de Janeiro. Os dois primeiros episódios serão disponibilizados no dia 13, e a cada quinta-feira será possível ver mais dois.

A série é ambientada nas décadas de 1970 e 1980, no presídio da Ilha Grande (RJ), quando se juntou o preso comum com o preso político. "Criou-se ali uma inteligência aliada a uma fúria incontrolável", afirma José Junior. A história conta com um amplo ponto de vista.

Ali foram envolvidas três famosas comunidades cariocas — Vigário Geral, Parada de Lucas e Morro do Juramento —, o que gerou uma partida de futebol que levou à guerra que durou 25 anos e aparece no penúltimo episódio, com a participação de ex-jogadores no estilo do antigo programa cinematográfico "Canal 100".

No elenco, há muitos egressos do sistema penal, em meio a atores consagrados, como Jonathan Azevedo, Babu Santana e Vanessa Giácomo.

Atuando como showrunner (expressão em inglês para a função que inclui a edição do roteiro e a produção executiva), José Junior criou a série, que tem direção geral de Heitor Dhalia (conhecido por longas-metragens como "O Cheiro do Ralo" e "À Deriva"). Também assumiu a produção, parte da redação final, com Gabriel Maria, e do roteiro, também assinado por Maria, Clara Meirelles, Bruno Passeri, Manaíra Carneiro e Bruno Paes Manso, e participou da escolha do elenco.

Heitor Dhalia já havia assumido a direção de um outro projeto bem-sucedido de José Junior — a série "Arcanjo Renegado", que já teve duas temporadas lançadas no Globoplay, em 2020 e 2022, estreará mais uma até novembro deste ano, tem mais uma prevista e conta a história de um líder da principal equipe do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais), da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Outra série criada e produzida por José Junior foi "A Divisão", dirigida por Vicente Amorim e Rodrigo Amorim, que teve três temporadas lançadas, respectivamente, em 2019, 2020 e 2023, e conta a história da dupla Mendonça (Silvio Guindane) e Santiago (Erom Cordeiro), da Divisão Antissequestro do Rio de Janeiro, criada no final da década de 1990. Há uma quarta temporada, já rodada, prevista para ser lançada em 2025.

Em dezembro de 2023, foi a vez de ser lançada a série "Betinho: No Fio da Navalha", com a direção de André Felipe Binder e que, em oito episódios, conta a história do sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), visto como símbolo da luta pelo combate à fome no Brasil.

A produção é a primeira série brasileira indicada aos principais prêmios da Canneseries, um festival realizado em Cannes, na França, para celebrar o melhor da produção para televisão e streaming no mundo.

"Eu vivi essas histórias e hoje as conto no audiovisual. Muito do que tem em 'O Jogo que Mudou a História', por exemplo, vem da minha memória", observa José Junior.

Neste momento, a AfroReggae Audiovisual prepara uma série de ficção a respeito do jogo do bicho; outra que conta a história de uma advogada negra moradora da favela que se envolve com o tráfico; uma série documental a respeito do cantor Belo; e outra a respeito dos bailes funk, com o acesso conquistado apenas pelo AfroReggae. Também estão previstos quatro longas-metragens: um do "Anjo Renegado"; outro a respeito da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), unidade de operações policiais especiais da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; outro de um egresso do sistema prisional; e "Acrobatas", que com a história de dois jovens da favela que viram artistas circenses de sucesso. ■

Vinho

Momentos para ficar na memória

Jorge Lucki

Durante 5 dias foram provados 200 rótulos, entre os mais representativos do Mosel-Saar-Ruwer, a mais importante das 13 regiões vitivinícolas da Alemanha

Nestes meus dez anos como membro da Académie Internationale du Vin (AIV), é a primeira vez que vejo uma adesão tão grande às viagens que a instituição promove nesta época do ano a seus associados, como a recém-realizada pela região do Mosel-Saar-Ruwer, numa demonstração do interesse que os vinhos alemães, em especial seus rieslings, despertam no meio especializado.

O roteiro, organizado por Carl von Schubert, membro da AIV há mais de três décadas e presidente regional para a região do Mosel da VDP, Verband Deutscher Prädikatsweingüter, contemplou visitas aos melhores produtores, além de degustações dos vinhos de outras vinícolas, apresentadas por seus donos/responsáveis. Durante cinco dias foram provados cerca de 200 rótulos, entre os mais interessantes e representativos produzidos nessa que é considerada a mais importante das 13 regiões vitivinícolas da Alemanha.

Referir-se ao Mosel sem levar em consideração as áreas em torno de seus dois importantes afluentes, Saar e Ruwer, é uma simplificação arriscada. Situadas no trecho mais ao sul do rio Mosel, nas imediações da cidade histórica de Trier, são sub-regiões com características particulares, sobretudo em termos climáticos e geográficos: ambas têm um clima mais frio e altitude mais elevada que a parte central do Mosel, ensejando rieslings mais minerais e com acidez mais pronunciada, o que lhes garante maior potencial de guarda.

É em Saar que está Egon Müller, o mais renomado produtor da Alemanha, cujos vinhos são disputados pelos grandes conhecedores e estão entre os rótulos mais caros do mundo. Já havíamos nos encontrado em São Paulo dois anos atrás, ocasião em que ele me mostrou um pouco das particularidades de sua região. Mas é diferente estar lá com ele, diante de seus vinhedos. Foi um dos pontos altos da viagem.

JORGE LUCKI

Egon Müller, o mais renomado produtor da Alemanha, diante de seu vinhedo Scharzhofberg

O clima da zona onde está instalado desde o século XVIII — Egon Müller IV, sexta geração da família a comandar a propriedade Scharzhof (começou a trabalhar com o pai, Egon Müller III, em 1986, aos 27 anos), comprada por seus antepassados em 1797, está situada em Wiltingen, a 15 km de Trier — é um dos fatores que determinam a qualidade e as características tão especiais de seus rótulos.

Está próxima da latitude 50, que já é muito frio para a vitivinicultura, como champagne, segundo Egon. Embora esteja distante do Atlântico, a corrente que vem do oceano tem influência significativa no clima local, temperado e com chuvas regulares e constantes da ordem de 50 a 60 mm ao longo do ano. Isso não acontece no resto da Alemanha, nem mesmo no resto do Mosel, que tem mais horas de sol e propicia brancos mais frutados.

Nessas condições (clima frio e úmido), no passado era muito difícil as uvas atingirem bom índice de maturação, resultando em vinhos com alta acidez. Como em Champagne. Para obter equilíbrio, champagne tinha a segunda fermentação, no Mosel era o açúcar residual.

Müller vinifica seus rieslings de maneira clássica em tonéis de madeira de mil litros localizados no subsolo de sua casa, em ambiente sem climatização. Ele conta que as uvas chegam na adega, são prensadas e começam a fermentar. Devido ao pH muito baixo (índice mede acidez e corresponde a acidez elevada), durante o inverno alguns dos vinhos interrompem o processo de fermentação, voltando parcialmente a refermentar quando a cave estiver menos fria com a chegada do verão. Em todo caso, sem esgotar o açúcar por completo.

Com o aquecimento global, a graduação alcoólica está mais alta e o nível de acidez, menor, fazendo com que mude o equilíbrio entre dulçor e acidez. Müller diz que é muito mais fácil produzir vinhos secos na Alemanha do que há 30 anos. Não significa que ele vai seguir essa tendência.

Seus vinhos são para um nicho de mercado, pequeno, mas que lhe é muito confortável. E vai longe: "Só funciona porque não é algo que temos que fazer, é natural. A questão é encontrar o equilíbrio certo. Não apenas entre doçura e acidez. É no sentido mais amplo. Você pode ter mais de qualquer componente e o vinho não será necessariamente bom. E isso é terroir. Terroir dá-nos a possibilidade de produzir grandes vinhos. Ter equilíbrio perfeito com uma certa quantidade de açúcar residual."

Não se pode dizer que Müller é radical e não tenha tentado fazer um vinho seco. Ele até fez algumas experiências. A última foi em 2018, quando resolveu levar a proposta a sério e, com seu mestre de adega, fez uma seleção criteriosa. Ao final, os dois se olharam e concordaram: "Se sairmos com um vinho seco, tem que ser realmente bom. E as primeiras pessoas que temos que convencer somos nós mesmos".

A Weingut Egon Müller (weingut significa vinícola em alemão) produz só vinhos à base de riesling, desde o Scharzhof, da categoria Qualitätswein, um blend de vários vinhedos próprios "menos nobres" (3,5 hectares, vinificado em inox), até a gama Qualitätswein mit Prädikat, composta de brancos com graus de doçura crescentes, começando pelo kabinett, spätlese, auslese, beerenauslese e trockenbeerenauslese, proveniente de seus dois vinhedos especiais, o Wiltinger braune Kupp, com quatro hectares, e o sublime Scharzhofberg, com 8,5 hectares, que circunda a sede.

Müller não é o único proprietário do Scharzhofberg. O vinhedo tem cerca de 28 hectares, mas suas parcelas se destacam das demais, em especial a que está em frente à sede e segue encosta acima, com exposição sul plena. Este trecho é formado por vinhas centenárias, plantadas sem enxertia (pé franco), com alta densidade — dez mil pés por hectare — e um trabalho primoroso no vinhedo, com uso restrito de produtos químicos (só um mínimo de fungicidas quando necessário).

Tudo pode soar teórico, mas é possível ser comprovado na prática: um de seus vizinhos é Van Volxem, vinícola bem-conceituada visitada antes do grupo se dirigir à de Müller, onde, entre os vinhos provados, havia um Scharzhofberg GG 2012 — embora demonstrasse a nobreza de sua origem, os de Müller está léguas à frente.

Difícil também é deixar de mencionar os vinhos que Müller generosamente serviu e calmamente comentou no encerramento da visita, o que, prazer à parte, permitiu entender a importância de prová-los com mais tempo de garrafa. Não só ganham complexidade, mas também mudam a relação entre dulçor e acidez:

Scharzhof 2023, Scharzhofberger Kabinett 2022, Scharzhofberger Kabinett 1990, Wiltinger braune Kupp Spätlese 1997, Wiltinger braune Kupp Spätlese 1988, Scharzhofberger Auslese 2023; Scharzhofberger Auslese 1999, Scharzhofberger Auslese 1976, Scharzhofberger Auslese Goldkapsel 2018, Scharzhofberger Eiswein 1983 e Scharzhofberger Trockenbeerenauslese 1975.

Entre tantos aspectos enriquecedores da viagem e que merecem ser comentados com mais profundidade em colunas futuras, um ao menos merece especial citação agora: a degustação durante o passeio de barco pela região central do Mosel, passando diante dos vinhedos mais famosos da região, situados nas encostas, ao mesmo tempo em que os proprietários dessas maravilhas da natureza comentavam e serviam seus vinhos — provar os vinhos vendo o vinhedo que lhe deu origem é uma experiência única e inesquecível:

- Fritz Haag - Braunenberg (a Grand Cru deixou de importar)
- Schloss Lieser – Thomas Haag (distribuído pela Weinkeller)
- Dr. Thanisch – Bernkastel-Kues
- Reichsgraf von Kesselstatt – Morscheid
- Willi Schaefer – Graach
- Joh. Jos. Prüm – Bernkastel-Wehlen (Mistral)
- Selbach-Oster – Zeltingen (Mistral)
- Dr. Hermann - Erden

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

TOMAS RANGEL/DIVULGAÇÃO

Feito para o público jovem, mas frequentado por todas as faixas etárias, o Elena tem cardápio de sotaque asiático sob o comando do chef Itamar Araújo

Alta cozinha informal

Gastronomia Com diversos restaurantes de nível internacional, Rio ganha mais um atrativo turístico. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, do Rio

Na festa que marcou o retorno do "Guia Michelin" ao Brasil, depois de uma ausência de quatro anos, havia uma pessoa tão feliz quanto os empresários e chefs de cozinha no salão nobre do hotel Copacabana Palace: a secretária de Turismo do Rio de Janeiro, Daniela Maia. "Veja que agora o Rio tem três restaurantes distinguidos com duas estrelas, o mesmo número de São Paulo. Quando a gente poderia pensar que isso um dia iria acontecer?"

À frente da Riotur desde 2021 e da secretaria a partir do início de 2023, ela sempre considerou a importância da gastronomia para a economia da cidade e queria atuar nessa área, que teoricamente pertenceria à cultura, mas que não era de ninguém. Em janeiro deste ano, o prefeito Eduardo Paes publicou um decreto tornando a promoção da gastronomia atribuição da pasta que Maia chefia.

"Meu exemplo é Lima, no Peru, onde tudo é resultado de uma estratégia de governo", diz. "Claro que há bons restaurantes e nós também temos aqui, senão não conseguiríamos trazer eventos como o 'Guia Michelin' e o 'Latin America's 50 Best Restaurants', que vai acontecer pela segunda vez no Rio, em novembro deste ano. Não adianta gastar milhões nessas iniciativas se você não tiver potencial para recebê-los."

Para quem acompanha, a evolução da gastronomia no Rio é algo visível nos últimos anos. "Não somos mais só a cidade dos botecos e botequins como criamos fama", afirma o chef João Paulo Frankenfeld, que fez a maior parte da carreira no exterior e que há um ano está à frente do Casa 201, restaurante de alta gastronomia no Jardim Botânico. "Antigamente você pensava em alta gastronomia e pensava em São Paulo. Não tinha essa quantidade de restaurantes bons, de nível internacional. Agora há gente vindo para cá para experiências gastronômicas."

O Casa 201 funciona no térreo de um sobrado antigo num esquema íntimo e quase familiar e atende no máximo 24 pessoas por noite. O menu-degustação custa R$ 590 mais 10% de serviço. A harmonização com vinhos brasileiros é opcional: contempla seis rótulos e sai por R$ 380. A comida é uma agradável surpresa, refinada e sem excesso de criatividade, no estilo saboroso do "comfort food".

Esse à vontade carioca tem feito escola. Seja em mesas sem toalha, com garçons que não se apresentam engravatados, seja pela escolha por uma forma de servir elegante e sem mesuras exageradas. "Não aguento mais garçom fazendo monólogo na minha frente e que demora cinco minutos explicando um prato. Isso ficou para trás, é algo velho. Nossa leitura é de que uma coisa formal não combina com o Rio", diz Frankenfeld.

TOMAS RANGEL/DIVULGAÇÃO

O Malta Beef Club oferece excelência na oferta de carne

TOMAS RANGEL/DIVULGAÇÃO

O Oro, de Felipe Bronze, é um dos restaurantes que recebeu duas estrelas Michelin

Os restaurantes que receberam duas estrelas são o Oteque, de Alberto Landgraf, o Oro, de Felipe Bronze, e o Lasai, de Rafa Costa e Silva, que tinha uma estrela e acaba de subir de patamar. O Lasai também figura numa categoria nova, lançada neste ano pelo "Guia Michelin", a de melhor sommelier, que premiou Maíra Freire, que comanda a carta de vinhos e a harmonização da casa.

"Para nós, receber a segunda estrela foi o reconhecimento de um trabalho árduo e dedicado, que fazemos há dez anos", diz Costa e Silva. "Vejo a cena gastronômica carioca cada vez com mais e com melhores opções. Tenho muitos amigos e colegas de profissão abrindo lugares maravilhosos que vão da comida de rua aos restaurantes mais requintados."

Felipe Bronze recebeu a primeira estrela quando o Michelin chegou ao Brasil, em 2013, e a segunda em 2017. "A segunda foi um divisor de águas para nós. Entramos para um clube no qual erros não são facilmente tolerados, mas conseguimos manter nossa alma e nossa forma mais despojada de ver a alta cozinha", diz Bronze.

O restaurante nunca foi formal e assim continua. Em seu menu-degustação há até um pequeno sanduíche que é homenagem ao Cervantes, bar histórico da boemia carioca e famoso por seu sanduíche de pernil. "Como bom carioca, gosto e valorizo experiências mais relaxadas, mas sem confundir informalidade com desleixo. Para mim, o maior luxo hoje é estar confortável e à vontade. Assim, seguimos como um restaurante moderno que se tornou clássico. Afinal, já são 14 anos", afirma.

Há outros endereços também que não praticam alta gastronomia, mas trouxeram qualidade para a cena carioca. É o caso do Malta Beef Club, que oferece excelência na oferta de carne como não havia na cidade. Ali a simplicidade impera com pratos tradicionais, como o steak tartare servido com batatas fritas ou vários tipos de cortes de diferentes raças maturados na câmara dry aged.

A questão dos ingredientes, dos pequenos produtores e fornecedores que abastecem a cidade, é outro item importante nessa transformação. Essa é a aposta de Jérôme Dardillac, chef-executivo dos hotéis de luxo do grupo Accor, responsável pelos restaurantes Térèze, em Santa Teresa, Marine, em Copacabana, e do futuro Sofitel Ipanema, que deve ser inaugurado em 2026.

O Fairmont, por exemplo, promove a colônia de pescadores que fica na praia, em frente ao hotel, no Posto Seis de Copacabana. É assim que abastece com peixes e frutos do mar o restaurante Marine, que tem uma vista espetacular para o Pão de Açúcar.

TOMAS RANGEL/DIVULGAÇÃO

Vieiras e caju amigo, do Oro, de Felipe Bronze: forma mais despojada de alta cozinha

No ano passado, o hotel promoveu um curso de formação para jovens pescadores que foram treinados durante um ano. "Eles têm barcos pequenos, fazem uma pesca sustentável, com redes pequenas ou anzóis, e trazem o peixe na hora para a gente. Temos cavaquinhas [crustáceo semelhante à lagosta] que chegam vivas ao restaurante, com outra qualidade e outra textura. É muito gratificante", diz Dardillac.

O chef cita também o mel, os queijos, a manteiga e outros produtos brasileiros premiados na Europa. "Minha missão é ajudar todos esses artesãos pequenos. O Brasil é muito fera e vai crescer muito nos próximos anos. Nós vamos assistir." Como francês, seu deslumbramento é com a geografia da cidade: "Aqui no hotel parece que a gente tá num navio. Vê o nascer do sol e da lua. A gente não cansa de olhar".

Essa evolução de produtos também exige educação do consumidor, alerta o francês Laurent Suaudeau, que chegou ao Rio em 1979 para comandar o restaurante Saint Honoré. "Na época você não tinha tantos produtores hortigranjeiros nem de ervas finas, em compensação havia outros produtos que não aparecem mais nas mesas estreladas. Eu gostaria de ver mais peixe nos cardápios brasileiros. Eu comprava meus peixes na Cobal de Botafogo e lá tinha tudo, até aqueles difíceis de encontrar: trilha, peixe-sapo."

Por outro lado, queixa-se, "você tinha uma clientela que não estava disposta a comer produtos que não conhecia". "Os clientes queriam linguado, linguado e lagosta. Quando vim para São Paulo e coloquei cavaquinha no cardápio, ninguém sabia o que era. Então, tem os dois lados: acho que nos últimos anos tivemos maior evolução de quem fornece do que do próprio consumidor."

Alta gastronomia à parte, o Rio da boemia e da balada continua fervendo. O lugar do momento é o Elena, no Horto, que às 19h30 já tem fila na porta. O sucesso é tanto que, em frente, do outro lado da rua, foi aberto o Eleninha, com mesas na calçada e que também já tem lotação total. Feito para o público jovem, mas frequentado por todas as faixas etárias, o Elena tem cardápio de sotaque asiático — japonês, tailandês e malaio — com porções para compartilhar e está sob o comando do chef Itamar Araújo, que por anos esteve no Mee, no Copacabana Palace.

A cozinha é aberta, e os garçons e garçonetes são estilosos. O ambiente é escuro, a música, eletrônica lounge em volume alto. Há muitos turistas e uma das atrações da casa é o banheiro holográfico, onde é preciso ir de celular com a lanterna acesa para não se perder e conseguir enxergar a saída. Ali há sempre grupos conversando entre as paredes espelhadas e já teve até karaokê.

A jornalista viajou a convite da Secretaria de Turismo da Prefeitura do Rio ■

Em busca de um prêmio

Música Iniciativas que reconhecem trabalhos artísticos, como o Prêmio da Música Brasileira, têm aumento de procura. Por *Julio Maria*, para o Valor, de São Paulo

Prêmios e festivais voltados para compositores e intérpretes de música brasileira vivem temporadas de grande procura. As inscrições têm atingido volumes recordes tanto de artistas consagrados quanto de novatos que buscam reconhecimento e chancela para seus currículos.

A maior dessas iniciativas, o Prêmio da Música Brasileira (PMB), divulgou números surpreendentes recentemente ao anunciar os detalhes de sua 31ª edição, que será realizada em 12 de junho, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Doze mil pessoas enviaram trabalhos de 18 estados, um aumento de 10% em comparação com a edição de 2023. "Atingimos um recorde", diz o empresário responsável pela iniciativa, José Maurício Machline.

Ao perceber o volume anormal do tráfego de inscrições, Machline pediu um levantamento inédito para mapear de onde os artistas inscritos no PMB mais saíam: São Paulo (29,4%); Rio de Janeiro (20,8%); Minas Gerais (10,3%); Bahia (7%) e Pernambuco (5,4%). Os jurados escolheram então 88 artistas que são distribuídos em 32 categorias.

As indicações são agrupadas em um leque amplo de gêneros. Vão das chamadas duplas da categoria canção popular, com Maiara & Maraisa e Barões da Pisadinha, à música instrumental, que tem o pianista Antonio Adolfo, o bandolinista Hamilton de Holanda e o violonista Yamandu Costa.

Machline comenta sobre a abertura do projeto a gêneros de massa produzidos na era do streaming, sempre um alvo de críticas aos que cobram espaços a gêneros com menor exposição midiática. "O mercado vai ditando as regras do jogo. Ao mesmo tempo que olhamos para as duplas novas, temos também as categorias regionais. O prêmio sempre seguiu o que estava acontecendo no mercado, olhando como um todo."

A cerimônia deste ano vai fazer uma homenagem a Tim Maia, com artistas como Marisa Monte; Zélia Duncan com Silva; Seu Jorge com Melly e Rachel Reis; e Ney Matogrosso com Simone, que vão cantar "Azul da Cor do Mar" e "Primavera", dois sucessos de Tim.

O curioso será ver Ney cantando Tim pela primeira vez. "Não fiz isso ainda [cantar Tim Maia]", diz ele, reconhecendo que a soul music brasileira não foi um gênero que o atraiu nos anos 70. Mas completa, dizendo a seu modo que fará um Tim assinado por Ney: "Não precisa ter aquela voz para cantar Tim Maia".

As indicações revelam que não há, por parte do prêmio, um pacto com a revelação de novos artistas. Os menos visíveis fora de seus nichos aparecem em poucas categorias, como as da música instrumental (ainda assim, habitada por nomes de longa estrada, como Yamandu e Chico Pinheiro) e as de música regional (como Joanina e Lourenço e Lourival). No mais, são nomes consolidados, veteranos ou não, já conhecidos pelo próprio prêmio.

Machline diz que segue as regras do mercado. Seu prêmio saúda os trabalhos reconhecidos como relevantes na temporada abrindo um radar que capta da blockbuster dos streamings, Ana Castela — que concorre nas categorias melhor intérprete e melhor lançamento sertanejo — a Caetano Veloso, que aparece na seção melhor projeto visual.

No outro lado das propostas dos prêmios está o PPM, Prêmio Profissionais da Música, idealizado em Brasília pelo produtor Gustavo Vasconcellos. As inscrições, que estavam abertas para que a oitava edição fosse realizada de 1º a 3 de novembro, foram interrompidas faltando 30 dias para o término do prazo por causa das tragédias no Rio Grande do Sul. Ainda sem data para reiniciar o recebimento dos materiais, a previsão é de que o evento seja realizado em abril de 2025.

JORGE BISPO/DIVULGAÇÃO

José Maurício Machline: "O prêmio sempre seguiu o que estava acontecendo no mercado"

Vasconcellos diz que os gaúchos aparecem sempre como os terceiros colocados dentre os que mais enviam inscrições, seguidos por trabalhos enviados de São Paulo (que tem o maior número de candidatos) e Rio de Janeiro.

"Eles estavam enviando muitos materiais até a tragédia acontecer e suas inscrições naturalmente sumirem. Eu nem cogitei a possibilidade de fazer uma edição que não recebesse os gaúchos", diz o produtor, que passou a trabalhar em ações para ajudar moradores gaúchos prejudicados pelas enchentes. Até o momento da interrupção, já havia mais inscritos do que recebeu a edição de 2023. "A média estava em 28,2 por dia, praticamente um por hora", afirma.

O PPM segue uma outra trilha de conceito. A iniciativa de Brasília premia a cadeia produtiva invisibilizada pelo próprio mercado. "É um prêmio feito dos profissionais para os profissionais, horizontal e coletivo", afirma Vasconcellos.

Além das categorias musicais, aparecem seções técnicas raras em premiações pelo mundo, como a de melhor produtor musical, melhor assessor de imprensa e melhor roadie (o profissional que se responsabiliza pelos instrumentos e equipamentos usados no palco). "Quem participa como candidato e vem a Brasília para a cerimônia já inicia, nos bastidores, intercâmbio de trabalhos, relacionamentos, sacramenta parcerias. Ninguém perde porque não ganhou um prêmio."

Outra iniciativa que tem feito um importante trabalho de investigação artística há dez edições é o Prêmio Grão de Música (PGM), criado pela compositora e cantora paraibana Socorro Lira. Sua lista de indicados funciona não como uma relação de competidores, mas uma curadoria de artistas que valem a pena ser conhecidos. E são sempre surpreendentes.

A edição de 2023 trouxe Gloria Bomfim, da Bahia; Lenilde Ramos, do Mato Grosso do Sul; Pereira da Viola, de Minas Gerais; e Grazie Wirtti, do Rio Grande do Sul.

A má notícia é que Socorro não viu condições para seguir com o projeto em 2024. "O formato de premiação que o Grão tem talvez não funcione mais. O PGM atravessou um período muito esquisito da história política recente, quando não se tinha nem Ministério da Cultura", diz. "Agora que se tem ao menos a ilusão de políticas públicas, isso cria outro movimento e os artistas se voltam aos seus projetos pessoais. Trabalhar com o coletivo é desafiador num mundo cada vez mais individualista, em que todo esforço é para se 'representar' alguma coisa, como se não fosse possível e bom que todas as pessoas tivessem a possibilidade de estarem elas mesmas, todas, inseridas nos espaços; obtendo o reconhecimento pela contribuição que oferecem ao mundo. Isso é até filosófico, outra coisa fora de moda."

O grupo Canto Cego, do Rio de Janeiro, ganhou o primeiro lugar no prêmio Nova Música Brasileira, de 2012, e no festival Planeta Rock, de 2024, em São José do Rio Preto. A vocalista, Roberta Dittz, diz que "os prêmios que já existem deveriam abrir categorias a artistas que não têm acesso a investidores tão grandes". Mas reconhece que há um efeito importante provocado pelos prêmios na carreira dos artistas que estão começando. "Ter participado de prêmios foi importante para nos manter circulando e em contato com pessoas do mercado."

Ney Matogrosso, que venceu o primeiro prêmio de sua carreira em 1979, ao lançar o álbum "Seu Tipo", e foi homenageado em 2014 pelo Grammy Latino, não coloca tanto peso nas estatuetas. "Vencer um prêmio não mudou nada em minha vida, e eu não acredito que mude. O que faz um artista acontecer é a constância que ele consegue dar a seu trabalho." ■

Quando Truman Capote foi banido da elite

TV 'Feud' relembra a relação de amor e ódio entre o escritor e seu grupo de amigas. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

"Feud": na tradução, discórdia; rixa. Desenvolvida por Ryan Murphy ("Dahmer: Um Canibal Americano", "American Crime Story"), a primeira temporada desta série de antologia ganhou o subtítulo "Bette e Joan" para recriar a lendária briga de bastidores entre as estrelas Bette Davis e Joan Crawford durante o período em que a dupla contracenou no clássico "O que Terá Acontecido a Baby Jane?" (1962). Aclamada pela crítica especializada, "Feud" recebeu 18 indicações ao Emmy Awards 2017, vencendo em duas categorias técnicas.

Agora, Ryan recruta o cultuado diretor Gus Van Sant ("Gênio Indomável", "Milk"), que assina 6 dos 8 episódios — a filha de David Lynch, Jennifer Lynch, fica a cargo de outro. A disputa da vez se passa no ano de 1975 e tem como protagonistas Truman Capote e a elite nova-iorquina, mais especificamente um pequeno círculo de socialites que o escritor, carinhosamente ou não, apelidou de "cisnes". Uma referência à maneira singular como essas damas de NY deslizavam pelos "lagos da sociedade", cheias de graça e elegância. Os números de audiência ficaram bem aquém da temporada anterior, mas o padrão de qualidade é mais ou menos o mesmo.

Escritor, dramaturgo e roteirista, Truman Capote (1924-1984) foi pioneiro do "new journalism", um híbrido de jornalismo e literatura que também teve como expoentes Tom Wolfe, Norman Mailer e Hunter S. Thompson. Sua fama se consolidou com o romance "Bonequinha de luxo", adaptado ao cinema em 1961, e "A sangue frio" (1966), best-seller de não ficção que veio a ser seu último trabalho completo em vida. No meio dos anos 1960, ele era um habitué de coquetéis, uma celebridade entre intelectuais abastados.

Aqui vivido por Tom Hollander ("The White Lotus"), o escritor era especialmente ligado à ex-editora da "Vogue" Babe Paley (Naomi Watts), casada com o magnata da mídia William S. Paley (Treat Williams, de "Hair", que morreu após completar as filmagens).

Mais que um confidente e ombro amigo, Capote mantinha com a socialite uma relação de mútua codependência. Aos olhos da própria Babe, ele era algo como um segundo marido: chegavam a dormir juntos, embora o sexo não fizesse parte da equação, sendo Capote gay assumido.

O círculo íntimo de Capote e Babe incluía a aristocrata Slim Keith (Diane Lane, de "Infidelidade"), a estilista e amazona C. Z. Guest (Chloë Sevigny, de "Meninos Não Choram") e a designer de interiores Lee Radziwill (Calista Flockhart, de "Ally McBeal"), todas frequentadoras assíduas do restaurante francês La Côte Basque. O point também dá nome a um capítulo do livro que Capote está escrevendo, "Súplicas atendidas", que o escritor publica na revista "Esquire", dando início a toda a discórdia.

DIVULGAÇÃO

Calista Flockhart e Tom Hollander na segunda temporada de 'Feud', dedicada a um caso envolvendo Truman Capote

No texto, Capote ataca sem meias palavras seu adorado grupo de "cisnes", expondo os casamentos esfacelados, as traições, a rotina hedonista de seus respectivos maridos, todos os podres ocultos sob a superfície do "lago", em síntese.

A humilhação parece incontornável, e Capote é banido do círculo, a despeito de suas tentativas desesperadas de remediar a situação. Para o escritor, será um golpe tão duro quanto foi o artigo da "Esquire" para as amigas. Sem Babe, ele afunda na bebida e nas drogas prescritas. Seu romance "Súplicas atendidas" nunca chega a ser concluído.

Se a performance de Tom Hollander soa um tanto excessiva, confira o próprio Truman Capote em uma de suas várias aparições em talk shows, disponíveis no YouTube. Ele parece mais de acordo com a versão de Hollander do que a abordagem contida de Philip Seymour Hoffman, na cinebiografia "Capote" (2005).

O grande elenco inclui ainda Jessica Lange, frequente colaboradora de Ryan Murphy, interpretando a mãe do escritor, e Demi Moore, como uma das primeiras socialites a ser traída por Capote. "Feud: Capote vs. The Swans" é baseada no livro "Capote's Women: A True Story of Love, Betrayal, and a Swan Song for an Era", de Laurence Leamer. ■

Feud: Capote vs. The Swans
EUA - 2024. Criadores: Ryan Murphy, Jaffe Cohen, Michael Zam. Onde: Star+
★★★★☆

'Na década de 90, todo mundo falava que era melhor não contar'

Literatura Trauma do abuso por parte do padrasto, abafado por anos, inspira o novo livro da escritora Tatiana Salem Levy. Por *Dirceu Alves Jr.*, para o Valor, de São Paulo

A escritora Tatiana Salem Levy costuma dizer que tem péssima memória. Para as datas, principalmente. Lá pelos 8 ou 9 anos, ela começou a consultar uma psicóloga e lutava para que a profissional não a conhecesse de verdade. Mentia sem parar, fantasiava histórias ou, em algumas sessões, calava a boca. Aos poucos, percebeu as estratégias da interlocutora, como a de pedir para que desenhasse o que viesse à sua imaginação, e, ardilosa, reproduzia os rabiscos feitos pelos colegas na escola, de acordo com o que era capaz de se lembrar.

"Acredito que uso na literatura essa mesma ambiguidade para o leitor não entender o que estou pensando, o que pode ser real ou invenção", afirma.

Aos 45 anos, a colunista do **Valor** e autora dos romances "A chave da casa" (2007), "Dois rios" (2011), "Paraíso" (2014), "Vista Chinesa" (2021) e do recém-lançado "Melhor não contar" (Todavia, 224 págs., R$ 69,90) deixou o Rio de Janeiro e mora em Portugal desde 2013.

Foi ao país europeu por questões pessoais — o pai de seus filhos Vicente, de 8, e Esther, 5, é português — e ficou por ali devido às mudanças políticas e a ascensão ao poder do ex-presidente Jair Bolsonaro. Não deixa de ser também um resgate de suas origens.

Tatiana nasceu em Lisboa e foi à capital fluminense aos 9 meses, quando os pais, o professor Nelson Levy e a jornalista Helena Salem (1948-1999), exilados políticos, se beneficiaram da anistia. "Portugal é minha raiz, mas é curioso como o país não está em nada do que escrevo porque, nesse mundo globalizado, me sinto dentro do Brasil."

A geografia pode não interferir na literatura, mas a escritora, nos últimos anos, investiu em temas pessoais que a longitude talvez favoreça um olhar mais distanciado. Em "Melhor não contar", a escritora parte de um trauma para tratar de como as mulheres lidam com o próprio corpo e o abuso masculino.

Aos 10 anos, Tatiana tirou o sutiã do biquíni para tomar sol na beira de uma piscina. O padrasto desenhou uma garota sem rosto com os mamilos eretos e, pela primeira vez, a futura escritora se sentiu desrespeitada por um homem. Quase uma década depois, ele tentou violentá-la — e sua mãe jamais soube.

Tatiana foi aconselhada por amigos a esconder o fato e traz a situação à tona no novo livro. "Na década de 90, todo mundo falava que era melhor não contar, mas, hoje, ninguém mais diria isso", afirma. Nos últimos anos, o fortalecimento das discussões feministas trouxe um maior acolhimento para as denúncias e deixou a escritora à vontade para cutucar feridas. "Quando olho para trás, percebo que a violência contra a mulher estava em um lugar subalterno nos meus livros, e hoje isto é diferente."

"Vista Chinesa" (2021) enfoca o estupro sofrido por Júlia enquanto se exercitava no Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro. A história tem origem no caso real vivido por uma amiga da autora, a diretora de televisão Joana Jabace. O romance ganhou os palcos em 2023 com o título de "Vista", encenação de Luiz Felipe Reis protagonizada por Julia Lund, e chegará aos cinemas em filme dirigido pela própria Jabace.

"Depois de 'Vista Chinesa' foi como se a literatura passasse por cima da vida real, e eu me permiti me colocar mais, porque a escrita é a maior exposição de que sou capaz."

JULIA SELOTI

"A violência contra a mulher estava em um lugar subalterno nos meus livros, e hoje isto é diferente", diz Tatiana Salem Levy

Tatiana confessa que sempre fracassou na tentativa de fazer diários na adolescência, em parte porque mentia nas anotações e, sem saber que já estava fazendo literatura, escrevia coisas diferentes daquelas que sentia ou pensava. Os velhos diários de sua mãe, porém, foram fundamentais para o que se tornou "Melhor não contar".

O livro nasceu como um ensaio autobiográfico sobre a relação entre o feminino e a escrita. Cresceu em ambição assim que a autora se apoderou das narrativas de Helena Salem, que, na juventude, descrevia o cotidiano familiar, viagens internacionais e impressões sobre a ditadura militar. "A geração da minha mãe lutou por muitas coisas e deixou outras de lado, mas todo mundo vivia dentro de uma estrutura machista."

Sob o mote de mostrar o significado de ser mulher por meio de três gerações — a avó, a mãe e ela própria —, a escritora começou a visualizar cenas que a levaram a escrever uma autoficção com base feminista. "Meus romances nunca têm um fluxo contínuo e passam por um processo de montagem, algo que é mais comum no cinema, onde é possível colocar de tudo, cenas, pensamentos, memórias, cartas, diários", explica.

"'Melhor não contar' nasce de uma ideia de que o pessoal nunca é tão pessoal assim, porque não conheço nenhuma mulher da minha idade que não tenha sofrido violência por ser mulher e, neste sentido, é um livro mais amplo que 'Vista Chinesa'."

A formação de Tatiana Salem Levy vem das obras de Clarice Lispector, Virginia Woolf, Simone de Beauvoir e Katherine Mansfield. Ela, no entanto, rejeita o termo "literatura feminina", em que comumente é enquadrada, assim como esses nomes clássicos em que bebeu na fonte.

"É um termo problemático porque mantém como universal a literatura produzida por aqueles que são homens e brancos", diz. "Não concebo a escrita sem um corpo, tudo é fruto das experiências vividas pelo autor, mas, quando se trata das mulheres, isso aparece mais forte porque é sempre um corpo constrangido."

Tatiana acredita que, em Portugal, conquistou aquilo que a escritora inglesa Virginia Woolf definiu como "um teto todo seu". Em 2019, ela conheceu a estabilidade financeira como professora de teoria literária na Universidade Nova de Lisboa e, com as crianças estudando em turno integral, tem o dia livre para trabalhar e escrever. "Se fosse no Brasil, eles ficariam, no máximo, quatro ou cinco horas na escola."

Criar os filhos longe do seu país deixou de ser uma preocupação, algo que a perturbava na gravidez e nos primeiros anos. Segundo Tatiana, os dois, mesmo distantes do país, amam o Brasil e têm aulas de capoeira. Muitos dos colegas de colégio são filhos de pais que se mudaram para Portugal assustados com o bolsonarismo.

"O Brasil se transformou em um lugar muito diferente daquele em que me lembro de viver a minha infância", afirma. "As crianças aqui são mais livres, soltas e, com 10 anos, vão sozinhas de ônibus para a escola, enquanto no Brasil isso é impensável, tudo ficou perigoso."

A violência contra a mulher nas classes privilegiadas

Para o Valor, de São Paulo

Como um elogio, a mãe da menina Tatiana a comparava a um camafeu, dizendo que só os homens mais velhos compreenderiam sua beleza. Com cabelos encaracolados, sem a franja angelical, ela se sentia diferente das outras garotas e, aos 10 anos, passou por uma experiência que, cedo ou tarde, pode marcar a vida das mulheres.

No romance "Melhor não contar", a escritora Tatiana Salem Levy parte de um ato ingênuo da infância para narrar a certeza de que jamais ficaria tranquila diante dos olhos de um homem, principalmente os mais velhos.

À beira da piscina, ela tirou o sutiã do biquíni para tomar sol, como a mãe costumava fazer. "Para minha mãe, ter os peitos de fora, na praia ou na piscina, significava ser livre; e essa liberdade, a das mulheres, pela qual tinha lutado e da qual não abria mão, era o primeiro mandamento lá de casa", escreve.

O padrasto, sentado em uma mesa próxima, desenhou uma menina de cabelos cacheados, e os mamilos eretos saltavam do papel. Tatiana levou um choque; a mãe não enxergou nada demais.

Inspirada no episódio, Tatiana promove um diálogo em diferentes tempos entre a mulher de hoje, escritora reconhecida e mãe de dois filhos, com aquela garota que viveu um trauma e a jovem que se viu órfã quando acabara de completar 20 anos.

Em meio à narrativa autoficcional, ela traça um paralelo sobre o comportamento das mulheres em épocas distintas da sociedade e o assédio masculino a que elas sempre estiveram e continuam expostas.

A autora se calou do abuso até encontrar a melhor forma de desabafar, que parece ter sido a literatura. Em uma fase em que várias escritoras publicam narrativas sobre o tema, a maioria centrada em situações contemporâneas ou envolvendo personagens de classes mais sacrificadas, Tatiana enfoca mulheres privilegiadas socialmente e até intelectualmente, que, apesar da informação e do dinheiro, não passaram ilesas.

Em meio a esse diferencial, o romance sublinha o quanto cada uma cedeu à opressão e encontrou dificuldades para se firmar como donas do próprio corpo. O silêncio também assombrou a avó materna, Judith, que, pela personalidade de difícil, imagina-se que tenha desenvolvido doenças nunca diagnosticadas.

Helena, aquela que jogou o sutiã no lixo, enfrentou o exílio político e foi a primeira correspondente de guerra da imprensa brasileira, se viu conformada com a atenção eventual de um homem casado, que viria a ameaçar a sua própria filha.

Tatiana entende que literatura é política e faz de sua escrita o portal para revelar pensamentos e documentar posturas que sua geração dolorosamente assumiu. "O livro é sobre todo o sangue que sai da (...) das mulheres. O sangue da primeira menstruação, do parto, do aborto, da violência sexual. O sangue com o qual lidamos tantas vezes ao longo da vida e do qual vocês têm tanta repulsa", escreve ela, em mensagem aos homens.

A escritora despontou em 2007 com o romance "A chave da casa", vigorosa estreia em que a jovem, neta de judeus turcos, buscou memórias familiares para entender o presente. Na sequência, vieram "Dois rios" (2011) e "Paraíso" (2014), apoiados em vozes femininas.

A conscientização de um caminho que ampliou a sua visão para uma coletividade social e política se deu com "Vista Chinesa". No livro, publicado em 2021, o leitor é conduzido a uma jornada enfrentada por uma amiga da autora, estuprada em meio à euforia das vésperas da Copa do Mundo de 2014.

Além da violência sexual, um outro ponto em comum une "Vista Chinesa" e "Melhor não contar". Dentro do possível, o leitor abre o livro ciente de que as duas histórias não terminaram mal e, apesar do sofrimento, sabe que as duas protagonistas sobreviveram e usam a literatura como meio de confidência ou denúncia.

Nas páginas finais de "Melhor não contar", Tatiana apresenta a consumação de um aborto — legalizado em Portugal — para ilustrar várias camadas da obra. Entre elas está a de uma sociedade machista e muito atrasada que, mesmo com o avanço das décadas, ainda expõe as mulheres à solidão em situações tão dolorosas. *(DAJ)* ■

INÊS 249

'A Rússia está se suicidando'

Cinema Perseguido em seu país, o diretor Kirill Serebrennikov apresenta dois novos filmes sobre personagens controversos. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Cannes

Perseguido pelo Kremlin por criticar o conservadorismo de Vladimir Putin e por apoiar a comunidade LGBTQIA+, o russo Kirill Serebrennikov construiu a carreira aliando arte e provocação. "Não saberia fazer de outro modo. Além disso, a quem poderia interessar um filme sobre um sujeito bonzinho, sem um pouco de escuridão, sangue ou esperma na sua trajetória?", diz o diretor de cinema e teatro de 54 anos ao abordar a sua predileção por temas e personagens controversos. "Entre heróis e vilões, é muito melhor fazer filmes sobre vilões."

As duas últimas figuras históricas que Serebrennikov escolheu retratar, Eduard Limonov (1943-2020) e Josef Mengele (1911-1979), são polêmicas o bastante para merecer a atenção do "enfant terrible" do cinema russo.

Na recém-encerrada 77ª edição do Festival de Cannes, o diretor disputou a Palma de Ouro pela quarta vez, com "Limonov: The Ballad", uma visão romanceada do escritor, jornalista e político russo, que se dizia comunista e fascista ao mesmo tempo.

Adaptado do livro homônimo do francês Emmanuel Carrère e ainda sem data para estrear no Brasil, o drama "Limonov" repassa a vida do soviético radical como se fosse uma ópera, regada a poesia, música, sexo e violência.

"O fato de o livro não ser uma biografia tradicional foi o que me interessou e o que me permitiu extravasar no mundo imaginado pelo autor para esse rebelde. Por vezes, ele é tratado como herói, mesmo não tendo uma bússola moral. É como um personagem de histórias em quadrinhos, uma espécie de Coringa russo", conta o cineasta, atualmente envolvido na pós-produção de "Disappearance".

Este filme é baseado no livro "O desaparecimento de Josef Mengele", do jornalista francês Olivier Guez, que se concentra nos anos de fugitivo do "Anjo da Morte", como o médico do campo de concentração de Auschwitz ficou conhecido. Até a sua morte por afogamento, em 1979, em uma praia no Brasil, ele ficou escondido por três décadas na América do Sul, onde praticamente não foi reconhecido.

"Mengele foi uma figura muito pior do que Limonov. O que me interessa aqui é revisitar os anos de anonimato do ponto de vista de Mengele, um dos maiores criminosos de guerra que infelizmente conseguiu se esconder após a Segunda Guerra Mundial, para não pagar pelas atrocidades que cometeu", diz Serebrennikov, ao **Valor**, no hotel Residéal, em Cannes.

O exílio de Mengele, que fazia dos prisioneiros cobaias para seus experimentos cruéis, ganha aqui um ritmo de odisseia. Para não ser capturado pelos investigadores dos crimes de guerra, o protagonista usou um nome falso para deixar a Alemanha, inicialmente rumo à Argentina. Quando o seu paradeiro foi descoberto, ele foi para o Paraguai e, na sequência, para o Brasil. "Mas não filmamos no Brasil. Rodamos tudo no Uruguai, por ser um país seguro e oferecer boas condições de trabalho", comenta o diretor.

Para encarnar o nazista acusado de executar cerca de 400 mil prisioneiros, Serebrennikov escolheu um ator que é familiar ao cinéfilo internacional: o alemão August Diehl. Ele é mais conhecido pelas atuações em "Os Falsários" (2007), vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro, "Bastardos Inglórios" (2009), em que foi recrutado por Quentin Tarantino para viver um oficial da Gestapo, e "Uma Vida Oculta" (2019), com o qual Terrence Malick disputou a Palma de Cannes.

DIVULGAÇÃO

Kirill Serebrennikov tem novos filmes sobre o escritor, jornalista e político russo Eduard Limonov e o médico alemão Josef Mengele

"Teremos aqui uma perspectiva que vemos pouco no cinema. Até hoje, a Segunda Guerra foi muito mais retratada pelo olhar dos heróis, personagens com motivações muito mais fáceis de compreender", comenta o diretor, de olho nas próximas seleções dos festivais de Veneza ou de Berlim, para a première mundial de "Disappearance".

Entender claramente o biografado é tudo o que Serebrennikov não quer. "Parte do que me conectou com Eduard Limonov foi o fato de termos ideias opostas, principalmente sobre a Rússia. Eu sou liberal, enquanto ele tinha uma postura imperialista. Ele ainda defendia o retorno da União Soviética, que glorificava como uma grande era, e ainda queria entrar em guerra com o mundo todo", conta o cineasta, obrigado a interromper as filmagens de "Limonov", em Moscou, assim que a Rússia invadiu a Ucrânia, em fevereiro de 2022.

"Foi um momento muito triste. As pessoas pararam o que faziam e começaram a chorar no set. Como as embaixadas orientavam os estrangeiros a deixarem a Rússia, nosso ator principal (o britânico Ben Whishaw, por se tratar de uma produção falada em inglês) precisou partir", recorda o diretor, que só retomou o filme seis meses depois, em Riga, na Letônia, onde os cenários foram reconstruídos.

Desde 2022, Serebrennikov adotou a Alemanha como sua casa (Berlim, no caso). Ele não consegue mais viver na Rússia, de tanto sofrer perseguição do governo por seus trabalhos audaciosos nos palcos e nas telas, áreas em que atua desde os anos 90. Mais recentemente, em "A Esposa de Tchaikovsky" (2022), ele apresentou um tesouro cultural do seu país, o compositor Pyotr Tchaikovsky (1840-1893), como gay, algo que o Kremlin sempre tentou esconder.

Assim como "Limonov", "A Esposa de Tchaikovsky" ganhou visibilidade mundial ao concorrer à Palma de Cannes em sua première. O festival francês também selecionou, para a competição, as suas duas obras anteriores que criticavam o autoritarismo russo: "A Febre de Petrov" (2021) e "Leto" (2018).

Considerado um cidadão antipatriótico pelo Kremlin, Serebrennikov foi acusado, em 2017, de desvio de dinheiro no Centro Gogol, grupo de teatro avant-garde que ele dirigia em Moscou. Como resultado, ele passou quase três anos em prisão domiciliar, embora tenha sempre negado a participação na fraude, alegando ser vítima de uma armação para silenciá-lo.

"Não sou otimista quanto ao futuro da Rússia, que infelizmente está se suicidando com a sua política", diz o cineasta, que aproveitou a cobertura midiática de Cannes para protestar contra a prisão da diretora teatral Zhenya Berkovich e da dramaturga Svetlana Petriychuk. Ele posou para os fotógrafos segurando uma foto da dupla, acusada de "justificar o terrorismo" na montagem de "Finist, the Brave Falcon".

"Há um ano, elas foram encarceradas sem motivo, por uma peça teatral ganhadora de um prêmio nacional. As alegações são insanas, já que a intenção da montagem é prevenir o terrorismo e não o contrário", conta Serebrennikov, acrescentando que a situação das artistas é um "retrato da Rússia de hoje". "A Rússia do noticiário atual não é mais a nação que um dia eu conheci. Não volto para casa por não sentir mais que pertenço àquele lugar." ■

Os detalhes de Dalí

Exposição Pintor espanhol 'saberia tirar proveito das redes sociais', diz diretora de fundação dedicada ao artista. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo

Nos três meses convividos com o pintor Salvador Dalí (1904-1989) em seu fim de vida, a filóloga e escritora espanhola Montse Aguer capturou detalhes que bem definiam a personalidade do mestre do surrealismo na pintura.

"Ele lia muitas obras sobre a história do tempo, preocupado com a imortalidade — ele estava com 84 anos. Também se orgulhava daquela que considerava sua última grande obra, o museu construído por ele na cidade de Figueres, onde nasceu. Por fim, gostava de conversar com os amigos sobre seu fascínio pela atriz sueca Greta Garbo, especialmente sua decisão de deixar o glamour do cinema no auge da carreira para ter uma vida reclusa", conta Aguer.

A conversa com ela acontece durante um passeio pelo Museu de Arte Brasileira, localizado na Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), em São Paulo, que abriga a mostra "Desafio Salvador Dalí: Uma Exposição Surreal" até 30 de junho. Não são obras originais, mas 100 reproduções em alta definição, trazidas diretamente da Espanha sob supervisão da Fundação Gala-Salvador Dalí, que garante sua autenticidade.

Além das réplicas, há um conteúdo interativo, como obras cujos detalhes podem ser descobertos com óculos 3D, cenografia que reproduz detalhadamente o ateliê em Port Lligat, uma isolada vila de pescadores onde Dalí pintou parte de suas obras, e uma sala onde o visitante conhece mais sobre o artista ao utilizar óculos de realidade virtual.

"Os quadros de Dalí são carregados de detalhes, que podem ser descobertos ao longo dos anos. Ele não gostava de meros espectadores, mas de pessoas dispostas a descobrir todos os enigmas escondidos em sua obra que levam a uma outra realidade. Dalí nos provoca, nos diverte, levanta questões e até nos perturba", afirma Aguer, cujo envolvimento com o pintor catalão começou durante a celebração do centenário de nascimento de Dalí, em 2004, quando foi convidada para se tornar diretora de estudos dalinianos. Em 2015, tornou-se uma das diretoras da Fundação Gala-Salvador Dalí.

Ela escolheu cada uma das 100 obras da exposição, que, organizada por décadas, contempla a evolução criativa de Dalí, permitindo que o público descubra o universo surrealista do artista e conheça mais sobre sua capacidade de antecipação, o respeito pelo ofício, a admiração pela tradição clássica e a relação pouco convencional com a esposa, Gala, amor absoluto de sua vida, presença fundamental no gerenciamento de sua carreira e arte e cuja morte, em 1982, provocou-lhe um desespero absoluto.

BEATRIZ CAPELAS / DIVULGAÇÃO

Montse Aguer na exposição de reproduções de obras de Salvador Dalí no museu da Faap

Dalí foi uma criança introspectiva, com pai autoritário e mãe que nele projetava a imagem do irmão morto pouco antes de seu nascimento. Aos seis anos, dizia que queria ser cozinheiro e, aos sete, Napoleão Bonaparte. "Dalí enfrentou até dúvidas sobre a própria sexualidade nessa fase", comenta Roberto Souza Leão, organizador da exposição ao lado de Paulo Bonfá. "Descobrir o talento para o desenho foi o caminho que precisava para se encontrar."

Divulgado em 1924, quando o poeta francês André Breton publicou o primeiro "Manifesto surrealista", que defendia "a arte isenta de qualquer preocupação estética ou moral", o surrealismo foi tardiamente seguido por Dalí, que, mesmo assim, se tornou um de seus maiores expoentes graças aos seus quadros oníricos, com objetos deformados e metamorfoseados, repletos de seus próprios símbolos.

"Formiga era representação da morte, enquanto ovos lembravam a vida", conta Souza Leão, citando inspirações que nasceram a partir do cotidiano. "Os relógios retorcidos, por exemplo, do quadro 'A Persistência da Memória' (1931), não foram inspirados na teoria da relatividade de Einstein como se pensava, mas surgiram a partir da percepção do queijo Camembert derretendo sob o sol."

"A curiosidade de Dalí não tinha limite: ele tanto discutia sobre o inconsciente com Freud como falava de bomba atômica com o físico alemão Werner Heisenberg", diz Montse Aguer. A origem do famoso bigode de Dalí, conta, foi uma homenagem ao espanhol Diego Velázquez, grande pintor do século XVII, um dos preferidos do catalão.

"Aqueles dois fios alongados faziam sucesso na mídia e mostram como Dalí sabia fazer exaltação de si mesmo, tornando-se pioneiro na utilização e manipulação dos meios de comunicação para alcançar aclamação global pelo seu trabalho absolutamente íntimo", conta a pesquisadora, ressaltando a atribulada relação com a obra de Picasso. "Dalí dizia que, depois dele, Picasso era o grande gênio da pintura da época, mas, enquanto o malaguenho tinha uma visão destrutiva da vida, ele se aproximava dos belo anjos de Rafael."

Ao contrário de outros pintores, Dalí conectou-se claramente com a cultura de massa, desenvolvendo trabalhos para meios diversos, como os filmes "Destino", que Walt Disney não realizou, e "Quando Fala o Coração", de Hitchcock, além de modelos surrealistas para as casas de moda Madame Chanel e Elsa Schiaparelli — a exposição na Faap traz exemplos dessas obras. "Acredito que, se ainda estivesse vivo, Dalí manteria contato com todos os ganhadores de prêmio Nobel. Também dominaria os computadores e saberia tirar proveito das redes sociais. Ele sabia como imitar o mundo que o cercava para criar algo novo, que ecoava mais forte nos homens do que a própria realidade em que viviam", observa Aguer. ■

Linklater flerta com o cinismo em comédia

Janela Crítica 'Assassino por Acaso' traz um professor de filosofia que trabalha para a polícia. Por *Pedro Butcher*, para o Valor, do Rio

DIVULGAÇÃO

Adria Arjona e Glen Powell em "Assassino por Acaso"

Em 2019, três anos antes de iniciar as filmagens de "Assassino por Acaso", Richard Linklater começou a rodar uma adaptação para o cinema de "Merrily We Roll Along", uma das muitas experiências do compositor e letrista Stephen Sondheim ("Sweeney Todd") com a linguagem dos musicais.

Paul Mescal, Ben Platt e Beanie Feldstein foram escalados para viver os três amigos que lutam para vencer no mundo do show business em uma história narrada ao revés, que começa quando eles estão velhos e desiludidos (um deles se torna produtor em Hollywood, aliás) e termina no auge de uma juventude cheia de sonhos e idealismo.

Assim como em "Boyhood" (2014), o conceito é acompanhar o real envelhecimento/amadurecimento dos atores com sequências filmadas esporadicamente ao longo de 20 anos (mas que, desta vez, serão montadas "ao contrário"). O filme só deve ficar pronto em 2039.

Apesar de ter suas origens em 2001, quando foi publicada a reportagem que inspirou o roteiro, "Assassino por Acaso" teve uma trajetória superveloz entre o lançamento de sua campanha de financiamento (no mercado do Festival de Cannes de 2022) e sua première, em setembro de 2023, no Festival de Veneza, onde foi exibido fora de competição e muito bem recebido.

Esses dois exemplos mostram a maleabilidade de Linklater e a credibilidade que conquistou para viabilizar obras dos mais diferentes escopos e estilos, em um ambiente cada vez mais hostil para produções independentes.

O segredo: filmar bem e barato, com resultados que garantem uma continuidade difícil de se alcançar. Essas características garantem uma trajetória bastante extensa e singular, que passeia entre vários gêneros e agora se aventura por uma comédia policial em "Assassino por Acaso".

Gary Johnson (Glen Powell, de "Top Gun") é um professor de filosofia que, entre uma e outra aula sobre o niilismo em Nietzsche, trabalha para a polícia fingindo ser um matador de aluguel, como isca para prender pessoas que estão planejando assassinatos.

Por circunstâncias tão inusitadas quanto improváveis, o que seria um bico para completar a renda se torna uma atividade constante. Até que Gary conhece Madison (Adria Arjona), uma mulher que pensa em matar seu marido violento, e acaba se envolvendo com ela. Para tanto, precisa sustentar sua "máscara" de assassino.

A extensa obra de Linklater pode ser dividida em duas vertentes que geram os filmes de maior interesse: aqueles que têm suas estruturas baseadas na busca por um tempo contínuo, estendido e de certa forma mais "solto" — como o próprio "Boyhood" ou, claro, a trilogia romântica formada por "Antes do Amanhecer" (1995), "Antes do Pôr do Sol" (2004) e "Antes da Meia-Noite" (2013) — e aqueles filmes que buscam um outro tipo de tempo cinematográfico, o timing da comédia, com seu ritmo compassado e controlado — caso de "Jovens, Loucos e Rebeldes" (1993), "Escola de Rock" (2003) e "Bernie: Quase um Anjo" (2011).

"Assassino por Acaso" se insere nessa segunda vertente, a dos "estudos da comédia", desta vez flertando com a farsa e o gênero policial. O roteiro toma como inspiração uma reportagem — mas é só uma inspiração, já que os rumos da história são bastante livres e descompromissados com a verossimilhança.

Assim como seu protagonista, Linklater traz para seu próprio estilo a brincadeira acima de tudo, o gosto por viver a vida (e fazer um filme) deslizando entre identidades, sem muitos compromissos — nem mesmo com a ética ou a moral.

No conjunto dos trabalhos de Linklater, mesmo entre os "estudos de comédia", "Assassino por Acaso" é um corpo estranho. A escalação de Glen Powell como protagonista já parece um certo comentário: trata-se de um ator-galã carismático, mas de recursos bem mais limitados do que os atores com que o diretor costuma trabalhar.

As limitações de Powell acabam fazendo com que algumas limitações do roteiro se sobressaiam — sobretudo a repetição de certas situações. Mas o elemento mais estranho é o flerte com um certo cinismo contemporâneo, tão explorado por cineastas de prestígio.

Mesmo sendo uma experiência que se pretende ligeira e divertida, e que pelo menos em parte consegue sê-lo, "Assassino por Acaso" acaba sendo mais pesado do que pretendia, em parte por perder o tal do timing de que as comédias tanto necessitam. ■

Assassino por Acaso
(EUA, 2023). Direção: Richard Linklater.
Distribuidora: Diamond. Estreia: 12 de junho
★★★☆☆

É Tudo Verdade

Um mapa do audiovisual francês

Amir Labaki

Balanço de 2023 mostra que o cinema voltou no maior mercado da Europa

Mantendo a tradição, durante o recente 77º Festival de Cannes, o Centro Nacional de Cinema e da Imagem Animada (CNC) lançou seu relatório anual sobre a atividade audiovisual na França. O balanço 2023 confirma que, superado o trágico biênio da pandemia da covid, o cinema voltou.

Logo na apresentação, o presidente do CNC, Dominique Boutonnat, comemora: "No início de 2023, tanto os profissionais do setor como o poder público prendiam a respiração: com a inflação galopante, a explosão do custo da energia e a incógnita do regresso aos cinemas pós-pandemia, 2023 parecia incerto. Seus sucessos dissiparam as preocupações".

Os principais números explicam, reafirmando a França como o maior mercado cinematográfico da Europa. Em 2023, foram vendidos 180,4 milhões de ingressos, cerca de 18% a mais do que no ano anterior, ainda que 13% a menos do que na média do período 2017-2019 pré-pandemia.

A arrecadação total foi de € 1,33 bilhão, um resultado 21,8% superior ao do ano anterior, quase o mesmo do valor alcançado em 2019.

Em média, cada um dos 68 milhões de franceses foi 2,71 vezes ao ano às salas de cinema (2,29 em 2022, 3,21 em 2019). O público feminino (51,6%) é ligeiramente superior ao masculino (48,4%). Especialmente interessante é também o recorte por faixa etária. Praticamente empatados na liderança estão os frequentadores entre 25 e 49 anos (33,3%) e os com mais de 50 anos (33,2%).

Nada menos que 40% do público comprou ingressos para produções francesas, pequena queda em relação aos 41% do ano anterior, mas uma porcentagem já superior aos 37,2% do período 2017-2019. É quase um empate com os 42% de ingressos para o cinema americano, que também cresceu 0,8% em relação ao anterior, mas retrocedeu frente ao 49% dos anos imediatamente pré-covid.

A celebração ainda se estende à recuperação de títulos gauleses entre as dez maiores bilheterias do ano. Com mais de 4,6 milhões de ingressos vendidos, o filme francês mais visto em 2023, "Astérix e Obélix: O Império do Meio", ficou em quarto lugar da arrecadação geral, com a comédia "Alibi.com 2" conquistando o 6º posto e o filme de aventuras "Os Três Mosqueteiros - D'Artagnan", o 8º.

DIVULGAÇÃO

Com mais de 4,6 milhões de ingressos vendidos, 'Astérix e Obélix: O Império do Meio' foi o filme francês mais visto em 2023

O filme mais visto na França no ano passado foi a animação americana "Super Mario Bros - O Filme", com 7,25 milhões de ingressos vendidos. O campeão planetário, "Barbie", vem em segundo lugar, com 5,87 milhões de entradas. Com 4,46 milhões de espectadores, o vencedor do Oscar, "Oppenheimer", ficou em 5º lugar, e o vencedor da Palma de Ouro de Cannes 2022, "Anatomia de Uma Queda", não fez feio, com 1,3 milhão, na 29ª posição.

A recuperação marcou também o aumento no número total de filmes inéditos lançados, 716, sendo 406 produções francesas, a segunda maior marca da história. A crise da produção em Hollywood, ecoando a pandemia ainda e as greves de intérpretes e roteiristas de 2023, levou a apenas 86 estreias nos cinemas franceses, a segunda menor presença histórica — e, mesmo assim, se manteve a hegemonia quanto à arrecadação.

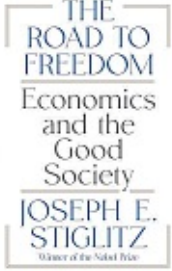
Um pouco maior foi a participação de lançamentos dos demais países europeus (98). Afirmando o excepcional cosmopolitismo do mercado francês, o segundo lugar entre os títulos lançados coube a 126 produções de outras cinematografias.

Em geral, a cada semana 14 novos filmes entraram em circuito, 8 deles franceses. Também gauleses foram metade dos 76 títulos que fizeram suas estreias em mais de 500 salas na primeira semana de exibição. Em média, cada filme foi lançado em 166 cinemas.

Apesar da retração no número de lançamentos americanos, a Walt Disney Company liderou as arrecadações com 16,1% do mercado, seguida pela Universal com 13,4%. O melhor resultado de uma empresa francesa situou o Studio Canal no quinto posto, com 5,9%.

O lançamento de documentários em salas continua expressivo, com 115 estreias, sendo 89 produções não ficcionais francesas. Registre-se, contudo, o retrocesso frente aos 137 documentários lançados em 2022, uma marca algo superior à média (133) dos anos pré-pandemia.

Concentrei-me em resumir aqui a parte do volumoso balanço referente ao público e à distribuição em cinema. Em 300 páginas, o relatório disseca ainda os financiamentos públicos, outros setores da indústria audiovisual como o vídeo e os jogos, os empregos na área e as ações frente à crise climática. A íntegra se encontra no site www.cnc.fr. É uma radiografia e tanto — e um mapa valioso para esgrimir contra os que subestimam a centralidade contemporânea da indústria audiovisual.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

INÊS 249

EU& LIVROS

Os limites da liberdade

Joseph Stiglitz, vencedor do Nobel de Economia, condena quem defende um Estado mínimo. Por *Célia de Gouvêa Franco*, para o Valor, de São Paulo

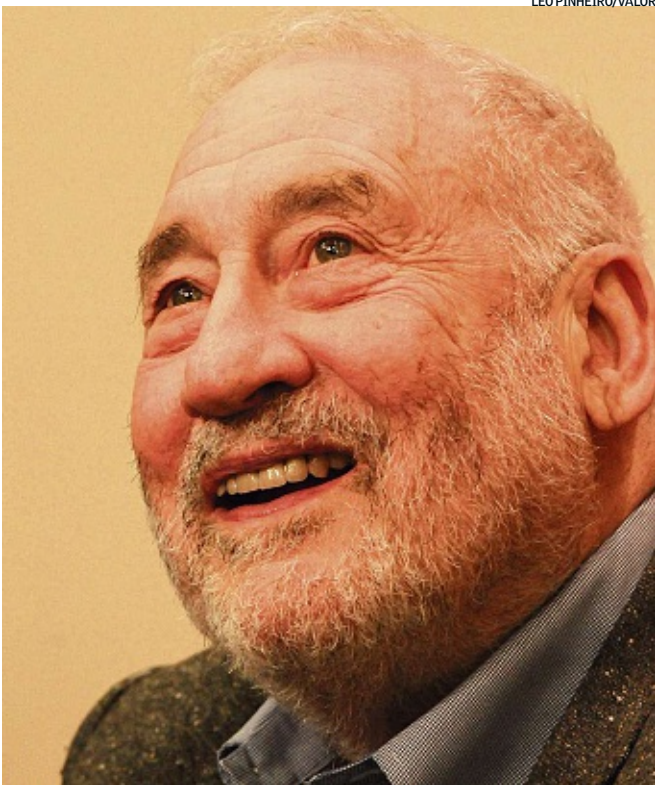
The Road to Freedom
Joseph E. Stiglitz
W.W. Norton & co.
374 págs., R$ 93,99 (Kindle)

O novo livro de Joseph Stiglitz, economista americano que ganhou o Prêmio Nobel em 2001, joga ainda mais lenha na fogueira do debate, já incendiário, sobre liberdade e a necessidade — ou não — de estabelecer limites para ela. Desde o início da obra, ainda no prólogo, ele deixa claríssimo em que time joga, ao citar uma frase do filósofo Isaiah Berlin, professor da Universidade de Oxford: "Liberdade para os lobos tem significado, com frequência, morte para as ovelhas".

Além de defender que haja limitações para o exercício da liberdade para que não prejudique outros, Stiglitz condena, com igual veemência, quem defende um Estado enxuto, mínimo, como a bandeira de muitos liberais. As duas questões estão indelevelmente ligadas, escreve ele.

Na sua opinião, em vez de o excesso de governo levar à tirania, a mudança para o neoliberalismo reduziu a liberdade e "forneceu um terreno fértil para os populistas". A social-democracia, ao dar ao Estado um papel maior, gera sociedades mais livres e robustas que são resilientes a autoridades autoritárias, como o ex-presidente americano Donald Trump.

Neste contexto, são citados o Brasil, numa referência implícita ao ex-presidente Jair Bolsonaro, além dos Estados Unidos e da Hungria. Nesses países, autoritários e populistas ganharam poder graças às falhas dos governos em não fazer o suficiente, escreve Stiglitz, contrariando a tese de que esse gênero de governantes é resultado de Estados que atuam demais.

LEO PINHEIRO/VALOR

Joseph Stiglitz é explícito nas críticas aos liberais ou neoliberais

Nos últimos anos, o mundo viu a ascensão de estadistas populistas e antidemocráticos em várias nações, nos quais governos anteriores tinham feito pouco para minorar as desigualdades, defende Stiglitz.

"The Road to Freedom - Economics and the Good Society" (O caminho para a liberdade - Economia e a boa sociedade, em tradução livre, ainda sem previsão de publicação em português) foi lançado em abril nos países de língua inglesa. Stiglitz tem um currículo de dar inveja — além de ter recebido o Prêmio Nobel de Economia, foi economista-chefe do Banco Mundial e chefe do conselho econômico durante a presidência de Bill Clinton. Hoje, aos 81 anos, é professor da Universidade Columbia, em Nova York. É também um autor best-seller — ao menos um dos seus livros vendeu mais de 1 milhão de exemplares mundialmente.

É um livro que guarda um tom apaixonado ou, em determinados trechos, até panfletário, como poderia esperar quem conhece ao menos um pouco do economista. Stiglitz ganhou fama internacional quando lançou o livro "A globalização e seus malefícios", em que criticava duramente o Fundo Monetário Internacional, em especial sua atuação nos países em desenvolvimento ou pobres. Diferentemente de muitos economistas que primam pela cautela nas suas argumentações, Stiglitz não mede palavras e é explícito nas críticas aos liberais ou neoliberais.

Em reportagem do "Financial Times" (publicada pelo **Valor** no dia 2 de maio na versão impressa), é lembrado que, no livro, Stiglitz demonstra seu desgosto moral pelo "egoísmo", "materialismo" e "desonestidade" do capitalismo neoliberal. "Stiglitz reclama das companhias aéreas que perdem bagagens, das redes telefônicas não confiáveis, de call centers que mantêm as pessoas na espera por horas. É algo claramente pessoal", escreveu o jornalista do "FT".

Pode-se também considerar pessoal a permanente "batalha" de Stiglitz contra Friedrich Hayek e Milton Friedman, os mais notáveis defensores, em meados do século passado, dos mercados sem restrições, um "oxímoro" para Stiglitz, já que sem regras aplicadas por governos haveria poucos negócios — como confiar nos parceiros, nos clientes, nos empregados, nos fornecedores, nos bancos sem regulamentação?

As falhas de um mundo em que os mercados reinassem sem regras incluem concorrência limitada (onde a maioria das empresas tem algum poder para definir os seus preços); mercados ausentes (não é possível, por exemplo, comprar seguros para a maioria dos principais riscos que enfrentamos); e informações imperfeitas (os consumidores não conhecem as qualidades e os preços de todos os bens no mercado, as empresas não conhecem as características de todos os seus potenciais empregados, os credores não sabem a probabilidade de um potencial mutuário pagar o empréstimo, e assim por diante).

Economistas conservadores como Friedman estavam tão empenhados na sua ideologia que se mostraram relutantes em aceitar estes resultados teóricos fundamentais, argumenta Stiglitz.

Ele se lembra de uma conversa com Friedman num seminário no fim da década de 1960 na Universidade de Chicago, em que Stiglitz procurou demonstrar o fracasso dos mercados em lidar com o risco de forma eficiente — um resultado que, afirma ele, foi apresentado numa série de artigos que não foram refutados no meio século desde que foram lançados.

"A nossa conversa começou com a sua afirmação de que eu estava errado e que os mercados eram eficientes. Pedi a ele que me mostrasse as falhas em minhas provas. Ele voltou à sua afirmação e à sua fé no mercado. Nossa conversa não levou a lugar nenhum."

Uma história de música, corrupção e superação

Biografia de João Carlos Martins não foge de temas espinhosos que marcaram sua carreira. Por *Adriana Abujamra*, para o Valor, de São Paulo

O indomável: João Carlos Martins entre som e silêncio
Jamil Chade
Record, 196 págs., R$ 59,90

"O indomável" — assim o jornal "The New York Times" descreveu uma das performances de João Carlos Martins no Carnegie Hall, icônica casa de espetáculos de Nova York. A crítica referia-se à bravura e exuberância do brasileiro ao piano, deixando à margem o outro sentido do termo. O músico manteve em segredo, por décadas, os sintomas que o atormentavam desde os 15 anos. Os dedos a correr ligeiros pelo teclado costumavam surpreendê-lo com movimentos involuntários e dores lancinantes. A mão a tocar, com maestria, era a mesma a trair, ladina.

Para permanecer em cena, Martins recorreu a toda sorte de estratégias: ortodoxas, incluindo 29 cirurgias, inúmeras injeções e sessões de fisioterapia; truques, como mudar a altura do banco onde se sentava para tocar e prender o dedo com elástico; e mandingas, do tipo não pisar no palco com sapato marrom ou se valer de "poeira cósmica", dica do conterrâneo e xará João Gilberto.

Em "O indomável: João Carlos Martins, entre som e silêncio", o jornalista Jamil Chade conta as glórias e os percalços do artista brasileiro, hoje com 83 anos, um grande intérprete de Bach. Escrita a partir de conversas com Martins — e de pesquisas para contextualizar a cena política e cultural da segunda metade do século XX —, a biografia não foge dos temas espinhosos, trata de corrupção e relação complexa com o pai, tentativa de suicídio e fracasso como empresário. Cada capítulo traz um código QR que dá acesso a gravações históricas de sua carreira.

O gosto de Martins por Bach nasceu por influência do pai. A dedicação à formação musical da prole era uma maneira indireta de o patriarca realizar o desejo de ser pianista, inviabilizado pela perda do dedo mindinho, preso a uma máquina gráfica. A rotina do menino prodígio incluía seis horas diárias ao piano, leituras a respeito do compositor alemão, assim como títulos da biblioteca dos Martins cujo foco era ensinar como ser um sujeito de sucesso.

A liturgia antes de o rapaz entrar em cena incluía uma sessão espírita na qual a família invocava Giuseppe Verdi (1813-1901) e um comprimido de sulfato de benzedrina, anfetamina comum nos anos 1950, oferecido pelo pai. Este chegava ao ponto de pagar pela publicação de artigos nos jornais para rebater críticas negativas recebidas pelo filho, mas nem ele seria capaz de evitar que o maestro e pianista estampasse as primeiras páginas como um dos personagens envolvidos em um escândalo de corrupção na política.

Nos momentos em que as dores nas mãos o afastaram do piano, Martins buscava outras atividades. Nos anos 1970, tornou-se diretor da Turismo União, braço do Banco União Comercial. Duas décadas depois, assumiu o cargo de secretário de Cultura de São Paulo, no governo de José Maria Marin, e adquiriu a Paubrasil Engenharia, empresa usada como fachada para recolher doações de empresas nas campanhas de Paulo Maluf em 1990, quando concorreu ao governo do estado de São Paulo e perdeu, e quando se elegeu prefeito da capital, em 1992. Ao todo, essa firma arrecadou US$ 19 milhões, num esquema de lavagem de dinheiro.

Com a imagem arranhada, Martins voltou novamente para o piano. "Esse é o ponto de virada da minha vida", disse em uma entrevista a um jornal americano na época. "Voltarei à música mesmo com todos os problemas físicos que tenho, e a música será minha vida de agora até a minha morte."

O cancelamento constante de concertos, recitais e projetos, como o iniciado pela Tomato Records, de gravar toda a obra de Bach, afligia o pianista e seu empresário, Jay Hoffman, que escondiam do público as suas reais condições de saúde. A versão divulgada pela dupla atribuía as mazelas físicas a um tombo durante uma pelada no Central Park, aos 26 anos, em que machucou um nervo, agravada pelo assalto em Sofia, capital da Bulgária, três décadas depois, onde levou uma bordoada e feriu os membros superiores. Segundo Martins, a estratégia foi ideia do empresário, com quem o artista diz ter feito um pacto para não revelar a verdade enquanto o amigo estivesse vivo.

Apenas após a morte de Hoffman o músico tornou pública sua doença, distonia focal, distúrbio neurológico que atrofia as mãos. Durante anos, os médicos atribuíram seus sintomas a causas psicológicas. Em 2003, aventou-se pela primeira vez o diagnóstico, confirmado apenas quase uma década depois. Já sabendo que não poderia mais tocar nem com a mão esquerda, o pianista assumiu o papel de maestro e, em 2007, criou a Fundação Bachiana, ampliando projetos de inclusão social por meio da música.

Ao saber de sua condição, um engenheiro criou um par de luvas que o ajudariam a voltar a tocar. Embora continuasse longe do que era capaz na fase áurea, as "luvas biônicas" permitiram que Martins voltasse aos teclados, em 2022, no Carnegie Hall, para celebrar os 60 anos de sua estreia naquele palco.

Devido à dificuldade de coordenação dos movimentos dos dedos, o pianista e maestro não consegue segurar a batuta e rege com as próprias mãos, que, em seus termos, são "o instrumento de todos os instrumentos".

FABIO ROSSI / AGÊNCIA O GLOBO

João Carlos Martins rege só com as mãos, "o instrumento de todos os instrumentos"

Lançamentos

Histórias da matemática
Marcelo Viana
Tinta-da-China Brasil
256 págs., R$ 84,90

Dominar a matemática será condição para viver num dia a dia em que os números têm maior importância — vide o avanço da tecnologia, as redes sociais, os jogos virtuais e a inteligência artificial. O matemático Marcelo Viana parte de Pitágoras, passa por Newton e pela explicação de como o italiano Fibonacci ensinou os europeus e chega a questões contemporâneas, ao funcionamento da brincadeira de amigo secreto e aos tradutores automáticos que se utilizam da IA. Viana conta histórias sobre personalidades e questões importantes da matemática. O autor é diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada.

Eva
Cat Bohannon
Trad. Fernanda Abreu
Companhia das Letras. 616 págs. R$ 119,90

Este livro oferece uma nova perspectiva sobre a evolução humana. Ao analisar os últimos 200 milhões de anos, Bohannon recupera nossas "ancestrais evolutivas" e propõe mais que a revisão de nossa história. A autora alerta para a correção urgente de um mundo voltado ao corpo masculino cisgênero. Exemplo: doses padrão de antidepressivos são prescritas a homens e mulheres, mas o efeito pode diferir. Escrito com humor e baseado em pesquisas recentes, "Eva" mostra como compreender especificidades e conhecer mais a nós mesmos enquanto espécie, independentemente de identidade de gênero ou sexo biológico.

Sem drama
Nedra Tawwab
Trad.: Helen Pandolfi
Intrínseca, 288 págs., R$ 59,90

A terapeuta americana Nedra Tawwab foi recentemente incluída na lista das 100 pessoas mais influentes do mundo em saúde da revista "Time". Neste livro, ela aborda as muitas maneiras de lidar de forma saudável com nossos afetos e desafetos familiares e adotar uma nova postura com efeitos positivos em outras áreas da vida. Ela discorre sobre temas como traumas, negligência emocional, dificuldades de convívio, vícios e transtornos mentais e oferece conceitos clínicos e pontos de vista que ampliam o autoconhecimento e fomentam o desejo de mudança.

A filha do papa
Dario Fo
Trad. Anna Palma
Autêntica. 208 págs., R$ 64,90

Este livro vai na contramão do retrato habitual de Lucrécia Bórgia (1480-1519) como perversa e incestuosa. Para o escritor e dramaturgo italiano Dario Fo (1926-2016), Nobel de Literatura em 1997, era necessário romper com as reconstruções escandalosas a respeito da filha de um cardeal de igreja — que se tornaria o corrupto papa Alexandre VI — e de uma amante. Lucrécia viveu no Renascimento, teve três casamentos (um marido assassinado), amantes e filho ilegítimo. Para Fo, faltava revelar a humanidade de Lucrécia e ressaltar seu caráter, sua inteligência, cultura e generosidade. ■

Como Chico driblava a censura

Baseado em entrevistas de arquivo, livro conta detalhes da perseguição ao músico. Por *Norma Couri*, para o Valor, de São Paulo

O que não tem censura nem nunca terá
Márcio Pinheiro
L&PM, 224 págs.,
R$ 54,90

Chico Buarque tropeçou na censura pela primeira vez aos 22 anos. A Marinha julgou deboche ao marquês sua música "Tamandaré", sobre a figura da nota de 1 cruzeiro. Era 1966 e Chico virou obsessão para os censores durante os 21 anos de ditadura instalada no golpe militar de 1964. Três de cada quatro músicas que fazia eram vetadas. Só emplacava 12 faixas para um LP depois de trocar capa, versos e títulos de discos apreendidos. Os censores ocupavam um papel tão importante que um deles sugeria rimas para facilitar o trabalho de compositores "mais humildes". Chico completa 80 anos neste 19 de junho e dificilmente ri do sufoco que viveu: "Era uma tensão horrorosa".

A violência está detalhada em "O que não tem censura nem nunca terá", de Márcio Pinheiro, autor de "Rato de redação: Sig e a história do Pasquim" (ed. Matrix). Sem entrevistar Chico, hoje recluso, Pinheiro muniu-se de mais de mil páginas de entrevistas concedidas por ele naqueles "tempos de pesadelo, fúria e dor", como Eric Nepomuceno qualifica no prefácio. Pinheiro descreve com riqueza e precisão a angústia que consumiu bons anos de uma geração que andava "Pelas Tabelas" e, como Chico cantou, "claro que ninguém se toca com minha aflição".

A censura existia desde 1934, instalada por Getúlio Vargas, mas nunca foi tão paranoica como entre 1966 a 1986. Agia desconfiada por medo de ser ludibriada por metáforas, jogos de palavras e mensagens subliminares até nas pornochanchadas "O Atleta Sexual" e "A Virgem de Vermelho". Censuravam e multavam atores por peças de Sófocles, Bertolt Brecht, Tennessee Williams. Nem Adoniran Barbosa escapou, o "Samba do Arnesto" podia ser recado para Geisel.

O jovem que ainda em 1966 venceu com "A Banda" o II Festival de Música Popular Brasileira e só aceitou o prêmio se fosse dividido com Geraldo Vandré ("Disparada"), ficou marcado. Quando Chico estreou o musical "Roda Viva", com direção de José Celso Martinez Corrêa, em 1968, o Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, foi invadido pelo Comando de Caça aos Comunistas; o cenário, destruído; e os atores, agredidos por "táticas subversivas". A peça foi suspensa porque "conclamava o público burguês a derrubar a ditadura".

Quinze dias depois da implantação do AI-5, em 1968, depois que Caetano e Gil foram presos e "convidados" a se exilar, Chico decidiu se autoexilar na Itália. Ficou 14 meses. Ao voltar em 1970, em pleno governo Médici, descobriu o suplício de submeter suas músicas à censura.

LEO AVERSA

Para escapar dos censores, Chico Buarque criou o pseudônimo Julinho da Adelaide

"Menino Jesus", versão de "Gesù Bambino", foi censurada com um pacote de 60 composições. Jesus não poderia ser retratado como filho de soldado desconhecido, bebendo vinho com bandidos e prostitutas. Focados nisso, os censores deixaram passar "Apesar de Você" até que uma notinha de jornal chamou atenção para aquele hino onde o relacionamento amoroso camuflava o sonho do fim do governo militar. Elizeth Cardoso foi proibida de cantá-la no Canecão; rádios e TVs, vetados; cópias, destruídas.

Com sua sofisticada elaboração de proparoxítonas, Chico conseguiu encobrir a crítica social de "Construção", mas os versos de "Partido Alto" foram considerados "rasteiros e vulgares" pelos censores irritados com a frase "Na barriga da miséria / Eu nasci brasileiro".

Blindados pela censura, Chico e Gil compuseram "Cálice", mas, mal cantavam, os microfones dos shows eram silenciados. Era o fim de 1973 e Chico resolveu partir para uma superprodução em parceria com Ruy Guerra, "Calabar: O Elogio da Traição". Uma semana antes da estreia, o Departamento de Polícia Federal avisou que nem precisaria ver o ensaio geral.

"Calabar", sobre o personagem histórico (1609-1635) que tomou partido dos holandeses contra os portugueses, e as músicas "Bárbara", "Ana de Amsterdã" e "Não Existe Pecado ao Sul do Equador" poderiam "incitar os brasileiros a se revoltarem contra a ditadura militar". Os jornais foram proibidos de publicar a proibição.

Se constava do LP de Chico, era vetada, nem conferiam se a composição era de um autor morto havia quase quatro décadas, como aconteceu com "Filosofia", de Noel Rosa. Para irritá-los porque não conseguiriam censurar apenas a voz, Chico só cantou músicas de outros compositores em "Sinal Fechado" (1974).

E criou um duplo, Julinho da Adelaide, autor de "Acorda Amor". Metáfora para as prisões aleatórias de dissidentes ao regime, "a polícia chegando/ eu de pijama/ a viatura lá fora/ chama o ladrão", os censores não perceberam a ironia. Nem noutra música de Julinho, "Jorge Maravilha", alusão a Amália Lucy, filha do general Geisel, "você não gosta de mim/ Mas sua filha gosta".

Quando notinhas de jornal expuseram o ridículo dos censores enganados, eles exigiram que as canções viessem com identidade e CPF do autor. Um Chico pesaroso comunicou que Julinho, filho da cabrocha Adelaide, ex-namorada de Vinicius de Morais, apareceu morto na Rocinha...

Em represália, o fado "Tanto Mar" foi retirado duas horas antes do espetáculo em que ele comemorava dez anos de carreira com Maria Bethânia. O troco de Chico foi criar "Gota d'Água" com Paulo Pontes, mas teve de negociar muitos cortes ao transpor a tragédia grega de Eurípedes, "Medeia", para um conjunto-habitacional do Rio. O prêmio Molière foi recusado em protesto à proibição de "O Abajur Lilás", de Plínio Marcos, e "Rasga Coração", de Oduvaldo Vianna Filho.

Seu musical "Ópera do Malandro" (1978) foi considerado um "atentado ao decoro público capaz de provocar incitação contra o regime". Como Chico driblava bem, a censura não percebeu o aviso "a coisa aqui tá preta" na carta cifrada ao dramaturgo exilado Augusto Boal em "Meus Caros Amigos". Nem que a Angelica da música era a estilista Zuzu Angel, de morte suspeita enquanto protestava pelo assassinato do filho Stuart na base da Marinha no Galeão. De alegoria em alegoria à ditadura, ele conseguiu deixar passar o livro "Fazenda modelo" (1974). Mas a 30 de abril de 1981 ele poderia ter explodido no show que roteirizou no Riocentro se a bomba destinada ao pavilhão não tivesse estourado antes no colo do sargento Rosário.

Quando foi extinta na Constituição de 1988, a censura em apenas quatro anos tinha engolido livros inteiros, 4.560 letras de músicas, 168 peças, 68 filmes. Nenhuma vítima comemorou a volta da produção, "o prejuízo já aconteceu", Chico lamentou na época.

Outros Escritos

Marcas de um tempo

Michel Laub

Jerry Seinfeld, "Bebê Rena" e a ficção corporativa

1.

De "Cidadão Kane" a "O Aviador", o cinema americano sempre gostou de contar histórias de sucesso empresarial — e nunca deixou de ver nelas um lado sombrio, desumanizante. A abordagem ambivalente é típica de Hollywood: em gêneros que vão do policial ao western, do drama jurídico às sagas de máfia, essa é uma indústria que celebra tanto o sistema quanto os personagens voluntariosos que o desafiam.

Mas a crítica estrutural, que nos dois filmes citados retrata — pela ordem — os interesses políticos da mídia e a ação de monopólios do setor aéreo, vem diminuindo de uns tempos para cá. Títulos como "Fome de Poder" (sobre o McDonald's), "Jobs" (sobre a Apple) e "Air" (sobre o Nike Air) falam pouco ou nada sobre os males que essas empresas causaram à sombra da eventual qualidade ou conveniência de seus produtos. Como exemplos respectivos, daria para citar a saúde e as culturas locais prejudicadas por uma cadeia imperialista de fast-food, o emburrecimento do mundo via smartphones e a transformação do esporte num negócio cuja mensagem de fundo é o consumismo ostentatório.

Entre as duas vertentes, é difícil dizer onde se situa o recém-lançado "Unfrosted", produzido pela Netflix. Escrito e dirigido por Jerry Seinfeld, em termos temáticos o filme soa como piada que caberia na "comédia sobre o nada" que fez a fama do autor na TV dos anos 1990. Afinal, e sem que o marketing das empresas esteja envolvido no roteiro ou no financiamento do projeto, por que alguém resolveria contar a história do embate entre a Kellogg's e a Post pela criação do biscoito Pop-Tart?

A trama se passa no início dos 1960, e Seinfeld dá a ela uma feição de paródia, relacionada a fatos da época e suas versões conhecidas no cinema. O governo Kennedy e a corrida espacial aparecem num tom farsesco, que tira sarro do tom solene de filmes a respeito como "JFK" (Oliver Stone) e "Os Eleitos" (Philip Kaufman). Com personagens simpaticamente falhos, como o executivo responsável da Kellogg's (Seinfeld) e um ator que se fantasia de tigre em propagandas de sucrilhos (Hugh Grant), o esforço para chegar à receita do Pop-Tart é tratado com ironia, e suas trapalhadas postas no nível das então trapalhadas da Nasa.

Visto depois da recente tentativa de cancelamento de Seinfeld, por causa de declarações pró-Israel, "Unfrosted" fica (ainda) mais ambíguo se tentarmos ver nele um sentido ideológico. A leveza do assunto passa por cima da torcida que, no fim das contas, somos impelidos a fazer por uma guloseima ultraprocessada, que dá muito dinheiro para outra corporação capitalista. Num tempo de guerras, crise climática e desigualdade crescente, não deixa de ser uma forma de alienação — ou de malícia. Mas isso pode ser parte da sátira: como se o diretor, ao usar seu nome poderoso na indústria para financiar algo tão aparentemente gratuito, nos fizesse rir também da não gratuidade desse poder.

CRIS BIERRENBACH

2.

Se "Unfrosted" fala de marcas e receitas, "Bebê Rena" encarna a receita de uma marca. No caso, a própria Netflix, com seu modelo não ficcional aqui transposto para uma série dramática. Digo isso porque há um truque logo no início do primeiro episódio: assim como nos documentários da produtora, que adiantam trechos bombásticos da ação para gerar interesse desde as primeiras cenas, a frase que abre "Bebê..." nos atrai com uma formulação verista, grudada numa suposta realidade que desperta instintos voyeurísticos.

Também escrita por um comediante, Richard Gadd, a série não se contenta em ser "baseada em fatos reais", como é comum por aí. A frase de abertura é: "Esta é uma história real". Parece só outro modo de dizer a mesma coisa, mas a ênfase na ausência completa de ficção é uma estratégia, muito eficaz num tempo que ama reality shows e relatos pessoais nas redes, algo obviamente explorado pelos algoritmos da Netflix.

"Bebê Rena" vale ser vista. O terror de sua história, sobre a perseguição que o protagonista (vivido pelo próprio Gadd) sofreu depois de ter sido simpático com a stalker Martha (Jessica Gunning) num bar de Londres, vem de uma hipótese angustiante: um inferno que pode tragar qualquer pessoa a partir de uma situação cotidiana. Com agilidade e humor, a série tem vários momentos — em especial os que seguem a memória de um abuso sexual — de alta densidade psicológica, algo notável por escapar à pasteurização típica dos blockbusters de streaming.

Se aceitarmos a premissa da história 100% real, no entanto, o juízo muda em termos éticos ou no mínimo em relação à verossimilhança de cenas que declaradamente teriam sido daquele jeito exato. Por exemplo, não há como o tempo entre cada investida de Martha ser calibrado como aparece na tela, de modo que a sequência transmita sempre ao público uma impressão de crescendo — e ao final de cada episódio, por coincidência, o crescendo gere um clímax que serve de gancho para o episódio seguinte.

Na mesma linha, é duvidoso que um trote telefônico da stalker para os pais de Gadd o tenha feito pensar (já no terço final da história) que só ali as coisas estariam chegando a "outro nível" (quando antes ela já tinha invadido a casa do protagonista, passado semanas vigiando-o num ponto de ônibus e batido em sua namorada). A não ser, claro, que a fala seja só uma ponte entre ganchos de um enredo concebido para ter determinados efeitos estéticos — e comerciais.

3.

Como era previsível, a Martha verdadeira (Fiona Harvey) processou a Netflix pelo que alega serem mentiras de "Bebê Rena". Numa entrevista dada ao programa de Piers Morgan, entre outras coisas, ela diz não ter sido presa como aparece na série, e que suas mensagens de e-mail seriam em menor número do que o mostrado, e que elas teriam um tom cômico que foi interpretado literalmente.

À parte as provas que serão produzidas no processo, a versão no geral não convence, até porque existe o testemunho de outra vítima das obsessões de Harvey. Mas, se o debate fosse em cima da verdade específica de cada detalhe posto em dúvida, não deixa de ser interessante ver a Netflix provando os efeitos reversos do próprio marketing, o mesmo que a está fazendo ganhar uma fortuna com a história.

Só no final de cada episódio, em letras miúdas de créditos que costumam ser pulados pelo espectador, está dito que "Bebê Rena" foi "baseada na peça de Richard Gadd". É bem diferente do anúncio inicial, que dá a entender que nenhum fato ali foi inventado — ou omitido, espichado, modelado para efeitos de... ficção. Conscientemente ou não, os argumentos de Harvey nos fazem lembrar de uma obviedade: um roteiro é um arranjo artificial, e é por causa da estética — a ordem como as coisas aparecem, o peso que se dá para cada cena e assim por diante — que se chega a uma verdade (a da obra) aproximada em espírito do que seria (ou poderia ser) a verdade de fato.

Na comparação com "Unfrosted", seria diferente se a Kellogg's resolvesse processar Seinfeld e a Netflix. A motivação continuaria sendo dinheiro, mas aí sem o filistinismo de discutir ficção como espelho fiel da vida, quando essa última é muito mais lenta, chata e incoerente que um filme ou episódio de série. O mundo fica mais plano quando não entende essa diferença, e isso facilita o negócio de quem vende histórias sob uma lógica de fast-food.

Michel Laub, jornalista e autor dos romances "Diário da Queda" (2011) e "Solução de Dois Estados" (2020), escreve neste espaço quinzenalmente ■

INÊS 249

O segredo da estátua

Literatura O apelo à democracia e à emancipação feminina que rendeu importante prêmio a autor francês. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo

A cena final do filme "Silvio e os Outros" (2018), de Paolo Sorrentino, mostrando o resgate de uma estátua de Cristo das ruínas de uma igreja atingida por um terremoto, comoveu o escritor francês Jean-Baptiste Andrea. Como, para ele, a inspiração nasce de uma associação de ideias, a imagem desencadeou a criação de uma trama em que uma estátua constitui o mistério central. Era setembro de 2021 e, nos dez meses seguintes, Andrea montou a estrutura do romance "Velar por ela", vencedor do Prêmio Goncourt de 2023, a maior distinção literária da França.

O livro chega agora ao mercado brasileiro pela editora Vestígio, do Grupo Autêntica, que também lançou dele "O pianista da estação" (2022). Escrito como um poema, "Velar por ela" (416 págs., R$ 79,80) é um apelo à liberdade, à democracia e à emancipação feminina.

Trata-se da infeliz trajetória de Michelangelo "Mimo" Vitaliani, um homem de pequena estatura com grande habilidade nas mãos que, no fim da vida, passa a "velar" sua obra-prima, uma escultura misteriosamente poderosa, "uma estátua que perturba quem a vê, mas cuja história e origem permanecem em segredo".

Ex-roteirista e diretor de cinema, Andrea ambienta o romance ao longo de diversas décadas da história da Itália do século XX, incluindo os anos da ascensão do fascismo, quando Mimo, jovem e pobre, estabelece um vínculo intenso com Viola Orsini, uma jovem aristocrata, aventureira e à frente de seu tempo.

A cronologia do livro é inversa, ou seja, o primeiro capítulo se passa no outono de 1986, quando um frágil Mimo, então com 82 anos, é cuidado pelos monges de um claustro em Piemonte. "Em todos os meus livros, o gatilho está no final, pois preciso saber para onde estou indo", conta o escritor de 53 anos, que nasceu na França e tem a Itália como o país de seus antepassados.

"Preciso descobrir a história aos poucos até chegar à minha versão da trama, que desembocará naquele final que foi muito inspirador para mim. Sei que sou uma figura solitária nesse aspecto na França, pois a maioria dos meus amigos começa a escrever um livro para ver onde vai dar. É uma opção terrível porque raramente se acerta o alvo dessa maneira."

Para ele, a amizade é o motor da história, o amor, no sentido mais expandido da palavra. "Não é o romance, mas o sentimento nascido entre eles que alimenta o livro", conta Andrea, que buscou terríveis momentos da história da Itália para ambientar os personagens. Viola é, no seu entender, a protagonista da trama por ter de lidar com um tipo de comportamento imposto pela sociedade, pela família e pelos amigos.

CELINE NIESZAWER/DIVULGAÇÃO

Jean-Baptiste Andrea viu sua rotina modificar-se bastante com a conquista do Prêmio Goncourt

"Eu queria honrar esse tipo de mulher brilhante que tem de lutar duas vezes mais que um homem para ser aceita na comunidade, especialmente em 1916, quando começa a história do livro", observa. "Desde sempre, as mulheres se sacrificam muito, e é preciso ter um olhar muito aberto para entender como isso é tóxico."

Um dos momentos mais tensos da trama acontece durante a ascensão fascista em 1922, época sombria que forçou as pessoas a fazerem escolhas fundamentais na vida: serem a favor ou contra, ativas ou passivas. "O fascismo era um espelho natural do país ao refletir a covardia que liderava naquele momento, obrigando as pessoas a terem o mesmo gesto, o mesmo ódio, contaminando o país inteiro. Covardia é a palavra que melhor descreve aquelas pessoas."

O fascismo também permitiu retratar Mimo sob uma luz nem sempre lisonjeira. Andrea buscava um herói que tivesse as mesmas fraquezas apresentadas pelo país naquele período. Assim, Mimo é a Itália. "Com a atual ascensão da extrema direita em quase todo planeta, me pareceu interessante mostrar como o fascismo cresceu graças a uma série de mal-entendidos. Por exemplo, bastaria enviar o exército para que a marcha sobre Roma nunca acontecesse, e assim impedir que Mussolini ganhasse o poder. O ponto de inflexão para o pior ainda está por um fio."

Por outro lado, a arte permite que Mimo enfrente o preconceito contra sua baixa estatura, além da origem humilde. "Antes que sua genialidade seja aceita, Mimo é um jovem escultor prejudicado pela síndrome do impostor ligada à sua origem social. A arte, portanto, revela-se como uma fronteira obscura e misteriosa entre o homem e alguma outra coisa, talvez maior", diz Andrea, cuja conquista do Goncourt modificou profundamente sua rotina.

Ele explica por meio de uma analogia: "Antes, eu era como uma banda que tinha seu público cativo em pequenas casas de show. Depois do Goncourt, precisei me apresentar em estádios como Wembley ou o Maracanã. Esse prêmio tem um poder enorme na França ao impactar o público e a mudar a forma como as pessoas te olham".

Como de hábito na história do Goncourt, Andrea recebeu uma quantia simbólica, no valor de € 10, algo como R$ 56, mas é um tipo de vitória que pode coroar uma carreira já consagrada ou mesmo lançar subitamente uma nova. Entre vencedores anteriores, destacam-se Marcel Proust, Simone de Beauvoir e Patrick Modiano, que mais tarde recebeu o Prêmio Nobel de Literatura.

A vitória de "Velar por ela", no entanto, foi apertada, com os jurados participando de 14 rodadas de votação até que, com o placar empatado em 5 a 5 na disputa com "Sarah, Susanne et l'Écrivain", de Éric Reinhardt, o "voto de Minerva" veio de Didier Decoin, presidente do júri. "Não tenho mais que provar nada, sinto que isso se foi. Minha vitória foi derrotar a suspeita de algumas pessoas de que eu não conseguiria fazer algo melhor." ■

TRF-1
Fotografias servem para comprovar que candidato tem direito à vaga destinada a cotas
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
O ITCMD na regulamentação da reforma tributária
E2

Fio da Meada
O lucro societário é bom para o Fisco?
valor.globo.com/legislacao

Civil Decisões, proferidas em segunda instância e pelo STJ, têm efeitos previdenciários e sobre herança

Judiciário concede pedido de divórcio mesmo após a morte de um dos cônjuges

Adriana Aguiar
De São Paulo

O Judiciário tem concedido divórcio mesmo após a morte de um dos cônjuges, desde que o pedido de dissolução do casamento tenha sido solicitado ainda em vida. Há decisões de segunda instância e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a favor do chamado "divórcio pós-morte" — que não tem previsão legal, mas é tratado no anteprojeto do novo Código Civil, em discussão no Senado.

Essas decisões geram efeito sobre a herança, que o ex-cônjuge deixa de ter direito. Ele só participa da divisão dos bens comuns determinados pelo regime de casamento escolhido — 50% dos bens na comunhão universal, 50% dos bens comuns na comunhão parcial ou nenhum bem se o regime era de separação total e não há nada em testamento. Há ainda efeito previdenciário. Perde-se o direito à pensão por morte do INSS.

Apesar de os casos nas Varas de Família tramitarem em segredo de justiça, é possível ter acesso às ementas. Geralmente, são os filhos do cônjuge morto que dão sequência ao processo de divórcio.

Por ora, o divórcio pós-morte tem sido admitido apenas via decisão judicial. Mas o parágrafo 4º, inciso V, do artigo 1571, do anteprojeto do Código Civil, em discussão no Senado, prevê expressamente que "o falecimento de um dos cônjuges ou de um dos conviventes, depois da propositura da ação de divórcio ou de dissolução da união estável, não enseja a extinção do processo, podendo os herdeiros prosseguir com a demanda, retroagindo os efeitos da sentença à data estabelecida na sentença como aquela do final do convívio".

GABRIEL REIS/VALOR
Advogada Aline Braghini: divórcio pós-morte fortalece o princípio da autonomia da vontade das partes

Foi o entendimento adotado recentemente pela 4ª Turma do STJ, em decisão unânime. O caso analisado foi o de um homem que ajuizou ação de divórcio cumulada com partilha de bens contra a esposa, que morreu durante a tramitação do processo. O ex-marido pedia a extinção do processo sem resolução do mérito.

No entanto, o juízo de primeiro grau decidiu pela habilitação dos herdeiros no processo e julgou procedente o pedido de divórcio póstumo, decisão que foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e agora pelos ministros do STJ.

O relator do recurso, ministro Antonio Carlos Ferreira, entendeu que a partir da Emenda Constitucional nº 66/2010, o divórcio passou a ser um direito potestativo — ou formativo — dos cônjuges, cujo exercício decorre exclusivamente da vontade de um de seus titulares. Destacou que, no caso, embora a esposa não tenha sido a autora da ação, ela manifestou claramente sua concordância com o pedido do marido e ainda pediu o julgamento antecipado do mérito quanto ao divórcio.

De acordo com a decisão do ministro, "o respeito à vontade da pessoa proclamada em vida tem norteado a jurisprudência desta Corte em casos que envolvem matéria sucessória, e com muito mais razão deve orientar o olhar sobre questões de Estado, cujo conteúdo alcança diretamente a dignidade do cônjuge" (processo em segredo judicial).

Na 3ª Turma do STJ, há decisão monocrática do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Ele analisou o pedido de divórcio de um homem que morreu meses depois, vítima de um AVC. No caso, o casal não tinha filhos em comum, mas os filhos dele entraram com processo para decretar o divórcio pós-morte.

Segundo a decisão do ministro, "a dissolução da vida conjugal traduz um direito potestativo, exigindo-se para decretação do divórcio apenas a vontade de uma ou de ambas as partes". Para Cueva, "a inequívoca vontade de ambas as partes de não mais estarem em matrimônio não impede que, em razão do óbito de uma delas, não se decrete o divórcio" (REsp 2007285).

Em segunda instância, há decisões em São Paulo, Minas Gerais e Maranhão. O Tribunal de Justiça mineiro (TJMG) foi provavelmente o primeiro a se manifestar sobre o assunto. O divórcio pós-morte foi concedido em 2021, em julgamento 4ª Câmara Cível , por maioria de votos. No caso, já havia a separação de fato e, em novembro de 2020, o ex-marido morreu vítima de covid-19. A única herdeira dele pediu a continuidade do processo.

No TJSP, já existem decisões que reconhecem a possibilidade de divórcio pós-morte com efeito retroativo à data do ajuizamento da ação, de forma excepcional. Em um dos julgados, o cônjuge sobrevivente pediu a desistência da ação, mas a filha do falecido pediu a homologação da medida. Alegou que o pai e a madrasta já estavam separados há dois anos e que ele já havia constituído união estável com outra pessoa, que pedia os direitos de companheira.

De acordo com a advogada Aline Braghini, do CM Advogados, a ratificação pelo STJ vem demonstrar uma uniformização do tema, já que alguns tribunais negam pedidos por entender que o casamento é extinto pela morte. Para a advogada, essas decisões que reconhecem o divórcio pós-morte são acertadas, "pois fortalecem o princípio da autonomia da vontade das partes, resguarda valores primordiais da dignidade humana e liberdade do indivíduo, prezando pela boa-fé e celeridade".

O professor Rolf Madaleno, que é diretor nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e participou da elaboração do anteprojeto no novo Código Civil, afirma ser absolutamente a favor dessas decisões. "São coerentes, pois não faz sentido pretender ser herdeiro do cônjuge do qual estava se divorciando só porque antes do decreto de divórcio ele morreu."

> "Não faz sentido querer ser herdeiro do cônjuge do qual estava se divorciando"
> *Rolf Madaleno*

Destaque

Ofensas verbais

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) manteve sentença que determinou o pagamento de R$ 5 mil de indenização por dano moral a recepcionista que sofreu humilhações praticadas pela superior em clínica de especialidades terapêuticas na capital. A empregada conta que a dona da clínica a tratava de forma grosseira, com ofensas verbais, acusações e ameaça de demissão. Disse que, por duas vezes, teve crise de ansiedade no trabalho, precisando ser socorrida. Segundo ela, a mulher gritava com as funcionárias na frente dos pacientes, chamando-as de incompetentes e inúteis, e costumava dizer "aqui eu sou Deus", fatos confirmados por testemunha. Em defesa, a empregadora contestou as acusações. Admitiu que a trabalhadora teve crises de ansiedade na clínica, mas negou que a causa estivesse no ambiente laboral. No acórdão, a desembargadora-relatora Beatriz Helena Miguel Jiacomini destaca que as situações constrangedoras causadas pela superior hierárquica "contribuem para a queda da autoestima dos subordinados, degradando o meio ambiente de trabalho, causando sentimentos de angústia, baixa autoestima e tantos mais, passíveis de comprometer o equilíbrio físico-psíquico dos trabalhadores" (processo nº 1001058-79.2023.5.02.0601).

Dívida protestada pode ser negociada em cartório

Beatriz Olivon
De Brasília

A Corregedoria Nacional de Justiça deu o último passo para liberar negociações em cartórios de dívidas protestadas ou que ainda serão submetidas a protesto. Já havia previsão legal para a medida, mas faltava a regulamentação, que veio por meio da edição do Provimento nº 168, de 27 de maio.

Além de facilitar para devedores e credores, a medida possibilita a redução do número de demandas que sobrecarregam o Poder Judiciário, segundo o corregedor, ministro Luis Felipe Salomão. "O provimento permite a negociação no cartório antes, durante e até depois do protesto, e envolve qualquer tipo de dívida, tanto entre particulares quanto com o poder público", explica o corregedor. Na Justiça, existem cerca de 20,5 mil processos pendentes sobre superendividamento. Em 2023, eram 15,5 mil.

Os cartórios de protesto já estavam se preparando para a adoção da prática, de acordo com o ministro, porque essa janela já havia sido aberta pela Lei nº 14.711, de 2023, mas faltava a regulamentação. O provimento, afirma, passou por uma ampla aprovação dos interessados.

Os pedidos para negociação poderão ser feitos antes ou depois do protesto, pelo credor ou mesmo pelo devedor. É necessária a apresentação de dados pessoais, incluindo CPF ou CNPJ. Os interessados devem oferecer informações suficientes que permitam a identificação e a localização da outra parte. O prazo de vigência para negociação da dívida será definida pelo tabelionato.

O texto do Provimento nº 168 modifica a redação de alguns artigos do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituído pelo Provimento nº 149/2023. Com a nova redação, foram definidos critérios para a apresentação de propostas de solução negocial prévia ao protesto e de renegociação de dívida já protestada.

Cabe aos tabeliães de protesto manter serviços e ferramentas que garantam a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso à Central Nacional de Protestos (Cenprot), o que permitirá a consulta dos registros de adimplemento ou inadimplemento de títulos ou documentos de dívida, sem o valor jurídico de uma certidão.

O tabelião de protesto deverá informar à Cenprot todas as propostas de solução negocial protestada ou não, negociações bem-sucedidas e frustradas. Os andamentos diários das propostas com soluções negociais ainda em curso também serão enviados para a central, que vai reunir os dados estatísticos nacionais, estaduais e distritais, diários, mensais e anuais.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

> "Provimento permite a negociação antes, durante e até depois do protesto"
> *Luis Felipe Salomão*

A plataforma eletrônica do Cenprot também será designada para a intermediação, negociação e formalização de acordos entre credores e devedores.

De acordo com Liz Rezende, juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, na elaboração do provimento, instituições financeiras e cartórios foram consultados sobre a viabilidade e interesse nas negociações. A solução nos cartórios é mais rápida, afirma ela, pela quantidade de unidades, estrutura e pela facilidade de fazer a intimação eletrônica. É possível perguntar por e-mail ou WhatsApp ao devedor se ele quer fazer o acordo, exemplifica.

"O CNJ objetivou desjudicializar, possibilitar que as pessoas paguem suas dívidas, tenham a oportunidade de limpar o nome e o credor resgatar o crédito", afirma a juíza auxiliar.

De 2019 para cá, foi registrado aproximadamente R$ 1 trilhão nos cerca de 3 mil tabelionatos de protesto do Brasil, segundo André Gomes Netto, presidente do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil (IEPTB), entidade que reúne os cartórios de protesto.

Os cartórios, diz, estão prontos para fazer os acordos. "Já construímos o parque tecnológico. A entrada em vigor do provimento era o que faltava para esse processo estar legitimado. Não começamos da estaca zero. Já estamos prontos", afirma. "Quanto mais antiga a dívida, menor a chance de recuperação. Quanto mais nova, mais provável que aconteça."

Se o serviço durar até 120 dias, explica Gomes Netto, nada será pago, nem pelo credor nem pelo devedor. A partir desse período, o pagamento deve ser feito pelo credor de forma proporcional ao valor da dívida. Fora dos acordos, o protesto é gratuito para o credor desde 2019, mas é pago pelo devedor — que deve arcar com emolumentos do cartório proporcional ao valor da dívida.

O ITCMD na regulamentação da reforma tributária

Opinião Jurídica

Tathiane Piscitelli

O processo de regulamentação da reforma tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 inaugurou um novo capítulo esta semana com o envio do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108/2024. O texto visa disciplinar o Comitê Gestor do IBS e o processo administrativo tributário desse tributo, além de prever mudanças no ITCMD e no ITBI e especificar a destinação das receitas arrecadadas com a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip).

Uma leitura rápida do PLP já permite destacar algumas boas notícias quanto ao processo administrativo do IBS: a contagem do prazos processuais em dias úteis e o recesso entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro de cada ano. Essa era uma demanda antiga da advocacia e a determinação proposta pode servir de referência para o processo administrativo tributário federal. Além disso, o projeto elimina a figura do voto duplo, já que o presidente da câmara apenas se manifesta em caso de empate — ainda assim, a decisão segue nas mãos da administração, já que a presidência necessariamente será ocupada por um representante do Estado ou Distrito Federal.

Diante da extensão do PLP, meu foco neste texto estará, principalmente, voltado ao ITCMD. Desde logo mencione-se que o projeto apresentado pelo governo tem o mérito de estabelecer as normas gerais de tal tributo — medida necessária para fins de uniformização da cobrança entre os entes federativos e, ainda mais, para possibilitar a incidência do imposto nas doações ou heranças no exterior. Com isso, supre lacuna legislativa relevante e tem o potencial de ampliar os níveis de progressividade do sistema tributário nacional, também pela disciplina da tributação de bens e direitos objeto de trust no exterior. A despeito dos avanços, há pontos no projeto que têm o potencial de gerar contencioso administrativo e judicial.

O primeiro deles se refere justamente à tributação de heranças e doações no exterior: com a eventual aprovação do PLP, estaria suprida a condição posta pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a incidência do ITCMD em tais hipóteses. Nesse caso, seria defensável afirmar a necessidade de novas leis estaduais sobre o tema, sem a possibilidade de aplicação de legislação eventualmente existente por ocasião da decisão do Supremo. Ainda que seja adequado afirmar que a ausência de normas gerais da União não deve refrear a competência dos Estados, nos termos do artigo 24, parágrafo 3º, da Constituição, o Supremo posicionou-se pela precedência da lei complementar como condição à tributação. Daí, pois, a necessidade de novas normas estaduais, sob pena da inadequada "constitucionalidade superveniente" daquelas já existentes.

O segundo ponto tem relação com a possibilidade de incidência do imposto nas transmissões entre "pessoas vinculadas" sem justificativa negocial (artigo 160, parágrafo 5º). Mesmo que se trate de medida necessária para coibir eventuais fraudes, seria desejável o detalhamento do procedimento administrativo pelo qual se provará a inexistência de tal justificativa, sob pena de renovação dos debates (administrativos e judiciais) em torno das teorias de planejamento tributário e o direito à economia de tributos. Lembremos que o ato de lançamento é ato administrativo vinculado que deve ser motivado e acompanhado das provas colhidas ao longo do procedimento de fiscalização, as quais formalizam em linguagem o fato jurídico tributário. A ausência de justificativa negocial não pode ser presumida e nem sequer sua prova negativa estar a cargo do sujeito passivo.

Por fim, mas sem pretensão de ser exaustiva, enxergo com alguma estranheza o artigo 167, inciso II do PLP, que estabelece como dies a quo para a contagem do prazo decadencial a data do "conhecimento do ato ou negócio jurídico pela administração tributária estadual ou distrital", nos casos em que não tenha havido formalização de ato ou negócio jurídico sujeito à incidência do imposto. O dispositivo desvirtua o prazo de decadência e a atividade administrativa de fiscalização: segundo o Código Tributário Nacional (CTN), na omissão do sujeito passivo quanto ao cumprimento de seus deveres instrumentais relativos à formalização do fato jurídico tributário, deverá a administração lançar o tributo de ofício e o prazo para tanto será aquele disposto no artigo 173, inciso I do Código — essa determinação decorre do artigo 149 e respectivos incisos do CTN.

Da forma como está, o PLP possibilita que atos que o contribuinte não interpretou como passíveis de incidência do imposto estejam sempre com o prazo de decadência a iniciar. O cenário torna-se ainda mais inseguro com a combinação desse dispositivo com aquele que determina a incidência do imposto nas transmissões entre as denominadas pessoas vinculadas: a interpretação, do contribuinte, pela existência de "justificativa negocial" afastaria o recolhimento do imposto e, assim, não haveria qualquer ato ou negócio jurídico a ser formalizado. Compreensão diversa da administração, porém, somente se sujeitaria ao prazo decadencial quando a administração tomar conhecimento de tal fato e o qualificar como passível de incidência do ITCMD. A insegurança jurídica seria evidente.

Por fim, uma última observação sobre o ITBI: são bem-vindas as alterações ao CTN, de modo a adequar o artigo 35 às normas constitucionais. O mesmo não se diga, no entanto, quanto à possibilidade de incidência do imposto antes mesmo do registro da transmissão imobiliária ou do direito real relativo a imóvel. A interpretação do artigo 35-A que seria acrescido ao CTN deve se limitar aos casos de registro do bem ou direito na serventia competente, sob pena de incidência do imposto em momento não previsto no texto constitucional, como fixado, inclusive, pela jurisprudência.

Tathiane Piscitelli é professora da FGV Direito SP e colunista do blog Fio da Meada

CM HOSPITALAR S.A.

CNPJ nº 12.420.164/0001-57. NIRE 35.300.486.854. CVM 02568-2. Comp. Aberta. ("Comp.")

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 09/05/2024

DATA, HORA E LOCAL. Real. em 09/05/2024, às 14h, reun. por víd. conf., nos ter. do art. 13 do Est. Social da Comp. **CONV. E PRES.** Disp. a conv. prévia em virt. da pres. da total. dos memb. do Cons. de Admin. **MESA.** Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presid.; e Joseane Correia, Sec. **ORD. DO DIA E DELIB.:** Inst. a reun. e disc. a mat., os memb. do Cons. de Admin. aprov. por unanim. de votos e sem quaisquer ressalvas, o Rel. da Admin. e as Inf. Trim. da Comp. enc. em 31/03/2024, conf. recom. emit. pelo Com. de Aud, Gestão de Risco e Compliance da Comp. **ENC., LAVR. E LEIT. DA ATA.** Nada mais hav. a tratar, foi susp. a sessão pelo tempo nec. à lavr. da pres. ata, que, depois de lida e achada conf., foi aprov. e ass. por todos os pres. Presid.: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Sec.: Joseane Correia; Conselheiros: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Carla Schmitzberger. Ribeirão Preto, 09/05/2024. Mesa: Joseane Correia; Secretária. JUCESP nº 212.595/24-6 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LET'S RENT A CAR S/A

CNPJ/MF nº 00.873.894/0001-24 - NIRE 35.300.456.319

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024

Data, Hora e Local: Aos 30 de abril de 2024, às 12:00 horas, na sede social da companhia, localizada na Via de Acesso Engenheiro Ivo Najm, nº3800, Bloco I - 2º Distrito Industrial (Domingos Ferrari), Araraquara/SP, CEP: 14.808-159. **Convocação:** Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto na legislação vigente. **Presenças:** A totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no livro de presenças de acionistas. **Composição da Mesa:** Patricia Poubel Chieppe, Presidente e Ciro Ferreira da Rocha, Secretário. **Ordem do Dia: 1)** Tomada de conta dos administradores, exame, discussão, votação e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 (trinta e um) de dezembro de 2023; **2)** Deliberar sobre a destinação de resultados do exercício; **3)** Deliberar sobre o funcionamento ou não do Conselho Fiscal neste exercício; **4)** Deliberar sobre a Fixação da remuneração da diretoria. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** Inicialmente, os acionistas decidem, por unanimidade, sanar a falta de comunicado e inobservância do prazo entre a publicação dos resultados e a realização da Assembleia geral Ordinária, conforme autoriza o parágrafo 4º, do artigo 133, da Lei 6.404/76, dando-se sequência aos trabalhos previstos na pauta. **1)** Aprovadas com as abstenções dos legalmente impedidos, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 (trinta e um) de dezembro de 2023, publicadas no Jornal Valor Econômico e no seu respectivo site (valor.globo.com), edição do dia 26 de março de 2024, que serão arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. **2)** Aprovada, por unanimidade, a destinação do resultado do exercício, no valor de R$ 63.753.586,00 (sessenta e três milhões, setecentos e cinquenta e três mil e quinhentos e oitenta e seis reais) conforme constante das demonstrações financeiras, sendo que deste valor, R$ 3.187.679,00 (três milhões, cento e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e nove reais) foram destinados à Reserva Legal. Fica aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). O saldo remanescente foi no valor de R$ 10.565.907,00 (dez milhões e quinhentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sete reais) revertido para a Reserva de Investimentos. Aprovada a utilização do valor de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) da reserva de investimentos, referentes aos resultados acumulados de períodos anteriores. **4)** Aprovado constituir uma comissão que será composta pelos senhores Ciro Ferreira da Rocha e Patricia Poubel Chieppe, para fixar a remuneração da Diretoria para este exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo para tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em livro próprio, que após lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Araraquara - SP, 30 de abril de 2024. Assinaturas: Patrícia Poubel Chieppe, Presidente e Ciro Ferreira da Rocha, Secretário. Presentes: Patrícia Poubel Chieppe e Ciro Ferreira da Rocha por VIX Logística S.A., acionista. Confere com a original lavrada no livro de atas das assembleias gerais da sociedade. Araraquara - SP, 30 de abril de 2024. **Patrícia Poubel Chieppe -** Presidente da mesa; **Ciro Ferreira da Rocha -** Secretário da mesa. JUCESP nº 199.723/24-2 em 10/05/2024.

MARISA LOJAS S.A.

marisa

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 61.189.288/0001-89 - NIRE 35.300.374.801

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024 EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**") e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**"), ficam os senhores acionistas da Marisa Lojas S.A. ("**Companhia**") convocados para se reunir, **de modo parcialmente digital**, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, em segunda convocação, em 13 de junho de 2024, às 14 horas ("**Assembleia**"), (i) presencialmente na sede social da Companhia, localizada na Rua James Holland, nº 422/432, Barra Funda, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; ou (ii) à distância, por meio da plataforma *Teams*, nos termos abaixo descritos. Conforme disposto na ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de junho de 2024 divulgada pela Companhia na mesma data, ficam convocados os senhores acionistas da Companhia para deliberar, **em segunda convocação**, sobre a seguinte matéria: (i) alteração e consolidação do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), contemplando a alteração do *caput* do artigo 6º do Estatuto Social, em razão do aumento do limite do capital autorizado aprovado, em 3 de junho de 2024, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em primeira convocação. Observada a adoção **da modalidade parcialmente digital**, os acionistas da Companhia poderão participar e votar na Assembleia tanto presencialmente (comparecendo nos endereços e na data e horário indicados) quanto à distância por meio do sistema eletrônico (conforme indicado no item 1 abaixo). **Para mais informações sobre participação na Assembleia, acesse a Proposta da Administração divulgada pela Companhia no** website **de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br), bem como no** website **da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) ("Proposta da Administração"). Orientações Gerais**: **1. Participação à distância**: tendo em vista que a Assembleia será realizada parcialmente na modalidade digital, nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas participem da Assembleia ao acessarem a plataforma *Teams*, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação dos acionistas na Assembleia por meio do sistema eletrônico encontram-se na Proposta da Administração, disponível no** website **de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br), bem como nos** websites **da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).** Para participarem, os acionistas da Companhia deverão enviar solicitação por *e-mail* à Companhia para o endereço **dri@marisa.com.br** até as 14 horas do dia 11 de junho de 2024, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme indicada no item 3 abaixo e na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na Assembleia, conforme detalhado na Proposta da Administração. **Os acionistas da Companhia que não enviarem a solicitação de cadastramento até as 14 horas do dia 11 de junho de 2024 não poderão participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item 3 abaixo e na Proposta da Administração). O *link* e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. **2. Participação Presencial**: os acionistas da Companhia que desejarem participar presencialmente da Assembleia deverão encaminhar os documentos de identificação e representação indicados no item 3 abaixo e na Proposta da Administração até as 14 horas do dia 11 de junho de 2024. **3. Esclarecimentos**: (a) encontram-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia, no *website* de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br), bem como no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), cópias dos documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81; e (b) sem prejuízo das informações dispostas na Proposta da Administração, os acionistas da Companhia deverão encaminhar ao endereço de *e-mail* dri@marisa.com.br, até as 14 horas do dia 11 de junho de 2024, além do documento de identidade, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. São Paulo, 05 de junho de 2024. **Andrea Maria Meirelles de Menezes -** Presidente do Conselho de Administração.

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE 35.3.0017057-1

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os Acionistas da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP" ou "Companhia") convocados para, na forma do disposto no artigo 13 do seu Estatuto Social, reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 04 de julho de 2024, às 10h (dez horas), em sua sede social, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, CEP 04794-000, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: alterar o artigo 22 e respectivos parágrafos do Estatuto Social da Companhia. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do § 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia ou enviado ao e-mail ri@isacteep.com.br, juntamente com os demais documentos previstos no referido dispositivo legal, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral. A Companhia adotará o voto a distância na realização desta Assembleia Geral Extraordinária. O Boletim de Voto à Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede e no endereço eletrônico da Companhia (https://www.isacteep.com.br/ri/publicacoes-cvm/assembleias) e enviados à B3 e à Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com as disposições da legislação aplicável. Não será disponibilizado nenhum tipo de plataforma para acompanhamento por streaming ou votação eletrônica em tempo real.

São Paulo, 04 de junho de 2024

Gustavo Carlos Marin Garat

Presidente do Conselho de Administração

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 113ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14I0138240) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 14 DE JUNHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora" ou "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de setembro de 2014, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **14 de junho de 2024**, às **15:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: Considerando a notificação extrajudicial enviada no dia 08 de abril de 2024 pela Vibra Energia S.A. ("Devedora"), informando acerca da arrematação do Edifício Lubrax ("Imóvel"), com o entendimento de que a referida arrematação extingue o Contrato Atípico de Locação, cujos créditos servem de lastro para a Emissão, e que, portanto, a partir do mês de maio de 2024 deixaria de realizar o pagamento mensal da locação, conforme informado pela Emissora por meio de fato relevante divulgado em 08 de abril de 2024 ("Fato Relevante"), e o não pagamento da parcela devida em 08 de maio de 2024 dos Créditos Imobiliários, deliberar sobre: **(i)** A declaração da recompra compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos do item "(a)" da Cláusula 6.1.1 do Contrato de Cessão, e consequente resgate antecipado dos CRI, nos termos da Cláusula 7.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Inadimplemento previsto no item "(a)" da Cláusula 7.1. do Contrato de Cessão, caracterizado pelo descumprimento de obrigação pecuniária decorrente do Contrato Atípico de Locação, qual seja, o não pagamento dos Créditos Imobiliários vencidos em 08 de maio de 2024. **(ii)** Considerando que a Devedora manifestou, expressamente, que a partir do mês de maio de 2024 não realizará o pagamento dos Créditos Imobiliários, em caso de não aprovação da matéria constante do item (i) da Ordem do Dia, a suspensão da decisão de declarar o vencimento antecipado até a decisão final de mérito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Devedora junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), ocasião em que a Emissora convocará nova assembleia para deliberar sobre eventual declaração de vencimento antecipado, concessão de prazo para pagamento, se aplicável, e eventual isenção de multa e encargos moratórios. A referida suspensão em comento se refere, tão somente, a obrigação de pagamento dos Créditos Imobiliários e, por consequência, dos CRIs, de modo que as demais obrigações constantes dos documentos da operação permanecerão vigentes e passíveis de deliberação em assembleia e/ou declaração de vencimento antecipado, em caso de eventual descumprimento. Ainda, a Securitizadora se compromete a informar toda e qualquer decisão referente ao Procedimento Arbitral que possa, a qualquer momento, retirar a eficácia da suspensão ora concedida ("Suspensão Temporária"). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da Ordem do Dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 113ª Série da 1ª Emissão - IF 14I0138240), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direto de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 05 de junho de 2024. **OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Banco MUFG Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 60.498.557/0001-26 - NIRE nº 353.000.121.43

Convocação

São convocados os senhores acionistas do **Banco MUFG Brasil S.A.**, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede social na Av. Paulista nº 1274, nesta cidade e Estado de São Paulo, no dia **13/06/2024**, às **10:00 horas**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Destituir 1 (um) Diretor; b) Destituir 1 (um) membro do Comitê de Auditoria; e c) outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 04 de junho de 2024.

Banco MUFG Brasil S.A.

Akihiko Kisaka

Diretor-Presidente

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação:

Pregão Eletrônico nº 0004/2024-A – Compras Gov. nº 90007/2024 - Processo SEI Nº 266.00000092/2024-38 – Objeto: Aquisição de Material de Embalagem (Frascos de Vidro). Realização da Sessão: 19/06/2024 às 10:00 horas no endereço eletrônico: http//www.gov.br/compras. Critério de Julgamento: Menor Preço. EDITAL / INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6156, das 08h:00 às 12h:30. e das 13h:30 às 17h:00. – E-mail licitacao@furp.sp.gov.br – As licitantes interessadas poderão consultar o edital nos sites: www.gov.br/compras - UASG 091101, www.furp.sp.gov.br ou www.doe.sp.gov.br.

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE nº 35.3.0017057-1

CERTIDÃO

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 06/2024 realizada em 15/05/2024 às 17 horas. Secretaria de Desenvolvimento Econômico - **JUCESP.** Certifico o registro sob o número 213.614/24-8 em 28.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 69ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12J0037879) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 14 DE JUNHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora" ou "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de outubro de 2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **14 de junho de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: Considerando a notificação extrajudicial enviada no dia 08 de abril de 2024 pela Vibra Energia S.A. ("Devedora"), informando acerca da arrematação do Edifício Lubrax ("Imóvel"), com o entendimento de que a referida arrematação extingue o Contrato Atípico de Locação, cujos créditos servem de lastro para a Emissão, e que, portanto, a partir do mês de maio de 2024 deixaria de realizar o pagamento mensal da locação, conforme informado pela Emissora por meio de fato relevante divulgado em 08 de abril de 2024 ("Fato Relevante"), e o não pagamento da parcela devida em 08 de maio de 2024 dos Créditos Imobiliários, deliberar sobre: **(i)** A declaração da recompra compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos do item "(a)" da Cláusula 6.1.1 do Contrato de Cessão, e consequente resgate antecipado dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Inadimplemento previsto no item "(a)" da Cláusula 7.1. do Contrato de Cessão, caracterizado pelo descumprimento de obrigação pecuniária decorrente do Contrato Atípico de Locação, qual seja, o não pagamento dos Créditos Imobiliários vencidos em 08 de maio de 2024. **(ii)** Considerando que a Devedora manifestou, expressamente, que a partir do mês de maio de 2024 não realizará o pagamento dos Créditos Imobiliários, em caso de não aprovação da matéria constante do item (i) da Ordem do Dia, a suspensão da decisão de declarar o vencimento antecipado até a decisão final de mérito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Devedora junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), ocasião em que a Emissora convocará nova assembleia para deliberar sobre eventual declaração de vencimento antecipado, concessão de prazo para pagamento, se aplicável, e eventual isenção de multa e encargos moratórios. A referida suspensão em comento se refere, tão somente, a obrigação de pagamento dos Créditos Imobiliários e, por consequência, dos CRIs, de modo que as demais obrigações constantes dos documentos da operação permanecerão vigentes e passíveis de deliberação em assembleia e/ou declaração de vencimento antecipado, em caso de eventual descumprimento. Ainda, a Securitizadora se compromete a informar toda e qualquer decisão referente ao Procedimento Arbitral que possa, a qualquer momento, retirar a eficácia da suspensão ora concedida ("Suspensão Temporária"). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da Ordem do Dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 69ª Série da 1ª Emissão - IF 12J0037879), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direto de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 05 de junho de 2024. **OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

VILLARES METALS S.A.

CNPJ nº 42.566.752/0001-64

www.villaresmetals.com.br

Relatório da Administração - Exercícios de 2023/2024

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Março de 2024.

Sumaré, 06 de Junho de 2024 — **A Administração**

Balanço Patrimonial em 31 de Março *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	125.888	61.286
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	458.187	427.256
Operações com derivativos de câmbio	22	8.908	21.683
Estoques	8	693.632	878.137
Impostos a recuperar	9	30.375	25.370
		1.316.990	1.413.732
Não circulante			
Impostos a recuperar	9	8.526	6.875
Imposto de renda e contribuição diferidos	10	107.148	107.814
Outros créditos	6	1.868	6.855
Investimentos	11	26.267	24.320
Imobilizado	12	476.856	446.310
Ativo de direito de uso	14	18.999	23.879
Intangível	13	19.924	24.192
		659.588	640.245
Total do ativo		1.976.578	2.053.977

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	15.a	354.733	320.613
Fornecedores cessão de créditos	15.b	42.583	126.873
Salários e encargos a pagar	16	56.144	67.930
Impostos e contribuições a recolher	17	14.992	14.073
Financiamentos e empréstimos	18	809.886	828.526
Passivo de arrendamento	14	12.227	10.144
Operações com derivativos de câmbio	22	1.159	2.423
		1.291.724	1.370.582
Não circulante			
Passivo de arrendamento	14	7.972	14.343
Impostos e contribuições a recolher	17	736	46
Provisão para benefício pós-emprego	20	97.681	78.341
Provisões para contingências	19	37.955	83.312
Outras obrigações	15.a	2.934	–
		147.278	176.042
Patrimônio líquido	21		
Capital social		438.877	438.877
Reservas de capital		5.160	5.160
Reserva legal		5.248	3.248
Reserva de lucros		99.716	61.716
Ajustes de avaliação patrimonial		(11.425)	(1.648)
		537.576	507.353
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.976.578	2.053.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Março de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial: Perdas atuariais com as obrigações de benefício pós-emprego	Ajustes de avaliação patrimonial: Ajuste de conversão controlada no exterior	Total
Saldos em 31 de março de 2022	438.877	5.160	2.040	38.770	–	(10.344)	5.854	480.357
Resultado do exercício	–	–	–	–	24.154	–	–	24.154
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	1.703	1.139	2.842
Reserva legal	–	–	1.208	–	(1.208)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	22.946	(22.946)	–	–	–
Saldos em 31 de março de 2023	438.877	5.160	3.248	61.716	–	(8.641)	6.993	507.353
Resultado do exercício	–	–	–	–	40.000	–	–	40.000
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	(9.192)	(585)	(9.777)
Reserva legal	–	–	2.000	–	(2.000)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	38.000	(38.000)	–	–	–
Saldos em 31 de março de 2024	438.877	5.160	5.248	99.716	–	(17.833)	6.408	537.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de Março *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	23	2.270.936	2.535.972
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(1.971.256)	(2.134.026)
Lucro bruto		299.680	401.946
Despesas administrativas e gerais	24	(162.421)	(158.951)
Despesas de vendas	24	(60.635)	(95.749)
Outras receitas operacionais líquidas	25	44.469	1.694
Resultado da equivalência patrimonial	11	2.532	1.530
Lucro operacional		123.625	150.470
Receitas financeiras	26	100.958	77.985
Despesas financeiras	26	(181.156)	(190.713)
Resultado financeiro líquido	26	(80.198)	(112.728)
Resultado antes dos impostos		43.427	37.742
Imposto de renda e contribuição social	27	(3.427)	(13.588)
Lucro líquido do exercício		40.000	24.154
Ações no final do exercício (em milhares)		160.381	160.381
Lucro (prejuízo) por ação do capital social no final do exercício - R$		0,25	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de Março *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Resultado do exercício		40.000	24.154
Outros resultados abrangentes:			
Ganhos (perdas) atuariais com as obrigações de benefícios pós-emprego, líquido de impostos diferidos	20	(9.192)	1.703
Ajuste de conversão controlada no exterior	11	(585)	1.139
Resultado abrangente total		30.223	26.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Março *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos	43.427	37.742
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	79.153	73.420
Amortização de ativo de direito de uso	11.579	5.804
Juros de passivo de contrato	2.888	1.722
Juros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	19.968	55.093
Derivativos não realizados	83.520	63.289
Custo residual de ativo fixo baixado	2.166	439
Reversões de contingências trabalhistas e tributárias	(40.539)	(12.193)
Provisões para perdas de estoque	(23.580)	50.896
Provisão para participação no resultado	(12.272)	2.835
Provisões de outras contas a pagar	479	797
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.509	369
Provisão para benefício pós-emprego	5.412	4.613
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	(2.062)	3.569
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	(4.350)	(4.350)
Equivalência patrimonial	(2.532)	(1.521)
	164.766	282.524
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em contas a receber de clientes e outros créditos	(18.970)	(119.611)
Diminuição (aumento) em estoques	208.085	(98.192)
Aumento em impostos a recuperar	(4.682)	(5.615)
Aumento (diminuição) em fornecedores e outras contas a pagar	(47.260)	32.342
Aumento em impostos e contribuições a recolher	27.069	36.797
Aumento em salários e encargos a pagar	486	4.632
Aumento de pagamentos/reclassificação de provisões processos judiciais	(4.818)	(12.727)
Caixa gerado (usado) nas operações	324.676	120.150
Juros pagos	(45.483)	(25.482)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25.460)	(26.373)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	253.733	68.295
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(103.247)	(72.840)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(103.247)	(72.840)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de passivo de arrendamento	(13.875)	(7.491)
(Ganhos)/Perdas nas operações com derivativos	(72.009)	(176.852)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(220.014)	(619.673)
Captação de empréstimos e financiamentos	220.014	809.393
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(85.884)	5.377
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	64.602	832
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.286	60.454
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	125.888	61.286
	64.602	832
Transações que não envolveram caixa		
Compensação processos tributários com saldo negativo de IRPJ e base negativa CSLL - Port. Conj. RFB/PGFN nº 1/2023	–	4.575
Constituição de passivo atuarial (Plano de Benefício Pós-Emprego)	(13.927)	2.580
Ajuste de conversão de controlada no exterior	(585)	1.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Conselho de Administração

Gerhard Gerstmayr — **Markus Potzinger**
Reinhard Nöbauer — **Martin Fuhrmann**

Diretoria

Armin Wuzella — Diretor Presidente
Augusto Lara — Diretor de Operações

Responsável Técnico

Adriana Patricia Celestino de Oliveira Santos
Contador - CRC 1SP 196742/O-5 SP

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/

PECINI LEILÕES — ERBE INCORPORADORA

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - *ONLINE*
DATA: 1º Público Leilão 18/06/2024 às 14h45 | 2º Público Leilão 20/06/2024 às 14h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **ERBE INCORPORADORA 019 S/A** - CNPJ nº 58.877.812/0001-08, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 122, 12º ANDAR**, "**TORRE Nº 04 – EDIFÍCIO COTOVIA**", **CONDOMÍNIO ILE ECO LIFE**, situado à Rua Francisco Marcondes Vieira, nº 3, esquina com a Rua Dr. Martins de Oliveira, no Jardim Londrina, 13º Subdistrito do Butantã, São Paulo/SP. Áreas: privativa coberta edificada de 94,730m²; comum coberta edificada de 69,134m², nela incluído o direito ao estacionamento de 02 veículos na garagem coletiva; total edificada de 163,864m²; comum descoberta de 39,722m²; total de 203,586m². FIT: 0,1868%. Matrícula nº 189.631 do 18º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal: 171.271.0438-6. Consolidação da Propriedade em 09/05/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 696.632,83. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 532.642,84. Ônus do Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Despesas e impostos para lavratura e registro da escritura; **iii)** Despesas a partir das datas dos leilões; **iv)** **IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **v)** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi)** constam indisponibilidades (Av.8, Av.12, Av.13, Av.15 e Av.19), e penhoras (Av.14 e Av.16) gravadas na matrícula do imóvel, que não impedem a venda do bem em leilão, cujas baixas ficarão a cargo exclusivo do arrematante, tendo a propriedade sido consolidada em favor da Credora Fiduciária. Ficam os Fiduciantes, **BRASIL D'ALLESSANDRO DE CAMARGO** – CPF: 084.703.008-30 e **RENATA MARIA ZANINI DE CAMARGO** – CPF: 148.673.538-09, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação disponível no portal da Pecini Leilões. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 034/2024 - EDITAL 036/2024 - cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRIOS E CONGELADOS, PARA O ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ITUVERAVA; EDUCAÇÃO, BEM ESTAR SOCIAL E FUNDO SOCIAL CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 10/06/2024 até 20/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 20/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 07/06/2024. Ituverava- SP, 06 de junho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90038/2024. Objeto: Contratação de empresa para execução de Serviços Técnicos Especializados de Gerenciamento Integrado e Eletrônico de Documentos Públicos, que contempla: Digitalização de documentos em papel e microfilmes/microformas para imagem digital com indexação, reconhecimento óptico e inteligente de caracteres (OCR/ICR) e Certificação Digital ICP-Brasil, Transporte de documentos, Armazenamento físico dos documentos nas dependências da Contratada, Armazenamento Temporário e Gestão do Acervo Digital. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras , às 9h do dia 24/06/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Secretaria de Gestão e Governo Digital

---

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90041/2024,** referente ao processo nº **024.00034375/2024-71**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 20/06/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 07/06/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

---

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00299925622024.
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.
Modalidade: descreva aqui a modalidade da sua contratação.
Nº Processo: 024.00063324/2024-57.
Objeto: aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Judiciais com e sem Determinação de Marca Comercial.
Total de Itens Licitados: 12 (doze).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 07/06/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 10/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 20/06/2024 às 13h00 no site: www.gov.br/compras.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
SEMA-PRO-2023/08024 - SIAG n° 0008024/2023

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso torna público o Edital de Concorrência Eletrônica nº 003/2024, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS E DA PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DE CORPOS D'ÁGUA DA UPG P5.**

LANÇAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS: de 12/06/2024, até às 13h45 de 01/08/2024, horário de Cuiabá-MT.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 14h00min do dia 01/08/2024, horário de Cuiabá-MT.

O EDITAL estará disponível na internet, em **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp**

DÚVIDAS: pelos telefones: (065) 3613-7308 e (65) 99214-5804 (Suporte SIAG) ou pelo endereço eletrônico: **licitacao1@sema.mt.gov.br**.

Cuiabá/MT, 06 de junho de 2024.
BRUNA CARLA GUARIM
Agente de Contratação
SEMA/MT

VERO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 31.748.174/0001-60 - NIRE 35.300.522.958

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 24 de Maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 24 de maio de 2024, às 09h00 horas, na sede social da **VERO S.A.**, localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, conjuntos 31 e 34, Vila Olímpia, CEP 04551-000, na Cidade e Estado de São Paulo ("**Companhia**") e por videoconferência. **2. Presença e Convocação:** Reunião regularmente convocada e instalada em primeira convocação considerando a presença da totalidade dos membros titulares do Conselho de Administração, conforme disposto no art. 15, § 1º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Lincoln Oliveira da Silva; Secretário: Sr. Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias, nos termos do artigo 22, alínea (s) do estatuto social da Companhia: **(i)** a realização da 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais ("**Notas Comerciais Escriturais**"), em série única, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada ("**Lei 14.195**"), direcionadas exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos nos artigos 11 e 13 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme em vigor ("**Resolução CVM 30**"), por meio de oferta pública de distribuição, em regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei de Valores Mobiliários**"), do artigo 26, inciso V, alínea "a" da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Emissão**" e "**Oferta**", respectivamente); **(ii)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à implementação e à realização da Emissão, bem como de eventuais aditamentos que se façam necessários à Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos e eventuais aditamentos: **(a)** o *"Termo da 3ª (Terceira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, da Vero S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, na qualidade de agente fiduciário das Notas Comerciais ("**Agente Fiduciário**" e "**Termo de Emissão**", respectivamente); **(b)** o *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da 3ª (Terceira) Emissão da Vero S.A."* ("**Contrato de Distribuição**"), a ser celebrado entre a Companhia e a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenador Líder**"); e **(c)** os contratos com prestadores de serviço necessários à Emissão, e eventuais documentos relacionados aos contratos necessários à Emissão, incluindo aditamentos; **(iii)** a autorização para a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para a devida efetivação da deliberação prevista nos itens (i) e (ii) acima, incluindo celebrar aditamentos, além de formalizar e efetivar a contratação dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e **(iv)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) aprovar a Emissão com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas no Termo de Emissão: (a) **Número da Emissão:** A Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais da Companhia; (b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("**Valor Total da Emissão**"); (c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; (d) **Quantidade de Notas Comerciais:** Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Notas Comerciais Escriturais; (e) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"); (f) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será aquela prevista no Termo de Emissão ("**Data de Emissão**"); (g) **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto no Termo de Emissão, as Notas Comerciais terão prazo de vencimento de 610 (seiscentos e dez) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 06 de fevereiro de 2026 ("**Data de Vencimento**"); (h) **Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida) ("**Data de Início da Rentabilidade**"); (i) **Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados integral e exclusivamente para **(i)** a liquidação antecipada da Cédula de Crédito Bancário nº 1062604, celebrada em 08 de fevereiro de 2024 entre a Companhia e o Banco Santander (Brasil) S.A. (CNPJ nº 90.400.888/0001-42); e **(ii)** o eventual saldo remanescente dos recursos líquidos captados por meio da Emissão após o pagamento do item (i), serão utilizados para reforço de caixa da Companhia; (j) **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** Nos termos do artigo 45 da Lei nº 14.195, as Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais, e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por este extrato em nome do Titular de Notas Comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais; (k) **Garantias:** As Notas Comerciais Escriturais não contarão com qualquer garantia real ou fidejussória, nem qualquer privilégio sobre os bens da Companhia; (l) **Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais:** O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente; (m) **Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Restrição de Negociação:** As Notas Comerciais serão depositadas para: **(i)** distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela **B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3** ("**B3**"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(ii)** negociação, observado o disposto no Termo de Emissão, no mercado secundário por meio do CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3; (n) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição (sendo qualquer data em que ocorrer uma subscrição e integralização de Notas Comerciais doravante denominada como uma "**Data de Integralização**"), por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, em moeda corrente nacional, **(a)** pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com os procedimentos da B3, na Primeira Data de Integralização; ou **(b)** pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização, caso ocorra a integralização das Notas Comerciais após a Primeira Data de Integralização ("**Preço de Integralização**"), podendo, ainda, em qualquer Data de Integralização, serem subscritas com ágio ou deságio, conforme poderá vir a ser definido, a exclusivo critério do Coordenador Líder, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou o deságio, conforme o caso, será o mesmo para todas as Notas Comerciais subscritas e integralizadas em uma mesma data de integralização; (o) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública, pelo rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição, e de acordo com os procedimentos operacionais da B3. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito no artigo 49 da Resolução CVM 160, conforme previsto no Contrato de Distribuição; (p) **Procedimento de *Bookbuilding*:** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação da demanda das Notas Comerciais. O Coordenador Líder organizará a colocação das Notas Comerciais perante os Investidores Profissionais interessados de forma discricionária, levando em conta suas relações com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder; (q) **Distribuição Parcial:** Não será admitida a distribuição parcial das Notas Comerciais; (r) **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *"over extra-grupo"*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("**Taxa DI**"), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 3,77% (três inteiros e setenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Sobretaxa**" e, em conjunto com a Taxa DI, "**Remuneração**"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade das Notas Comerciais ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Notas Comerciais será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive). O cálculo da Remuneração obedecerá a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão; (s) **Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em dezembro de 2024 e o último na Data de Vencimento, conforme previsto no Termo de Emissão ("**Data de Pagamento da Remuneração**"); (t) **Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão, o Saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 1 (uma) única parcela, devida na Data de Vencimento ("**Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário**"); (u) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** As Notas Comerciais não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo; (v) **Amortização Extraordinária Facultativa:** As Notas Comerciais não estarão sujeitas a amortização extraordinária facultativa; (w) **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Notas Comerciais Escriturais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos do Termo de Emissão, serão realizados: **(i)** pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, aos eventuais valores de Oferta de Resgate Antecipado Total, incluindo os respectivos prêmios, se houver, aos Encargos Moratórios, e aos demais valores relacionados às Notas Comerciais que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou **(ii)** pela Companhia, nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso; (x) **Encargos Moratórios:** Em caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida sob as Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão, além da Remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos: **(i)** à multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** aos juros de mora não compensatórios, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("**Encargos Moratórios**"); (y) **Repactuação Programada:** As Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de repactuação programada; (z) **Vencimento Antecipado:** As obrigações decorrentes das Notas Comerciais deverão ser consideradas antecipadamente vencidas, devendo o Agente Fiduciário considerar, para fins formais, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento de Remuneração das Notas Comerciais imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo pagamento (exclusive), e demais encargos devidos nos termos do Termo de Emissão, quaisquer Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nos termos do Termo de Emissão (cada uma, um "**Evento de Inadimplemento**"); (aa) **Demais características da Emissão:** As demais características da Emissão e das Notas Comerciais Escriturais serão aquelas especificadas no Termo de Emissão; (ii) a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à implementação e à realização da Emissão, bem como de eventuais aditamentos que se façam necessários à Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos e eventuais aditamentos: **(a)** o Termo de Emissão; **(b)** o Contrato de Distribuição; e **(c)** os contratos com prestadores de serviço necessários à Emissão, e eventuais documentos relacionados aos contratos necessários à Emissão, incluindo aditamentos; e (iii) autorização para a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para a devida efetivação da deliberação prevista nos itens (i) e (ii) acima, incluindo celebrar aditamentos, além de formalizar e efetivar a contratação dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Nos termos do art. 142, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, a Diretoria da Companhia fica, ainda, autorizada a proceder ao registro do extrato da presente ata de reunião contendo as deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, caso houver. **Mesa:** Lincoln Oliveira da Silva - Presidente; e Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini - Secretário. **Membros do Conselho de Administração:** Lincoln Oliveira da Silva; Aline Cameller Martins Costa; Bruno Augusto Sacchi Zaremba; Bruno Guilherme Tomé Maiorino; César Sales Borges; Gabriel Felzenszwalb; Maurício Miranda de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Rodrigo Melgaço Alves. São Paulo, 24 de maio de 2024. **Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini. JUCESP** nº 214.474/24-0 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024/INDEA-MT

Proc. nº. INDEAMT-PRO-2024/01804

O INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – INDEA/MT, por seu representante, para conhecimento de todos os interessados, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com atuação de Pregoeiro(a) Oficial da SEPLAG/INDEA-MT, designado(a) pela Portaria Conjunta nº 013/2024/SEPLAG, publicada no Diário Oficial em 13.03.2024, conforme segue:

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: entre os dias **04/06/2024 a 17/06/2024**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão, quando o horário máximo de aceitação será até às **08h45min – Horário local (Cuiabá/MT).**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00 do dia 17 de junho de 2024.

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO: Aquisição de materiais e equipamentos para atender às necessidades do Programa Estadual de Sanidade Avícola do INDEA/MT, com recursos oriundos do convênio firmado entre o Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA e o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA. **LOCAL DE DISPUTA**: Site: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/**

RETIRADA DO EDITAL: Site: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/**

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, fone: (0**65) 99214-5804/99281-4313.

EMANUELE GONÇALINA DE ALMEIDA
PRESIDENTE do **INDEA-MT**
(original assinado nos autos)

Copersucar S.A.

CNPJ/MF nº 10.265.949/0001-77 - NIRE 35.300.360.401

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam os acionistas da **Copersucar S.A.** ("Companhia" ou "Copersucar") convocados para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGO/E") a serem realizadas de forma presencial na sede da Companhia, situada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 01, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP 04794-000, bem como remotamente, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, nos termos do Art. 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no dia 25 de junho de 2024, às 9h00, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2024, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes; **(2)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de março de 2024; e **(3)** Eleger os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (1)** Fixar a remuneração global anual da Administração e do Conselho Fiscal da Companhia referente ao exercício social a findar-se em 31 de março de 2025. As Demonstrações Financeiras da Copersucar, acompanhadas do Relatório da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia. Adicionalmente, conforme instruções no website http://usinas.copersucar.com.br/, referidos documentos serão disponibilizados aos acionistas de forma digital. Informações Gerais para Participação dos Senhores Acionistas nas AGO/E: Os acionistas que desejarem participar das AGO/E deverão enviar ao e-mail sgc@copersucar.com.br, com antecedência mínima de 48 horas em relação ao horário marcado para o início das AGO/E, ou seja, até às 9h00 - horário de Brasília - do dia 23/06/2024, a indicação do(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) que estará(ão) presente(s) nas AGO/E, acompanhada dos documentos digitalizados que comprovem os poderes de representação do acionista pessoa jurídica, a saber: (a) estatuto ou contrato social atualizado, devidamente arquivado na Junta Comercial; (b) ata de eleição do(s) representante(s) presente(s) ou que assinou(aram) a procuração, se for o caso; (c) documento de identidade do representante legal e, conforme o caso, (d) procuração outorgada nos termos do §1º do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sem necessidade de reconhecimento de firma, e o documento de identidade do procurador. Adicionalmente, os acionistas deverão informar no mesmo e-mail ao sgc@copersucar.com.br se participarão da AGO/E de forma remota, visando o recebimento das orientações de acesso à plataforma eletrônica *Microsoft Teams*. Procedimentos para participar e votar remotamente na AGO/E: as Assembleias serão integralmente gravadas, de modo a garantir o registro dos acionistas que participarem de forma remota e dos respectivos votos e declarações proferidas durante as Assembleias. Ao acessar a conferência digital das Assembleias, o acionista deverá apresentar com áudio e vídeo abertos e, quando solicitado, apresentar seu documento de identidade pelo sistema, de modo que possa ser identificado e admitido nas Assembleias. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia e que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista nas Assembleias.

São Paulo, 07 de junho de 2024

Luis Roberto Pogetti - Presidente do Conselho de Administração

NATURA COSMÉTICOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 71.673.990/0001-77 - NIRE 35.300.143.183

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024

I. Data, Hora e Local: 10 de abril de 2024, às 08:00 horas, por conferência telefônica. **II. Convocação**: Dispensada, em face da presença, por conferência telefônica, de todos os membros do Conselho de Administração, nos termos do §2º do artigo 12 do Estatuto Social da Natura Cosméticos S.A. ("Companhia"). **III. Quórum**: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Itamar Gaino Filho; João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira e Guilherme Strano Castellan. Presente ainda a Sra. Daniela Anversa, secretária da reunião. **IV. Composição da Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Itamar Gaino Filho, que convidou a Sra. Daniela Anversa para secretariar os trabalhos. **V. Ordem do Dia**: Analisar e deliberar a aprovação da seguinte matéria: proposta à deliberação pela Assembleia Geral da Companhia, a ser realizada em 10 de abril de 2024, de distribuição de dividendos, a débito da conta de lucros acumulados, nos termos dos arts. 15, inciso xiii, e 23, §2º do estatuto social da Companhia. **VI. Deliberações**: Após as discussões relacionadas à matéria constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a recomendação favorável, nos termos dos arts. 15, inciso xiii, e 23, §2º do estatuto social da Companhia, à apreciação e aprovação, pela acionista da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10 de abril de 2024, da distribuição de dividendos antecipados, no valor total de R$1.196.912.000,00 (um bilhão cento e noventa e seis milhões novecentos e doze mil reais), a débito da conta de lucros acumulados, correspondendo a R$1,300701 (um real e trinta centavos) por ação, a serem pagos até 30 de abril de 2024. **VII. Encerramento**: O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a reunião para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pela mesa e pelos conselheiros presentes. *Confere com ata original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 10 de abril de 2024. **Daniela Anversa -** Secretária. JUCESP nº 211.884/24-8 en 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024/SEPLAG
PROCESSO Nº SEPLAG-PRO-2023/07568

A **Superintendência de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG** torna público que realizará licitação, tendo por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de suprimentos de informática para atender às demandas dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual**, conforme especificações e condições técnicas constantes neste Edital e em seus anexos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: entre os dias **10/06/2024 a 20/06/2024**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão, quando o horário máximo de aceitação será até às **08h45min - Horário local (Cuiabá/MT).**

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: no dia **20/06/2024 às 09h00min - Horário local (Cuiabá/MT),** através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**.

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO: Portal de Aquisições: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br** - dúvidas pelo sistema SIAG – tel. **(65) 99214-5804 ou (65) 99281-4313.**

Cuiabá – MT, 06 de junho de 2024.

PAULO ROBERTO TAVARES DE MENEZES

Secretário Adjunto de Aquisições Governamentais/SEPLAG em substituição legal

(original assinado nos autos)

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 396ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0001806) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 396ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando de forma individual "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 396ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 05 de outubro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de junho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e Assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 396ª Série da 1ª Emissão – (IF 21K0001806), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e Assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 07 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90048/2024,** referente ao processo nº **024.00085268/2024-10,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 19/06/2024 às 10:00 horas.** Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 07/06/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/ME nº 87.376.109/0001-06 – NIRE 35.300.196.619

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2024

Data, Hora e Local: No dia 01/02/2024, às 11 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 20º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa**: Presidente: Claudio Alberto Chiesa; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia**: **(I)** Destituir membro da Diretoria estatutária da Companhia; **(II)** Eleger novo membro da Diretoria estatutária da Companhia; **(III)** Indicar a substituição do Sr. Omar Santana da Silva Junior pela Sra. Fernanda Graziani, como Diretora responsável pelos Controles Internos da Companhia; e **(IV)** Ratificar a composição da Diretoria estatutária e redesignar as funções de Diretores responsáveis por área perante a SUSEP. **Deliberações**: O Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou objeções, deliberou por: **(I)** Destituir com efeitos a partir de 31/01/2024, o Sr. **Omar Santana da Silva Junior,** do cargo de Diretor de Controles Internos da Companhia. **(II)** Eleger para o cargo de Diretora estatutária da Companhia, com mandato até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária de 2025 ("AGO de 2025"), mantida a remuneração da Assembleia Geral Ordinária de 2023, a Sra. **Fernanda Graziani**, RG nº 20052796 SSP/SP e CPF/ME nº 182.791.058-59. A Diretora ora eleita não está incursa em crime algum previsto em lei, que a impeça de exercer atividades mercantis. A Diretora eleita toma posse no cargo nesta data, dia 01.02.2024, conforme Termo de Posse que fica arquivado na sede da Companhia. **(III)** Indicar a substituição do Sr. Omar Santana da Silva Junior pela Sra. Fernanda Graziani, como Diretora responsável pelos Controles Internos da Companhia; **(IV)** Ratificar a composição dos membros da Diretoria e redesignar as funções de Diretores responsáveis por área perante a SUSEP: **Alejandro Gabriel Widder** – Início: 02.12.2021 – Fim: 02.12.2024; **Fernanda Graziani** – Início: 01.02.2024 – Fim: AGO de 2025; **Marcelo Malanga** – Diretor Presidente – Início: 08.07.2022 – Fim: AGO de 2025; **João Batista Mendes Angelo** – Início: 03.10.2022 – Fim: AGO de 2025. 1. Funções de caráter executivo ou operacional: 1.1. Diretor responsável pelas relações com a Susep. (Art. 1º, I da Circular nº 234, de 28/08/2003), **Sr. Marcelo Malanga**; 1.2. Diretor responsável técnico (Art. 1º, II da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 3º, II da Resolução nº 432, de 12/11/2021), **Sr. Alejandro Gabriel Widder**; 1.3. Diretor responsável administrativo-financeiro (Art. 1º, III da Circular nº 234, de 28/08/2003), **Sr. Alejandro Gabriel Widder**; 1.4. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (Art. 3º, III da Resolução nº 432, de 12/11/2021), **Sr. Alejandro Gabriel Widder**; 1.5. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas (Art. 2º da Resolução nº 143/2005), **Sr. João Batista Mendes Angelo;** 1.6. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (Art. 22 da Resolução nº 431, de 12/11/2021), **Sr. Alejandro Gabriel Widder**; 1.7. Diretor responsável pelo cumprimento do registro eletrônico de operações (Art. 13 da Resolução nº 383 de 20/03/2020), **Sr. João Batista Mendes Angelo**; e 1.8. Diretor responsável pela política institucional de conduta (Art. 12 da Resolução nº 382 de 04/03/2020), **Sr. Marcelo Malanga**. 1.9. Diretor responsável pelo Open Insurance (Art. 31 da Resolução CNSP 415/21), Sr. **João Batista Mendes Angelo**. 2. Funções de caráter de fiscalização ou controle: 2.1. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 1º, IV da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 12 da Circular nº 612, de 18/08/2020), **Sra. Fernanda Graziani**; e 2.2. Diretora responsável pelos controles internos (Art. 9º da Resolução nº 416, de 20/07/2021), **Sra. Fernanda Graziani**. **Documentos Arquivados**: Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Reunião, referidos nesta ata. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas**: Presidente de Mesa: Claudio Alberto Chiesa; Secretário de Mesa: Felipe Name Francisco; Conselheiros: Claudio Alberto Chiesa, Carlos Rey de Vicente, Carmen Martinez Briongos, Edson Luis Franco, Francisco Del Cura Ayuso, Gustavo Bortolotto, Maria Aranzazu Jorquera Vila, Murilo Setti Riedel e Sidemar Aparecido Spricigo. São Paulo (SP), 01/02/2024. **Felipe Name Francisco – Secretário da Mesa.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 214.849/24-7 em 03/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 397ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0001807) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 397ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando de forma individual "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 397ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 05 de outubro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de junho de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 397ª Série da 1ª Emissão – (IF 21K0001807), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 07 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

NATURA COSMÉTICOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 71.673.990/0001-77 - NIRE 35.300.143.183

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2024

I. Data, Hora e Local: 13 de maio de 2024, às 08:00 horas, por conferência telefônica. **II. Convocação**: Dispensada, em face da presença, por conferência telefônica, de todos os membros do Conselho de Administração, nos termos do §2º do artigo 12 do Estatuto Social da Natura Cosméticos S.A. ("Companhia"). **III. Quórum**: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Itamar Gaino Filho; João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira e Guilherme Strano Castellan. Presente ainda a Sra. Daniela Anversa, secretária da reunião. **IV. Composição da Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Itamar Gaino Filho, que convidou a Sra. Daniela Anversa para secretariar os trabalhos. **V. Ordem do Dia**: Analisar as demonstrações contábeis intermediárias (ITR) individuais e consolidadas da Companhia e notas explicativas, acompanhadas da minuta do relatório dos auditores externos independentes, referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2024. **VI. Deliberações**: Após as discussões relacionadas à matéria constante da Ordem do Dia, o Conselho de Administração declarou que seus membros analisaram e aprovaram demonstrações contábeis intermediárias (ITR) individuais e consolidadas da Companhia e notas explicativas, acompanhadas da minuta do relatório dos auditores externos independentes, referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2024. **VII. Encerramento**: O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a reunião para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pela mesa e pelos conselheiros presentes. São Paulo, 13 de maio de 2024. *Confere com ata original lavrada em livro próprio.* **Daniela Anversa -** Secretária. JUCESP nº 211.973/24-5 en 27/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.